

Indignados e à “rasca”: Práticas e significados do activismo juvenil em tempos de internet

Flávia Regina Ferreira dos Santos

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

(Nov, 2013)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em Ciências da Comunicação especialidade em Culturas
Contemporâneas e Novas Tecnologias realizada sob a orientação científica do Prof.
Dr. José Alberto Simões

Apoio financeiro da Fundação para Ciência e Tecnologia FCT

AGRADECIMENTOS

A tese de doutoramento que se apresenta é fruto de um caminho partilhado entre várias pessoas a quem expresso o meu agradecimento por ter chegado ao fim tendo aprendido tanto num percurso que não foi de todo fácil.

Ao meu orientador científico Prof. Doutor José Alberto Simões, pela oportunidade de percorrer os trilhos que conduzem à aprendizagem do que é fazer investigação científica e pelo interesse que demonstrou desde o início pela minha temática de pesquisa.

Aos jovens participantes na pesquisa, pela disponibilidade da partilha do sentimento de indignação e condição “à rasca”, pela empatia gerada, pela confiança que depositaram na investigadora.

Uma palavra especial aos Professores Doutores Paulo Carrano da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Brian D. Loader da Universidade de York pelo interesse que manifestaram em estabelecer um intercâmbio académico sobre a temática da juventude. Especial agradecimento a Professora Doutora Selma Ferreira Albernaz da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pela simpatia, amizade e suas valiosas orientações no trabalho etnográfico de campo realizado.

RESUMO

Este trabalho de investigação centra-se na compreensão do processo de participação cívica activa dos jovens na sociedade portuguesa através da utilização da internet. À luz do movimento internacional dos Indignados, que se expandiu em Lisboa, buscou-se entender através das práticas dos jovens investigados os significados que condicionaram o seu envolvimento neste movimento e as motivações que interligaram a acção individual e o contexto sociopolítico.

Esta tese confirma o papel que a internet desempenha na evolução das práticas sociais colectivas, quando da mesma é feita um uso direccionado para a produção de sentido das práticas. Os jovens que neste trabalho participaram estiveram empenhados em causas sociais e políticas partilhadas não somente com jovens da sua área de proximidade geográfica, mas igualmente alinhados a outras redes internacionais de “jovens indignados” com o mesmo propósito de manifestar o seu protesto contra valores dominantes.

A observação das práticas dos *Indignados* projectadas no espaço público conduziu-nos à elaboração de um sistema de captação da participação juvenil através de um processo metodológico triangular, utilizando-se da observação participante (o que resultou num diário etnográfico de campo), da análise de conteúdos on-line e da realização de entrevistas com 20 jovens integrantes do movimento Indignados Lisboa.

As práticas activistas dos Indignados eram manifestadas on-line e posteriormente off-line. Esta dinâmica revelou-nos modos de construção identitária entre os jovens, bem como formas de afirmação pública através da organização de acções colectivas concretas. Desta forma, procurámos compreender de que modo, através dos recursos e práticas utilizados on-line e off-line, os jovens expressam as suas aspirações contestatárias e se apresentam na esfera pública enquanto agentes sociais políticos. Além disso tentámos compreender também que significados e mudanças resultam deste tipo de envolvimento para a vida social dos jovens e as suas trajectórias.

PALAVRAS-CHAVE: *juventude, participação política, internet, cultura cívica*

ABSTRACT

The present research focuses on the understanding of civic participation and Internet using among portuguese young people. In light of the “Indignados” movement in Lisbon we evaluate through practises the meaning behind Indignados members’ involvement, motivational aspects connected with individual action and sociopolitical context.

Our research confirms the role that Internet plays in shaping social collective actions when it is properly used to orientate practical strategies. The group of young people who participated in this study were engaged in sharing social and political issues not only with young people from their geographical area, but also with others Indignados members around the world with the same purpose in demonstrate their protest issues against dominant values.

By mapping the Indignados actions on public space, to capture the youth participation, we elaborated a triangular methodology system by using participant observation (an ethnography diary was created), content analyses online and In-depth interviews with 20 young portuguese members of Indignados Lisboa.

Indignados forms of actions used to be activated online and then materialized offline. This dynamic process revealed to us how this action repertoire has impacted young people identity construction, also how they organize concret collective actions. Based on this, our focus was to analyse how young people engage themselves on the public sphere as social political actors by using online and offline resources to mobilize their actions. At the same time we tried to understand what meanings and changes resulted from this kind of involvement in young people’s social life and in their trajectories.

KEYWORDS: *Youth, political participation, internet, civic culture*

ÍNDICE

Introdução	11
1. Apresentação do tema	11
2. Problemática	13

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Significados da Participação Política

1. Cultura cívica	20
1.1. Participação e envolvimento enquanto da cultura cívica.....	25
1.2. Participação da Juventude em Portugal	30
1.3. Jovens e políticas: os novos rumos da participação	36
1.4. Deliberação e Participação	46
2. Globalização e os novos rumos da política	51
2.1. Espaço público, política e resistência	56
2.2. Cenários da contestação: Geografia das acções	64
Síntese Cap. 1	68

Capítulo 2 – Precários e Indignados: Reflexões sobre a juventude

1. Significados para a juventude	71
1.1. Uma geração “à rasca” e indignada	75
1.2. O problema das gerações: do contributo de Mannheim à teoria dos media.....	79
2. Os Jovens visto sob a perspectiva cultural	86
2.1 Legado histórico da delinquência juvenil	87
2.2. Estudos Subculturais	90
2.3. Do estilo subversivo às <i>raves</i> libertárias	93
2.4. Na encruzilhada as teorias	97
2.5. Identidades desacreditadas e sentimento colectivo	103
Síntese Cap. 2	107

Capítulo 3 – Internet: O artefacto da acção

1. Internet e Democracia: potencialidades e usos	111
1.1. Empoderamento e perspectiva emancipatória.....	118
2. Interação social em rede	119
2.1. Interação activista em rede	123
2.2. Internet e <i>hackativism</i>	126
3. Cultura cívica on-line em acção	128
3.1. Facebook	129
3.2. Blogues e a liberdade de expressão colectiva.....	133
3.3. Twitter	136

3.4 Youtube	138
Síntese Cap. 3	140

PARTE II – METODOLOGIA

Capítulo 4 - Percurso metodológico

1. A opção pela investigação qualitativa	145
1.1. Internet e Cibercampo Etnográfico	147
1.2. Percurso metodológico inicial e constrangimentos	153
1.2.1. Os desafios do inquérito on-line	158
1.3. Recorte metodológico final.....	163
2. Caso de Estudo: os Indignados Lisboa.....	166
Síntese Cap. 4	169

PARTE III – RESULTADOS DA PESQUISA

Capítulo 5 - Descodificando as práticas on-line

1. Partilha, mobilização e debate	174
2. Dinâmica quantitativa das interacções on-line	181
3. Diálogo e capital interactivo	185
3.1 Reconhecimento social	187
3.2. Solidariedade internacional e local	188
3.3. Partilha, informação e consumo	189
3.4. Debate	191
3.5. Actores sociais da mudança	196
2.6. Mobilizar on-line, agir off-line	199
Síntese Cap. 5	206

Capítulo 6 - Descodificando as práticas off-line

1. Acampamentos e apropriação do espaço público	205
1.1.Todos ao Rossio	208
1.2. Apresentação do Manifesto	215
1.3. Definição das regras	220
1.4. Indignados no Rossio	206
1.5. Multiplicação das cenas	233
1.6. Cinema e arte no Rossio	237
1.7. Apartidário?	242
1.8. Sinais de fraqueza... ..	245
1.9. Dia de Manifestar e varrer o chão.....	249
1.10. Ânimos e desentendimentos	251
1.11. A luta continua?	254
1.12. Não haverá mais acampamentos	256
1.13. Indignados, dois anos depois	258
Síntese Cap. 6	259

Capítulo 7 - Relatos e trajetórias

1. Jovens “à rasca” e indignados	262
2. Trajetórias e ligações políticas	264
3. Razões e motivações	278
4. Internet e o artefacto da indignação	287
5. Condicionantes da participação: entre factores individuais e estruturais.....	294
6. Capital Social e novas práticas	297
Síntese Cap. 7	300
 Conclusão.....	 302
Bibliografia	310
Lista de Figuras e Quadros.....	328
Lista de Anexos	330

Introdução

1. Apresentação do tema

Do Cairo a Madrid, de Lisboa a Londres, de São Paulo ao Egipto, os meios de comunicação nacionais e internacionais davam conta nos seus noticiários de centenas de manifestantes que ocupavam ruas e praças públicas destas capitais, propagando mensagens através de cartazes, protestos e acampamentos. O ano de 2011 foi especialmente marcado por manifestações sociais em algumas partes do globo que, apesar de acontecerem em contextos particulares, observou-se um recorte comum a todas elas: participação de uma grande parte de pessoas jovens e uso da internet como ferramenta de mobilização social. Os actos de manifestação pública demonstrados nas ruas, destacadamente na Tunísia, no Egipto, na Líbia e no Irão, ficaram conhecidos tanto na literatura académica quanto nos media como “Primavera Árabe”. Os mais jovens foram os protagonistas dos protestos desencadeados principalmente através da rede social *Facebook*.

Em Portugal, a mobilização juvenil iniciada nas redes sociais on-line seguiu a lógica árabe, sendo porém impulsionada pelo tema da precariedade laboral de alguns jovens licenciados, sem perspectiva de futuro no mercado de trabalho, designando-se a si próprios de geração “à rasca”. A mobilização destes jovens e a saída às ruas com o intuito de protestar teve forte amparo na rede social on-line *Facebook*, partindo da iniciativa de três jovens licenciados de Coimbra.

A primeira manifestação com o nome de “Protesto da Geração à rasca” levou às ruas de Lisboa mais de 200 mil de pessoas, no dia 12 de Março de 2011. Pouco tempo depois, no mês de Maio, assistiu-se em várias cidades da Europa à proliferação de acampamentos em torno das principais praças públicas das capitais europeias. Em

Espanha surgiu o movimento “Los Indignados”, iniciado na sua maioria por jovens licenciados ou a frequentar a universidade com certa dificuldade de inserção no mercado de trabalho e que diante do sentimento de indignação perante a sua situação social, a crise económica, as mediadas de austeridade e o modelo de democracia, ocuparam o espaço público das praças.

Em Portugal, alguns jovens portugueses, em contacto com outros jovens espanhóis, deram início ao movimento português intitulado de Indignados Lisboa (IL) na praça do Rossio igualmente motivados pelas medidas de austeridade implantadas em alguns países da zona Euro, mais fortemente em Portugal, Espanha, Itália, Irlanda e Grécia.

As redes sociais on-line (especialmente o Facebook) e os blogues foram os principais meios utilizados na disseminação da informação, estratégia de organização e mobilização destes movimentos. Centenas de pessoas jovens protestaram na praça pública, mantendo ao mesmo tempo contacto com o resto do mundo através da internet. Na rede social Facebook, marcava-se encontros e agendava-se eventos, discutia-se, partilhava-se diversos conteúdos. A rede social social Twitter foi igualmente bastante utilizada na partilha de mensagens de forma instantânea, seguida de *hashtags*¹ (#) que indicavam temas como #mobilização, #indignação, #acampadas, contribuindo desta forma para divulgar rapidamente relatos das ruas em tempo real.

Todos estes acontecimentos sociais surgem no momento da elaboração desta investigação, o que ajudou a confirmar a hipótese sobre o potencial da internet enquanto artefacto da participação e mobilização cívica, em especial para os mais jovens. Assim, os Indignados Lisboa tornar-se-iam o principal objecto empírico deste trabalho, onde demos início a um percurso teórico em paralelo com a observação empírica on-line e off-line. Tudo isto enriqueceu a análise teórica e os resultados empíricos, fornecendo-nos uma triangulação metodológica de recolha dos dados (On-line – Entrevistas – Diário de campo) bem como novas descobertas que surgiram no decorrer deste processo.

A presente tese de doutoramento está organizada em três partes distintas. Na

¹ *Hashtags* na linguagem técnica da rede social Twitter significa o símbolo # utilizado antes das palavras que serve para identificar e organizar temas nas conversações on-line desta rede.

primeira parte apresenta-se, de forma introdutória, o tema da pesquisa, expõe-se a problemática da investigação e as circunstâncias que a orientaram. Depois apresentamos os alicerces teóricos que sustentaram a pesquisa, tendo por base a literatura científica que se tem vindo a produzir neste âmbito ao nível nacional e internacional, e que se enquadra na intersecção das temáticas da participação cívica e política, juventude e internet. A segunda parte relata a estratégia metodológica adoptada, descrevendo as razões que justificaram a opção por uma metodologia qualitativa e as etapas seguidas na pesquisa, reflectindo-se sobre os desafios metodológicos encontrados quando a internet é escolhida como campo empírico para recolha de dados. Por fim, apresentamos o nosso estudo de caso em questão, os Indignados Lisboa (IL). A terceira parte integra os resultados da investigação, divididos numa triangulação metodológica: descrição e análise do ambiente on-line e da internet enquanto artefacto da cultura cívica e mobilização, o diário de campo, onde se descreve a ocupação do espaço público, nomeadamente a praça do Rossio, como espaço da materialização das práticas off-line. Por fim, são apresentadas as entrevistas realizadas com os jovens integrantes do movimento dos Indignados Lisboa. Os resultados obtidos são igualmente articulados com os contributos de outros estudos que estiveram na análise teórica desenvolvida na primeira parte.

Por fim, a conclusão geral que inclui uma breve actualização sobre o movimento dos Indignados Lisboa, desde a sua génese, em 2011, até à conclusão deste trabalho, em 2013.

2. Problemática

A problemática sobre a qual se delineou a pesquisa centra-se na compreensão do processo de participação cívica entre jovens na sociedade portuguesa, mediante a análise dos factores que condicionaram o seu envolvimento e uso dos media digitais, nomeadamente a internet como ferramenta de interacção entre a acção individual e colectiva no contexto sociopolítico envolvente. Teve como objectivo investigar, além das práticas on-line e off-line, as motivações dos jovens envolvidos no movimento Indignados Lisboa (IL) e as suas singularidades.

Assim, a questão central orientou-se em dois eixos gerais, relacionados entre si: um primeiro, que procura identificar os catalisadores da participação cívica; um segundo, tenta compreender o papel que a participação e o activismo (local e global) desempenham na vida dos jovens participantes na pesquisa. Partimos em defesa de que a internet e as suas plataformas são fortes aliados na disseminação do papel do jovem na condição de actor político na sociedade. A internet, quando utilizada para fins activistas, faz a mediação entre redes de contacto, permitindo alargar em grande escala uma dinâmica de fluxos informativos e interactivos que tem impacto significativo na forma como os jovens demonstram o seu activismo na esfera pública (Valenzuela, 2012).

Em relação ao enquadramento teórico deste trabalho, o mesmo versa sobre três temas que se relacionam entre si: juventude, política e internet. Estes temas foram dispostos de modo a atender não somente a uma revisão bibliográfica, mas também a relacionar esta com a problemática deste trabalho. Procurámos no campo da sociologia, ciências políticas e ciências da comunicação a conciliação destes três temas (jovens, política e internet), tendo como base a chamada cultura cívica on-line. Assim, no primeiro capítulo, começamos por desenvolver a temática da cultura cívica entendida como base fundamental das trocas e comunicação entre indivíduos.

A cultura cívica on-line é alimentada na internet e é por nós entendida como, capaz de mobilizar e democratizar o acesso à informação. A proposta teórica do investigador dinamarquês Peter Dahlgren sobre cultura cívica é desenvolvida no primeiro capítulo como contributo para o tema em questão. Em seguida, o tópico da participação é analisado e entendido como elemento chave da cultura cívica. A participação política é moldada por diferentes tipos de comportamentos e atitudes formais e não formais nos quais os cidadãos se envolvem. Abordamos as considerações de Sigel & Hoskin (1981), que igualmente desenvolvem o tema do envolvimento político caracterizado por tudo aquilo que nos envolve e afecta as qualidades e características das nossas vidas públicas. Ainda sobre o tema da participação, contextualizamos o mesmo em Portugal, mencionando alguns estudos que ao longo dos anos foram aparecendo sobre a temática da juventude no país. Dando continuidade ao tema, fazemos uma contextualização crítica sobre os novos rumos da participação na actualidade e o

posicionamento dos jovens nesta questão.

A crise do modelo de democracia representativa é sentida através da perda de eficácia e confiança dos cidadãos nos partidos políticos, na administração estatal, no sistema legislativo e no poder judiciário. Quanto aos mais jovens, a falta de confiança nas instituições políticas e no modelo de democracia representativa, não é factor de apatia e falta de interesse dos mais jovens para com os assuntos políticos. Ao contrário, estes estão procurando novas formas de participação que sejam próximas das suas realidades e quotidianos, moldada pela conexão mais próxima aos grupos de pares e às redes sociais que se formam sobretudo on-line.

A internet tem mediado muitas acções cívicas que resultaram em mobilizações colectivas e participação alargada. Desta forma, as transformações no mundo da política também passam pela globalização. A cultura cívica, elemento base da pirâmide teórica deste trabalho, liga-se assim ao contexto da globalização através da internet, circuitos digitais e fluxos que neste meio on-line são produzidos. É desta forma que aparecem novas práticas de participação política e mobilização cívica no contexto da globalização, onde há espaço para se repensar a questão dos territórios locais e globais, bem como a validação das práticas tanto on-line como off-line.

No segundo capítulo, abordamos o tema da juventude na perspectiva sociológica, nomeadamente a temática das gerações, passando pelo contributo de Mannheim à teoria dos media. Procurámos, através da bibliografia, encontrar definições para o termo geração “à rasca”, dando-lhe significados que ajudam na interpretação sobre a realidade social e perfil dos jovens deste estudo.

Os estudos culturais em torno das *subculturas*, desenvolvidos pelo Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham, bem como as correntes críticas destes estudos, as abordagens *pós-subculturais*, foram revisitadas neste capítulo através da apresentação e evolução de ambas as correntes de estudo, bem como seus autores. Considerando o perfil dos jovens estudados bastante heterogéneo, procurámos extrair afinidades entre as teorias da juventude e a prática observada, o que implicou novas percepções acerca da compreensão da juventude pela óptica dos Indignados, permitindo fazer com isso uma actualização do tema e

críticas nalguns pontos onde a realidade estudada não se encaixava com a teoria revisitada.

Fechamos este capítulo com uma breve consideração sobre o tema das identidades relacionada com a realidade social do desemprego, falta de esperança no futuro e sentimento de insatisfação com o modelo de democracia político vigente. Propomos pensar a geração de jovens que se identificam como “indignados”, partilhando estes sentimentos com outros jovens, outras subculturas, em cenários que são reproduzidos também a partir do outro. Assim, o tema da subjectividade é tratado onde o *self* é desenvolvido não como um si mesmo, mas como uma relação de um si para o outro (Rancière, 1995), onde o que está em jogo é uma disputa sobre a igualdade, produzindo contestações sobre a ordem identitária vigente (jovens precários). Por fim, lançamos mão das considerações de Nancy Baym (2010) sobre identidade e internet, sugerindo que esta é responsável por promover novas relações on-line e, portanto, por influenciar em vários aspectos a identidade pessoal.

O terceiro capítulo, intitulado de “Internet: o artefacto da acção política”, inicia-se com o debate de autores da sociologia (Bonfadelli, 2002; DiMaggio et.al, 2004) ligados aos estudos dos movimentos sociais e das ciências políticas (Bimber et al., 2005; Norris, 2001). As diferentes perspectivas teóricas são lançadas com o intuito de debater o papel dos media digitais perante o mundo da política. A discussão centra-se até onde a internet, enquanto meio de comunicação e ferramenta de mobilização colectiva, poderá contribuir para o aperfeiçoamento da relação entre o cidadão e a política.

O tópico seguinte deste capítulo versa sobre o uso da internet para fins políticos activistas. Neste capítulo são igualmente explorados os diferentes usos políticos da internet e os seus significados, tomado o exemplo da internet enquanto táctica que inclui práticas como o *hackativism*. Apresentamos ainda as principais plataformas on-line, Facebook, Blogues, Twitter, Youtube, e a forma como estas se transformam em artefactos da produção activista em rede. Nestas plataformas sociais, os utilizadores podem realizar trocas comunicativas mediadas pelo computador a nível local e global, criando assim laços e espaço para o surgimento de actores mediadores que vão influenciar o aparecimento de novas redes solidárias activistas e movimentos sociais.

Dada por concluída a parte teórica, a segunda parte da investigação tem início com o quarto capítulo e traz o percurso metodológico desenvolvido ao longo do presente trabalho, relatando as dificuldades encontradas no caminho e os constrangimentos inerentes à internet como cibercampo empírico. A aplicação de inquéritos on-line, identificação de produtores de conteúdos, são alguns dos temas abordados sobre esta questão. O método etnográfico on-line, ou netnografia, contextualizado por Roberts Kozinets (2010) e Christine Hine (2000), foi o nosso aporte metodológico para interpretar o comportamento dos utilizadores on-line. Abordamos alguns exemplos do uso deste método nos estudos sobre comunicação mediada pelo computador, assim como algumas problematizações sobre o papel do investigador nesse contexto.

O quinto capítulo, “Decodificando as práticas on-line” constitui o início da terceira parte desta investigação, e traz a primeira amostra dos resultados da triangulação metodológica proposta. O uso da rede social *Facebook* pelo movimento dos IL é aqui descrito, sendo analisado de que forma a cultura cívica on-line se constrói neste espaço interactivo, através das ferramentas e funções disponíveis nesta plataforma social on-line, transformando-a num artefacto de mobilização social e instrumento de activismo e participação política entre os mais jovens, onde a partilha, a mobilização e o debate se encontram presentes. A partir da análise da página “Democracia Verdadeira Já” são analisadas as interações entre os participantes em termos quantitativos e qualitativos.

O sexto capítulo descodifica as práticas off-line dos Indignados Lisboa através da imersão participativa no campo, no local dos acampamentos. A presença no local, nomeadamente na praça do Rossio, teve a função de permitir observar o que lá se passava, interagindo com os participantes e as actividades existentes. A experiência da observação participante resultou num diário de campo etnográfico cheio de relatos descritivos sobre os 12 dias do acampamento. Este diário teve a preocupação de descrever os cenários, os actores, as impressões do observador sobre a forma como o movimento dos IL deu um novo significado ao espaço público através da criação das assembleias populares.

O sétimo e último capítulo fecham a triangulação metodológica apresentando os

resultados das entrevistas feitas com 20 jovens integrantes do movimento dos IL. Nas entrevistas são reveladas as trajetórias individuais de jovens que se uniram, sem nenhuma ligação prévia, para fazer parte do movimento dos IL. Os temas sobre trajetórias e ligações políticas, bem como as razões e motivações em juntar-se a outros jovens na praça do Rossio, a relação com a família no que tange à socialização política e ao papel dos novos media nas suas vidas, foram trazidos à tona com o intuito de dar a conhecer através das respostas, o significado que os jovens têm de si mesmos, o seu papel na sociedade.

PARTE I

#ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Significados da Participação Política

1. Cultura Cívica

Lembro-me bem daquela noite. Costumava chegar a casa quase sempre às 20h, logo depois de jantar com colegas de doutoramento na cantina da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na Av. de Berna. Neste dia, fui ao computador e acessei à minha conta do *Facebook*. Na caixa de mensagens havia um convite, que partira de algures, convocando-me para uma manifestação agendada para o dia 12 de Março de 2011. Estávamos em início de Janeiro. No mês seguinte, voltei a ver o mesmo convite a circular nos perfis de amigos, só que desta vez em proporções gigantescas, o que imediatamente despertou a minha curiosidade para descobrir o que se estava a passar e por que tanta gente havia confirmado presença neste evento através do *Facebook*. Não demorou muito, e no mês seguinte foi desvendado o mistério. Afinal, a manifestação convocada on-line materializava-se fisicamente demonstrando a capacidade de mobilização especial que têm as redes sociais na internet. O resultado prático foi a manifestação intitulada de *Geração à rasca*. Semanas antes deste episódio em Lisboa, o mundo já havia assistido ao protagonismo da Primavera Árabe com repercussões e intensa actividade comunicativa através da rede social Facebook. Assim, é evidente constatar o surgimento de novas culturas cívicas que se formam, se repercutem e se reproduzem transnacionalmente, tendo como ponto de partida a esfera on-line.

Por outras palavras, estamos diante da representação de uma nova esfera pública alternativa cuja comunicação chega a um grande número de pessoas. Neste primeiro capítulo pretendemos desenvolver linhas argumentativas que consideramos apropriadas para discutir o tema internet e mobilização colectiva, considerando tratar-se de uma nova cultura cívica mediada pelo meio digital, onde os mais jovens são os principais protagonistas.

A presença dos media digitais, neste caso com grande força a internet, tem impacto directo nas rotinas e no carácter das novas culturas cívicas que se formam através de novos modelos de participação e mobilização assumindo a importância da mediação de todos estes factores. Designadamente consideramos a internet uma condição integrante do conceito de cultura cívica na actualidade e também de uma espécie de *habitus* cívico, recuperando o contributo de Pierre Bourdieu. Esse *habitus* cívico que carrega uma grande carga e trajectória individual construído ao longo da vida, encontra na cultura cívica, em especial a mediada na esfera on-line, o caminho para a participação colectiva, demonstrando algo novo e dissociado da ideia clássica de que a herança cultural é condição necessária para o êxito dos indivíduos na colectividade. Pierre Bourdieu (1987) fala-nos de capital cultural transmitido pela família, como factor importante na acumulação de experiências e resultados distintos entre classes sociais diferentes, sendo que o capital cultural pode apresentar-se como resultado do estado incorporado, como estado objectivado e como estado institucionalizado. Segundo Bourdieu, este capital cultural só prevalece na medida em que é apropriado.

O capital social é outro que inclui a educação, as tradições e trajectórias familiares e outras fontes sociais. O poder simbólico fundamenta-se precisamente na obtenção dos símbolos, instrumentos valorativos da inclusão social. Na concepção de Bourdieu, o processo de consumo tem consequências culturais, designadamente através da discriminação implícita dos que têm acesso e dos que não têm acesso aos bens culturais. O *habitus* é ele mesmo um conceito que dá conta da discriminação no acesso e posse dos bens culturais (1994: 115). Para Bourdieu, o processo de consumo tem consequências culturais, designadamente através da discriminação implícita dos que têm acesso e dos que não têm acesso aos bens culturais.

Se a internet é por nós entendida como o bojo da cultura cívica, capaz de mobilizar e democratizar o acesso à informação e ao espaço público, a ideia de *habitus* de Bourdieu sobre a discriminação ao acesso é superada pelas relações interactivas entre os jovens a nível global e pelo uso específico da internet para questões de ordem política, que não depende do acesso em si a este bem, mas do uso específico que os mais jovens fazem do mesmo. Isso demonstra que, mais do que propriamente a herança do capital social e cultural, o que está em primeira linha são as trocas e o valores que as mesmas geram. Como bem observou Appadurai (1989), as mercadorias

(ou por que não as relações sociais) enquanto elemento social, podem fazer com que pessoas de diferentes proveniências culturais se possam relacionar. Por outras palavras, o acesso pode implicar que actores de sistemas culturais diferentes, possam interligar-se através de factores temporais, culturais e sociais.

Ao abirmos este debate, estamos a caminhar no sentido de enxergar a cultura cívica como base fundamental das trocas, comunicação e engajamento político, no contexto apropriado ao nosso objecto de estudo, os *jovens indignados* em Lisboa. Ao passo que as visões sobre a cultura política da contemporaneidade (nos estudos culturais) tendem a centrar-se nos sujeitos, onde o conhecimento subjectivo é a chave mestre que permite que o indivíduo se expresse de diversos modos com possibilidades de serem agentes da mudança, o modelo de “cultura cívica” desenvolvido por Peter Dahlgren é uma alternativa teórica que nos interessa no esclarecimento do conceito de cultura cívica associado aos media.

Dahlgren (2011) define que culturas cívicas são os recursos culturais que servem de suporte para a participação dos cidadãos. As culturas cívicas englobam uma pluralidade de acções e modelos de participação que operam a nível da realidade quotidiana do indivíduo ou do *habitus* cívico conforme Bourdieu (1994). O conceito de cultura cívica de Dahlgren propõe uma abordagem construtivista e realista da cultura ao invés de sistemática, privilegiando assim a capacidade dos sujeitos interagirem independentes e fora do ambiente formal das instituições democráticas. Portanto, é pensar a política a partir da esfera do quotidiano, da individualidade.

A este propósito, Machado Pais (1993) argumenta que a ideia de quotidiano passa pela verificação de que a “vida quotidiana” é um termo que se tem imposto, orientando reivindicações, atitudes, discursos. Por outro lado, diz o autor que o quotidiano pode constituir um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais (idem: 9).

Segundo Pais, a sociologia do quotidiano revela retratos sociais a partir do quotidiano. A sua lógica é a do descobrimento, da revelação, seja em seu sentido

místico ou fotográfico²: “O verdadeiro desafio que se coloca à sociologia do quotidiano é o de revelar a vida social na textura ou na espuma da aparente rotina de todos os dias, como a imagem latente de uma película fotográfica” (Pais, 1993: 111).

Assim, entendemos que as atitudes cívicas dos jovens na contemporaneidade, implicam observar os seus quotidianos, os espaços por onde transitam, os meios que os conectam. Observar a quotidianidade requer um foco nos actores e nas suas acções e também nas circunstâncias em que essas acções acontecem. Por outro lado, Dalghren vai dizer-nos ainda que para a cultura cívica ser validada é preciso que os indivíduos se transformem em cidadãos activos de forma a se reconhecerem em si mesmos como membros e potenciais participantes no desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, a identidade é um factor-chave para o entendimento dos jovens enquanto actores sociais ou de agência cívica e também o elemento que irá fazer a ligação entre cultura cívica, projecto reflexivo (Eu) e participação colectiva. Peter Dalghren (2009) afirma que o *self*, como projecto reflexivo, aponta para que as identidades de pertença não sejam apenas produtos subjectivos dos indivíduos, pois também devem envolver um colectivo e a relação com mecanismos institucionais na sociedade (Dalghren, 2009: 64). A agência, ou seja, a capacidade para tomar decisões e actuar segundo uma identidade, está integrada e actua num circuito dinâmico e mais vasto das culturas cívicas com relevância política. Culturas estas que, segundo Dahlgren, são padrões de comunicação, práticas e sentidos.

Na leitura de Dahlgren, as culturas cívicas são complexas e multiformes. Não implicam homogeneidade entre os seus membros e suas acções. Apontam para as diferentes formas de participação no quotidiano, nas instituições da sociedade civil, implicando engajamento no espaço público e envolvimento na actividade política. Um dos aspectos importantes no conceito de cultura cívica de Dalghen, é o diálogo entre estruturas sociais, como a família e as escolas, e sem esquecer outros factores como as relações económicas e de poder, o sistema legal, as estruturas de género e de etnicidade.

² Machado Pais (1989) perspectiva a sociologia do quotidiano como uma sociologia “retratista” no sentido em que Simmel utilizava os seus *snapshots* relacionado com a lógica da descoberta onde a realidade social se insinua, através de uma percepção descontínua do social.

A perspectiva de Peter Dahlgren sobre culturas cívicas também abre caminhos para compreender melhor a presença dos media neste processo colectivo. Para chegar a este ponto, o autor estabelece inicialmente três dimensões mais relacionadas com a tradição da comunicação política (conhecimento, valores e confiança) e três dimensões mais culturais (espaços, identidades e práticas). Segundo Peter Dahlgren, o conhecimento é ponto de partida para a participação. Também é preciso discutir em que moldes os cidadãos são igualmente capazes de adquirir novos conhecimentos, pelo que é desde logo necessário um determinado grau de literacia. Os valores relacionam-se com as nossas convicções profundas nos modos de vida, respeito pelas opiniões dos outros e capacidade para viver em sociedade respeitando os outros. Valores partilhados colocam os indivíduos numa mesma cultura comunicativa, mas claro que não previnem antagonismo. A confiança, assim como os valores, está muito ligada às identidades. Peter Dahlgren considera que a confiança, usualmente identificada como um elemento bom da comunicação, tem de existir sempre, pelo menos num nível mínimo para que os grupos, e os seus elementos, queiram participar.

As outras três dimensões, mais na perspectiva dos estudos culturais, incluem a importância dos espaços, identidades e práticas, elementos essenciais da teoria cultural contemporânea. Os media incluem-se especificamente na dimensão dos espaços, na sua dimensão física e virtual, contribuem na sua singularidade para o campo comunicativo e são os diferentes espaços que permitem que as pessoas se possam encontrar, falar e opinar, tomar decisões.

As identidades, relacionadas com a confiança, são um forte elemento para as outras dimensões, referem-se à visão subjectiva das pessoas enquanto membros e participantes na democracia, agentes, e estão muito ligadas às práticas e emoções. (Dahlgren, 2009: 120), ou seja, enquanto agentes da mudança social o que melhor funciona é o contexto da colectividade. As práticas circunscrevem-se como sendo um dos passos seguintes no processo de participação, corolário da cultura cívica protagonizada de diversas maneiras. A participação envolve um fazer, uma actividade que possa ser observável (Dahlgren, 2010: 2).

Procuramos fundamento nas seis dimensões da cultura cívica propostas por Dahlgren para dar continuidade e desenvolver uma argumentação teórica ao longo deste primeiro capítulo sobre política e participação da juventude do ponto de vista

dos *jovens indignados*, que orienta este trabalho, pontuando convergências e divergências teóricas, conforme necessário.

1.1 Participação e envolvimento enquanto elementos-chave da cultura cívica

O tema da participação, embora bastante abrangente na literatura, em várias discussões restringe-se às formas tradicionais e institucionais, a exemplo do voto. Direccionados a observar o ambiente dos jovens americanos, Sigel & Hoskin (1981) desenvolveram quadros teóricos de referência que ajudam a compor as tipologias de participação do ponto de vista individual e sociológico.

A participação política, segundo os autores, é moldada por diferentes tipos de comportamentos e atitudes formais e não formais, nos quais os cidadãos se envolvem. Sigel & Hoskin argumentam que o comportamento político é a chave para perceber o real envolvimento dos actores na política. O envolvimento político na democracia é sinónimo do bom exercício da cidadania, sendo que este bom exercício é precedido de alguns factores. É preciso desenvolver uma capacidade intelectual que estimule de certo modo o envolvimento político. Na visão dos autores, tal como também afirma Dalghren (2009) o consumo de informação torna-se necessário para que se possa estimular as preferências políticas e avaliar as práticas que emergem deste campo na sociedade (Sigel & Hoskin, 1981: 42). A informação geralmente inclui o conhecimento do sistema político e o seu funcionamento. Cidadãos bem informados são a base que constitui a cidadania democrática, seguida da participação. Os autores mencionam que o elemento emotivo é igualmente importante no despertar do interesse político dos jovens, ainda que coincida, numa dada fase, entre a tensão emocional, as expectativas e a crise de identidade. A sensibilidade para com as injustiças sociais mistura-se, nesta fase de vida, com as reflexões sobre essas questões e o seu papel no mundo, nascendo portanto um idealismo e aspirações políticas.

Na visão dos autores, envolvimento político caracteriza-se por tudo aquilo que nos envolve e afecta as qualidades e características das nossas vidas públicas. O que importa é a forma como o envolvimento acontece e de que forma os indivíduos se considerem eles próprios parte do contexto político (idem: 51). Sigel & Hoskin

conceptualizam pelo menos três dimensões para caracterizar o envolvimento político: *afeição, cognição e comportamento*.

A afeição na política, de acordo com os autores, refere-se ao sentimento das pessoas perante os sistemas políticos, podendo este sentimento ser negativo, positivo ou neutro. Os autores citam o patriotismo como uma manifestação positiva da afeição que um determinado indivíduo manifesta. O envolvimento cognitivo na política refere-se à percepção individual e atitude dos sujeitos através de um conjunto de informações e o significado que atribuem a estas informações, enquanto que o comportamento político dos sujeitos caracteriza-se pelas actividades em que estão envolvidos.

Por outro lado, os autores não deixam de enfatizar que o envolvimento político dos indivíduos requer alguns custos, sejam eles de tipo material, temporal e intelectual. Portanto, trata-se de uma garantia individual ou colectiva, material ou não material. É neste contexto que sublinhamos a mais-valia da aproximação dos mais jovens às novas tecnologias. A internet tem sido bastante benéfica, por diminuir alguns dos custos do envolvimento tradicional e participação política, facilitando a interacção on-line através das redes sociais, blogues, fóruns, estimulando assim um envolvimento mediado por novos canais interactivos.

A prática da participação política está profundamente associada a “engajamento”, outro termo que concorre para delinear os contornos de uma prática participativa. Tanto na literatura sobre o assunto quanto no senso comum, diz-se dos jovens dedicados a uma causa (política, social, cultural, ecológica, etc.) que são “engajados”. O engajamento (ainda que este termo não seja muito utilizado na literatura académica em Portugal) pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas de estudo, como, por exemplo, as perspectivas histórica, sociológica, literária e filosófica. E embora obviamente tais perspectivas partam de fundamentações e estruturas distintas, podemos perceber semelhanças entre elas e pontos em comum em relação ao que definem como “engajamento”.

Na filosofia, Jean-Paul Sartre (1987) dedicou especial atenção à noção de engajamento, um dos pontos principais da sua filosofia existencialista. Segundo o filósofo, o engajamento compreende a possibilidade de o homem dar um sentido real à sua existência, uma vez que a consciência humana está intrinsecamente ligada ao

mundo. Estar engajado, na perspectiva de Sartre, significa estar situado na realidade que nos circunda, e da qual fazemos parte: ser engajado é participar de um conjunto de valores, atitudes, e de um processo de formação de identidade. O modelo de engajamento em Sartre enfoca os casos intermédios entre o conformismo e a revolta, tendo como preocupação a transformação. O autor acredita que o indivíduo possui um considerável poder de decisão sobre os produtos da história (Sartre, 1987) na medida em que o engajamento significa uma participação plena, e esta se faz pela consciencialização da pertença a uma sociedade e a um momento histórico e político.

Associada ao conceito de engajamento na obra sartreana, está a ideia de compromisso. Segundo Sartre, o compromisso orienta um projecto de vida. Isto é, o indivíduo compromete-se com um projeto de acção efectiva muito maior do que meras acções esporádicas sem um objectivo determinado. Tal engajamento deve ser entendido no seu sentido existencial, ou seja, como visão do mundo, o que representaria, segundo Sartre, a base para a efectiva transformação do que está estabelecido, a partir de uma mudança individual concreta. Sartre afirma que os fins particulares do engajamento, ou as suas razões, devem ser levados em conta, pois “é preciso ir mais longe e considerar em cada caso o papel do indivíduo no acontecimento histórico” (Sartre, 1987:168). O autor enfatiza nas manifestações do engajamento, a subjectividade, o particular e a especificidade de cada acto do homem ao engajar-se. A historiadora Michelle Perrot (1998) relaciona o engajamento com o sentimento de intolerância diante da injustiça e a indignação provocada pela arbitrariedade. Nas palavras de Perrot: “Esse sentimento de uma responsabilidade pela infelicidade do mundo, torna urgente “fazer alguma coisa”, supõe uma representação da sociedade como uma soma de relações interdependentes sobre a qual é possível agir (Perrot, 1998: 6). Para a autora, o indivíduo dito engajado é o que se mobiliza em torno de objectivos políticos, seja a luta pela garantia das liberdades democráticas, pelos direitos dos cidadãos, contra as ditaduras, pela reunião ou separação dos territórios de uma nação, em defesa da classe operária, em defesa dos oprimidos, ou tantas outras lutas.

A socióloga Alzira Alves de Abreu (2000) define igualmente o engajamento como uma atitude pessoal, por tratar-se de uma decisão voluntária. A autora concorda que o

engajamento político significa a adesão a uma ideologia, crença e o exercício de uma actividade organizada no interior de um partido ou movimento. Ligado à perspectiva da literatura, o crítico francês Benoit Denis, na sua obra *Literatura e Engajamento: de Pascoal a Sartre* (2002), mostra uma concepção ampla do termo. Engajar, no sentido amplo e literal, significa colocar em penhor; engajar-se é, portanto, dar a sua pessoa ou a sua palavra em penhor, servir de caução e, por conseguinte, ligar-se por uma promessa ou juramento constrangedor. Na concepção do crítico francês, uma das primeiras postulações sobre o significado do que seja uma literatura engajada (neste caso engajamento relaciona-se com a criação ou produção cultural, e não apenas com envolvimento numa causa), o engajamento significa uma participação plena, e esta faz-se pela tomada de consciência da pertença a uma sociedade e a um momento histórico e político, o que exige assumir o papel de agente ou actuante, em substituição do papel de espectador.

A diferenciação entre o termo engajamento e o termo mais vasto “participação” (ainda que caracterizada como política, social, cultural, etc.) baseia-se na seguinte sistematização das concepções dos autores estudados: o engajamento é definido aqui como a adesão voluntária de alguém a uma ideologia ou conjunto de ideias, ligada necessariamente à dedicação desse alguém à causa em questão, por meio de uma acção concreta, organizada e sistemática, tendo em vista a efectiva transformação do que está estabelecido, numa tentativa de mudança das relações sociais, ou como busca emancipatória.

Estar engajado significa participar na causa em que se está envolvido, engajado. Em termos de participação cívica, os jovens que circunscrevem os interesses desta investigação, engajam-se politicamente através de meios tecnológicos e através deles medeiam comunicação, informação e interesses. Além disso, factores estruturais de ordem política e económica que afectam de algum modo o percurso de vida dos jovens estudados são igualmente determinantes na decisão de engajar-se politicamente, conforme discutiremos mais adiante.

Podemos afirmar ainda no contexto da discussão sobre engajamento político que este resulta na criação e consumo cultural enquanto modos de construção identitária e de afirmação pública através da organização de acções colectivas concretas. Assim, vale a pena referir aqui um pouco a discussão sobre a Teoria do Reconhecimento

Social, servindo-nos de referencial teórico que se liga a este tema. A nossa leitura é que a participação dos jovens no campo da mobilização pode ser entendida a partir da busca por reconhecimento. Para tanto, é importante considerar as perspectivas do filósofo social e sociólogo alemão Axel Honneth³ e da politóloga norte-americana Nancy Fraser⁴.

A Teoria do Reconhecimento está inserida no campo teórico da Teoria Crítica⁵. Os autores da Teoria do Reconhecimento atentam para a necessidade de se levar em consideração movimentos sociais com voz própria, e como estes últimos devem ser analisados pragmaticamente. A tentativa de manter acesa a chama da relação entre teoria e prática concreta define a sua importância como campo de estudo actual. O principal mérito da perspectiva teórica do reconhecimento é ter contribuído para o entendimento dos processos sociais de superação prática das estruturas de dominação, relações de poder naturalizadas, na medida em que problematiza o acesso selectivo e arbitrário de classes inteiras de indivíduos, em detrimento de outras, aos bens e recursos em disputa na sociedade (Souza, 2007).

Os autores Honneth e Fraser, cada um ao seu modo, buscam estabelecer uma posição crítica em relação às lutas, mobilizações sociais contemporâneas, teorizando o lugar da cultura no capitalismo e pensando os padrões de justiça. A preocupação de Honneth está voltada para a construção de uma teoria sociológica do reconhecimento. Como Honneth, Fraser também discute os aspectos filosóficos e sociológicos da Teoria do Reconhecimento, mas o seu interesse principal está localizado na análise dos recentes movimentos sociais e das lutas políticas que os singularizam. Honneth esclarece que o conceito de “reconhecimento” não possui uma definição clara, quer seja na linguagem quotidiana, quer seja na filosofia (Honneth, 2007: 14).

³ Em 1996, Honneth sucedeu Habermas (de quem fora assistente) em seu posto no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, e em maio de 2001 assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social, da mesma universidade (Nobre, 2007).

⁴ Nancy Fraser é professora de ciência política na New School, New York, e editora da revista internacional *Constellations*.

⁵ A primeira elaboração sistemática da Teoria Crítica foi realizada por Max Horkheimer, diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, no artigo *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de 1931. Ao assumir a cátedra da Universidade que cabia ao Instituto, dando-lhe o nome de “Filosofia Social”, em 1930, Horkheimer lança a proposta de um ambicioso programa de pesquisa interdisciplinar cuja referência teórica fundamental era a obra de Karl Marx e o marxismo, excluído via de regra das instituições universitárias nesta época. Estava inaugurada a vertente intelectual da Teoria Crítica, que tinha como premissa desenvolver e atualizar as intenções marxistas em um novo contexto histórico (Nobre, 2003).

De facto, o conceito de reconhecimento só começa a ganhar um lugar central durante as duas últimas décadas, com o surgimento de uma série de debates políticos e movimentos sociais que lhe demandaram uma consideração mais acentuada. Quer nas discussões sobre o multiculturalismo, quer no auto-esclarecimento teórico do feminismo, rapidamente surgiu como um ideal partilhado a visão normativa de que os indivíduos ou grupos sociais têm de ser aceites e respeitados nas suas diferenças. Desde então, foi um pequeno passo até à compreensão generalizada de que a qualidade moral das relações sociais não pode ser mensurada exclusivamente em termos de uma distribuição justa ou equitativa dos bens materiais (Honneth, 2007: 81). Para Honneth, a ideia de justiça está essencialmente relacionada com a concepção de como os indivíduos se reconhecem reciprocamente e interagem em sociedade. A teoria de Honneth, inspirada em Hegel, é fundamentada na ideia de que a base da interacção social é a luta por reconhecimento. O seu objecto central, portanto, é o conflito social. Honneth afirma que a luta por reconhecimento é “o elemento no qual se movem e se constituem a subjectividade e a identidade individual e colectiva” (idem: 112). Segundo o autor, os indivíduos constituem-se como pessoas unicamente porque, na perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a referir-se a si próprios como seres que possuem determinadas propriedades e capacidades.

Segundo Honneth (2003), há três esferas de reconhecimento: a esfera individual, a esfera social e jurídica, e a esfera mais ampla que engloba a solidariedade (onde actuam os movimentos sociais, por exemplo). A cada uma destas três esferas de reconhecimento, corresponde um tipo de desrespeito, ou injúria moral, cuja experiência pode influir no surgimento dos conflitos sociais.

Em contraposição ao modelo de identidade de Honneth, Fraser propõe o seu modelo de status, onde o que exige reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status dos seus membros como parceiros plenos na interacção social. Segundo a autora: “O não reconhecimento, consequentemente, não significa a depreciação e a deformação da identidade do grupo, mas sim a subordinação social no sentido de ser impedido de participar como um par na vida social” (Fraser, 2007:117). A abordagem de Fraser tem como fim a paridade participativa, não-sectária. Este modelo, segundo a autora, traz a vantagem de permitir que as reivindicações por reconhecimento se justifiquem sob condições modernas de pluralismo de valor.

No modelo de status, o objectivo da superação da subordinação é estabelecer o grupo não-reconhecido como um membro efectivo da sociedade, capaz de participar ao mesmo nível de todos os demais membros. Ou seja, entender o reconhecimento como uma questão de status é examinar os padrões institucionalizados de valor cultural pelos seus resultados na posição relativa dos agentes sociais. Se e quando tais padrões constituem esses agentes como pares, capazes de participar ao mesmo nível uns com os outros na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando, em contraposição, os padrões institucionalizados de valor cultural constituem alguns agentes como inferiores, excluídos, completamente diferentes ou simplesmente invisíveis, consequentemente como menos que parceiros plenos na interacção social, então podemos falar de não-reconhecimento e subordinação de status (Fraser, 2007:18).

O não-reconhecimento surge, no modelo de status de Fraser, quando as instituições estruturam a interacção de acordo com normas culturais que impedem a paridade da participação. A autora cita alguns exemplos do que considera casos de não-reconhecimento segundo o seu modelo: as leis matrimoniais que julgam as uniões entre o mesmo sexo como ilegítimas; as políticas de bem-estar social que estigmatizam as mães solteiras como “parasitas sexualmente irresponsáveis”; e as práticas de policiamento, cujos “delineamentos raciais” associam indivíduos à criminalidade conforme a cor de sua pele. Em cada caso, portanto, faz-se apropriada uma determinada reivindicação de reconhecimento, onde o objectivo não está na valorização da identidade do grupo, mas sim na superação da subordinação.

Na medida em que as reivindicações por reconhecimento no modelo de status buscam estabelecer o indivíduo subordinado como um parceiro pleno na vida social (capaz de interagir com os outros como um par), têm como objectivo desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade da participação, substituindo-os por padrões que a possam favorecer (Fraser, 2007:18).

Neste sentido, a questão do reconhecimento traça um importante paralelo com a conjuntura actual. Ou seja, o cenário de mobilização e indignação contra o sistema capitalista, a crise económica e social, envolve diferentes sujeitos que clamam colectivamente pelos seus espaços de reconhecimento, onde, no caso dos jovens, sobretudo os portugueses, são os sujeitos de uma geração “à rasca” que se quer fazer

ouvir, indignar e impor mudanças ao modelo económico que não os considera e reconhece. A partir desta discussão teórica é que começamos a unir os pontos de ligação para entender a cultura juvenil aqui estudada do ponto de vista da participação política actual e o significado da presença dos jovens enquanto actores sociais em busca do seu espaço e reconhecimento na esfera pública. Para tal, é importante entender os processos e dinâmicas culturais que moldam a forma como os jovens emergem no contexto político e social enquanto cidadãos activos.

1.2 Participação da juventude em Portugal

Em Portugal, ao longo dos anos, foi-se constituindo um largo acervo bibliográfico⁶ sobre a temática da juventude, culturas juvenis, lazer, mercado de trabalho, sexualidade, entre outros assuntos dominantes, com escassa incidência sobre a participação dos jovens portugueses no campo cívico. Embora o tema da participação cívica não ocupasse grande parte das preocupações académicas, estiverem sempre presentes em Portugal estudos que por sua vez contribuíram para dar conta desta realidade no país. Queremos destacar alguns daqueles que consideramos relevantes sobre o tema do civismo, associativismo, participação política dos jovens portugueses em diferentes períodos históricos.

⁶ Uma das importantes obras sobre as várias temáticas da juventude em Portugal: “Juventude Portuguesa: situações, problemas e aspirações”, editado em 1987 pelo Instituto Português da Juventude (IPJ) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS). Este volume apresenta os resultados globais do inquérito nacional à juventude portuguesa representativo da população entre os 15 e os 29 anos, encomendado pelo ministro da Juventude, Couto dos Santos, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A colecção resultou noutras sete publicações abordando os seguintes temas: A Educação e a Escola, O Trabalho, o Emprego, a Profissão; Os Jovens e o Futuro: Expectativas e Aspirações; Usos do Tempo e Espaços de Lazer; A Convivialidade a Relação com os Outros; Dinheiro e Bens Materiais; A Identidade Nacional e Social dos Jovens. Em 1998 a editora Celta em Portugal publicou “Jovens Portugueses de Hoje” com base num inquérito nacional aplicado em 1997 a uma amostra representativa da população juvenil portuguesa. O volume traça os perfis sociais dos actuais jovens portugueses sob as seguintes questões: Que projectos e trajectórias caracterizam os jovens em domínios como a escola e o trabalho? Que atitudes e modelos de comportamento têm perante a sexualidade e a vida conjugal? Que noção da identidade nacional constroem e como se combina esta com a cidadania europeia emergente?. Outra publicação relevante “Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea” editada em 1999 pelo ICS/SEJ. Trata-se de um estudo baseado num inquérito nacional à população portuguesa, indiciando os sistemas de valores em torno dos quais mais se identificam as diferentes gerações no contexto da sociedade portuguesa contemporânea. Aborda dimensões como atitudes perante a vida, moralidades e éticas de vida; atitudes perante a sociedade; a escola, o trabalho e o emprego; a vida familiar; a vida amorosa e sexual e a vida.

Estudos sobre a participação política da juventude em Portugal, em meados da década de 80⁷, dão conta da formação de uma classe política juvenil, a partir do contexto histórico do país, mostrando que a formação da institucionalização organizada da participação política da juventude atingiu o seu auge após o 25 de Abril de 1974. A partir da década de 80, prevaleceram na vida política da juventude portuguesa aspectos mais organizacionais (Cruz, 1990: 224), categorizando assim um grupo definido como elites políticas juvenis, na sua maioria homens, estudantes com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, advindos das classes média e alta (idem: 229). As primeiras impressões destes estudos realizados mostraram resultados não muito diferentes daqueles que se vêm discutindo em termos de participação política juvenil nos últimos anos.

A caracterização da participação e da abstenção política da juventude portuguesa apontou para a constatação de que estas são quase exclusivamente variáveis de comportamento que dependem do grau de integração, informação, interesse e mobilização. De acordo com Cruz, o que mais parece afectar os níveis de participação política da juventude são factores que condicionam igualmente a da restante população portuguesa, a saber: o desenvolvimento político e a cultura política. Entende o autor por desenvolvimento político a livre participação e inclusão dos cidadãos nas instituições políticas enquanto que a cultura política é estruturada na forma como as instituições partidárias e formas de governo estão organizadas (Cruz, 1990: 73). Na referida década, as organizações partidárias de juventude foram os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens em Portugal. “Se não absorvem toda a existência e procura de intervenção dos jovens na vida política, ocupam pelo menos esse espaço político de uma forma muito alargada, constituindo-se como a grande expressão visível da participação formal e organizada” (Cruz, 1990:248)

Os estudos de Manuel Braga da Cruz sobre a participação política da juventude em Portugal concatenam elementos relevantes para as próximas discussões. O autor ressalta que a socialização é uma das mais importantes condicionantes de participação política. Diz o autor que por socialização deve entender-se não apenas o processo de

⁷ Cf. Manuel Braga da Cruz “A condição social da juventude portuguesa”, In *Análise Social*, vol. XX, 1984, pp.285-307.

interiorização de normas, mas também o de submissão às normas, ou seja, não só a orientação para objectivos políticos, mas também a participação ou envolvimento político. A questão do móbil da acção política dos jovens é outro factor considerado. Segundo o autor, a mobilização política como recrutamento ou acção de arregimentar actores para a política, faz-se sempre em torno de valores.

Sobre o tema da participação política e do associativismo entre jovens portugueses, foram poucos os estudos que se dedicaram de forma aprofundada às questões das representações que os jovens têm dos mecanismos políticos e associativos. Na obra “O perfil dos Estudantes do Ensino Superior”, publicada em 2001, dá-se conta de um projecto de investigação por uma equipa do CEOS-Investigacões Sociológicas da Universidade Nova de Lisboa, que teve por objectivo conseguir um conhecimento mais aprofundado e rigoroso da situação socioeconómica da população estudantil, nos diversos subsistemas de Ensino Superior, universitário e politécnico público e privado. Neste estudo foi abordado o tema do associativismo e da participação política dos estudantes do ensino superior. O Estudo, neste âmbito, revelou que apesar das variações em função do tipo de associações, apenas uma percentagem inferior a 10% dos inquiridos participa ou pertence a associações.

Este resultado demonstrou que a frequência do Ensino superior não motiva os jovens à participação em contextos associativos, pois estabelece uma competição entre formas de sociabilidades informais e formas de sociabilidade institucionais. O estudo desmistifica ainda as questões relacionadas com a participação política e a origem socioeconómica em que estão inseridos, pois verificou-se que mais do que um problema estrutural e económico, o desinteresse e apatia estiverem presentes nos sectores mais favorecidos, enquanto que a falta de informação e menor acesso a leitura sobre política estiveram na razão da não participação política dos menos favorecidos (Balsa *et al.*, 2001: 179).

Outros estudos⁸ sobre a participação cívica da juventude revelaram diferentes resultados. O estudo divulgado pelo Instituto Português da Juventude (IPJ), intitulado

⁸ Referência a este tema: Isabel Menezes et. al (Eds.) (2005). *Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses* de Isabel Menezes *et.al.* Um Estudo Internacional. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa que aborda a temática da cidadania entre os jovens portugueses.

Associativismo Juvenil e a Cidadania Política, de 2005, traz-nos dados sobre a participação e o comportamento cívico dos jovens portugueses, tendo sido discutidas as seguintes questões: Que pensam os jovens portugueses sobre o papel dos cidadãos, dos seus direitos e deveres? Que sentimentos e preocupações manifestam em relação ao funcionamento das instituições políticas e da própria democracia? Que presença registam nas associações voluntárias em que assenta parte significativa da sociedade civil? E em que medida se sentem chamados a participar na acção política, inclusive no exercício eleitoral?

O estudo foi dividido em seis partes sendo as três primeiras dedicadas às análises dos indicadores de participação juvenil, revisitando as práticas associativas e voluntárias, o exercício eleitoral e os comportamentos face ao sistema institucional de representação, e, por último, o envolvimento em actividades e iniciativas de natureza política, não contemplando o uso das novas tecnologias, ficando centrada nos modelos de participação cívica tradicionais. As três restantes partes exploram os impactos nas atitudes face ao campo político, às representações sobre a cidadania e ao funcionamento que a democracia tem na participação associativa e política dos jovens. Os resultados obtidos através da aplicação de questionários revelaram dados interessantes que ajudaram a mapear a conduta dos jovens portugueses na vida cívica e associativa, seja ela na esfera política, religiosa, comunitária. Como resultado global da participação associativa dos jovens portugueses, constatou-se que a pertença associativa não se afigura particularmente elevada, ou seja, apenas um em cada quatro jovens admite ter pelo menos uma filiação associativa em 26,7% (Ferreira & Silva, 2005: 8). Dentro das razões que contribuem para explicar a cultura do associativismo juvenil, a escolaridade afigura-se como um importante factor definidor do engajamento dos jovens em algum tipo de instituição.

Quanto à experiência eleitoral dos jovens, revelou-se que eles atribuem uma elevada importância às eleições e, por conseguinte, ao processo democrático formal, sendo a participação eleitoral encarada sobretudo como um imperativo cívico e menos como uma mera opção.

Observou-se também que o apoio ao processo eleitoral é mais evidente à medida que a idade avança e a entrada na vida adulta estabiliza, sendo também sustentado por quem tem um nível socioeconómico e de instrução mais elevado (Ferreira & Silva,

2005 37-38). Sobre o panorama da participação juvenil em termos de acções e de iniciativas de natureza política o resultado apontou para uma participação baixa, revelando que um terço dos jovens inquiridos jamais subscreveu uma acção do tipo “ir a um comício”, “assinar uma petição” ou “fazer um donativo”. Em contraste com a participação física nos actos políticos, a pesquisa revelou uma maior consciencialização dos jovens no que diz respeito aos direitos e deveres, estando a participação focalizada mais na esfera cívica (dos cidadãos) do que nas esferas política (partidos) ou da solidariedade (instituições).

Sobre as análises das atitudes face à democracia e à participação política e social dos jovens destacam-se duas conclusões importantes. A primeira sublinha a presença de convicções democráticas bastantes generalizadas na população portuguesa, a par de um sentimento maioritário de descontentamento relativamente ao modo como a democracia funciona na sociedade portuguesa, associado à degradação das instituições democráticas, que têm revelado alguma dificuldade em darem de si mesmas uma imagem transparente e credível. A segunda conclusão revelou que apesar do sentimento de descontentamento, tal facto não provoca necessariamente a redução ou a dissipação da presença juvenil na esfera pública. Portanto, os dados mostraram que a participação política, quer em termos de comportamentos eleitorais e de filiação partidária, quer em termos de iniciativas e de actividades políticas, não foram particularmente expressivas.

Um outro estudo da Universidade Católica sobre os jovens e a política, concluiu que é evidente a insatisfação dos portugueses em relação ao funcionamento da democracia e “entre os mais jovens (15-17 anos) e os jovens adultos (18-29 anos), essa insatisfação é algo menos pronunciada do que entre os mais velhos” (Magalhães e Sanz Moral, 2008: 2). Excluindo o voto, os portugueses tendem a ser cépticos em relação à eficácia da participação política dita convencional ou tradicional, aquela que se dá através dos partidos e é orientada para o processo eleitoral, em comparação com outras formas de participação. Os jovens seguem este padrão, mas com uma nuance importante: em geral – e mais uma vez exceptuando o voto – tendem a ser menos cépticos do que os mais velhos em relação à eficácia de todas as formas de participação política, convencionais ou não. Já no que diz respeito ao voto, a sua eficácia, do ponto de vista dos jovens, sofre a “concorrência” de outras formas de

participação, especialmente a ligada ao associativismo e ao voluntariado (Magalhães e Sanz Moral, 2008: 2 e 3).

Apesar de o voto, como já vimos, ser considerado uma das práticas de maior empoderamento numa democracia, está muito identificado com situações restritas de política institucional. Os estudos têm mostrado tendencialmente que os jovens são os que menos se identificam com o “voto”, especialmente quando estão perante novas formas mediáticas de potenciação da participação.

Tendo em conta a participação política, as atitudes e os comportamentos, o estudo de Magalhães e Sanz Moral propõe uma justificação para o desfasamento entre o grau de envolvimento na política mostrado pelas atitudes e o grau de informação política dos jovens: poderá ter a ver, em parte, com um menor interesse pela política convencional – eleitoral, partidária e institucional – que tende a dominar a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social (2008: 27).

Os autores identificam como formas de participação convencionais: votar, colaborar com um partido político e contactar políticos; e não convencionais: colaborar com organizações ou associações voluntárias, chamar a atenção dos meios de comunicação, participar em manifestações, participar em actividades ilegais de protesto. Os resultados, contudo, apontam para que o voto ainda seja visto como o meio mais eficaz de participação política (Magalhães e Sanz Moral, 2008: 27). A opção por formas de participação “não convencionais” mostra-se mais eficaz entre os jovens do que entre os mais velhos, pois os mais jovens engajam-se mais facilmente em novas formas de protesto, utilizando-se de novos canais de comunicação, como por exemplo a internet. “Contudo, o mesmo padrão não se detecta no que respeita a outras modalidades de política dita ‘convencional’ – colaborar com partidos ou contactar políticos – onde também são os mais jovens que, tendencialmente, atribuem mais eficácia a essas acções. Por outras palavras, à excepção do voto, os jovens tendem a ver todas as formas de participação política como mais eficazes do que a restante população activa” (Magalhães e Sanz Moral, 2008: 30).

Assim, em torno destas questões compreende-se que as transformações significativas da participação dos jovens em relação às formas tradicionais de organização política estariam atreladas às mudanças nos discursos e práticas que visam a inclusão participativa dos jovens na esfera pública e no processo de

desenvolvimento social nos últimos anos. No entanto, mais do que afirmar o desinteresse dos jovens nos assuntos políticos, bem como observar a crise política no campo representativo e os discursos e acções inclusivas das classes políticas dirigidos aos jovens, há uma necessidade de se compreender melhor as formas de participação política entre os próprios jovens e de que diferentes maneiras participam, discutem, agem e se mobilizam em torno das questões de relevância política.

No contexto português, da “geração do 25 de Abril” até a “geração à rasca” e posteriormente com o Movimento 15 de Maio dos jovens indignados, evoluíram outros valores e práticas, neste contexto das novas tecnologias e da aproximação dos jovens aos novos media. A participação política orientada para tomadas de decisão, desde a escolha dos governantes à formação da opinião pública, precisa ser alargada, considerando não só os processos formais e organizativos da participação política, mas os processos informais e individuais desta participação, regida um pouco pela proposta da democracia deliberativa e participativa. É preciso considerar as novas formas de comunicação, novos media e valores políticos e extra-políticos que motivam os jovens a envolver-se politicamente. Paulo Carrano (2000), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar neste ou naquele processo ou espaço político, mas sim em procurar perceber até onde estes (individual e colectivamente) podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões.

1.3 Os Jovens, política e os novos rumos da participação

Antes de mais, para posicionarmos os mais jovens diante do mundo da política e compreender o modo como participam activamente, começemos por afirmar que o envolvimento na política requer uma dose de emoção e confiança. Dalghren aponta que o envolvimento na política é pré-condição para a participação (Dalghren, 2009). A participação por sua vez corresponde a formas observáveis de acção comunicativa por parte dos cidadãos, revelada a diferentes níveis. Ainda, o envolvimento, baixo ou alto,

dependerá proporcionalmente do grau de interesse e tempo que um indivíduo investe. Com efeito, o envolvimento político e a participação são passos importantes no desenvolvimento da identidade. Para os mais jovens, as trajectórias de vida e o desenvolvimento psicossocial somam-se ao projecto reflexivo do *self* como parte integrante do contexto psicológico da participação política (Dalghren, 2009).

Outro factor importante que estimulará a participação, segundo Dalghren, é a confiança. Há algumas décadas, tem-se verificado uma crise generalizada de confiança nas elites políticas, tanto em velhas, quanto em novas democracias. Deste fenómeno, boa parte da literatura adopta um tom condenatório, culpando os cidadãos por alimentarem expectativas excessivas quanto ao funcionamento da democracia (Sartori, 1994; Norris, 1999). A descrença nas instituições políticas por parte da sociedade é uma das causas da *crise da cidadania* que, segundo o autor americano Robert Putnam (2000), é o afastamento dos cidadãos das questões políticas e de interesse público.

Roberto Putnam, na sua obra *Bowling Alone* (2000), descreve esta crise e denomina-a de *crise do capital social* que afecta a capacidade dos sujeitos de se organizar colectivamente em redes sociais. O autor toma como cenário os Estados Unidos e demonstra que parte das razões para o declínio da vida associativa está nos factores socioeconómicos, entre os quais a emancipação progressiva das mulheres, mais centradas nas suas carreiras profissionais, a mobilidade física do local de trabalho e de moradia, mudanças demográficas com repercussões na família americana, a migração dos contactos da “esfera da vida social” para a esfera mediática e, mais tarde, com a chegada da internet. Além destes, Putnam aponta uma das causas principais do desinteresse político dos cidadãos americanos: a televisão. Segundo ele foi a aparecimento do meio televisivo, com o poder de domesticar os espectadores, que provocou uma diminuição das mobilizações críticas a partir do momento em que este meio projecta na esfera pública discursos previamente estabelecidos, causando uma atrofia do senso crítico do sujeito. A explicação de Putman sobre o declínio do capital social na sociedade americana é de pouco embasamento empírico e recai numa controversia versão de que a televisão americana seria a culpada da falta de confiança

dos cidadãos no sistema político, onde os sujeitos seriam, nessa lógica, consumidores passivos da televisão, sem o discernimento crítico para distinguir aquilo que vê e consome.

O investigador inglês, Brian D. Loader (2007) sugere duas possíveis razões para explicar a crise de cidadania no contexto juvenil. O *desinteresse político* e o *desvio cultural* são apontados por Loader como indicadores do afastamento dos jovens das questões política e cívica. Enquanto o desafecto político encontra as suas causas na descrença dos jovens nas instituições políticas, no alto grau de abstenção eleitoral e no envelhecimento do quadro parlamentar, os desvios culturais são observáveis no distanciamento entre a classe política e os jovens no que concerne aos programas de incentivos à participação juvenil, naquilo que são culturalmente os seus interesses. Loader argumenta que a classe política continua a concentrar-se em acções que promovam os seus partidos e a sua imagem, o que faz com que muitos jovens, sobretudo os menos engajados politicamente, criem outras interpretações para a cultura política, desvalorizando assim o papel dos seus representantes parlamentares.

Outro estudioso do tema, Stephen Coleman (2007), argumenta que não são os jovens os desacreditados na política, é a cultura política que não está adequada à linguagem, valores e aspirações da cultura jovem. O autor faz uma comparação entre o programa televisivo *Big Brother* e as eleições nacionais, sublinhando a importância da palavra intimidade neste processo. Coleman explica que no programa *Big Brother* os telespectadores podem monitorizar o quotidiano dos participantes 24 horas por dia, ou seja, a esfera privada dos participantes está sempre visível e com isto os telespectadores podem votar mais confiantes nas pessoas que eles desejam que abandonem o jogo. O mesmo poderá servir na política: “*Big Brother* pode ser a resposta de voto para políticos e o caminho para que os jovens se sintam mais próximos da esfera dos seus representantes” (Coleman, 2007: 189).

David Buckingham (2000), outro importante autor deste tema, expõe a importância da cidadania na vida dos jovens. Segundo o autor, os jovens são capazes de se tornarem cidadãos activos e fazer escolhas sensatas, a partir do momento que sejam vistos enquanto capazes. Buckingham argumenta que a alienação dos jovens

actuais em relação à política não pode ser interpretada como apatia ou ignorância, mas como resultado de uma forma de exclusão deste campo da política, privação dos direitos. Portanto, parece-nos limitado atribuir o desinteresse e a não participação juvenil na política a um sentimento de apatia. Igualmente contraditório seria afirmar a existência de uma crise de capital social, segundo Putman (2000), no contexto dos *jovens indignados* estudados, dado que estes jovens vêem-se fortalecidos na construção de redes sociais colaborativas. Seria mais apropriado perceber que os políticos parecem ser incapazes de abordar muitos dos assuntos que motivam os jovens, ao mesmo tempo que os temas que os políticos abordam não têm um eco significativo nas audiências mais jovens. Trata-se parcialmente de um problema de comunicação, dos modos de representação e de expressão. Dalghren (2011) concorda que a falta de envolvimento pode ser entendida como uma expressão de desconfiança, que assinala uma distância crítica, uma dimensão activa da ausência de envolvimento que se baseia numa avaliação claramente negativa do sistema político ou, pelo menos, das alternativas que este oferece.

Uma possível explicação para este facto, é que os mais jovens buscam novas formas de participação mais próximas de suas realidades e quotidianos. A falta de confiança nas instituições políticas e no modelo de democracia por parte dos mais jovens, desperta uma nova visão holística da participação política fora do eixo institucional, mais conectada aos grupos de pares e às redes sociais que se formam sobretudo on-line. A imediatidade e interactividade da internet torna este meio particularmente útil no processo de mobilização para acções políticas e sociais. Neste meio digital os jovens descontentes com o sistema político podem rebelar-se individualmente ou em grupo criando os seus próprios canais de comunicação on-line. O uso da internet na promoção de manifestações políticas, conforme veremos nos capítulos seguintes, baseia-se principalmente em práticas descentralizadas de redes cooperativas de pessoas que trocam informações e partilham suas práticas activistas. Como lembra Peter Dalghren (2011:21), a internet é capaz de construir um capital democrático, pois tem a capacidade de alargar, até certo ponto, a confiança em relação a estranhos que se encontram na internet, o que facilita os esforços cívicos colectivos.

A internet revela-se então como uma forte aliada na disseminação de acções colectivas e um atractivo na forma como os jovens se envolvem no campo cívico. Por se tratar de um meio que possibilita uma comunicação aberta e acessível, a internet é assim um instrumento que está a facilitar a apropriação das culturas cívicas poderão apropriar-se. Os mais jovens estão a utilizar a internet para aceder a todo o tipo de coisas e experiências incluindo a política, as escolhas relacionadas com os estilos de vida, as redes sociais e o uso das plataformas como blogues, Facebook, petições on-line, sendo estes apenas alguns exemplos. Consideramos que os media digitais, neste sentido, podem ser elos de ligação entre a falta de confiança dos jovens nas instituições políticas e as possibilidades de expressão e comunicação.

No contexto anglo-saxónico, pesquisas associadas à internet e aos jovens revelaram que indivíduos entre 18 e 34 anos são aqueles que apresentam menos interesse no exercício cívico do voto, mas também são os que fazem maior utilização da internet (Livingstone, Couldry e Markham, 2007). De acordo com Sonia Livingstone (2007), a presença da internet nas questões cívicas é o caminho para despertar os interesses dos jovens que utilizam estas ferramentas, estando estes já habituados ao meio e à sua utilização noutros campos.

Entretanto, na literatura disponível sobre o tema "juventude, política e internet", há ressalvas quanto ao uso da internet especificamente para fins políticos. Alguns autores (Abílio, 2006; Granjon, 2001) concordam que para que a internet possa ser aproveitada enquanto recurso e ferramenta de mobilização será preciso haver uma predisposição dos utilizadores para tal, ou seja, os media digitais favorecem a acção política nos casos em que os indivíduos já possuem o interesse pelas causas em questão. A investigadora inglesa Sonia Livingstone (2007), por sua vez, sublinha que o interesse por questões cívicas irá depender do grau de socialização e experiência cultural dos jovens, por isso, é válido dizer que a internet não pode configurar enquanto solução para resolver os problemas da participação cívica dos jovens, mas servirá igualmente de atractivo para que estes possam fazer um uso cívico deste meio, através de diversas plataformas interactivas disponíveis, o que poderá com isto resultar em mudanças significativas na vida e identidade juvenil. A argumentação de

Granjon, (2001:150) é que os internautas militantes mais activos são também aqueles que mais participam em acções presenciais.

O facto é que as transformações ocorridas no campo da participação cívica colectiva possibilitada pela internet não pode ser considerada linear e única. Com o surgimento constante de novas plataformas e ferramentas on-line gratuitas, a disposição dos utilizadores de internet, no contexto do uso político deste meio, vão-se criando novos ambientes comunicacionais que permitem novas possibilidades participativas. Além do processo de inovação e crescimento das plataformas digitais, há que considerar em que contexto é que estas são utilizadas, que factores colaboram para o seu uso. Conforme discutiremos mais adiante, factores de ordem económica e social, que têm impacto de alguma maneira na vida dos jovens, vão afectar a forma como os jovens participam e se afirmam na esfera pública.

A observação do fenómeno dos *jovens indignados* em Lisboa e a cultura cívica nascida por detrás deste movimento, ofereceu-nos uma outra visão da participação juvenil, cada vez menos centrada nas condicionantes da experiência individual (Eu) e mais centrada na experiência colectiva (Nós, o que somos, o que podemos mudar), um pouco à luz do contexto solidário, conforme Honneth (2003). O agir politicamente na esfera pública não depende da experiência prévia ou grau de socialização, de acordo com Abílio (2006) e Granjon (2001). Factores externos contribuem significativamente para o modo como os jovens participam politicamente enquanto cidadãos activos.

Como principal factor externo, no sentido da conjuntura social, o contexto de crise económica e política que atravessa Portugal bem como noutros países do sul da Europa, foi fulcral para o despertar de um sentimento colectivo de insatisfação e ao mesmo tempo de união entre os jovens que estão a viver esta realidade. Sem perspectivas no mercado de trabalho, as trajectórias de vida de muitos destes jovens ficam comprometidas. Observando o contexto recente dos *jovens indignados* em Lisboa e Madrid, Machado Pais (2012), num artigo recente, “A esperança em gerações de futuro sombrio”, analisa que o que se está a passar na actualidade na vida destes jovens é um processo de descompasso associado à crise de identidade, quando os futuros imaginados são denegados pela realidade em que vivem (Pais, 2012:1).

O que sobressai da nossa análise é que diante da incapacidade de antecipação do futuro por parte dos jovens, a internet, enquanto meio de comunicação, torna-se uma aliada na propagação da indignação colectiva, permitindo propagar vozes e discutir problemas de interesse comum que afectam suas vidas. Portanto, um reconhecimento social da condição de jovens em situação precária, sem perspectiva de futuro. O reconhecimento social citado oferece condições necessárias para o agir cívico, criando possibilidades interactivas eficazes através da solidariedade e modos de produção cultural mediados pelo digital. O reconhecimento identitário entre os *jovens indignados* como parte integrante de uma geração dita *à rasca*, possibilita a identificação colectiva da situação de precariedade em que se encontram diante do futuro e o mercado de trabalho, gerando formas de protesto e solidariedade cívica.

De acordo com o contexto empírico por nós observado, este reconhecimento colectivo favoreceu o despertar de um "Eu cívico" em muitos destes jovens, que mesmo sem nunca terem tido nenhum envolvimento anterior com a política, passaram a criar a sua própria trajectória de participação cívica através de blogues e redes sociais on-line.

Assim, estes jovens ousam novas experiências que apontam para novos rumos societais, formas diferentes de viver, pensar e agir civicamente para um futuro melhor. A participação política transforma-se, neste sentido, em acto solidário, tanto a nível individual quanto colectivo, local e global. Os *jovens indignados* afirmam-se enquanto movimento através de novas socializações políticas criadas em torno de uma condição social reconhecida mutuamente e que afecta de algum modo as suas trajectórias de vida.

Calenda e Meijer (2011) notam exactamente a importância das novas formas de socialização política na era da internet. Num estudo bastante recente, os autores consideram as novas tecnologias como um novo agregador da socialização juvenil na contemporaneidade, ressaltando a construção da individualidade entre os jovens. O processo de individualização apresentado pelos autores, é tido como um processo de identificação política construído fora das estruturas tradicionais primárias (família) e secundárias (instituições externas).

As mudanças sociais e económicas, as novas tecnologias e os media estão, segundo os actores, a fragmentar a forma como os jovens interpretam a política. Isto implica

dizer que tanto o reconhecimento dos jovens a respeito da sua posição na sociedade e a percepção sobre questões cívica e política estão a sofrer mudanças significativas num contexto de ambivalências, caracterizadas pela crise económica, falta de credibilidade nas instituições políticas. É desta forma que Calendar & Meijer (2011: 18) sugerem que os novos media constituem uma terceira via, a seguir à via primária da família e à secundária da escola e outras instituições.

A construção da socialização política entre os mais jovens, com os seus grupos de pares, forma assim esta terceira via apresentada pelos autores. Desta forma, considera-se haver um reposicionamento individual e colectivo dos jovens diante das múltiplas demandas de pertença no mundo globalizado, tornando o envolvimento político mais dinâmico e independente da formação de novos vínculos sociais fora da família.

Os recentes acontecimentos de cunho contestatário em Portugal e noutras partes do mundo, onde a adesão de muitos jovens se faz sentir, mostrou que os jovens estão a desenvolver papéis de agência através da formação de redes solidárias. Assim, é legítimo falar de uma cultura cívica on-line, onde o “cívico” é o ponto de equilíbrio entre o agir individualmente e o agir colectivamente através das práticas partilhadas em comum. A partir deste entendimento, fica-se com a necessidade de se compreender melhor como se dão as formas de participação política através deste meio, as respostas e os fluxos interactivos, os significados das práticas, percebendo como estas mesmas interferem na sua individualidade, subjectividade, trajectórias e relação com outros círculos sociais.

1.4 Deliberação e Participação

Num dos muitos cartazes espalhados na praça do Rossio, a propósito dos acampamentos dos *jovens indignados*, lia-se: “O povo unido não precisa de partido”. Desde há muitos anos, a literatura da ciência política fala sobre crise da cidadania, afastamento dos cidadãos perante as questões cívicas e a perda de credibilidade dos partidos políticos (Boaventura, 1999). A transição paradigmática marcada pela crise do Estado-Nação e pelos impasses do processo democrático clássico, fundado na singularidade das práticas de delegação e representação, bem como a recente “crise”

do sistema financeiro, iniciada em 2008 com o colapso da bolsa americana, vem expressando ao longo dos anos uma crise no campo da própria política e, consequentemente, no sistema capitalista vigente.

Em relação ao sistema político, a crise é sentida através da perda de eficácia e confiança nos partidos políticos, na administração estatal, no sistema legislativo e no poder judiciário. Na instauração desta crise está o desencanto com a política por parte dos cidadãos comuns, devido muitas vezes ao não cumprimento das promessas eleitorais, ou seja, o esvaziamento do valor dos mandatos políticos, fazendo com que cada vez mais cresça o distanciamento entre as propostas programáticas prometidas e as decisões políticas que realmente são tomadas.

Como ressalta Boaventura Santos (1991), a redução da participação política ao exercício do direito de voto levanta a questão da representação, ou seja, a representatividade democrática assenta na distância entre representantes e representados, o que por sua vez não é suficiente no que diz respeito à democracia e à representação, pois é preciso alargar as vias de participação incluindo os cidadãos nas discussões e projectos em conjunto com os representantes políticos. Examinando o paradigma da representação nas últimas décadas, Delgado (1998) distingue seis causas explicativas para a complexa crise do sistema representativo. Dentre os principais factores da crise, segundo este autor, encontram-se: (a) os sucessivos não cumprimentos dos programas; (b) o fenómeno da corrupção da classe política; (c) o declínio de vastos sectores sociais; (d) a complexidade das demandas e a especialização técnica; (e) a crise dos grandes discursos de legitimação e, finalmente, (f) a influência dos meios de comunicação (Delgado, 1998: 57).

Para além destas constatações, Delgado aponta o esgotamento de conceitos e ideologias que serviram de fundamento e de legitimação para as formas de organização social e de acção política juntamente com outros factores da instauração da crise da representatividade. As grandes utopias sociais da modernidade (como o socialismo, o sujeito colectivo, o Estado-nação) entraram em declínio diante da globalização da política, desencadeada por uma cultura dita pós-moderna, esvaziada do imaginário revolucionário, do centralismo da política e da direcção emancipadora.

Os sujeitos-cidadãos são reflectidos nestas questões enquanto actores-chave na emergência de uma nova articulação da política, numa sociedade onde cada vez mais

se exige a ampliação do espaço público, o reconhecimento de novos actores colectivos e de uma nova lógica de participação social. A democracia representativa está em crise e os sujeitos sociais podem exercer um acto de pressão que seja capaz de instaurar uma prática política diferenciada. O autor argumenta ainda que os novos sujeitos sociais seriam os participantes do processo histórico social, modificando as suas condições enquanto tal.

A ruptura com a ineficaz e desvirtuada cultura política representativa implica profundas transformações que permitem edificar um novo paradigma de organização da vida social. Os novos procedimentos na esfera do pensamento, discurso e comportamento, tornam prioritárias formas de acção humana que estão centralizadas nos novos sujeitos sociais, na descentralização democrática e na participação da sociedade civil em oposição à construção clássica de sujeito cujo individualismo estava no epicentro do poder.

Neste sentido, as considerações de Alain Touraine (1994) sobre os sujeitos dão continuidade a este debate e contribuem para a temática com a questão da estrutura do sujeito, razão e subjectividade. A noção de sujeito para Touraine não se confunde com a de indivíduo ou agente racional. O sujeito é a confluência e adição de conteúdos a partir da busca da realização do seu desejo alargado. Ambienta-se na criação, na produção de si e na actuação em direcção à liberdade, enquanto o indivíduo em si mesmo, ou agente racional, não tem necessariamente este horizonte. O sujeito é sempre um ou mais indivíduos, embora estes nem sempre sejam sujeitos. A constituição dos sujeitos não se iguala aos padrões do individualismo, pois é vontade do indivíduo ser produtor e não somente consumidor da sua experiência individual e do seu meio ambiente social (Touraine, 1994: 245). O autor considera que o sujeito é a vontade de agir e ser reconhecido como actor. A reflexão do indivíduo sobre a sua própria identidade estabelece um novo horizonte de demandas sociais que não se limitam à maximização do interesse ou à racionalidade instrumental. A transformação do si mesmo em sujeito implica o curso da lógica da liberdade, da livre dimensão ética que se opõe à dimensão social.

No campo académico clássico das Ciências Políticas, o termo “política” é pensado em três dimensões: constituição de comunidades políticas institucionais, uso de programas políticos que dão forma às questões sociais e sustentação num processo

conflitual pela partilha e disputa do poder. Não há espaço destacado para o indivíduo. Em contraposição, o termo “subpolítica” é onde os indivíduos, externos ao espaço político, também disputam o poder e há a possibilidade de serem agentes colectivos, mas também individuais (Beck,1997: 103).

Chantal Mouffe (2005) sugere um modelo denominado “pluralismo agonístico”, no qual é importante fazer a distinção entre “política” e “o político” (Mouffe, 2005: 8). A autora entende o *político* como a “dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais” (Mouffe, 2005: 20). Já a *política* será “o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afectadas pela dimensão do ‘político’” (2005: 20). A autora salienta que a política democrática não é dissociada do reconhecimento da dimensão do político e de aceitar que a política é a “domesticação” do que é hostil, acabando por se contribuir para uma contenção do antagonismo (2005: 20), apesar de os procedimentos nunca serem neutros.

O antagonismo é para Mouffe a luta entre inimigos e o agonismo a luta entre adversários. A própria autora explicita que não se insere no grupo de teóricos que associam a política a um espaço de deliberação e de liberdade, mas sim ao grupo que encara o político como espaço de poder, conflito e antagonismo.

A questão da deliberação, refutada pela autora, encontra nas Ciências Políticas o conceito de democracia deliberativa, que aparece como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida colectiva. Joshua Cohen (1998) sublinha que a democracia deliberativa exige que as decisões políticas sejam tomadas por aqueles que estão submetidos às mesmas, através do “raciocínio público livre entre iguais” (Cohen,1998:186). A participação de todos, argumentação racional, publicidade, ausência de coerção e igualdade, são os atributos que devem balizar as tomadas de decisão em regimes democráticos.

Dentre as questões prioritárias no sistema deliberativo levantadas pelo autor, ressaltam: “a) o resgate da ideia de soberania popular, no sentido de um reconhecimento de que cabe aos cidadãos não apenas influenciar, como também

decidir acerca das questões de interesse público: a atribuição de autoridade para o exercício do poder do Estado deve emergir das decisões colectivas dos seus membros; b) a ênfase no carácter dialógico dos espaços públicos enquanto formadores da opinião e da vontade e; c) o princípio da participação, caracterizado pela garantia de direitos iguais de participação, incluindo os direitos de votar, de associação, de expressão política, de ser eleito para um posto público, de garantias de igualdade de oportunidades para o exercício de uma influência eficaz, sendo que este último requerimento condena a desigualdade de oportunidades para ser eleito e o exercício da influência política, que resultam do desenho da estrutura das decisões colectivas” (Cohen, 1999: 38).

Um dos argumentos centrais dos defensores da democracia deliberativa, enquanto modelo de soberania dos cidadãos, repousa na tese de que este é um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político de carácter colectivo que se dá a partir da discussão pública entre indivíduos livres e iguais. Constitui-se, portanto, como processo de institucionalização de espaços e mecanismos de discussão colectiva e pública, tendo em vista decidir sobre o interesse da colectividade, cabendo aos cidadãos reunidos em espaços públicos, a legitimidade para decidir. Diz Bohman (2000: 57) que “a razão pública é exercida não pelo Estado, mas na esfera pública de cidadãos livres e iguais”.

A política que entendemos neste trabalho não é aquela encontrada nos contornos clássicos das instituições e sim no sentido de agência, ou seja, que enxerga a participação dos sujeitos no processo cívico e democrático, portanto, o sujeito político. A ideia de democracia deliberativa é portanto centrada nos sujeitos. Um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, justificam de forma racional as suas posições, demonstrando respeito mútuo, e mostram-se abertos a reavaliar, e eventualmente mesmo a alterar, as suas preferências iniciais, no âmbito de um processo discursivo em que são apresentadas pretensões de validade concorrentes. Um processo político centrado na conversação é a base deste modelo de democracia. A internet chega mais uma vez para facilitar essa conversação, dadas as características participativas, interactivas e pluralistas deste meio, mobilizando uma grande variedade de linguagens e discursos, com significados simbólicos e políticos também muito distintos. Portanto, é legítimo falar num potencial deliberativo da

internet quando este meio se apresenta não apenas enquanto canal de informação em larga escala, mas sobretudo pela forma que assume esse processamento, numa base de maior interactividade, participação, acessibilidade (centrada no utilizador) e colaboração (redes de partilha de serviços sociais e de produtos culturais dos mais diversos tipos (Esteves, 2011:32)

Por via dos media digitais reforça-se o poder comunicacional de deliberação dos cidadãos, ou seja, uma participação mais directa e uma maior influência sobre os processos de decisão política, através da proliferação de conteúdos on-line, blogues, combinada a práticas off-line a exemplo das assembleias populares (no caso dos *indignados*), protestos e passeatas nas ruas.

Na lógica da democracia deliberativa, a responsabilidade do Estado também deve ser equacionada. As reivindicações proposta pelos *jovens indignados* precisam da ligação deliberativa institucional para se legitimarem. Deste modo, abre-se um ponto de intersecção sobre a orgânica do movimento dos *jovens Indignados* e os rumos do mesmo. Enquanto que, por um lado, na sua génese, o movimento é contrário à infiltração institucional e à ligação partidária, por outro lado, a deliberação das suas reivindicações somente é possível através do intermédio das instituições políticas com poder de decisão. É preciso haver um espaço de conversação entre as instituições políticas e as reivindicações que fazem parte dos interesses destes jovens.

2. Globalização e os novos rumos da política

Globalização é um termo corrente no vocabulário dos meios académicos, económicos e mediáticos que adquire sentidos diversos. É também a partir da perspectiva global que o movimento dos *jovens indignados* faz sentido e emerge na esfera pública como nova forma de cultura cívica transnacional. Em poucas palavras, falar de globalização é mencionar a produção e as trocas de mercadorias a nível mundial. Waters (1999) introduz a ideia de que a globalização é um processo que reduz barreiras geográficas, resultando num impacto ainda maior nos processos sociais e culturais dos sujeitos. Ou seja, a globalização envolve uma percepção holística, relativizando as referências nacionais e individuais perante a dimensão supranacional.

A globalização não é um fenómeno recente, mas existiu desde sempre. Waters (1999) divide o fenómeno da globalização em estádios, que segundo o autor evoluíram de modo irregular através das antigas expansões imperiais, das explorações marítimas, que incluíam o comércio e a pilhagem, e da difusão das ideias religiosas (Waters, 1999:4). O estádio linear da globalização, tal como estamos a vivê-lo agora, é um processo histórico que começou nos séculos XV e XVI, e que possibilitou o encontro de populações desconhecidas com hábitos culturais diferenciados.

Neste sentido, o autor destaca três dimensões da globalização: económica, política e cultural. Numa perspectiva económica, percebemos que o comércio pôs em contacto sistemas regionais relativamente autónomos. O aspecto económico é responsável por impulsionar o processo de globalização pelos moldes do sistema capitalista, nomeadamente através da aquisição de lucros e das lutas de classe. As trocas mercantis andaram sempre *pari passu* com o alargamento das possibilidades de circulação no globo terrestre. Actualmente, a economia global impõe-se como a forma mais adequada de descrever o sistema mundial. No que se refere à dimensão política da globalização, esta é indissociável da história dos impérios e das colonizações. O fim da Segunda Guerra Mundial fez nascer uma nova ordem marcada pela “guerra fria” bipolar. A hegemonia dos Estados Unidos num cenário pós-guerra até ao 11 de Setembro, dá a tónica às consequências desta globalização política. Mais próximo dos nossos dias, encontra-se a "revolução digital" e o protagonismo das redes sociais humanas digitalmente conectadas, capazes de se auto-organizarem e de se espalharem a nível global. Neste aspecto político, Waters (1999) acredita que a globalização não se resume em termos de dominação entre nações, mas sim nos seus processos culturais. De acordo com Waters (1999), a infinidade de culturas presentes em diferentes territórios permite também o reconhecimento das particularidades e o surgimento de movimentos culturais cada vez mais localizados na desterritorialização cultural em que vivemos. Assim é que as culturas, através da desterritorialização se conectam formando uma teia holística de trocas culturais irreversível.

Beck (1999, [1997]), no seu livro *O Que é Globalização*, utiliza o conceito de globalidade, que abrange não apenas a dimensão da economia global, mas também a da cultura, da ecologia, da política e da sociedade civil. Para Beck, globalidade é a

situação do mundo sob a segunda modernidade⁹, onde tende a constituir-se uma sociedade mundial, o conjunto de relações sociais que não estão integradas na política do Estado nacional ou que são determinadas por esta. Nas palavras do autor: “A vida e a acção quotidiana ultrapassam as fronteiras do Estado nacional com o auxílio de redes de comunicação interactivas e interdependentes (Beck, 1999: 18).

O sociólogo Anthony Giddens (1991) refere-se ao mundo contemporâneo como uma consequência da modernidade e aponta certas discontinuidades, tais como a separação entre tempo e espaço e a apropriação reflexiva do conhecimento, discontinuidades essas que fornecem chaves para compreensão de eventos actuais. Para o autor, as dimensões da globalização seriam: o sistema de Estado-nação, a economia capitalista mundial, a ordem militar e a divisão social do trabalho.

Relativamente à perspectiva da globalização na dimensão dos estados-nação, esta diz respeito à produção industrial para a geração da riqueza reduzida à soberania dos estados-nação. Giddens (1991) faz a sua crítica dizendo que dada a rápida extensão da globalização, os estados-nação não têm a capacidade de acompanhar o rápido crescimento de situações que acontecem à escala local e regional, o que favorece o aparecimento de espaços autónomos regionais. Assim, nesta abordagem, os estados soberanos emergem como entidades amplamente separadas, tendo controle administrativo mais ou menos completo no interior de suas fronteiras. À medida que o estado amadurece, vai-se transformando num sistema global de Estado-nação, desenvolvendo cada vez mais padrões de interdependência e identidade cultural a nível regional (Giddens, 1999:70).

É em termos de soberania dos Estados que a ordem militar mundial surge financiada pelos mesmos através da industrialização da guerra e do armamento bélico, fortalecendo-se através de alianças militares estabelecidas com outros Estados. Portanto, a globalização inclui a questão da guerra, podendo-se mencionar a emergência de duas (a primeira e a segunda guerras mundiais) que demonstraram como questões locais se podem tornar globais (idem: 79).

⁹ Beck (1999) distingue dois momentos da modernidade. A primeira modernidade, que parece ter o seu clímax sob o Estado social do pós-guerra, e a segunda modernidade, que surge a partir da crise capitalista dos anos 70 e que alguns críticos da modernidade acusam como sendo a pós-modernidade.

O industrialismo é outro ponto levantado pelo autor para classificar as dimensões da globalização. Para Giddens um dos traços marcantes do industrialismo é a difusão das tecnologias de máquinas. Essa difusão afecta, inclusive, os estados primordialmente agrícolas e foi responsável pela criação de um mundo no qual há mudanças ecológicas que possuem impacto em todo o planeta. Por outro lado, a expansão da divisão internacional do trabalho envolve as distinções entre as áreas mais e menos industrializadas no mundo, uma relacionada com a divisão de tarefas propriamente ditas, e a outra referente à especialização regional da indústria, capacitação e produção de matérias-primas. O que de facto tem impacto negativo na globalização, através da lógica da divisão do trabalho, é que esta é entendida como forma de cooperação entre os países que seguem uma lógica produtiva de interesses, onde o parâmetro de troca estabelecido salienta as diferenças entre as características das economias de centro e periféricas, fixando e evidenciando os respectivos papéis de cooperação.

Outro ponto de vista que convém destacar é a globalização na linha de pensamento argumentativo da *cultural theory*, partilhada por autores como Mike Featherstone (1991) e Arjun Appadurai (2004). Ambos os autores concordam que no centro da mobilidade e diversidade de estilos de vida existentes no mundo, está a ampliação da compreensão da própria sociedade e cultura nas quais os indivíduos se encontram envolvidos. Mike Featherstone (1991) ressalta que dificilmente o fenómeno da globalização conduzirá a uma cultura global única, mas sim a uma pluralidade de culturas globais. A intensidade e rapidez dos fluxos culturais globais têm contribuído para a convicção de que o mundo é um lugar único, o que implica a proliferação de novas formas culturais (1991:10). Por outro lado, Arjun Appadurai (2004:26) argumenta que a globalização é um processo económico desigual que cria uma distribuição fragmentada dos recursos para a aprendizagem, o ensino e a crítica cultural, tomados com exemplo, que são vitais para a formação e desenvolvimento humano e intelectual. Este autor vai-se debruçar em dimensões do fluxo da cultura global que denomina de paisagens ou *scapes*.

O autor refere que, apesar do movimento de pessoas, ideias, em redor do globo ter sempre existido, não existia porém de forma tão fluida e com a actual rapidez. As transações culturais costumavam envolver viagens de longas distâncias de

mercadorias, envolviam grandes custos de transação, tempo e esforços para se realizarem (Appadurai, 1996, 27). É neste sentido que as novas tecnologias, nas quais inclui uma lista mais ampla de inovações, como o navio a vapor, o automóvel, avião, câmara, computador, telefone, ajudaram a encurtar longas distâncias, fazendo com que as pessoas entrassem em condições de vizinhança (idem: 29).

Na obra *Modernity at Large* (1996) o autor apresenta modelos de fluxos globais que, segundo defende, influenciam as dinâmicas culturais da actualidade. Appadurai (1996:32) identifica cinco dimensões dos fluxos culturais globais: *ethnoscapes* (paisagens étnicas e populacionais) descritas como etnopaisagens - trata-se de pessoas que constituem o mundo em deslocamento que habitamos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores temporários e outros grupos e indivíduos que em movimento constituem um aspecto essencial do mundo e parecem afectar a política das nações (e entre as nações) a um grau sem precedentes (Appadurai, 1996:51). As *financescapes* são abordadas pelo autor como paisagens do capital e das finanças, incluindo as bolsas nacionais e a especulação comercial que se movem nas placas giratórias nacionais a uma velocidade estonteante. As *technoscapes* (paisagens tecnológicas), de que nos fala o autor, são paisagens ideológicas que abrangem a fluidez da configuração global e as diversas fronteiras, antes intransponíveis (longas distâncias). As *mediascapes* (paisagens dos media), que residem na capacidade de distribuição eletrónica para produzir e disseminar informação, fornecem vastos e complexos repertórios de imagens e narrativas, a espectadores de todo o mundo, e nelas estão profundamente misturados o mundo das mercadorias e o mundo das notícias e da política. As *ideoscapes* (paisagens ideológicas) segundo o autor, são concatenações de imagens e ideias transmitidas, por trás destas imagens, que se conectam frequentemente às ideologias dos estados e às contra-ideologias dos movimentos sociais que se utilizam das imagens para simbolizar o significado de seus propósitos (Appadurai, 1996:36).

Numa outra perspectiva, Manuel Castells (2002) vai analisar a nova lógica espacial, resultante da interacção entre tecnologia, sociedade e espaço, denominando-a o "espaço de fluxos". Na sua obra mais conhecida, *Sociedade em Rede*, Castells sustenta que estamos a viver numa "sociedade da informação", onde a fonte de produtividade está na tecnologia de produção de conhecimento, processamento de informações e

comunicação de símbolos, desenvolvida através do próprio conhecimento, sendo que essa produção ocorre a uma escala planetária. “Este novo sistema de comunicação, que cada vez mais se expressa numa linguagem digital e globalizada, tem integrado globalmente a produção e a distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura, personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (2000: 3).

No mundo contemporâneo, as redes estendem-se e organizam-se local e globalmente. Os acampamentos dos *jovens indignados* são exemplos destas conexões que, iniciadas em Madrid, percorreram Lisboa, Berlim, Roma, entre várias outras capitais europeias. Na perspectiva das redes, Castells (2000) explica que entre as redes está o “espaço dos fluxos”, onde o espaço é o local das práticas de fluxos. Na sua obra *Sociedade em Rede*, o autor apresenta três modelos de espaço de fluxos. O primeiro deles é meramente técnico e consiste nos impulsos electrónicos propriamente ditos, responsáveis pela emissão de códigos de informação. Esses impulsos e os seus suportes electrónicos desenharam muitos dos hábitos da vida moderna das grandes cidades, por exemplo, as caixas multibanco que oferecem serviços de transacção monetária. Trata-se, portanto, da infra-estrutura tecnológica que constrói a rede, definindo o novo espaço.

O segundo modelo consiste nos centros de comunicação para os quais convergem grande parte destes fluxos. São nós ou nódulos de concentração definidos de acordo com as características do produto ou serviço a ser processado na rede. Castells menciona circunstâncias não apenas económicas, mas também históricas para a localização destes nós. O terceiro tipo de fluxo que o autor menciona está relacionado com as práticas das “elites gerenciais dominantes (e não das classes) que exercem as funções direccionais em torno das quais esse espaço é articulado” (Castells, 1999:439). Ou seja, trata-se dos grandes espaços económicos e centros financeiros do mundo, onde, segundo Castells, quanto maior a concentração de negócios num determinado local, tão mais intensa será a estrutura do espaço de fluxos que lhe dá suporte.

As ideias de rede e fluxos são actualizadas por Castells na obra *Communication Power*, de 2009, onde o autor direcciona estas questões para a temática do poder e da participação. Trata-se de uma revisão sobre a sociedade em rede, onde Manuel Castells inclui a temática do poder e oferece uma reflexão substantiva fundamentada

sobre os modos como o poder se reconfigura, se dissimula e é potencialmente subvertido por meio das dinâmicas que se estabelecem na "nova (des)ordem social".

Segundo Castells, as relações de poder são estruturadas por dominação. O poder é exercido sob a forma da coerção (ou da sua possibilidade) mediante a construção de significados, sob a base dos discursos por meio dos quais os actores sociais orientam as suas acções. A capacidade relacional do poder é condicionada, porém não determinada, pela capacidade estrutural da dominação (2009:10). O poder é exercitado nas sociedades contemporâneas, cujo fluxo de comunicação se tornou amplo. A experiência democrática da vida social configura-se a partir de estruturas conflituantes que são negociadas por actores com interesses diversos e que com frequência se opõem. Nesta mesma obra, Castells argumenta ainda sobre o contrapoder. O autor refere que as novas interações políticas, modificadas pelo cenário dinâmico da comunicação, alteram as relações de legitimidade política. As instituições tendem a ser modificadas para se adequarem aos novos formatos de conteúdos necessários à interacção com o público. Surgem movimentos que Castells qualifica como de contrapoder, alimentados por indivíduos que vão dar uma nova configuração ao Estado e à política, através da capacidade social de resistir e desafiar as relações de poder institucionalizadas.

Appadurai (1996) também comenta a questão da manipulação dos media, ao dizer que os mediascapes e os ideoscapes constituem paisagens ideológicas dos Estados. Segundo o autor os media fazem uma ponte simbólica (idem:8) com o mundo através da distribuição global de imagens, cujas formações e dinâmicas dependem directamente das traduções e interpretações das audiências (Appadurai, 1996:36-37). Dessa forma os media através da mensagem simbólica que transmite constitui um objecto de manipulação que poderá ser utilizado pelos Estado-Nação.

De maneira geral, a visão dos autores, em especial de Castells na sua obra *Sociedade em Rede*, trata o conceito de globalização associado ao capitalismo e ao poder dos mercados internacionais. Estes, por sua vez, exercem pressão ou acção directa sobre os lugares, homogeneizando-os e tornando-os meros nós numa rede mundial. Se pensarmos nos movimentos sociais de cunho transnacional e no exemplo específico dos *Indignados*, a visão capitalista da globalização apresentada por Castells tornar-se limitadora. Com o uso político das novas tecnologias de comunicação, em

particular as redes sociais e a internet, é possível fazer deste meio uma ferramenta para mobilizar recursos e aumentar a estratégia e a capacidade de mobilização, facilitando desta forma um empoderamento dos cidadãos. Neste ponto, a importância do território local é essencial, dado que é a partir do local que se expandem as iniciativas globais. Enquanto que o processo da globalização actua numa escala planetária, atravessando fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, o neologismo *glocalização* pretende delimitar o papel que a esfera local exerce na escala global.

A leitura de Massey (1994) sobre o sentido de lugar contemporâneo é uma abordagem interessante sobre o conceito de *glocalização*. Massey lembra-nos que os lugares não têm fronteiras naturais e definidas, existindo em continuidade com outros lugares. Assim, o local é aberto e recebe os mais variados fluxos vindos do exterior (Massey, 1994: 21). Para Massey, no entanto, o lugar não se torna de todo vergado àquilo que vem do global, sublinhando que a globalização não consegue produzir simples homogeneização. O lugar, nunca tendo sido estático e tendo construído a sua identidade a partir da mudança cultural, económica e social, e sobretudo de influências vindas do exterior, permanecerá em constante fluxo de mutação.

Assim, especificamente endereçando ao caso dos protestos juvenis um pouco por toda Europa, trata-se de movimentos produzidos localmente e projectados a um nível internacional, podendo deste modo ser aplicados a outros lugares. Deste ponto de vista, é importante analisar como estes movimentos articulam a apropriação do espaço físico para as suas acções políticas enquanto movimentos.

Portanto, da conclusão dos autores e da perspectiva crítica sobre o tema debatido, queremos afirmar que a globalização, de um ponto de vista sintético, corresponde a um processo de expansão e trocas. Se, por um lado, o processo a que chamamos globalização, na actualidade, é por vezes complexo e contraditório, há que sublinhar, por outro lado, que o fluxo global das interacções, permitido através da internet, reforça a existência e a proliferação de novas culturas digitais transnacionais.

É através, por exemplo, dos telemóveis conectados à internet e da presença física de uma determinada pessoa no local onde as trocas acontecem, que a informação chega à rede on-line, estabelecendo assim um sistema de trocas espaciais e de fluxos entre global, local e digital. A exemplo dos acampamentos instalados em várias cidades

da Europa, o território ganha uma dimensão especial, conectado com o fluxo de informação global transmitida pela internet. Assim, a internet, enquanto media e instrumento de trocas, permite a proliferação de novas territorializações no contexto global desterritorializante da cultura contemporânea. Instauram-se, assim, processos ao mesmo tempo de territorialização e desterritorialização, a partir da compressão do espaço-tempo (Harvey, 1992) e da descontextualização (Giddens, 1991), que criam novas geometrias do poder (Foucault, 1979). A compressão do espaço-tempo institui o "tempo real" e a possibilidade de acesso a informações em todos os pontos do globo. Relativamente ao movimento dos *Indignados* e da cultura cívica transnacional criada em torno do mesmo, como teremos oportunidade de desenvolver, os novos media proporcionam, neste contexto, a criação de mobilidades, linhas de fuga e des(re)territorializações por meio do controlo global da informação por governos, instituições e empresas e a esfera de poder controladora, como afirma Castells (2009). Assim, a apropriação dos territórios locais, onde as acções acontecem (acampamentos, assembleias, etc.), transforma-se em objecto de práticas, interligadas com outras localidades transnacionais, o que significa a criação de um espaço público político de resistência local.

2.1 Espaço público, Política e resistência

“Acampamos nem que esteja frio,
Não devemos nada,
Não devemos
Ê-ô, Praça do Rossio”

Trecho do que foi uma espécie de “hino” do movimento dos *Indignados* na praça do Rossio evoca uma reflexão sobre a resistência, ou seja, nem que esteja a fazer frio ou sob outras condições que os impeçam de estarem acampados, lutando, por assim dizer. O acto de resistir, em nosso entender, é uma via de duas saídas. Resistir, no sentido de retracção, e resistência, no sentido de retaliação. Ambos os sentidos

competem com uma estrutura hegemónica de poder: resistirei por medo, insegurança, ou resistirei por confronto.

O conceito clássico de hegemonia de Antonio Gramsci, ainda que de forte cunho marxista e classista, permanece actual para uma análise do sistema político, económico, social e dos media, inclusive da internet. Para Gramsci, a ideia de hegemonia é vasta, situando-se para além do aspecto político, englobando também o aspecto cultural, ideológico e moral. Na perspectiva do pensador italiano, coexistem outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência, que se articulam juntamente com a política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. O conceito de hegemonia em Gramsci caracteriza a liderança ideológico-cultural de uma classe sobre as outras. Na teoria gramsciana, a sociedade civil e a sociedade política são identificadas como consenso e coerção. Os conceitos clássicos de sociedade civil e política, vêm assim definidos nos *Quaderni* do autor: “Por enquanto, podem-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente “privados”) e o da sociedade política ou Estado; planos que correspondem respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (Gramsci, 2004: 20). A sociedade civil é, portanto, o âmbito principal da disputa de sentidos, espaço político por excelência e arena de luta de classes. A sociedade civil é entendida, portanto, como o terreno da luta de classes, das disputas pelo poder económico, político e ideológico. É neste ponto que a hegemonia é exercida e no qual os terrenos das relações da estrutura e da superestrutura são decididos. Assim, hegemonia supõe a existência de uma classe dirigente e de outra dirigida.

A permanência dessa hegemonia apenas é possível quando os interesses dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia é exercida são considerados, de modo a se formar um certo equilíbrio de compromisso sem interferir nos interesses das classes dominantes. Nas palavras de Gramsci: “Que o grupo dirigente faça sacrifícios de uma ordem económica e corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também económica (Gramsci, 2004: 48). Considerando

a hegemonia como um processo, as disputas existem porque há a continuidade do favorecimento do modelo da superestrutura e do poder económico. Numa das minhas visitas ao acampamento dos Indignados muito se ouvia o discurso de que a hegemonia dos bancos está em crise, em referência à superestrutura económica em crise em alguns países da Europa. Portanto, o sentimento de indignação que vivenciam os *jovens indignados* em Portugal é alimentado por uma crise estrutural hegemónica dos mercados privados e a situação de crise económica na qual se encontra o país.

Os jovens, enquanto parte da parcela social significativa, são directamente afectados por esta crise, que impacta de algum modo a trajetória de vida de muitos jovens portugueses. Trabalho precário, esperança sem futuro, medo do amanhã, são alguns dos sentimentos que assolam os jovens considerando-se por isso como fazendo parte de um *Geração à rasca*. É nesta lógica de crise estrutural, enfrentada não apenas em Portugal mas igualmente noutros países europeus do sul, que muitos jovens acabaram por formar uma rede solidária de acção e protesto. As redes que se formaram em torno do movimento dos *Indignados* caracterizam-se por serem abertas e descentralizadas, sem líderes aparentes, reconfigurando-se de acordo com o nível de participação, propostas e debates. Estes movimentos têm início nas redes sociais da internet e estendem-se nos espaços públicos urbanos com a ocupação de praças públicas e por manifestações e protestos continuados. Do ponto de vista prático, agem sempre mediante as interações entre os espaços dos fluxos interactivos, na internet, e as redes que se formam desta combinação. A intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano é designada por Castells de “espaço de autonomia” (Castells, 2012:213), pelo qual a autonomia só pode ser alcançada mediante a capacidade de organização em redes de comunicação. Por outras palavras, o espaço de autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede, estruturados localmente e interconectados globalmente. Esta conexão global é responsável por um debate permanente, seguido de manifestações conjuntas e problemas partilhados, formando uma rede solidária de partilha de acções e estratégias activistas. O aparecimento de um novo espaço público, interconectado (local e global) entre o espaço virtual e o espaço urbano, transformou-se num espaço de comunicação autónoma (Castells, 2012: 28).

Hanna Arendt (1988) recupera as noções clássicas sobre o espaço público nas ciências políticas, o espaço privado (em contraposição ao público) para dizer que é o "reino da necessidade", enquanto que o espaço público é o "reino da liberdade" (Arendt, 1988). A noção de esfera pública revista por Jürgen Habermas não aquela estritamente burguesa de que nos falava o autor na sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*¹⁰, a propósito das sociedades europeias dos sécs. XVII e XVIII, permite vislumbrar novas possibilidades de relações e interações entre os media e a sociedade civil, que possibilitam a formação de uma opinião pública correspondente à vontade política contra-hegemónica. O autor defende que neste novo Espaço Público concorrem tanto a pluralidade dos discursos postos a circular no espaço público político, através da inclusão na agenda dos media das reivindicações, temas e questões concernentes aos sectores organizados da sociedade civil, como também a ressonância dos discursos produzidos em esferas informais de discussão colectiva (Habermas, 1984:37) .

Na relevância dada por Habermas aos processos comunicativos que se estabelecem no âmbito da vida quotidiana como possível fonte de regeneração da esfera pública, os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), como células constituintes da sociedade civil, desempenham um papel decisivo, na medida em que promovem uma espécie de "des-feudalização" do pensamento do público e da experiência do mundo da vida, fazendo ressurgir o sujeito no centro do debate. Mas, nos tempos que correm, muito em função das possibilidades abertas de criação ou re-criação de espaços públicos como esferas de conversação e trocas, a perspectiva habermesiana torna-se limitada no que diz respeito ao papel dos media privados, enquanto interlocutores das vozes pluralizadas da sociedade.

Ainda que os movimentos sociais e as novas vozes que surgem na esfera social consigam espaço na agenda dos media privados, são alvo de uma representação, por vezes distorcida, em prol de uma projecção sensacionalista, em lugar dos reais objectivos que estes movimentos defendem (Rocha, 2006; Pissarra, 2003). Além disso, o estatuto de agência e projecção individual, possibilitado pelos novos media, transformam os indivíduos não apenas em receptores mas produtores da própria mensagem, o que de facto se insere num novo paradigma nas relações sociais,

¹⁰ Cf. HABERMAS, J (1984) *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. RJ: Tempo Brasileiro.

complementadas por um espaço de autonomia, sublinhado por Castells como o ponto de intersecção entre comunicação on-line e ocupação do espaço público off-line.

Assim, pelo que se comprova através das redes dos *Indignados*, a internet, enquanto espaço público, é redefinida através da conectividade dependente das redes interactivas de comunicação, em conexão com o espaço físico. A ocupação da praça do Rossio por tendas de acampamentos, cozinha improvisada, assembleia popular com microfone aberto à população, representa a reconfiguração do espaço público urbano, transformado em espaço de autonomia em ligação simultânea com o espaço on-line, através da partilha do que se passa no espaço físico (mensagens, fotos, vídeos em directo no canal Youtube). Para estes movimentos, as redes digitais e móveis são elementos indispensáveis à organização de práticas que estabelecerão a ligação com o espaço físico e a ocupação do espaço urbano, sendo rapidamente expandidas para outras localidades. O espaço físico pode aqui ser brevemente definido como território circunscrito, por exemplo, nas praças (Rossio, Del Sol em Madrid). A criação de acampamentos constitui, portanto, a criação de um território apropriado, material e simbolicamente, pelo movimento.

2.2 Cenas da constestação: as geografias das acções

Demarquemos o cenário empírico observado na praça do Rossio para desenvolver algumas questões sobre o conceito de *cena*, herdado dos estudos pós-subculturais (Redhead, 1990; Muggleton, 2000). “Estou aqui em solidariedade com eles e me sinto igual a eles”. A frase de uma jovem de 18 anos, estudante do ensino secundário de um Liceu em Lisboa, sentia-se motivada para ir aos acampamentos da praça do Rossio. A praça, enquanto espaço simbólico, local da efervescência activista, foi o cenário responsável por agregar o sentido de comunidade local entre os jovens que lá estavam. Dentre as actividades dos jovens na praça do Rossio, faziam parte as assembleias com a participação de todos que por ali passavam, que por ali ficavam. A

praça do Rossio transformara-se numa cena, encontros diários para se discutir cidadania, insatisfação e política.

O autor canadiano William Straw (2006) aborda várias acepções para definir o conceito de cenas, que poderão ser entendidas como uma congregação de pessoas num determinado espaço; movimento de pessoas em determinados espaços de congregação; as ruas, as localidades onde estes movimentos acontecem, lugares e actividades que circundam e ao mesmo tempo alimentam uma preferência cultural particular; os fenómenos mais gerais, no sentido de eventos geograficamente dispersos por movimentos locais, ou as redes de actividades microeconómicas que alimentam a sociabilidade do local (Straw, 2006:6).

De forma específica, o conceito de cena, na abordagem do autor, está relacionado com a cena musical canadiana, por este estudada num espaço geográfico determinado. Straw diferencia o que seria definido enquanto “cena” de “comunidade” musical. Na visão do autor, comunidade musical representa um grupo populacional cuja composição é estável e o envolvimento com a música toma a forma de uma exploração contínua de um ou mais idiomas musicais designados, a serem enraizados dentro de uma herança histórica geograficamente específica. A cena, neste sentido, seria um espaço de relação entre um grande número de práticas que coexistem e interagem entre si num processo que envolve diferenciação e mudanças, sendo um espaço de trocas que se insere na vida urbana através de um ou mais espaços físicos e em práticas sociais que se baseiam na música., Os processos de sociabilidade presentes nas cenas, continua o autor, transformam o indivíduo num ser social que se conecta, interage, disputa e articula com outros pares através da geografia localizada da cidade.

O conceito de *cenas* parece encaixar-se bem nos *Indignados* que, através da apropriação do espaço público urbano das praças, consideradas como pontos de trocas e interacção, de articulação das práticas, se caracterizam como uma cena que ali se instalou. As cenas também reflectem as localidades e influenciam os locais onde são produzidas e consumidas. Existe uma função de criar um ambiente colectivo modelando uma visão do mundo desse mesmo colectivo, ou o que Maffesoli (1998:19) designa de “ethos”, entendida como os aspectos morais e estéticos de uma determinada cultura formada através do território físico e simbólico comum.

Na óptica de Straw (1991), as cenas estão em constante negociação com o espaço urbano através dos processos de criação. Ao ocuparem as praças, não só em Lisboa como noutras capitais do mundo, os jovens indignados estão a construir cenas que caracterizam também as suas práticas nestes espaços físicos urbanos. As cidades e as cenas reproduzem-se nos protestos e nas manifestações que, consumindo-se num espaço físico, estariam por sua vez a alterar a paisagem urbana por meio dos acampamentos, tendas, cartazes e até numa cozinha improvisada no meio da praça.

Segundo o autor, as cenas têm o papel de realinhar a cartografia da cidade, mesmo quando o lugar da cena é muito específico e preciso. Segundo o autor canadiano, o conceito de cenas não se restringe aos lugares. Pode haver afinidades e interconexões com outras cenas, numa junção entre pessoas, lugares, ideias e atividades expressivas.

Por outro lado, um evento num determinado lugar tem a capacidade de estender a espacialização da cena quando as práticas estão fragmentadas em diversos locais separados geograficamente. Isso significa que se torna importante a circulação entre estes espaços, pois o itinerário da cena demanda que as práticas sejam realizadas em diversos lugares. Assim, uma cena amplia-se e torna-se mais abrangente por ter multiplicado as áreas de actuação das suas práticas. Ainda segundo o autor, a cena vai evocar uma intimidade construída entre a comunidade e o “fluido” cosmopolita da vida urbana (Straw, 2006:6) e influir, não apenas em determinados espaços nos quais as práticas musicais (na perspectiva do autor) se concentram, mas também nas trocas e processos sociais em torno dos seus focos de concentração.

O raciocínio de Straw é pertinente quando diz que a modificação que a cena traz para a vida de uma cidade se estende a pessoas que não pertencem directamente à cena, através das suas práticas, neste caso musicais, que se relacionam com estas pelas inter-relações produzidas a partir das afinidades que os indivíduos da cena mantêm com o espaço. A declaração da rapariga no início do texto, ao dizer que se sente com os outros jovens manifestantes, expressa uma realidade de consumo da cena, estabelecendo uma relação de trocas. Assim, também como outras pessoas - não necessariamente jovens, não necessariamente precárias - que participavam nas assembleias, estavam também a consumir a cena.

A estas pessoas, que se integram na cena, é pedida uma compreensão do funcionamento daquele grupo social, dos seus códigos, gostos e, principalmente,

comportamentos. A cena enreda-se em relações económicas e regimes de regulação mais amplos que pertencem aos espaços em que estas acontecem. Na perspectiva do cenário musical estudado por William Straw, as práticas de difusão e consumo de música que acontecem no espaço não são os únicos. Outros hábitos, como beber, dançar, conversar em público, integram-se na rede de sociabilidade criada através das cenas musicais. Estes tipos de atividades demonstram que as formas de interação surgidas com o consumo de música dão origem a outras demandas de relações sociais complementares, que envolvem ações comuns do indivíduo, executadas em torno de um lugar com o qual se mantém afinidade.

As cenas, vividas com efervescência, proporcionam práticas e espaços organizados contra ou a favor de mudanças. O conceito de cena, embora elástico, ainda guarda alguma relação com a noção de espaço dentro dos centros urbanos. Uma determinada cena pode ser usada como artifício para organizar os movimentos de um grupo social e também “realinhar a cartografia da vida urbana” (Straw, 2006:9), ao resgatar espaços esquecidos e dar novas funções aos mesmos. Assim, é possível que uma cena que atraia a permanência de pessoas para determinadas áreas, lugares, exija que estas se desloquem para regiões distantes ou até ocupem prédios urbanos, espaços públicos não habitados para a frequência de reuniões e encontros.

O autor brasileiro Janotti Jr (2011), que aborda o conceito de cena e música com o mesmo sentido que Straw lhe atribui, considera que as cenas têm o poder de revelar a identidade partilhada entre os indivíduos participantes ou a de reaver traços identitários perdidos, reunindo desta forma em grupos maiores os mesmos membros de uma comunidade, que agem de maneira desarticulada ou distante do sentimento de coletividade.

Do ponto de vista do movimento dos *Indignados*, os acampamentos organizados pelos jovens que deste movimento fizeram parte, tiveram a preocupação de delimitar os seus espaços na geografia urbana da cidade, portanto, o que permitiu cartografar as sociabilidades através da ocupação das principais praças públicas. As práticas incluem reuniões, debates, actividades culturais, marchas de protesto pelas ruas, que se inter-relacionam no mesmo espaço geográfico e dentro do contexto das práticas activistas do grupo de jovens acampados e daqueles que a estes se juntavam. Portanto, a praça do Rossio, simbolicamente tomada pelos acampamentos, transformou-se num espaço

para identidades partilhadas entre jovens que se sentem indignados com a ordem económica vigente e o seu papel enquanto actores políticos, intercalando momentos de trabalho, actividades extra da vida pessoal e lazer¹¹.

Complementando a noção de cenas, e em virtude da observação participante por nós realizada, decidimos passar a designar de “intercenas” à conexão entre a praça, as ruas e a internet. A cena da praça é oriunda de uma outra cena advinda do ciberespaço e, em conjunto, dialogam entre si. Há uma interligação de práticas e extensão das mesmas na internet, tanto ao nível macro (global) como ao nível micro (local). A articulação das cenas dá-se dentro do ciberespaço, através de páginas de redes sociais, dos blogues, e fora deste, nas praças através das assembleias, passeatas, etc. As cenas interligam-se pelo facto de poderem ser acompanhadas em simultâneo, ou seja, quem está na praça tem a possibilidade de ver o que se passa na rede on-line e quem está na rede on-line pode acompanhar em directo o que se passa na praça, através de câmeras instaladas no local e transmitidas on-line pelo programa *livestream*.

Considerando que a cena é construída a partir do local onde ocorrem as trocas, hábitos, práticas tanto a nível macro-global como micro-global, é pertinente que demarquemos o espaço on-line como cena cívica digital, podendo assim ser definida como “cibercena”. A virtualização das cenas, no caso das práticas dos *Indignados*, caracterizam-se enquanto espaços de trocas dentro do ciberespaço, onde se monitorizam e coordenam as práticas dos indignados através dos conteúdos partilhados e eventos voltados para a mobilização nas ruas. Enquanto que as cenas on-line por vezes se caracteriza de forma independente, o espaço físico da cena é, por sua vez, dependente do ciberespaço, pois é preciso antes haver uma articulação on-line e só depois, mediante concordância dos participantes, é que as práticas no espaço físico se materializam. Esta articulação é feita através da criação de eventos em redes sociais, convites, etc. No próximo capítulo iremos explorar com mais clareza as práticas do que neste trabalho entendemos ser a cultura cívica on-line.

¹¹ O quarto capítulo é dedicado ao relato etnográfico dos 12 dias de acampamentos onde essas situações são melhores visualizadas e compreendidas.

Conclusão

Explorar o conceito de cultura cívica é a base para compreendermos o significado das interacções sociais juvenis mediadas através da internet. Optámos por iniciar o capítulo com essa abordagem, de modo a costurar uma linha de pensamento centrada no significado e contorno da participação cívica endereçada aos mais jovens e à sua relação com a política.

Ao longo deste capítulo procurámos decifrar o significado das actuais práticas sociopolíticas mediadas pela internet, através da inclusão de elementos teóricos que nos ajudam a reflectir sobre as práticas que consideramos de uma cultura cívica on-line exercida pelos *Indignados*, passando pelas questões da identidade e fazendo também uma reflexão paralela sobre a realidade observada. O objectivo deste capítulo foi centrar o trajecto teórico nos contornos da participação política, engajamento cívico, cada vez mais livre e fora das esferas institucionais dos partidos. A partidarização é refutada pelos integrantes do movimento *Indignados* neste processo, bem como a institucionalização do movimento, centrando-nos mais na agência, nos actores sociais e na prática colectiva na esfera pública, tendo como pano de fundo o projecto identitário e de identificação.

Enfatizámos ainda que o mundo da política não se resume apenas aos lugares usuais da política (como sindicatos, parlamentos, governos). Ao contrário, estende-se cada vez a formas alternativas de expressão e comunicação que se aliam às expressões políticas e artísticas independentes, produzindo quotidianos afastados das relações de poder político. Os mais jovens, com o suporte das novas tecnologias, em especial a internet, vêm demonstrando que novos estilos de cidadania e participação cívica estão cada vez mais presentes nos seus quotidianos, produzindo novos valores e repensando o espaço e as identidades dos sujeitos contemporâneos.

Com a discussão da temática da globalização pretendeu-se sublinhar que, apesar deste tema ser bastante complexo e conter ideias controversas, no nosso universo de observação as práticas ligam-se com os territórios globais e locais graças à estrutura comunicativa possibilitada pela difusão da informação on-line e as redes que através desta se formam. Através da articulação entre fluxos e lugares (Castells, 2001, 2009; Appadurai, 1996), as redes digitais criam um outro tipo de fluxos comunicativos,

descentralizados e rizomáticos, que permitem o acesso às informações e à participação de todos na construção de significados. A internet, neste caso, é um espaço importante de trocas, fazendo a mediação comunicativa e a proliferação de redes solidárias de apoio, baseadas na realidade local e inspiradas no global. Assim, abrimos um parêntese para o tema da *glocalização*, neologismo utilizado para referir a importância do local no processo de globalização.

É neste sentido que as acções dos *Indignados* se projectam e expandem nas redes internacionais, agindo localmente e inspirando-se globalmente nas práticas colectivas. No final do capítulo, prolongámos a discussão expondo o conceito de *cenas* de Straw (2006), que complementa o debate sobre a utilização e modificação do espaço público numa estratégia de acção, como é o caso dos acampamentos. Assim, o conceito de cena é válido para discutir a apropriação do espaço público urbano e a alteração do mesmo, transformando-o em símbolo da prática política e cultural.

Encerramos, assim, este primeiro capítulo expondo a problemática deste trabalho que é a participação política e as novas formas de engajamento cívico dos mais jovens, considerando o contexto da globalização e a mediação tecnológica através da internet e as suas plataformas na organização de práticas e formas de mobilização transnacionais. Nos próximos capítulos iremos costurar outros conceitos para entender o sentido das identidades, lugares e as práticas dos *Indignados*, baseando-nos no contexto de cultura cívica aqui discutido.

Capítulo 2 - Precários e Indignados: Reflexões sobre a juventude

1. Significados para os jovens e a juventude

O termo juventude é entendido, neste trabalho, como uma categoria socialmente construída, o que significa que os jovens representam mais do que uma faixa etária, um grupo coeso ou um grupo social concreto. A juventude, na visão aqui compreendida, não diz respeito a uma classe de indivíduos, formada por pessoas de uma determinada faixa etária, de acordo com uma definição fisiológica, psicológica ou culturalista. Pelo contrário, a juventude é entendida como uma representação sócio-cultural vinculada a uma dada situação social, isto é, uma criação simbólica a partir de situações particulares (Pais, 1993).

Abrindo este debate, Regina Novaes (2005) sugere, na mesma direcção, a utilização do termo “juventudes”, no plural, na medida em que “diferentes grupos juvenis formam um caleidoscópio onde se entrelaçam indicadores sociais reveladores”

(Novaes, 2005: 8). Isto implica dizer que os jovens são afectados por factores históricos, estruturais e conjunturais que determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Portanto, é importante situar a juventude dentro de um debate que a compreenda como categoria social e ao mesmo tempo revele as complicações de tratar esta categoria isoladamente, uma vez que a mesma só ganha força na análise do contexto maior das determinações que a atravessam, ou seja, pensá-la no contexto das relações sociais produzidas. Como afirma Pochmann (2004: 220), a identificação da condição juvenil somente pelo critério da faixa etária tornou-se simplificada demais. Há, além da determinação advinda deste período da vida, determinações de natureza biopsicológica e sociocultural que são intrínsecas ao modo de vida da juventude. Assim, a juventude só pode ser percebida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas na sociedade.

No âmbito da Sociologia da Juventude, Machado Pais (2003:34) propõe duas perspectivas ou correntes de abordagem desta questão: uma *geracional*, a outra *classista*. Na corrente geracional, a juventude é entendida como um conjunto de indivíduos pertencentes à mesma fase de vida. Na corrente classista, ela é considerada um conjunto social necessariamente diversificado, na medida em que a pertença de classe e os atributos sociais vão distinguir fortemente as experiências juvenis. A ideia de diversidade une-se à ideia de juventude como *processo* – que diz respeito aos modos de passagem para a vida adulta através do ingresso no mercado de trabalho, ou seja, a passagem da escola para o mercado de trabalho.

Segundo o sociólogo francês Oliver Galland (1984), a passagem, que corresponde à trajetória de vida de um jovem para a idade adulta, estrutura-se entre a família (saída da casa dos pais) e sua situação profissional ou ocupacional (independência financeira). O significado da transição para a vida adulta, como refere o autor, formula-se na sequência entre dois eixos: um escolar-profissional, que vai do fim do período da formação escolar à inserção profissional; outro familiar-conjugal, que vai da saída do agregado familiar de origem à constituição de um agregado familiar autónomo (através do casamento, coabitação, etc.). Estas duas trajetórias, uma vez completadas, representariam a autonomização do jovem em relação à família e,

consequentemente, a passagem para o *status* de adulto. Contudo, o sentido linear previsto neste modelo não é o mais corrente na actualidade¹². A transição para a vida adulta – que inclui uma série de atributos como a obtenção de emprego, casamento, saída da casa dos pais, término da vida escolar, etc. – não acontece sincronicamente. As recentes transformações no mundo do trabalho, dos processos de precarização do emprego estão ter impacto significativo na vida de muitos jovens europeus, em especial na dos portugueses. O tema da transição para a vida adulta transformou-se numa problemática social para os mais jovens que, mesmo após concluírem os seus estudos, continuam a viver em casa dos pais e a prolongar o período escolar, optando por novas formações e títulos académicos. Além disso, muito deles quando estão inseridos no mercado de trabalho, submetem-se a contratos precários de emprego (Alves *et al.*, 2011).

O último relatório¹³ da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a situação da juventude no mundo laboral, refere-se aos jovens como pertencendo a uma “geração perdida”. Com a generalização de formas precárias de emprego, taxas de desemprego jovem a rondar os 25%, no Norte de África, e os 18%, na Europa (41,6% em Espanha, cerca de 35% em Portugal¹⁴), a disseminação da pobreza assalariada (onde os jovens surgem de forma desproporcionada: 23,5%), com os jovens a constituírem já a maioria dos desempregados de longa duração, a OIT salienta que têm sido estes a pagar o preço mais alto em termos de emprego ao longo da crise que se instalou desde 2008¹⁵ (OIT, 2011: 3-6).

¹² O próprio autor vem inclusive mais tarde actualizar este debate questionando a ideia de uma transição linear dos jovens para a vida adulta em: Galland, O (1996). “L’entrée dans la vie adulte en France: bilan et perspectives sociologiques”. *Sociologie et Société: Les Jeunes*, Montreal, v. 28, n. 1, p. 37-46.

¹³ OIT (2011), “Global Employment Trends for Youth update”. [Consult. a 15.10.2012]. Disponível em: www.ilo.org.

¹⁴ Relativamente às condições precárias de trabalho, de acordo com o estudo realizado por Rosa *et al.* (2004), existem em Portugal três formas jurídicas que conformam modalidades de trabalho precário: os contratos a termo (certo ou incerto), o trabalho temporário e o falso trabalho independente ou por conta própria (comumente referenciado como *falsos recibos verdes*). O contrato a termo foi criado para suprir as necessidades de substituição temporária de um trabalhador efetivo ou para fazer face ao acréscimo excecional do volume de trabalho, podendo configurar também uma medida excecional de combate ao desemprego

¹⁵ Desde outubro de 2008 a crise financeira global levou à falência muitas instituições financeiras nos EUA e dos países europeus, ameaçando o sistema. Trata-se de uma crise económica global que ainda

Assim, diante das incertezas que acometem a própria juventude, cabe indagar de que modo podemos enxergar a(s) juventude(s) à luz das transformações sociais e económicas que afectam as trajetórias destes indivíduos. O nosso objecto de estudo, os *Indignados*, é um exemplo de que novas preocupações ocupam os interesses dos jovens quanto ao seu futuro na sociedade. O exemplo destes jovens convida-nos a reflectir sobre formas de participação colectiva que colocam os jovens numa posição de sujeitos da acção política, reivindicando os seus direitos no espaço público.

Na literatura, a análise da relação entre juventude e política frequentemente parte de uma posição dicotómica: de um lado, os jovens são entendidos como apáticos, sem interesse pela política, tomados pelos princípios do individualismo e do consumismo; de outro lado, as suas experiências são analisadas como inovadoras em si e os jovens são entendidos como sujeitos da liberdade e da inovação. Numa interpretação mais “apática” da juventude estaria em evidência um certo desencantamento dos jovens frente às atividades convencionais da política, o que levaria a um esvaziamento desses espaços e a uma crise da representatividade (Holloway, 2005; Putnam, 2000; Stolle & Hooghe, 2004). Na segunda perspectiva, seria pressuposta uma inovação no campo da política, que considera o jovem como um sujeito político com voz para exigir as suas demandas e direitos (Ekman & Amnå, 2009). O enfoque dos jovens na condição de actores políticos é de extrema importância, pois revela que as atitudes juvenis são também experiências marcadas pela tensão entre público e privado sem a mediação adulta ou institucional. Cláudia Mayorga (2013) sublinha que essa perspectiva dicotómica, presente nos estudos da juventude e política, é uma “armadilha teórica”, uma vez que tal dicotomização pode ser impeditiva de uma análise do processo e da complexidade que marcam a relação entre juventude e política no mundo contemporâneo. Ainda, segundo a autora, a ausência da reflexão do jovem na sua condição de agência e sujeito político não possibilita identificar algumas especificidades do activismo juvenil num momento em que a própria concepção da política vem sendo transformada e problematizada de diferentes formas. Assim, corre-se inclusive o risco de processos muito distintos serem colocados sob a mesma interpretação (Mayorga, 2013: 345). Portanto, a compreensão dos jovens pela

hoje se faz sentir após a crise financeira internacional precipitada pela falência do tradicional banco de investimento dos Estados Unidos, Lehman Brothers, fundado em 1850.

perspectiva da participação cívica requer um olhar mais apurado nas experiências e quotidianos que os caracterizam. Entendemos que os jovens na condição de actores políticos materializam as suas acções na resignificação da esfera política e nas formas de engajamento colectivo com atenção para questões públicas.

As práticas participativas de muitos jovens, sobretudo as vivenciadas pelos *Indignados*, conectam-se com problemas que afectam o seu futuro pessoal e as suas trajectórias de vida, trazendo para o centro do debate os temas do desemprego, da democracia participativa, da crise económica e da precariedade laboral, que são tanto de ordem global como local. Mattos & Mesquita (2013), investigadoras¹⁶ do Núcleo de Psicologia Política da Universidade de Minas Gerais, sugerem quatro perspectivas de compreensão do activismo juvenil na actualidade: (a) *resistência*, onde se busca compreender de que modo as formas de participação juvenil estabelecem conflitos, oposições e antagonismos com a ordem social vigente; (b) *formação de colectivos* – que procura compreender de que modo as formas de participação juvenil se encaminham para a colectivização das formas de acção, para a articulação e as alianças com outros actores sociais e para a superação de posições individuais e “autónomas”; (c) *valores* –compreende de que modo as formas de participação juvenil se re-definem e re-significam o mundo em que vivem (d) *mundo comum* – desenha outras sensibilidades, tendo em vista projectos de transformação social (Mattos & Mesquita, 2013: 138-140). Assim, o significado da juventude passa por contemplar o modo como a política se insere na vida dos jovens. As várias designações de si próprio e a identificação com o outro, através da formação de colectivos serão os elementos necessários à acção dos jovens e às suas diferentes práticas de participação política.

1.1 Uma geração "à rasca" e indignada

Sou da geração sem remuneração

¹⁶ Mattos, A. R. & Mesquita, M. R. (2013). “A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios” in *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 478-480.

E nem me incomoda esta condição.
Que parva que eu sou
Porque isto já está mal e vai continuar,
Já é uma sorte eu poder estagiar.
Que parva que eu sou!
E fico a pensar,
Que mundo tão parvo
Que para ser escravo é preciso estudar
Sou da geração “casinha dos pais”,
Se já tenho tudo, para quê querer mais?
Que parva que eu sou!
Filhos, marido, estou sempre a adiar
E ainda me falta o carro a pagar,
Que parva que eu sou!
E fico a pensar
Que mundo tão parvo
Onde para ser escravo é preciso estudar
Sou da geração “vou queixar-me” para quê?
Há alguém bem pior do que na TV
Que parva que eu sou!
Sou da geração “eu já não posso mais”!
Que esta situação dura há tempo demais
E parva não sou!
E fico a pensar,
Que mundo tão parvo
Onde para ser escravo é preciso estudar.

Canção por *Deolinda*, 2011

A edição da canção *Parva Que Sou*, escrita e interpretada pela banda portuguesa Deolinda, tornou-se o hino da representação da “Geração à rasca”. A letra da canção identifica diversos dos problemas sentidos e vividos pelos jovens portugueses, e também um pouco pelo mundo, nomeadamente as circunstâncias económicas que dificultam a integração laboral e substituem, por vezes, uma sucessão de estágios não-remunerados (“já é uma sorte eu poder estagiar”), a permanência em casa dos pais (

sou da geração “casinha dos pais”), adiamento da construção da família e filhos (“filho e marido estou sempre a adiar”), constatação do inconformismo com esta situação (“que esta situação dura há tempo demais...e parva não sou!).

A canção embalou a grande manifestação ocorrida no dia 12 de Março de 2011, em Lisboa, liderada por quatro jovens universitários da Universidade de Coimbra, que convocaram este evento através da rede social *Facebook*. Em pouco tempo, essa convocatória conseguiu tomar grandes proporções on-line, ultrapassando inclusive as expectativas dos organizadores. Uma chamada colectiva com alto índice de adesão, levando às ruas de Lisboa mais de 200 mil de pessoas, vindas de todo o país. O que teria levado tantos jovens a aderir a uma manifestação convocada na internet, munidos de cartazes escritos com frases de esperança e desilusão?

A eclosão de movimentos sociais pelo mundo, como o da “Geração à rasca” em Portugal, encontra raízes no quadro de instabilidade económica enfrentado pelos jovens. Esta situação demonstra que há de facto mudança de paradigma que merecem ser sublinhadas. Se, por um lado, a condição juvenil de muitos jovens portugueses é marcada pelo desemprego e o trabalho precário, provocado em grande medida pela situação de crise socioeconómica, por outro lado, a mesma problemática social é o motor que impulsiona os jovens para a sua condição de sujeitos políticos que reivindicam mudanças.

O sentido do termo “geração” aparece, neste contexto, como um espaço das identidades colectivas e espaço de construção mais autónoma de significados, dada a crise instalada nos modelos ideológicos tradicionais, o espaço das instituições políticas pouco representativas para os jovens e o cenário de crise económica que afecta de alguma forma a trajectória de vida de muitos desses jovens.

Sonho, futuro, medo, decepção, indignação. Palavras que adjetivam o sentimento da geração que vive “à rasca”, as incertezas dos cursos de vida. Sentimentos estes que são reflexo da experiência do desemprego e da instabilidade, disritmia entre o idealizado e o realizado (Pais, 2012: 267). A realidade europeia, e especificamente o cenário em Portugal, é vivido pelos jovens como um ambiente de experiências de precariedade laboral, confirmada pelas dificuldades prolongadas de inserção no mercado de trabalho, trabalhos temporários, estágios não-remunerados, para um

quadro de jovens qualificados.

O livro *Jovens em Transições Precárias*, publicado em 2011, traça um retrato deste fenómeno a partir de entrevistas a 80 indivíduos entre os 18 e os 34 anos que se encontram em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração, reflectindo sobre o modo como as suas trajetórias têm impacto não apenas na esfera laboral, mas na instalação da precariedade como modo de vida. Os autores do estudo defendem que existe em Portugal uma associação particularmente forte “entre qualificação académica e enquadramento ocupacional” (Alves *et.al*, 2011:36), dando origem a uma forte hierarquização credencialista. Esta ocorre, contudo, num contexto em que o emprego disponível não absorve as qualificações, fazendo com que uma parte da população mais credenciada só tenha como oportunidade funções menos qualificadas, ocupando postos de trabalhos intermédios, o que funciona como forma de compressão salarial e pressão sobre os que detêm qualificações intermédias, que ocupam postos desqualificados.

Apesar da condição de precariedade estar, nos últimos tempos, a afectar uma parte dos jovens portugueses, em especial aqueles com formação superior completa¹⁷, no entanto, a obra tem a cautela de apontar que a questão da precariedade não é homogénea para todos os jovens e classes. Do mesmo modo, quando verificamos o perfil escolar dos *jovens indignados* entrevistados em Lisboa para esta pesquisa, detectamos que não existe uma homogeneidade relativa ao perfil escolar do grupo. Entre estes, estão os que já são concluíram as suas licenciaturas ou mestrados e também aqueles que ainda frequentam o ensino secundário e a universidade. O que de facto aproxima estes jovens, que vivem transições diversas, é a incerteza no futuro visto para muitos como um horizonte fechado a partir do qual não conseguem perspectivar um caminho ou possibilidades alternativas desejáveis que definam

¹⁷ Segundo o relatório anual do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), referente ao ano de 2012, o desemprego jovem aumentou 20,7%, ou seja, contabilizaram-se mais 14114 jovens desempregados do que no ano anterior. As habilitações dos desempregados estavam representadas proporcionalmente, por ordem decrescente do seu peso, da seguinte forma: a maior percentagem, 23,4%, possuía o ensino secundário, seguindo-se o 1º ciclo do ensino básico com 21,4%, o 3º ciclo do ensino básico com 21,0%, o 2º ciclo do ensino básico (16,4%), o ensino superior (12,8%) e por último os desempregados sem qualquer habilitação (5,0%). Comparando com 2011, todos os níveis escolares sofreram acréscimos, sendo os mais acentuados os que se verificaram nos desempregados que possuíam um nível superior, logo seguido do secundário, com respectivamente +40,1% e +25,0%, e o 3º ciclo do ensino básico com um acréscimo de +14,5%. Dados disponível em: <http://www.iefp.pt>.

melhor o futuro de suas vidas.

Uma outra conclusão deste estudo é que as redes familiares e de sociabilidade são absolutamente determinantes na obtenção de emprego, em particular no caso dos jovens que detêm maior capital económico. O domínio das classes sociais, neste ponto, ganha relevância no que diz respeito à autonomia e aos rendimentos das famílias. A rede de suporte familiar, seja relativamente ao apoio económico, ao auxílio com tarefas domésticas e guarda de crianças, seja mesmo a ajuda em géneros, é determinante nos processos de autonomização destes jovens. O suporte financeiro dado aos filhos pelos pais é considerado neste estudo de factor “família-providência” (Alves, et al., 2011:68). A rede de suporte familiar desempenha, neste caso, um papel relevante no apoio económico e auxílio nos processos de autonomização destes jovens. Os jovens mais descapitalizados, que não podem contar com o apoio da família, enquanto procuraram um trabalho, submetem-se mais rapidamente às condições de precariedade oferecidas pelo mercado laboral português.

Assim, num contexto de agravamento do fosso entre a crescente escolarização da juventude e a frustração das expectativas de mobilidade que essa maior qualificação poderia gerar, a precarização, a dificuldade de autonomização, o alongamento e a complexificação das transições para a vida adulta geram igualmente ressentimentos que impulsionaram os fenómenos mobilizatórios de acção colectiva. Os protestos dos *jovens indignados* demonstraram que a precariedade é não apenas uma condição laboral e social, mas também uma categoria de mobilização política. Desta forma começamos por abordar nas próximas páginas debates da sociologia da juventude, incluindo o tema das gerações, bem como os estudos culturais sobre a juventude, revisitando as suas escolas e ao mesmo tempo traçando um paralelo com a realidade observada.

1.2 O problema das gerações: do contributo de Mannheim às teorias dos media

Os estudos do filósofo alemão Karl Mannheim (1952) constituem um marco nas Ciências Sociais sobre a temática das gerações, permitindo que, ao longo dos anos,

outras visões críticas interpretassem as propostas teóricas do autor, contribuindo para os estudos da sociologia da juventude. A perspectiva de Mannheim distancia-se da visão positivista que sustenta que as gerações são expressões de eventos biológicos, portanto, interpretadas em termos quantitativos, e da visão romântico-histórica onde o tema das gerações é definido como um problema que existe num determinado tempo, compreensível apenas naquele contexto. Pela lógica do autor, há por detrás das gerações um dinamismo, a diferentes níveis, de interacção entre indivíduos, passando uma geração a ser melhor compreendida quando considerada em vários pedaços de unidades geracionais.

Mannheim individualiza o modelo interpretativo das gerações, mediante o qual analisa as componentes dinâmicas do processo social através de um longo período histórico, tomando como principal a seguinte questão: quais as relações sociais que sustentam o fenómeno do nascimento das gerações? Assim, o autor alemão distingue três tipos de aplicações observáveis para a sociologia da juventude: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional¹⁸. A primeira tipologia compreende a posição ocupada pelo indivíduo em relação ao contexto histórico-cultural específico em que vive: “ Não é o facto de terem nascido no mesmo momento cronológico que constitui a posição do indivíduo no espaço social, mas sim a possibilidade que deriva de participar ao mesmo contexto de vida partindo da mesma forma de consciência estratificada” (1982: 346).

No segundo tipo, Mannheim entende que cada indivíduo reage de uma maneira particular e dinâmica a um determinado evento e, na terceira categoria, o autor sublinha que o comportamento individual não consiste apenas na participação pessoal num evento comunitário, mas significa um agir unitário, uma pulsação e uma configuração dos indivíduos no interior das gerações. Assim, do ponto de vista destas três tipologias aqui resumidas, a posição do indivíduo é pré-condição para o nascimento de um sentimento comum entre os sujeitos que dividem a experiência de um determinado momento histórico.

¹⁸ As traduções realizadas para o português remetem para interpretações distintas, sobretudo dos termos *Generationslagerung* e *Generationszusammenhang*. Optámos pela tradução realizada para o espanhol e que define *Generationslagerung* como posição geracional. A tradução *Generationszusammenhang* como conexão geracional (realizada na versão espanhola do artigo) também nos pareceu mais próxima do original, embora a palavra *Zusammenhang* também remete à ideia de contexto.

Ao passo que o momento histórico e as dinâmicas entre diferentes grupos de jovens assinalam uma geração, as mudanças no contexto social são, segundo o autor, determinantes para as dinâmicas e independência das unidades geracionais. O autor descreve que o facto de numa mesma conexão geracional existirem distintas unidades geracionais corresponde a diferentes perspectivas ou posições em relação a um mesmo acontecimento. Contudo, o que estabelece uma relação entre aqueles que partilham uma mesma unidade geracional, não são os conteúdos em si, mas as tendências formadoras de um colectivo, surgido a partir da apropriação desses conteúdos.

O significado das gerações proposto por Mannheim não esgota o seu significado apenas no contexto histórico dos acontecimentos. Segundo o autor, é preciso existir uma conexão geracional entre os mesmos, ou seja, um tipo de participação numa prática colectiva, seja ela concreta ou virtual, que produza um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão colectiva em torno dos mesmos acontecimentos.

Entre as reflexões de Mannheim, brevemente aqui citadas, e a perspectiva dos jovens que se indignaram, foram às ruas, dormiram em praças públicas, conectados on-line com outros jovens que vivenciaram as mesmas experiências de modo local, há qualquer coisa que se pode associar aos estudos clássicos deste autor, não se esgotando, por sua vez, o movimento dos *Indignados* numa análise fechada, incluindo a geração no registo de classes sociais. Como teremos oportunidade de desenvolver mais à frente nos capítulos de análise, a geração de jovens que se ligam on-line, vão às ruas, organizam manifestações, “indignam-se”, orientam-se todos em torno das problemáticas locais, sendo que, jovens dentro dessa mesma conexão geracional, processam essas experiências de forma distinta, constituem distintas unidades geracionais no âmbito da mesma conexão geracional.

Em contrapartida à perspectiva clássica de Mannheim, outras análises avançaram com os conceitos de geração, expandindo a dimensão das relações à luz da teoria do *habitus* de Bourdieu (Eyerman e Turner, 1998). As novas interpretações sobre a teoria das gerações de Mannheim alargam a questão geracional a um ponto de vista social e cultural, onde cada geração adquire diferentes orientações e crenças, mas que, no entanto, são parcialmente o resultado de circunstâncias históricas e económicas do contexto onde nascem os indivíduos. Os autores ingleses Ron Eyerman e Bryan Turner

(1998) combinam a contribuição de Mannheim com o conceito de “memória colectiva”, ou seja, a colectividade é percebida como homogénea e centrada na experiência colectiva, independentemente do que se passa com outras gerações. Para os autores, uma geração é definida como fluxo de pessoas que através do tempo partilham cultura, hábitos, funcionando estes como memória colectiva que as integram dentro de uma geração de um determinado período de tempo (Turner e Eyerman, 1998: 92).

Edmunds e Turner (2002; 2005), desenvolvendo uma categoria interpretativa do conceito de geração de Mannheim e Bourdieu, sustentam a hipótese do nascimento de uma nova geração mediante a progressiva globalização da cultura e o crescimento das tecnologias da comunicação. Na obra *Generations, Culture and Society*, publicada em 2002, os autores definem geração como sendo constituída em grande parte pela identidade cultural dos indivíduos, ou seja, uma geração é representada por aqueles indivíduos que nasceram num período particular ou, mais especificamente, indivíduos que vivenciaram experiências traumáticas, associadas a grandes acontecimentos com impacto social (como, por exemplo, o Fascismo na Europa ou a Depressão económica). A definição de geração encaixa-se aqui na perspectiva cultural, onde importa observar o modo como os indivíduos reagem e alteram as suas identidades (Edmunds e Turner, 2002: 7).

Para Michael Corsten (1999), por seu lado, a construção da experiência constitui o aspecto fundamental para compreender o conceito de geração. Na visão do autor, é necessário estabelecer conceptualmente uma mediação entre a localização social e a experiência social, o que se obtém através do uso colectivo do signo e da linguagem que se concretiza através de discursos específicos com os quais as gerações se identificam e se localizam no processo histórico através de sua “auto-tematização” (Corsten, 1999: 261). Na lógica argumentativa do autor, semânticas históricas permeiam os discursos e criam fronteiras entre gerações, produzindo assim círculos culturais de grupos etários específicos que partilham a interpretação e articulação de determinados temas. Além disso, o autor reforça que as gerações somente se constroem mediante o processo de interacção com outras gerações, coexistindo discursos que são fundamentais dos processos construtivos externos, que se somam aos processos internos, indispensáveis para a compreensão de como a experiência de

uma geração é tecida como tal (Corsten, 1999: 265).

No caminho da aproximação entre geração e media, os autores italianos Aroldi e Colombo (2003) referem que diferentes gerações distinguem-se através do consumo dos media. Como referência, apontam o meio televisivo que, não apenas em Itália, mas em todo o mundo, foi o meio que perdurou durante várias décadas (iniciando nos anos 50) até o presente momento, encontrando-se com a internet nos tempos que correm. No contexto temporal do aparecimento dos "novos media", os autores sublinham que há uma fractura que se forma entre uma geração que, por um lado, é constituída por jovens que já nasceram na era do computador, desenvolvendo literacia e competências que os capacitam a tirarem melhor proveito do uso dos media e, por outro lado, estão aqueles que não desenvolveram tais competências¹⁹ próprias de uma geração posterior.

O tema do uso dos media por parte dos jovens, tendo como pano de fundo as gerações, é desenvolvido também por outro investigador inglês, David Buckingham (2006). Este autor está preocupado em questionar se de facto existe uma geração digital, termo utilizado pela indústria e o mercado para representar os mais jovens, ou se não seria mais coerente interpretar "digital" no sentido do seu uso e na pluralidade de vozes que compreende (Buckingham, 2006:3). Segundo o autor, apenas prestando atenção aos diferentes usos dos media é que faz sentido falar em diferenças geracionais e identitárias na era digital.

O questionamento de Buckingham sobre se existe de facto uma geração digital

¹⁹ Os mais jovens revelam tendencialmente maior proeminência para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) devido à capacidade acrescida, face ao resto da população, para utilizar tecnologias digitais como parte integrante da sua vida: são os exercícios da escola junto ao computador ligado à internet, a comunicação com os amigos via *chats*, os jogos. Um relatório divulgado pelo Observatório da Comunicação (Obercom) em Julho de 2010 revela que em Portugal a quase totalidade dos jovens dos 10 aos 15 anos já teve contacto com o computador e a internet. Estes indivíduos são chamados de "nativos digitais" pela apropriação que fazem das novas tecnologias e suas capacidades individuais. As primeiras abordagens sobre este tema apontam para uma relação temporal e geracional, onde os nativos digitais seriam àqueles indivíduos nascido na década de 90 (Prensky, 2001). Há, contudo, outros autores que contestam esta lógica assente na idade. Helsper e Enyon (2010) argumentam que o uso, a experiência e a literacia são mais relevantes para o domínio e apropriação das novas tecnologias. Contudo, há que considerar que a população jovem (15-20) e jovem adulta (23-30) está cada vez mais inclinada às novas tecnologias, respondendo com mais facilidade à inovação comunicativa em rede. Como já referimos e teremos oportunidade de voltar a sublinhar, estes indivíduos estão também mais propensos a aproveitarem as novas tecnologias, nomeadamente a internet, em contextos políticos e de engajamento cívico, o que poderá facilitar ou estimular o envolvimento juvenil neste campo mediado por novas redes.

constitui uma crítica ao determinismo tecnológico, tal como é defendido por autores como o investigador norte-americano Don Tapscott (1998). De acordo com Tapscott (1998), a perspectiva das gerações, do ponto de vista dos media, divide-se entre a *geração dos baby boomers*, associada à televisão, e a *geração net*, associada às novas tecnologias. Deste ponto de vista, o autor afirma que a geração televisiva é uma geração centrada no comodismo dos conteúdos televisivos, que recebe informações, portanto, passiva, conformista e pouco crítica. Relativamente à *geração net*, Tapscott (1998) afirma que quem cresceu num mundo com internet apresenta globalmente alguns traços distintivos. Embora não se possam prever características pessoais a partir de aspectos geracionais, o impacto do ambiente tecnológico na “Geração Net” manifesta-se, segundo o autor, pela capacidade para desempenhar diversas tarefas em simultâneo, pela construção activa de conhecimento, pelo papel de “actor” e não apenas de “espectador”.

Parece-nos, no entanto, necessária uma formulação e interpretação de novas práticas e comportamentos que ampliem a visão de geração, uma vez que o acesso ubíquo à internet não se dá de forma homogénea. É preciso levar em linha de conta outras variáveis diferenciadoras, como a classe social de onde os membros de determinada geração provêm, já que o acesso à internet e às tecnologias não é obviamente o mesmo para os jovens de meios economicamente desfavorecidos, comparativamente com os seus pares das classes média e alta.

Com a proposta de avançar o debate, contornando o reducionismo televisão-internet proposto por Tapscott (1998), Buckingham (2006) apresenta alguns argumentos para considerar a questão da tecnologia no contexto geracional. O primeiro, passa pela conclusão básica de que a tecnologia tem criado novos estilos de comunicação e interacção, incluindo independência e autonomia de quem a consome. É através da atenção aos diferentes usos dos media que faz sentido falar em diferenças geracionais e identitárias na era digital. A internet permite ainda a construção de “comunidade”, pois trata-se de um meio tendencialmente activo e participativo (Buckingham, 2006:6). Um segundo argumento do autor é que a internet produz novos estilos de aprendizagem, diferentes da televisão, que se limita ao processo de transmissão. Por último, o autor considera a emergência de novas formas de política

através da internet, devido ao seu carácter distributivo, democrático, não hierárquico. A geração mais propensa à internet (*geração net*), nestes termos, é assim mais tolerante, orientada para o global e inclinada para o exercício sociopolítico (Buckingham, 2006: 8).

As preocupações de Buckingham, e as suas ideias sobre geração e media, relacionam-se com as questões de fundo que pretendemos colocar: será que os jovens, de facto, identificam, eles próprios, os limites e a consciência partilhada de fazerem parte de uma determinada geração?

Revendo o que Buckingham interpreta como “comunidades”, preferimos denominar como culturas cívicas on-line em rede, dado que nos parece mais apropriado para um contexto onde as gerações se (re)configuram num meio tão plural e heterogéneo.

Assim, voltando brevemente à realidade contextual do presente trabalho, os jovens portugueses que pertencem a geração denominada “à rasca”, constatamos que este valida o conceito de geração através da experiência colectiva, do estatuto social de precariedade e incerteza dos jovens estudados (licenciados e sem grandes perspectivas de futuro profissional, trabalhadores precários, estudantes sem rumo certo). O sentimento de insatisfação e incerteza no futuro conecta-se com o de outros jovens a nível global que, mediados pela internet, partilham práticas, reconhecem-se e constroem as suas presenças na esfera pública, modificando o espaço e firmando as suas identidades enquanto actores sociais da mudança.

Outro ponto que a investigação realizada ressalta, ao qual teremos oportunidade retornar mais à frente, diz respeito ao perfil social dos *jovens indignados*, reforçando que o significado do termo gerações está cada vez mais centrado na experiência colectiva. Isso implica dizer que a questão da idade, ciclos de vida, classes sociais, género e atributos étnico-raciais são menos relevantes do que as experiências partilhadas em comum. A situação de precariedade laboral relaciona-se com a estrutura macroeconómica que rege as regras no mundo laboral. A forma como os jovens dão a volta a esta questão, parece-nos ser o diferencial pelo qual os que detém maior capital económico contornam a crise de modo diferente, através do suporte da “família-providência” e, neste caso, a origem social é bastante relevante (Alves, *et al.*,

2011:68).

Um último ponto que não podemos deixar de sublinhar, a "fractura digital" entre os jovens no que concerne ao civismo juvenil. O acesso à internet pelos jovens, como anteriormente referido, é feito de diversas maneiras. Há, entre os mais jovens, os que utilizam a internet enquanto forma de lazer (Livingstone, 2007), e jovens que o fazem como meio de protesto, através de práticas políticas individuais e colectivas, assunto de que trata esta investigação. Estes são, por sua vez, jovens que já possuem literacia para fazê-lo ou procuram aprendizagem no sentido de materializar as suas acções voltadas para o propósito activista. Portanto, ao pensarmos as gerações do ponto de vista dos media, precisamos de considerar acima de tudo o uso dos mesmos, como e porque são utilizados, pois os significados e sentidos dos usos são variados.

2. Os jovens vistos sob a perspectiva cultural

Nas abordagens que se seguem, avançamos para os estudos culturais da juventude, através das perspectivas *subculturais* e *pós-subculturais*. É de ressaltar que a mobilização dos *jovens indignados* acompanhados no decorrer desta investigação, exigiram um enquadramento de análise que conduzisse a questões de base que permitissem reconhecer os *jovens indignados* dentro literatura disponível, quer do ponto de vista da sociologia da juventude, quer do ponto de vista dos estudos culturais. Dado o carácter heterogéneo do próprio movimento e a abertura multidisciplinar que o mesmo sugere, do nosso lado, procurámos combinar elementos conceptuais herdados dos estudos subculturais clássicos com os estudos pós-subculturais, perspectivas que nos direccionam para uma leitura do universo juvenil do ponto de vista da cultura, acções, ideias e significados das práticas em grupo, ainda que prevaleçam, entre estas duas vertentes, modelos interpretativos antagónicos (Bennett, 2011). O propósito é discutir um quadro conceptual que permita interpretar o contexto empírico dos *jovens indignados*, de modo a realçar a dimensão política deste fenómeno, percebendo melhor a cultura cívica on-line e off-line, própria de um momento social que motiva os jovens portugueses, e outros europeus, a transformarem-se em agentes mobilizadores da sociedade e do espaço público

urbano. Discutiremos os estudos da juventude através de marcos históricos, e faremos, ao longo do capítulo, a ligação das idéias que mais se encaixam com o objecto empírico estudado.

2.1 Legado histórico da delinquência juvenil

A genealogia das subculturas encontra abrigo na pesquisa científica como disciplina voltada para a interpretação da acção dos sujeitos que se distinguem mas se relacionam com a cultura dominante (Blackman, 2005). O estudo das subculturas tem início na Escola de Chicago, que lançou as bases da etnografia urbana norte-americana na primeira metade do século XX, impulsionada pelas pesquisas sociológicas em torno da delinquência juvenil, usando o conceito de “subcultura” para trabalhar com grupos juvenis pertencentes a uma realidade de exclusão social, com sistema próprio de valores e códigos de conduta. A Escola de Chicago construiu mapas etnográficos dos territórios da cidade, com o intuito de explicar os contextos sociais e culturais dos ‘desvios’ comportamentais dos jovens, sem reduzi-los aos sintomas da inadequação psicológica.

No contexto norte-americano da Escola de Chicago, destacam-se alguns autores como Thrasher (1927) e Shaw (1966) e Whyte (2005 [1949]), autor de *Street Corner society*, obra que se refere ao estudo da juventude urbana, nos anos 30 do século XX. Nesse estudo, que foi realizado através do convívio com gangues de jovens filhos de imigrantes italianos de uma região segregada de Boston, o autor pôde desenvolver uma análise distinta das abordagens quantitativas que apontavam para conclusões de um quadro de anomalia ou desvio social, realizadas, até então, sobre os processos de urbanização. O autor, a partir de uma extensa observação participante, conclui que o discurso que define essa juventude como delinquente está equivocado. Para além dos conflitos presentes no espaço urbano, resultantes da pobreza e da falta de reconhecimento social a estes jovens, residentes em periferias urbanas e tidos como delinquentes, a sociedade encontra-se em mudança, o que traz um sentido de desorganização e dificulta a ascensão social nos casos de famílias e jovens em situação de pobreza.

Outras abordagens, como a de Parsons (1962)²⁰, interpretam os jovens do ponto de vista estrutural da sociedade, ou seja, discute a emergência da adolescência nas sociedades urbanas ocidentais a partir do fenómeno do desenvolvimento de um conjunto de padrões de comportamento que envolvem uma combinação em termos geracionais e elementos de papéis sexuais do tipo "*swell guys*", no caso dos rapazes, e *glamour girls*, no caso das raparigas. Estes jovens das classes médias norte-americanas expressam, através das suas formas de interacção com outras gerações, novos padrões de comportamento que permitiram a definição de uma "cultura juvenil" (Parsons, 1962: 606). Outro teórico, Robert K. Merton, lançou-se ao desafio de rever a teoria funcionalista de Parsons, de quem foi aluno e admirador, apresentando, em 1938, o primeiro modelo da sua teoria do desvio, e, em 1957, uma versão ampliada e revista da mesma. O autor argumenta que os desvios são resultado da interacção entre a cultura e a estrutura social, indo ao encontro da sociologia funcionalista, então dominante nos Estados Unidos da América (Blackman, 2005). Merton introduziu a ideia de 'significados e objectivos' num modelo teórico que buscava explicar os desvios como uma 'solução' para os grupos que não possuíam valores sociais constituídos, visando recompensas materiais e culturais.

Merton (1968 [1949]) considera que existe uma "crise e falência" dos marcos institucionais e normativos da sociedade moderna, em que as metas prescritas não são alcançadas por certos indivíduos. Esse fracasso social ocorreria em função das restrições de acesso aos mecanismos institucionais de promoção social, como a escola e o trabalho, causadores da delinquência. Assim, as instituições, como a família, a escola, a Igreja e a comunidade, responsáveis pela formação e pela socialização dos jovens e pela sua adaptação às normas de convivência social, geram a crise de valores através da não inclusão de muitos jovens nos sistemas sociais e, consequentemente, a perda do idealismo frente aos obstáculos do sistema.

Um outro estudioso do tema, S. N. Eisenstadt, interessado em problemas intergeracionais, no seu trabalho mais conhecido sobre o tema, *From Generation to Generation* (1976[1956]), considera que o surgimento da juventude, como um grupo social específico, ocorre quando não há um perfeito ajustamento entre as regras

²⁰ O original do artigo "Age and Sex in the Social Structure of the United States", é de 1942, e foi publicado na *American Sociological Review*, Vol. 7, No. 5. (1942), pp. 604-616.

sociais articuladas no interior da família. Ou seja, para o autor, a juventude trata-se de uma fase de transição para a vida adulta, onde durante este período, caso ocorram desajustes sociais como delinquência, rebeldia, desequilíbrio, pode causar no indivíduo jovem um comportamento desviante.

O autor foi responsável pela implementação de várias pesquisas de cunho teórico e empírico sobre as gerações e a juventude, influenciado pelo funcionalismo estruturalista norte-americano de Talcott Parsons, especialmente no que se refere ao conceito de variáveis padrão. O referido conceito considera que cada indivíduo atravessa diferentes gerações durante o seu tempo de vida, ou seja, em cada estágio da vida, ou grupo etário, há determinadas regras a serem seguidas dentro de papéis sociais específicos, tais como: a criança, o adulto e o velho. Para o autor, esses estágios, em termos biológicos, seriam praticamente os mesmos em todas as sociedades, contudo, seriam também diversos, exactamente por serem definidos culturalmente (Eisenstadt, 1976[1956]).

Por outro lado, dentro de uma lógica social competitiva, quando os valores transmitidos pela família não permitem ao jovem alcançar plenamente o *status* social pretendido, ele passa a articular-se dentro de grupos específicos de geração (*age groups*). Consequentemente, todas as condições que lhe permitiriam o perfeito ajuste na estrutura social seriam consideradas como parte do processo de surgimento de grupos jovens, articulados em torno de demandas específicas, tais como económicas (trabalho, emprego, consumo). Além disso, as restrições sociais estabeleceriam o autoritarismo político e a interdição e o controle do comportamento sexual dos jovens (Eisenstadt, 1976[1956]).

Durante os anos 50 e 60, a “cultura jovem” era definida pela perspectiva de ser adolescente e, gradualmente, passa a ser definida em termos de outras especificidades, nomeadamente os jovens enquanto “problema social” (delinquência, sexualidade, trabalho) e categoria social. A “juventude” passa a ser considerada a partir dos seguintes atributos: linguagem, estilo social e tipos de diversão e lazer. Amparadas por políticas de bem-estar social, a chamada *generation gap* transformou o sentido de classe social anteriormente baseado em factores económicos. A juventude passaria supostamente a posicionar-se como uma nova classe em oposição ao mundo adulto (Fridenberg, 1969).

Foi, no entanto, outro funcionalista, Albert K. Cohen, em *Delinquent Boys: The Culture of the Gang* (1956)²¹, quem popularizou no meio académico norte-americano o termo subcultura, a partir da sua análise da delinquência juvenil, mediante a qual explicava os desvios colectivos com base na leitura freudiana das ‘formações reactivas’²².

O argumento de Phil Cohen (2005 [1972]) sobre a necessidade de se dissociar as subculturas das patologias - as subculturas da delinquência -, baseado na ideia binária de ‘relações imaginárias’ e ‘soluções mágicas’, que fundamentou na interpretação althusseriana do conceito de imaginário de Lacan e do conceito de mito de Levi-Strauss (Cohen, 1972), serviu de alicerce conceptual para os investigadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham na Inglaterra que desenvolveram a teoria que influenciou e que ainda serve de paradigma aos estudos actuais da subcultura.

2.2 Estudos subculturais

Os estudos culturais ligados à juventude encontram os seus maiores defensores no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham na Inglaterra, comumente conhecido por Escola de Birmingham. Como ressalta Andy Bennett (2006) a teoria subcultural do CCCS foi produzida num contexto ideológico. Estruturava-se nas teorias marxistas e neo-marxistas de conflitos de classe e lutas contra-hegemónicas, abrindo uma perspectiva conceptual para se estudar a evolução das questões juvenis no contexto do capitalismo tardio. Bennett lembra, ainda, que a partir do final da década de 70, os investigadores passaram a interpretar a música

²¹ Muitos autores divergem quanto o momento em que o termo subcultura foi usado pela primeira vez para descrever as sensibilidades distintivas da juventude, embora actualmente seja dada como certo o pioneirismo de Cohen (Blackman, 2004); Bennett e Kahn-Harris lembram, citando Tolson (1997), que embora sem utilizá-la nesses termos, a teoria subculturalista já está presente no trabalho de Henry Mayhew, filantropista do século XIX, cuja pesquisa sobre a pobreza londrina contribuiu para uma nova consciência pública sobre a natureza e origem da pobreza nas áreas urbanas.

²² À luz da psicanálise, “Formação Reativa” é classificada por Sigmund Freud como um dos mecanismos de defesa psicológicos típico do subconsciente natural, sendo usada por indivíduos que querem camuflar e proteger seus desejos ou sensibilidade. Ver Ballone GJ - *Alfred Adler*, in. PsiqWeb, disponível em <http://www.psiqweb.med.br/> acessado em 20/09/2013.

popular e os seus estilos visuais como uma poderosa força política na sociedade contemporânea; perspectiva que só veio a ser relativizada no final dos anos 80 e início dos 90.

Assim, o CCCS sistematizou o estudo das práticas culturais juvenis como campo académico, utilizando a ideia de "resistência através de rituais" (título de obra seminal de Hall e Jefferson, *Resistance Through Rituals*, 1976). Para os autores do centro, os estilos podem ser lidos como "textos", e cada subcultura pode ser interpretada a partir da construção de sentidos que empreendem como força colectiva, com base na sua condição de subordinação. Estavam em foco subculturas como *teddy boys*, *mods*, *skinheads*, *punks*, *rastas*, *rockers*, *ruddies*, etc. Em *Subculture: The Meaning of Style* (1979), Dick Hebdige – autor que, juntamente com Paul Willis (1978) e Angela McRobbie (1979), está alinhado à teoria pós-CCCS (mas sem perder o foco nas ideias originárias da escola de Birmingham), desenvolve um estudo-chave das culturas juvenis através de uma sofisticada leitura semiótica das estratégias de resistência dos *punks*.

A leitura dos CCCS em torno das culturas juvenis origina-se numa lógica classista. A condição socio-económica dos jovens é factor-chave para entender o comportamento juvenil na sociedade revelado através de uma resistência simbólica. O acto de resistir se traduz neste caso, através da desvalorização dos valores e padrões culturais vigentes na sociedade. O factor visual surge como resposta ideológica e estética aos problemas sociais vividos pelos jovens, inerente à classe social de onde estes provêm. A resistência através dos símbolos foi a respostas encontrada para explicar a auto-valorização do colectivo e as contradições entre a cultura de massas voltada para o consumismo. Importa assinalar que nem todas as subculturas estavam alinhadas com uma posição de classe operária, mas definiam-se também pela sua capacidade de criação de grupos específicos em que os jovens se identificavam entre si pelo estilo e gosto.

A resistência simbólica de algumas culturas juvenis era entendida por uma acção não verbal, tão-pouco política, contudo, era manifestada em rituais através da linguagem e da aparência dos jovens. Neste sentido, o estilo é o ponto-chave, podendo ser considerado como uma mistura de elementos advindos da cultura do lazer para a

juventude, nos termos de uma indústria jovem. Cohen (1972) menciona quatro componentes essenciais para o desenvolvimento e caracterização do estilo na perspectiva de uma subcultura: vestuário, música, ritual e linguagem. Apesar da influência da indústria cultural, havia a possibilidade de (re)significação desses bens materiais para além da cultura dominante por parte dos seus consumidores.

Outro autor, Clarke (1976), para explicar o estilo recorreu ao termo *bricolage*, do estruturalismo de Lévi-Strauss²³. Este termo é usado para explicar como uma cultura constrói o seu sistema simbólico a partir de elementos pré-existentes e à disposição naquela cultura ou, eventualmente, herdados ou tomados de alguma outra cultura. Uma subcultura ao se apropriar em algum item de outra cultura ou subcultura vai, provavelmente, ressaltar algum aspecto que, apesar de poder estar contido nos sentidos gerais daquele item, não é necessariamente o que se destacava no sistema cultural original. É neste sentido que Clarke (1976) afirma que os símbolos apropriados são capazes de promover uma infinita extensão de significados, utilizados numa variedade de combinações improvisadas, geradora de novos significados que serão contrastados com outros estilos subculturais.

Na perspectiva destes autores, os jovens agrupam-se em torno de valores de classe que definem, do ponto de vista socioeconómico, a especificidade da sua participação numa subcultura. Essa dinâmica dos grupos de jovens da classe trabalhadora evidencia-se por dois factores: primeiro, pelo fim de formas tradicionais de sociedade, com o advento do capitalismo moderno; segundo, pelo surgimento de uma indústria jovem (*teenage industry*) direccionada para o modo como os jovens gastavam o seu tempo livre em actividades de lazer. Tudo isto gerou um segmento de mercado para os jovens da classe trabalhadora, incluindo-se a criação de espaços específicos, como discotecas, clubes jovens, concertos de rock, entre outros espaços ligados a actividades de lazer. Estes elementos contribuíram para a criação de uma consciência de geração jovem. No entanto, esta consciência era desprovida de uma análise crítica que impedia os próprios jovens de identificarem os mecanismos de mercado por trás do estilo, responsáveis por alimentar a indústria do consumo. A pertença a uma determinada subcultura influencia, portanto, na formação da identidade dos seus

²³ Lévi-Strauss, C (1976). *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional.

membros, através dos aspectos relacionados com o consumo, os gostos e os estilos como veículos de transmissão de significados simbólicos.

2.3 Do estilo subversivo às *raves* libertárias

Apesar da enorme contribuição da teoria subcultural do CCCS para a compreensão das práticas culturais juvenis, deve-se ter em mente que esta se situa no espaço-tempo do pós-guerra, no contexto político de uma época. Questões como o género ou a etnia, por exemplo, estavam fora do foco de interesse dos pesquisadores, por estarem demasiadamente focados na questão do estilo. Como sublinham Mattelart e Neveu (2004: 66), a análise das subculturas empreendida pelos teóricos do CCCS visava compreender os desafios políticos lançados no contexto da época. Mattelart e Neveu questionam o valor subversivo atribuído às subculturas, afirmando que se deveria questionar, mais modestamente, se estas fazem uma leitura crítica latente dos valores instituídos, ou se, pelo contrário, “não passam de inconsequentes passatempos que o capitalismo autoriza em tempos de lazer fora da escola” (Mattelart & Neveu, 2004: 68). Para Dieter Baacke (1987) o termo subcultura sugere a existência de uma cultura superior, que, actualmente, deixa de fazer sentido diante da pluralidade de estilos de vida, que não são mais específicos de uma dada cultura, uma vez que se manifestam em distintas localidades e em distintos continentes. Ao mesmo tempo o termo provoca associações depreciativas e leva a crer que estamos tratando de segmentos específicos da sociedade que devem ser demarcados ou diferenciados com o objectivo de melhor controlá-los. Portanto, na linha de pensamento pós-subculturalista, “cultura juvenil” ou “culturas juvenis” seriam conceitos mais indicados porque ampliam a possibilidade de compreensão das distintas manifestações juvenis, dos seus estilos ou modos de vida que vêm sendo criados e recriados em diferentes localidades e contextos sociais.

Reflexões desta natureza impulsionam as pesquisas dos chamados teóricos pós-subculturalistas, que se lançam à revisão dos pressupostos teóricos do CCCS, reduzindo a força política do conceito e relativizando os seus rituais de resistência para reintegrar o conceito de subcultura adequado à sociedade de consumo, com a sua

profusão de práticas culturais (Gelder e Thornton, 1997; Bennett, 1999; Haenfler, 2004).

O termo *post-subculture*, foi introduzido por Steve Redhead (1990) e desenvolvido por David Muggleton (2000) no seu livro *Inside Subculture: The postmodern meaning of style*, onde o autor faz uma transição entre os estudos anteriores e a nova concepção de subcultura, na qual o determinismo dos conceitos de classe e estilo perde valor em detrimento da nova mescla de estilos, mais híbridos e fluídos. Novos conceitos ocuparam os estudos subculturais britânicos, proliferando termos como “cenas”, “tribos”, novas tribos, “club cultures”, “estilos de vida”, em substituição do anterior termo de subcultura. Uma nova abordagem teórica, iniciada com a perspectiva britânica do CCSS, envolve, no entanto, uma mudança de direcção, de uma perspectiva marxista para uma abordagem semiótica, centrada em autores como Roland Barthes e Claude Lévi-Strauss.

A percepção de um alinhamento das subculturas com o "alternativo" em vez do "oposicional", a partir da sua participação na economia globalizada (Clarke e Jefferson, 1976), tem como pano de fundo as drásticas mudanças políticas e económicas que marcaram a década de 1980 na Inglaterra e no mundo. Portanto, aquilo que foi considerado o fim da cultura juvenil, decretado por autores como Frith [1986] (1996) e Young (1985), estaria atrelado à geração Thatcher, uma geração inglesa de jovens de origem operária, não mais identificada como rebelde. A viragem conservadora, que garantiu mais 10 anos de comando político a Margareth Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido, com a sua política de privatizações e de desregulamentação, somada aos efeitos da globalização crescente sobre a taxa de desemprego, produziu o que Blackman chama de “*a dangerous folk devils*” (2004: 6), referindo-se aos adeptos da então emergente *acid house*, que impulsionou e diversificou a subcultura das *raves*. A denominação "acid house" foi o primeiro nome dado às festas *raves* no Reino Unido, por se ouvir principalmente *house music* e ter a presença de drogas, como o LSD e o Ecstasy. Uma manifestação marginal e proibida, realizada com frequência em caves e armazéns abandonados da capital britânica²⁴.

²⁴ Ver Sharkey, Alix. 1993. “The New tribes of England” in *The Guardian Weekend*, 11 de Dezembro, pp.39-46.

Foi com a profusão de estilos, modas e comportamentos juvenis que fez emergir a cultura *clubber*, no final dos anos 80 e ao longo dos 90, tendo fornecido um terreno fértil de pesquisa à perspectiva pós-subcultural. A cultura das *rave*, bastante discutida na obra *The Clubcultures Reader* (1997), dava ênfase na cultura popular ao consumo de música e de dança, quebrando o elo de ligação entre estilo, música e a definição de subcultura. Os ambientes de festa e *clubs* eram a prova de que a percepção de grupo, estilos e gostos, deixavam de pertencer a uma determinada classe social representada por uma ideologia (de acordo com orientação dos membros do CCCS), passando agora a pertencer a grupos juvenis heterogêneos, quer nos seus estilos, quer na sua proveniência social.

Estilo de vida (*lifestyle*), trata-se de um outro conceito, adoptado pelos autores pós-subculturalistas, surgido da tradição sociológica americana, que pretende acentuar a percepção cultural do consumo. Dando seguimento a uma abordagem centrada nos estilos de vida, Steven Miles (1995, 2000) sugere que as culturas juvenis contemporâneas justapõem-se cada vez mais como um mosaico através do consumo cultural (Miles, 1995:36).

Outra proposta conceptual pós-subcultural pode ser encontrada no termo *scenes*. Este conceito parece-nos bastante válido para pensarmos a questão da mobilidade espacial, o lugar dos acontecimentos, onde se desenrolam as relações entre jovens e aquilo que observamos, e o cenário das práticas, que se conecta cada vez mais entre o local e global, conforme discutido no primeiro capítulo. Neste ponto, o entendimento das cenas no contexto dos *jovens indignados* verifica-se através da ocupação do espaço público urbano, ou seja, as ruas e praças. As cenas (tal como discutimos no primeiro capítulo), são assim ponto de encontro onde diversos jovens cada um com um contexto cultural e social diferenciado, partilham e consomem o que se produz no interior da cena. A grande “*rave do Rossio*”, usando uma metáfora com os conceitos anteriormente citados, constitui-se como uma prática cívica onde os jovens participantes, provenientes de diversas culturas juvenis, partilham o sentimento de indignação, embalados ao ritmo do desejo por mudança social. Retomaremos a questão das cenas na parte que toca à metodologia e à etnografia

“A Guerra da Thatcher contra a Acid House” in *Vice online*. [Consult. a 15.10.2013]. Disponível em <http://www.vice.com./pt>

realizada junto a estes jovens, analisando de que forma o espaço urbano, a praça transforma-se em produto cultural de um movimento.

O termo *Neo-tribes*, ou novas tribos, surge como um conceito originalmente desenvolvido por Michel Maffesoli (1996) com a percepção de uma nova categoria de sociabilidade fora dos padrões comuns de organização. O autor refere-se a um tipo de ambiente, forma de pensar, modo de vida, em vez da aparência e estilo como forma de expressão, tal como era abordado pela escola de Birmingham.

O conceito de *neo-tribes*, ou novas tribos que incorpora-se aos estudos pós-subculturais leva-nos à interpretação da importância do colectivo neste conceito. Originalmente desenvolvido por Michael Maffesoli (1996), constitui a percepção de uma nova categoria de sociabilidade fora dos padrões comuns de organização. O autor faz um contraponto entre os termos “sociabilidade” e “socialidade”. O primeiro termo sendo característico das relações sociais típicas da modernidade, o segundo remete para a multiplicidade de situações, de experiências lógicas e não lógicas pontuadas pela informalidade, identificadas pelo autor como pós-modernas (Maffesoli, 1988:10).

De acordo com Maffesoli (1988:17), a ideia pessoal (*persona*) só existe na relação com o outro. Assim, a metáfora da tribo sugere o processo de identificação com o outro, desenvolvido fora da esfera pessoal. Na concepção do autor, a ideia de *persona* refere-se ao sentido de “máscaras” mutáveis que permitem a integração em diferentes ambientes e tribos, a partir da instabilidade que caracteriza as relações. A interpretação do sujeito colectivo, de acordo com Maffesoli, é a descodificação das formas antigas de tribalização da Idade Média, adaptada pelo autor ao neotribalismo. As “neo-tribos” são, portanto, colectivos de indivíduos próximos em diferentes espaços (Maffesoli, 1988)

No contexto da literatura sobre o tema, o termo tribos, proposto pelos estudos pós-subculturalistas reagem em oposição ao que se considera ser uma subcultura, fechada num grupo de cariz ideológico, voltada para a luta de classes, enquanto que as tribos partilham a efemeridade, as emoções e os sentimentos com ligação emocional quase que despolitizada. Assim, o conceito de novas tribos é um caminho para entender como e porquê culturas juvenis diversas partilham os mesmos interesses havendo um processo de identificação entre eles. Sobre o conceito e tribos Machado Pais (2004) afirma que a metáfora da tribo sugere que é a “emergência de novas formações

sociais que decorrem de algum tipo de reagrupamento entre quem, não obstante as suas diferenças, procura uma proximidade com outros que, de alguma forma, lhe são semelhantes de acordo com o princípio *qui se ressemble s'assemble*" (Pais, 2004:19)

Portanto, a orientação pós-subculturalista para explicar a cultura juvenil, baseia-se numa perspectiva teórica que defende que as novas subculturas são difusas, diluídas e possuidoras de formas misturadas, enfatizando, por sua vez, a necessidade de se observar 'o status' de determinadas posições no interior das subculturas, capazes de influenciar e gerar formas de acção colectiva, permitindo às culturas juvenis aderirem ou resistirem à autoridade instituída (Blackman, 2005).

2.4 Na encruzilhada das teorias

A construção de uma genealogia da teoria das subculturas e pós-subculturas, evidencia a importância de fazer dialogar as diversas matrizes conceptuais através das quais as culturas juvenis vêm sendo estudadas na actualidade. As identidades e culturas juvenis no contexto da globalização, dado o seu alto grau de heterogeneidade, tornam a aplicação de uma teoria "pura" na observação desses novos sujeitos sociais, um desafio actual para a teoria das subculturas.

A perspectiva subcultural do CCCS vai ser criticada pela perspectiva pós-subculturalista em vários terrenos. Relativamente à apropriação do estilo pelos jovens, Clarke (1975) aponta a "solução mágica" para problemas que surgem em outros sectores (família, escola, trabalho) e como forma de resistência dos jovens provenientes de classes sociais que não têm grandes perspectivas para o futuro (Baacke, 1987:104). Autores como Gary Clarke (*Defending ski-jumpers*, 1982), que questiona o valor da descodificação dos estilos de determinadas tribos urbanas, Steve Redhead (1995), para quem as subculturas são 'uma fantasia académica' e Rob Shields (1996), que evoca a perspectiva weberiana de observação do significado das interacções sociais para os participantes de uma determinada tribo (nos termos definidos por Maffesoli), buscam assim construir um novo cânone teórico (Blackman, 2005). O que a maioria destes investigadores explora é algo próximo da noção de simulacro de Baudrillard, segundo a qual existe uma geração de modelos sem origem

na realidade: a geração hiper-real (Baudrillard, [1983] (1991). Redhead proclama que não existe subcultura autêntica, e que o modelo teórico, até então adotado, não é mais apropriado para analisar a cultura pós-moderna, caracterizada pela falta de profundidade e pela hiper- realidade (Redhead, 1993). Para Redhead, o significado das subculturas é flutuante e serve para valorizar as diferenciações da experiência individual. Esta abordagem é também explorada por investigadores como Melechi (1993) e Rietveld (1998; 1993), em estudos sobre a *acid house* e o consumo de drogas, através dos quais afirmam que a subcultura constitui um escape. Muggleton (2000), observando os *punks* e os *mods*, afirma que as ‘pós-subculturas’ estão preocupadas com a auto-afirmação. Para estes autores, as subculturas reagem criativamente através do consumo e da identidade, a fim de construírem significados livres da subordinação. Mas a ênfase aqui move-se dos modelos sociais para a agência em busca do significado individual nas práticas subculturais (Blackman, 2005).

A proliferação de práticas culturais e estilos juvenis, que levou à fragmentação, aos *revivals*, ao hibridismo, às transformações e à co-existência simultânea de uma miríade de estilos, sobretudo nas duas últimas décadas, evidencia a necessidade de se complexificar a análise das subculturas. O esforço empreendido por autores como Miles (2000) e Bennett (2000), que utilizam a ideia de estilo de vida em substituição ao conceito de subcultura, enfatiza as práticas culturais locais nas quais as culturas juvenis funcionam como estratégias de incorporação de novos e diferentes significados para as mercadorias globalizadas. Estes autores reconhecem o potencial emancipatório do consumo ‘crítico’ por parte da juventude, que serve de base para a “estabilidade num mundo instável” (Miles, 2000: 10). Do mesmo modo, autores como Muggleton (2000), Malbon (1999) e Bennett (2000), quando reinterpretam o conceito de novas tribos de Maffesoli, optam pelo relativismo como uma “força desestabilizadora da pretensão universalista” (Maffesoli, 1996:51) na observação dessas formações grupais. Ainda no seguimento da crítica ao CCCS, João Freire Filho (2005) refere a visão unidimensional do circuito de difusão e incorporação das subculturas notabilizadas pelo CCCS, que se fundamenta, em larga escala, numa interpretação equivocada da relação dinâmica e reflexiva entre os jovens e as várias modalidades de media – responsáveis por fornecer

muitos dos recursos visuais e ideológicos incorporados pelas identidades subculturais (Freire, 2005:146).

Em alternativa ao fosso que separa academicamente as abordagens subculturais das pós-subculturais, Patrick Williams (2011) sugere a linha de pensamento do interaccionismo simbólico como ponto de intersecção no entendimento entre as duas perspectivas da cultura juvenil (subcultura e pós-subcultura). O autor defende que o interaccionismo simbólico permite identificar outro ângulo das subculturas juvenis, enquanto fenómeno cultural carregado por um conjunto de valores, crenças, práticas, materiais e objectos, ou seja, ressalta a ideia de cultura alargada e não a de grupo. Portanto, na perspectiva baseada no interaccionismo simbólico sugerida pelo autor, o sistema de valores das subculturas associa-se à sua localização no espaço social e à experiência dos seus participantes. Para os interaccionistas, a sociedade moderna urbana é constituída por uma enorme variedade de grupos com estilos de vida e valores diferentes, que lutam por vantagens grupais e individuais.

Segundo Williams (2011), para compreender melhor essa perspectiva no âmbito do interaccionismo simbólico, há que considerar três elementos que são importantes para a interação entre os indivíduos: o primeiro diz respeito às *ideias*, que se referem ao aspecto não material da cultura, ou seja, aos valores e às crenças; o segundo corresponde aos *objectos*, que constituem por assim dizer os materiais, os artefactos utilizados que caracterizam e identificam o grupos, sejam as vestimentas ou a própria internet; por fim, as *práticas* da acção. Ideias, objectos e práticas interconectam-se a partir dos grupos e são parte da cultura dos mesmos. Quando observamos um grupo de jovens, o nível de interacção desenvolve-se mediante o discurso. Através deste são desenvolvidas ideias, escolhidos os objectos e consequentemente decididas as suas práticas (Williams, 2011: 39). A interacção é igualmente um factor determinante das práticas e do nível de alcance das mesmas. Se pensarmos no activismo juvenil, que este trabalho se encarrega de analisar, o ponto-chave para perceber a sua articulação global está nas práticas e nos materiais (artefactos) partilhados na internet. Como bem sublinha este autor, uma comunicação interconectada em larga escala significa que o conceito de subcultura não está somente restrito a grupos ou a áreas, mas que poderá ser expandido através de diversos canais. Neste caso, a internet é a peça-chave para

entender a difusão das partilhas dos *jovens indignados* acampados nas praças públicas à escala transnacional.

Outro ponto que Williams (2011) resgata do legado do CCCS é a discussão sobre resistência. A resistência juvenil do ponto de vista dos estudos subculturais está associada ao estilo e ao visual. É, portanto, uma tentativa “mágica” de explicar as diferenças de classes através da representação simbólica estética, coberta por um invólucro cheio de contradições e até romantismo de algo que se pretende construir em torno das subculturas juvenis, criando uma taxonomia dos estilos e maneirismo dos grupos.

O estilo, nos estudos subculturais, correspondia a um mecanismo de desordem dos padrões vigentes (Hebdige, 1979) com o intuito de chocar, provocar reacções diversas, desafiando a lógica hegemónica e o poder. O elemento estilístico presente nas culturas juvenis, explorado nas obras de Jefferson e Hall (1976) e Hebdige (1979), conecta-se directamente com a estrutura social através da lógica de resistência. Como dissemos atrás, as subculturas juvenis estudadas por esses autores (*rastas, mods, skinheads, teds*, etc) eram a respostas visuais a ordem hegemónica vigente e suas origens da classe trabalhadora. Todavia, a apropriação simbólica dos bens e objectos para a prática da resistência, acabou por despertar na indústria do consumo, aparentemente de forma contraditória, uma lógica de mercadorização que transformou a subversão em mercadoria.

Além do efeito de mercadorização, Williams (2011) aponta outras controvérsias no sobre o tema resistência abordado pelo CCCS. O autor argumenta que os estudos subculturais não consideravam o facto de muitas subculturas juvenis criarem intencionalmente formas de resistência e de se declararem oficialmente contra a estrutura de poder vigente através de práticas disruptivas na esfera pública. Nesse aspecto, o autor sublinha a importância da colectividade como forma de resistência em seu sentido lato. Os jovens possuem diferentes níveis de interacção, pelos quais o acto de resistir é também dependente de outras redes de relacionamentos, como o grupo de pares, a família, as associações, o trabalho, os clubes, etc. Assim, o que vai caracterizar a resistência colectiva será a partilha das mesmas emoções e anseios com diferentes grupos sociais. Para Williams, o ponto fulcral da resistência é construído a

partir das experiências e as práticas ligadas que modelam diversas situações quotidianas (Williams, 2011: 101).

A literatura sobre culturas e subculturas juvenis não foi suficiente para desmembrar estas questões numa perspectiva macro da resistência, ficando a cargo dos estudos sobre os movimentos sociais esta dimensão (Williams, 2011:102). Deste modo, o cenário da mobilização juvenil à escala global (como no caso dos *Indignados*), é o reflexo do avanço da resistência em sentido macro, espalhado por múltiplas redes.

Considerando que, em geral, o legado dos estudos subculturais não levava em consideração uma extensão das atitudes juvenis à escala macroespacial, muito menos interpretava os jovens enquanto actores políticos de uma mudança social alargada, tal significa que a literatura que se debruçou sobre as subculturas não favoreceu até então uma perspectiva mais aprofundada da resistência juvenil como forma activa com foco reivindicativo e na mudança social. O presente cenário das mobilizações em grande escala, iniciada a partir da internet, vem apontar para um novo paradigma da resistência juvenil na literatura. No caso dos *Indignados*, como veremos, comprovou-se que a dimensão da resistência é multidimensional, multicanal, multiredes, multiestilos orientados para o colectivo e também para a dimensão pessoal privada. Pelas razões citadas, afirmamos assim que a concepção de resistência, no modo como é concebida pelos estudos subculturais, é incompatível com a experiência dos *Indignados*.

Pam Nilan e Carles Feixa (2006), num artigo sobre juventudes globais, fazem um ponto da situação sobre as culturas juvenis da actualidade. Nesta obra os autores estão interessados em evidenciar os jovens pela óptica da construção social das suas identidades, definindo-os enquanto actores sociais criativos, no consumo cultural e nos movimentos sociais, ou seja, reflectem sobre as distintas características das culturas juvenis num mundo globalizado. Nilan e Feixa defendem que, em tempos de conexões globais e media digitais, os jovens estão cada vez mais caminhando na direcção transnacional, partilhando as suas identidades com outros indivíduos geograficamente localizados noutras partes do globo. Neste ponto, os autores exploram o conceito de hibridismo, adaptado da obra *Culturas Híbridas*²⁵ de Nestor

²⁵ Néstor García Canclini, ao analisar as formas de hibridismo na América Latina no final do século XX, que foram geradas por contradições decorrentes do convívio social urbano e do contexto internacional, conclui que todas as culturas são de fronteira e que as artes, em virtude do fenómeno da desterritorialização, articulam-se em relação umas às outras, sendo-lhes possível, com isso, ampliar o

Garcia Canclini (1997). Para compreender as transacções do mundo pós-moderno, o termo hibridismo encaixa-se nos processos de interacção entre o local e o global, o hegemónico e o subalterno, o centro e a periferia, ou seja, o hibridismo é um processo de transacção cultural que põe em evidência de que modo as culturas globais são assimiladas localmente, remetendo para um cruzamento de fronteiras, para a mobilidade e a multiplicidade (Nílan & Feixa, 2006:14).

Os jovens tendem cada vez mais a “transnacionalizar-se”, mediados pela internet, propagando as suas acções, desejos e identidades com outros jovens espalhados pelo mundo. A troca entre o local e o global é parte de um processo de hibridismo das interacções e transacções entre jovens que assimilam as trocas entre o local e o global com diversos grupos que mantêm aspectos comuns entre si (idem:16).

2.5 Identidades desacreditadas e sentimento colectivo

A atenção dada à colectividade para a compreensão das culturas juvenis urbanas da actualidade é cada vez mais reforçada pelos processos de identificação entre os indivíduos como elemento de pertença a um grupo. As identidades surgem num contexto contemporâneo global de múltiplas trocas, como um processo relacional e dinâmico ligado entre si pelo contexto das conexões interpessoais, contexto social, interesses, motivações e emoções partilhadas. Logo, a identidade processa-se através da construção social das práticas e da utilização dos recursos e artefactos que vão dar sentidos às práticas.

De acordo com Hall, o indivíduo pós-moderno assume uma identidade "móvel" e "temporária", uma possibilidade dentre as múltiplas possíveis de acordo com o momento e o local. Isso ocorre porque a construção da identidade se dá na interacção

seu potencial de comunicação e conhecimento. Ainda que indirectamente, as práticas culturais passam a ocupar um lugar proeminente no processo de desenvolvimento político, uma vez que, quando se fecham ou se enrijecem as vias político-sociais, essas práticas constituem-se em vias de expressão simbólica, com acção e actuacção efectivas. A eficácia dos processos de hibridismo reside, principalmente, na sua capacidade de representar o que as interacções sociais têm de oblíquo e dissimulado, e de propiciar uma reflexão acerca dos vínculos entre cultura e poder, os quais não são verticais. Trata-se, portanto, de verificar “quais são as consequências políticas que decorrem da passagem de uma concepção vertical e bipolar das relações sociopolíticas para outra descentralizada e multideterminada” (Canclini, 1997:135).

com os outros – e pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros ao longo da vida, constituindo um processo em constante mudança e formação (Hall, 1999:39). Na concepção de Hall, ao passo que o impacto da globalização sobre a identidade é importante na construção não unificada do sujeito, é também um elemento de contradição interna deste mesmo sujeito pelas diversas representações simbólicas adquiridas em diferentes contextos da experiência. Portanto, as relações sociais construídas assumem certa relevância, principalmente quando pensamos na cultura juvenil transnacional da actualidade. No caso do nosso objecto de estudo, os *jovens Indignados* reconhecem-se entre si, através de um processo de identificação global, por partilharem o mesmo sentimento de insatisfação e reconhecimento social quanto o seu papel na esfera pública. Portanto, afirmamos que a formação da identidade desses jovens depende das novas relações sociais com outros jovens, ou seja, o processo de identificação recai nas relações sociais e culturais com os outros, mais do que em si próprio.

A actual crise do desemprego extensivo em alguns países da Europa e a falta de perspectivas no futuro, é o pano de fundo para muitos jovens se sentirem indignados e se verem a si próprios numa situação de precariedade, sendo esta a condição social que partilham. A convergência de valores entre esses jovens dá-se através do sentimento de insatisfação e, ao mesmo tempo, de mudança. A indignação nasce de um sentimento de “subalternidade” dos jovens, independentemente da sua origem, sentindo-se à margem do sistema económico que não os inclui na lógica do mercado produtivo do emprego e das oportunidades qualificadas. Neste processo, a nossa interpretação é que existe uma subjectivação política que consiste na formação de um “Eu”, não como um si mesmo, mas como uma relação de um si para o outro (Rancière, 1995:66), onde o que está em jogo é uma disputa sobre a igualdade, produzindo contestações sobre a ordem identitária vigente (jovens precários).

Portanto, esta lógica cria novos espaços de identificação que se recriam. Propomos pensar a geração de jovens que se identificam como “indignados”, partilhando estes sentimentos com outros jovens, outras “subculturas”, em cenários que são reproduzidos também a partir do outro. Assim, é pertinente confirmar que subjectivação política se relaciona na experiência individual com as vicissitudes do campo de identificação (Castro & Mattos, 2009:798).

A ideia de subjectividade é comumente usada para caracterizar o mundo interno do ser humano, composto por emoções, sentimentos e pensamentos em relação com a realidade exterior. É a partir da subjectividade que o ser humano constrói o seu espaço relacional em interacção com os demais membros da espécie. São relacionamentos que se inscrevem no contexto das esferas de representação social, permitindo que cada indivíduo desempenhe diversificados papéis conforme os ambientes e as situações com as quais precisa lidar no âmbito da sociedade.

Santarella e Lemos (2010:15) explicam que a noção de subjetividade é o ponto de partida para as acções dos sujeitos no seu agenciamento. A pessoa que emerge do agenciamento de tais componentes pessoais (impressões, ideias, atitudes proposicionais, hábitos, habilidades) apresenta as capacidades necessárias para agir, tanto pragmaticamente (isto é, para combinar meios e fins) quanto socialmente. Os componentes pessoais de que falam os autores estão impregnados dessa subjetividade, aparecendo em todos os tipos de relacionamentos, inclusive no âmbito das redes sociais da internet.

Portanto, o processo de identificação através do reconhecimento e da prática social são os motores que identificam o dinamismo das culturas juvenis contemporâneas. A construção da identidade colectiva faz sentido quando desta construção surgem práticas que vão dar sentidos à constituição do grupo. No exemplo específico das culturas juvenis com propósito activistas, os objectos e as práticas ganham um significado específico partilhados entre grupos com os mesmos propósitos em diversas localidades.

O contexto social de crise económica e a proliferação de práticas activistas através da internet constituem elementos fulcrais na caracterização das culturas juvenis activistas transnacionais. Desta forma, o contexto e o instrumento da prática produzem um espaço de identificação e trocas de práticas sociais, tanto a nível local como global. A internet, utilizada como artefacto social, é capaz de mobilizar e criar dinâmica de grupo ao mesmo tempo que possibilita a partilha de outras representações individuais da identidade. A internet é responsável por promover novas relações on-line, o que vai influenciar em vários aspectos a identidade pessoal (Baym, 2010).

A multiplicidade de identidades potencializada pela internet não é nada de novo, mas Nancy Baym argumenta que, assim como nas relações face a face, buscamos gerir as impressões que as pessoas têm de nós durante as interações on-line. A nossa habilidade de construir uma identidade on-line, seja autêntica ou manipuladora, é limitada e viabilizada pelas ferramentas de comunicação e as suas possibilidades, ou seja, a plataforma disponibiliza um recurso que é gerido por nós estrategicamente (idem:108). Neste aspecto a autora diz que as identidades individuais estão imersas em identidades sociais. Nós construímos auto-representações ao nos conectarmos com os outros. Os outros também contribuem para a base de dados on-line das nossas informações. É dessa forma que para construir um laço de confiança que sublinhamos a importância das interações on-line e off-line, no sentido de colmatar manipulações da identidade construída on-line, pois permite um encontro físico, de contacto pessoal, cuja relação volta a ser realimentada novamente no on-line, eliminando desta forma o desconforto entre pessoas que não teriam tantas oportunidades de se conhecer e formar relações off-line.

Retomando o nosso objecto de estudo, o reposicionamento dos jovens na sociedade portuguesa através das interações mediadas faz com que estes tenham uma melhor compreensão de si próprios e do seu lugar no mundo. Esta compreensão é construída de forma colectiva e desterritorializada através das conexões e laços construídos on-line. Como afirmam Feixa e Nila (2006), a mudança tecnológica trouxe para os jovens, acima de tudo, uma situação de categoria não subalterna, isto porque “estar na rede ou fora da rede é mais uma questão de hibridismo cultural do que de recursos tecnológicos ou económicos” (idem: 23), mas que, por outro lado, se consideram a si próprios uma nova "cultura subalterna", criada pela conjuntura económica do país.

À luz das teorias discutidas ao longo deste capítulo, o perfil dos *jovens indignados* proposto para discussão neste trabalho inclui a interpretação destes a partir de uma óptica de diferentes discursos e noções que oscilam entre culturas juvenis, subculturas e tribos urbanas, perspectivas estas que se complementam e ajudam-nos a reflectir sobre a realidade observada. Numa perspectiva crítica comparada, não podemos designá-los simbolicamente de uma forma expressiva através do estilo, dado o

carácter plural dos participantes, não podendo portanto limitar-se a um grupo fechado, conforme previa a perspectiva dos estudos subculturais. Pelo contrário, são vários os rostos, géneros, etnias e classes que em comum transbordam a necessidade de se mobilizar e protestar.

Deste ponto de vista, a generalização de classe e género não cabe, de forma linear, no movimento dos *Indignados*. O ecossistema de mistura de classes, estilos, gostos, resume através de biografias pluralizadas um movimento constituído por jovens que se revoltam. O que a realidade do movimento dos *jovens indignados* nos mostra é a mistura entre o sentimento de indignação, por um lado, e a consciência de fazerem parte de uma geração "à rasca", do outro, caracterizando-se por uma mistura de emoções e um agir político através de práticas desterritorializadas (internet) e territorializadas (as praças). A metáfora da tribo dá conta de que o indivíduo é colectivo e instável inter-relacionando-se com outras tribos. Assim, numa nova roupagem interpretativa, as "tribos" dos indignados reproduzem-se à escala local e global, redefinindo os territórios e os espaços das práticas, dando sentidos às mesmas, mesclando o global com as produções de sentido local.

Conclusão

Geração "à rasca" e indignada, redes de resistência, tribos, tantos termos que concorrem para a pluralidade do que podemos chamar movimento dos *Indignados* e para a compreensão dos jovens enquanto actores políticos, num processo em evolução com os conceitos enraizados na literatura sobre culturas juvenis e geração.

Neste capítulo discutimos os vários significados para a juventude, enfatizando que no que respeita aos estudos sobre juventude e política, esta reflexão é apoiada por estudos que tanto enaltecem (Ekman & Amnå, 2009, Mayorga, 2013) os jovens e o seu papel activo e consciente na sociedade, como os dimensionam para um mundo apático (Holloway, 2005; Putnam, 2000; Stolle & Hooghe, 2004, dentre outros) e desacreditado das questões públicas e políticas. De facto, independentemente da orientação dos estudos sobre a juventude, os quotidianos passam a ter maior

relevância quando se quer entender as dinâmicas e transformações que estão a acontecer no seio das diversas culturas juvenis.

Ao longo deste capítulo voltámos à revisão de literatura de temas relevantes no estudo da juventude: geração e estudos culturais, através das perspectivas subculturalistas e pós-subculturalistas. Quanto a temática da geração, partimos da expressão geração “à rasca” para identificar os diversos problemas sentidos e vividos pelos jovens portugueses nas suas trajectórias de vida. Nos estudos clássicos de Mannheim sobre gerações, o autor preocupa-se em analisar as componentes dinâmicas do processo social através de um longo período histórico, procurando responder a questões que identificam relações sociais que sustentam o fenómeno do nascimento das gerações.

O significado do conceito de gerações, segundo a proposta de Mannheim, não se esgota apenas no contexto histórico dos acontecimentos, será preciso existir uma conexão geracional entre os envolvidos, ou seja, um tipo de participação numa prática colectiva que produza um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão colectiva em torno dos mesmos acontecimentos. É neste aspecto que as oportunidades surgidas do contexto de crise económica, vividas pelos jovens que se sentem “à rasca”, permite conectá-los de alguma forma, desenvolvendo assim o sentimento de geração enquanto jovens precários.

Por outro lado, quando o tema das gerações se associa aos media digitais, vimos que surgem novas práticas e comportamentos dos utilizadores de internet que vão depender do tipo de uso que os indivíduos fazem das plataformas on-line e da forma como poderão dar sentido aos seus anseios e necessidades. Neste aspecto, é preciso levar em linha de conta outras variáveis diferenciadoras, como a classe social, de onde os membros de determinada geração provêm, já que o acesso à internet e às tecnologias não é obviamente o mesmo para os jovens de meios economicamente desfavorecidos, comparativamente com os seus pares das classes média e alta.

Na revisão da literatura dos estudos subculturais, vimos que os jovens são considerados em diferentes perspectivas que vão desde a caracterização da problemática da delinquência urbana até às questões sobre a origem de classe, onde a ressignificação social é vista através do simbolismo estilístico como forma de

resistência. Do lado dos estudos pós-subculturalistas vimos a preocupação dos autores em alinhar as subculturas com o "alternativo" em vez do "oposicional". A metáfora da tribo de Maffesoli (1998) dá conta de que o indivíduo é colectivo e instável, inter-relacionando-se com outras tribos. Essa interpretação reproduz-se no nosso objecto de estudo à escala local e global, redefinindo os territórios e os espaços das práticas, dando sentidos às mesmas, mesclando o global, para demarcar a identidade colectiva e o local, as cenas e as práticas localizadas. Mas, por outro lado, não podemos falar em esvaziamento ou simulacros, pois há uma continuidade destas redes entre as esferas on-line e off-line.

Do nosso ponto de vista, a relação dicotómica entre os conceitos de subcultura e estudos pós-subculturalista não é absoluta, tendo em conta que as culturas juvenis são cada vez mais complexas podendo nalguns aspectos serem analisadas do ponto de vista de uma microssocialidade de grupos subculturais, noutras de forma mais alargada ligadas pelo emocional e de natureza híbrida. De facto se pusermos na balança a divisão conceptual das culturas juvenis, não haverá de facto uma segmentação absoluta das culturas juvenis dado ao seu alto grau de complexidade. Considerando que as culturas juvenis contemporâneas são cada vez mais híbridas e interligadas por diferentes razões que não são necessariamente despolitizadas e efémeras, ao passo que, nos contextos microssociais das subculturas onde melhor se observam as subculturas pode-se encontrar uma dimensão política que transforma a estética em territórios de actuação onde manifestam suas crenças e ideologias. Portanto, será a diversidade de contextos e situações sociais vividas pelos jovens que vão moldar as diferentes abordagens das culturas juvenis.

Patrick Williams, com o propósito de superar a interpretação dicotómica entre subcultura e pós-subcultura, apresenta o interaccionismo simbólico enquanto fenómeno cultural carregado por um conjunto de valores, crenças, práticas, materiais e objectos que vai iluminar a ideia de cultura juvenil no seu sentido mais alargado. Nesta perspectiva, o autor considera a dimensão das práticas, das ideias e dos objectos como elementos que vão identificar melhor os grupos e os seus propósitos. O autor critica algumas abordagens conceptuais oriundas dos estudos subculturalistas, imprimindo uma crítica especial ao conceito de resistência. A resistência simbólica,

sem uma ligação política, expressa na condição socio-cultural e na representação dos símbolos para explicar o comportamento de certas culturas juvenis, é refutada por Williams.

A questão da resistência, tal como é argumentado pelo autor, não se expressa apenas nos círculos grupais minoritários de uma resistência simbólica desprovida de consciência política. Os jovens possuem diferentes níveis de interacção, mediante os quais o acto de resistir depende também de outras redes de relacionamento, fora dos ambientes locais onde se reproduzem. A dinâmica da relação entre os jovens e as culturas juvenis, que se expressam na actualidade à luz dos movimentos activistas globais, indicam que os processos sociais de identificação, bem como os objectos e as práticas que dão sentido ao grupo, caracterizam-se como elementos essenciais para compreender o propósito dos mesmos. A identidade, conforme discutimos, é um factor-chave para o reconhecimento e inserção de um indivíduo num determinado grupo. O *self*, como projecto reflexivo, aponta para que as identidades de pertença não sejam apenas produtos subjectivos dos indivíduos, pois também devem envolver um colectivo e a relação com mecanismos institucionais da sociedade.

As recentes transformações no mundo do trabalho, dos processos de precarização do emprego, estão a ter impacto significativo na trajectória de vida de muitos jovens europeus, e portugueses em particular, na sua transição para a vida adulta, reflectindo-se no modo como gerem a sua situação de (ind)dependência perante o agregado familiar de origem. Sublinhámos que o contexto de incerteza em que vivem estes jovens despertou uma reflexão colectiva sobre a sua situação, traduzida num sentimento de indignação, que pretende dar conta de várias facetas da sua condição: “à rasca”, licenciados e precários, precários assalariados, e assim por diante. O auto-reconhecimento colectivo destas condições despertou nos jovens o lado do sujeito político que, mediado pelos media digitais, expandiu as suas conexões comunicativas, construindo novos laços sociais em rede além fronteiras, fazendo com isso nascer uma cultura de interacção transnacional que demonstrou uma faceta das atitudes juvenis enquanto agência, produtores e consumidores de informação de maneira activa voltada para a mobilização no espaço público.

Capítulo 3 - Internet: O artefacto da acção

1. Internet e democracia: potencialidades e usos

Entendemos neste trabalho que as novas tecnologias estão a redimensionar a maneira como os mais jovens participam na política. Mais do que um meio de comunicação, a internet tem sido utilizada como ferramenta de propagação de novas formas de participação e activismo político, funcionando desta forma como um artefacto da organização colectiva, incentivando especialmente os jovens a participar na vida pública.

A discussão sobre o lugar das novas tecnologias frente ao mundo da política, mobilizou dentro das ciências sociais posicionamentos a favor e contra o potencial que a internet pode ter de aperfeiçoar a relação dos cidadãos com a política. No campo da Ciência Política, alguns investigadores americanos (Bimber et al., 2005; Norris, 2001) referem-se a uma visão optimista da internet e da capacidade de mobilização social

que este meio pode revelar. A autora Americana Pipa Norris (2001) classifica a internet como principal ferramenta para superar a “crise da democracia” (Norris, 2001:10). A internet, segundo a autora, constitui-se como um canal de comunicação de duas vias, ou seja, os utilizadores são produtores e receptores de conteúdos, fortalecendo e enriquecendo conexões entre si e com as organizações da sociedade civil, representando assim uma nova esfera pública (Norris, 2001:96).

No campo da sociologia, alguns investigadores com o foco nos estudos dos movimentos sociais (Bonfadelli, 2002; DiMaggio et.al, 2004) vêem com bons olhos as novas tecnologias no acerto de uma democracia mais participativa. No entanto, DiMaggio e colegas (2004) ressaltam a preocupação de enfatizar que a utilização da internet para fins sociopolíticos funciona melhor quando já existe uma predisposição para a participação e o envolvimento cívico por parte dos utilizadores.

Posições mais cépticas e menos românticas da internet, defendem que esta influencia pouco a formação de novas comunidades políticas, pois este meio tem melhor impacto quando é utilizado por grupos ou pessoas que já possuem uma ligação off-line com a política. Buchstein (1997) destaca pelo menos duas razões para que a internet não seja tomada necessariamente como meio relacionado com o aperfeiçoamento da democracia. A primeira razão reside na falta de competência dos cidadãos comuns para discutirem temas que demandam conhecimento específico e capacidade de julgamento, não apenas político, mas para lidar com a própria tecnologia de comunicação. A segunda razão reside no acesso elitista às potencialidades das redes telemáticas. Na visão do autor, a possibilidade do utilizador poder consumir individualmente a informação que deseja através da plataforma *web* não adiciona grandes qualidades ao funcionamento na forma democrática de governo, pois depende de uma estratégia e consenso com outros cidadãos para que a internet faça sentido na colectividade e no aperfeiçoamento da democracia (Buchstein, 1997:46).

Outro ponto a destacar neste debate é a interpretação do potencial da internet enquanto esfera pública. Entende-se a esfera pública como sendo constituída por um conjunto de indivíduos privados que formam um corpo público e que têm por função uma crítica do estado com base no uso público da razão pelos seus intervenientes (Habermas, 1984). O corpo da esfera pública quando mediava as relações entre a

sociedade civil e o Estado. Desta forma, a esfera pública constitui uma instância que coloca a comunicação no centro do debate político e público ao interligar indivíduos e ao permitir a formação de eventuais consensos.

Relativamente ao modelo clássico de esfera pública apresentado por Habermas (1984), as discussões e encontro entre pessoas, para debater assuntos sobre questões públicas, tinham lugar nos cafés, bares, locais públicos em geral. Com as novas tecnologias a fazer cada vez mais parte da vida das pessoas, as conversações passaram também para os *chats* privados, fóruns, *e-mails*, páginas de redes sociais on-line. Através da teoria da acção comunicativa, Jürgen Habermas (1997) destaca a importância da comunicação entre os sujeitos sociais na condução das suas acções. “O conceito de acção comunicativa refere-se à interacção de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que (seja por meios verbais ou extra verbais) entabulam uma relação interpessoal. Os actores buscam entender-se sobre uma situação prática para poderem coordenar de comum acordo os seus planos de acção e com isso as suas acções” (Habermas, 1997:174).

A noção de esfera pública, proposta pelo autor, inclui o papel dos meios de comunicação na mesma, considerando-os como uma influência negativa relacionada com aos usos que os indivíduos fazem. Ao definir o papel desempenhado pelos meios de comunicação na esfera pública, o filósofo alemão Jürgen Habermas apresenta, na obra publicada em 1962, *Mudança estrutural da esfera pública*, uma visão negativa acerca da influência que os meios de comunicação exerciam sobre o uso que os indivíduos faziam, em público, das suas capacidades críticas e da sua razão. Nesta obra o conceito de esfera pública aparece ligado à ascensão da burguesia e aos espaços nos quais os membros dessa classe se reuniam publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à colectividade. A esfera pública burguesa constitui-se, portanto, a partir do diálogo e do confronto argumentativo regulados pela publicidade conferida às razões oferecidas por seus participantes.

Nas suas obras posteriores, Habermas (1984) revê o seu posicionamento a respeito da actuação dos media na esfera pública, apontando-os como um espaço limítrofe e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro (reduto da elite política) e a periferia (movimentos sociais, associações cívicas, cidadãos comuns, etc.) do

sistema político. Não obstante, é preciso ressaltar que as críticas feitas permanecem actuais no que diz respeito ao modo como a produção da informação jornalística é limitada por diversos tipos de constrangimentos externos e internos. Segundo Habermas, para que os meios de comunicação possam exercer efectivamente uma dinâmica de mediação entre diferentes arenas e actores cívicos e políticos, precisam de, primeiro, agir com certa independência diante dos poderes económico e político e, em segundo, criar mecanismos adequados de feedback entre estes diferentes actores e arenas comunicativas (idem, 1984: 40).

A internet trouxe à sociedade uma variedade de mecanismos que permitem comunicação e interactividade de forma livre, independentemente da relação com os meios de comunicação social (Televisão, Rádio, Impresso). A ideia que subsiste nestee direcionamento interpretativo enfatiza um novo padrão de comunicação, permeada por níveis maiores de interacção, de diversidade informativa e de contemplação das aspirações comunicativas e relacionais dos indivíduos. Aspirações essas que antes não tinham a mesma capacidade de se realizarem devido às barreiras espaço-temporais e à indisponibilidade de um ambiente de interação generalizado (todos-para-todos) e multiforme que a internet veio a possibilitar.

Thompson (2009) afirma que o desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interacção, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno, que alteraram o carácter simbólico da vida social. Segundo o autor: “Precisamos repensar o significado do ‘carácter público’ hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer se encontrarem no mesmo ambiente espaço-temporal (Thompson, 2009:72).

Assim, com o advento das tecnologias digitais há uma troca de informações que altera a direcção dos fluxos comunicativos. Antes, tínhamos um modelo que se exprimia pela troca de informações originadas de um emissor em direcção a um receptor, por meio da emissão de um fluxo unilateral distribuído por um canal potencialmente afectado pela intervenção de ruídos²⁶ (TV, Rádio). Com o modelo

²⁶ O processo de comunicação nunca é perfeito. No decorrer das suas etapas sempre ocorrem perturbações que prejudicam o processo, as quais são denominadas ruídos. Alguns aparelhos de

assente no digital, a distinção emissor/receptor dá lugar a uma interacção de fluxos comunicacionais e informacionais entre o utilizador receptor/produtor e as redes, fruto de uma navegação única e individual, que produz um processo comunicativo rizomático entre arquitecturas de informação (redes sociais, sites, blogues, etc.), conteúdos e pessoas/grupos (não obstante, o modelo de comunicação “tradicional” de comunicação, centralizado e unidireccional, não desapareceu por completo).

Da noção mais recente de esfera pública no contexto das novas tecnologias, alguns autores (Lévy, 1999; Castells, 2001; Dalghren, 2009) ressaltam que é no ambiente da internet onde existe a possibilidade de combinar pluralidade de vozes dos cidadãos da esfera pública. Na perspectiva da internet enquanto esfera pública, Papacharissi (2002) conduz a sua reflexão a partir da distinção entre espaço virtual e esfera virtual. A autora propõe a observação da internet preferencialmente como um espaço virtual, mas ainda sem condições de aceder ao *status* de uma esfera pública. Ou seja, introduz-se a ideia de que a internet funciona como um espaço capaz de facilitar, mas não de determinar uma renovação da esfera pública.

No entender de Papacharissi, através da internet o que existe é uma uma extensão dos canais de comunicação, sem, no entanto, poder ser constatada uma modificação substancial na comunicação política em si entre cidadãos e instituições (Papacharissi, 2002: 10). Para a autora a tecnologia apresenta novos espaços onde mais facilmente e de forma mais “autocontrolada”, o cidadão pode participar civicamente. De forma geral, a autora concorda que a tecnologia pouco influencia as condições de democracia, contudo, suporta capacidades expressivas que promovem narrativas de emancipação, autonomia e liberdade, no imaginário colectivo. A autora rebate a esfera pública habermasiana, concebida como espaço social que facilita encontros sociais, afirmando que esta mesma perde o sentido, pois a discussão política é mantida no “espaço privado digital” (Papacharissi, 2002:89).

Papacharissi desenvolve o seu argumento afirmando que o espaço digital configura, por conseguinte, uma esfera privada contingente, onde o cidadão exerce digitalmente os seus direitos de expressão e reacção, onde discute assuntos políticos e participa

comunicação por ondas eletromagnéticas, como rádio e televisão permitem transmissão de voz e dados utilizáveis e seus ruídos provenientes dessas ondas.

civicamente. Desta forma, o indivíduo cria o espaço onde contempla, avalia e age; onde está sozinho, mas não isolado, dado que cultiva hábitos cívicos que lhe permitem ligar-se a outros e partilhar prioridades sociais, culturais e políticas. Entre estes hábitos incluem-se: a conectividade remota com outros cidadãos (*networked self*), aumentando o alcance da esfera privada; o narcisismo digital associado à personalização de conteúdos (*weblogs*); a sátira e a subversão (pelo uso de plataformas como o Youtube); a agregação de notícias e a pluralidade de filtros de notícias; e o activismo social. A autora encara estes hábitos como tendências e não como hábitos instalados.

Fazemos aqui uma consideração para toda esta discussão antagónica apresentada sobre as potencialidades da internet de que para se enxergar este meio como potencializador da democracia pela óptica dos cidadãos, será preciso contextualizar os diferentes usos, considerando também o contexto social em que os mesmos são feitos. Actualmente, a utilização da internet está a evoluir para situações mais específicas, nomeadamente a mobilização colectiva e o protesto. Deste modo, em vez de nos limitarmos ao debate dicotómico ("optimistas" *versus* "pessimistas"), o importante é atentar aos diferentes tipos de usos e a como este meio se pode transformar em artefacto político.

O conceito de democracia deliberativa, previamente discutido no primeiro capítulo, combina-se com o tema do espaço público nesta discussão. Este conceito aparece associado às alternativas direccionadas a enfrentar a alegada "crise da democracia", mas também à tentativa de se conferir aos cidadãos maior legitimidade nos processos de produção da decisão política. Autores "deliberacionistas" (Cohen, 1998; Bohman, 1996) concordam, em termos gerais, com a ideia de uma maior influência dos cidadãos através do uso público da razão, através do estabelecimento de fóruns e debates, nos quais tomam parte representantes da esfera civil.

De acordo com Bohman (1996), instituições efectivamente comprometidas em estimular formas mais abertas de participação precisam criar ao seu redor esferas públicas que abriguem discussões de natureza política. O objectivo deste modelo de democracia é forçar os representantes e as instituições a exporem as suas motivações para adoptar ou não determinadas políticas, oferecendo aos cidadãos modos de aperfeiçoar as propostas e facilitar a sua implementação.

A democracia deliberativa, vista como uma inovação dentro da teoria democrática, apresenta-se como proposta à democracia representativa que se teria tornado incapaz, dentro do marco da agregação, de responder às expectativas dos cidadãos contemporâneos nas sociedades pluralistas. A baixa participação eleitoral, a desmobilização partidária, a diminuição do número de associações e da participação voluntária, serviriam de elementos para sustentar o argumento da crise da democracia representativa.

Marcos Abílio Pereira (2012), no seu artigo “Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária”, propõe que, ao lado de uma teoria da democracia deliberativa, o conflito produzido pelos agentes sociais poderá ser uma componente relevante neste processo. O autor ressalta que apesar da teoria da democracia visar o seu melhoramento incluindo os cidadãos como parte importante deste processo, os mesmos poderão reivindicar os seus próprios interesses, eclipsando outras formas de acção política, tais como as acções colectivas de conflito (Pereira, 2012:2)

O autor refere que o uso estratégico dos media pelos movimentos sociais permite que determinadas temáticas penetrem no espaço e opinião públicas através do conflito e das formas de protesto. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos (idem, 2012: 15). De facto, o conflito de que nos fala o autor entende-se no sentido de provocar uma tensão, levando a temáticas e reivindicações sociais para o espaço público. Trata-se de uma estratégia “disruptiva” (Molotch e Lester, 1999: 27). O acesso disruptivo é o recurso daqueles que tencionam ter um espaço de visibilidade na agenda dos meios de comunicação social, e para isso lançam mão da disrupção através do conflito materializado em acções e protestos como uma forma de conseguir maior visibilidade de suas propostas: “Os movimentos sociais têm interesses na promoção de certas ocorrências para utilidade pública, assim como interesses na prevenção de certas ocorrências de se tornarem acontecimentos públicos” (Molotch e Lester, 1999: 39).

Portanto, o papel (ou pelo menos a presença) dos meios de comunicação social na cobertura das acções dos movimentos sociais assume uma certa relevância em termos de visibilidade mediática, muito embora por força do acesso disruptivo. Esta questão é bem ilustrada por Aourag & Alexander (2011) ao analisarem a importância da cobertura dos meios de comunicação social à chamada “Primavera Árabe”. Os autores

discutem, no artigo “The Egyptian Experience: Sense and Nonsense of the Internet Revolution”, que em muitos países árabes, onde a televisão ocupa uma posição mais relevante, a cobertura dos media tradicionais teve impacto nos protestos, favorecendo, deste modo, os movimentos, que ganharam assim mais espaço nos meios de comunicação social e maior visibilidade pública.

Assim, este facto demonstra que o conflito, mencionado por Pereira (2012), é um elemento catalisador tanto da acção dos movimentos sociais, como das estratégias de projecção dos cidadãos na esfera pública, podendo assim ampliar as suas reivindicações e deliberações para um maior número de actores, fazendo-se chegar igualmente às instituições políticas.

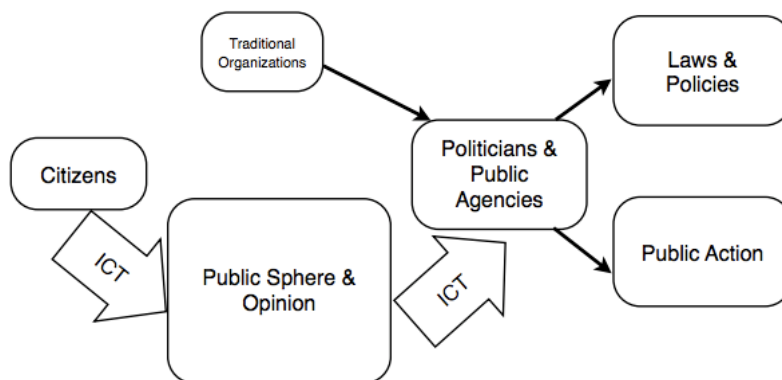
1.1 Empoderamento e perspectiva emancipatória

Sobre as potencialidades dos novos media, Fung *et. al* (2012) num artigo recente, “Six Models for Internet + Politics”, sugerem um esquema que ilustra como as novas tecnologias, neste caso a internet, podem funcionar a favor dos cidadãos na promoção das suas reivindicações com probabilidade de terem impacto na esfera e opinião públicas. Os autores avaliam que, nas democracias representativas contemporâneas, existe um distanciamento (*gap*) entre o sistema político formal (representantes) e os cidadãos (representados), alimentando assim a crise do sistema democrático²⁷.

De acordo com o esquema proposto pelos autores (Fig.1) presume-se que os recursos de comunicação oferecidos através da internet possibilitem uma resposta adequada para os problemas inerentes ao fazer democrático, como a inversão da apatia dos cidadãos, uma vez que possibilita a capacidade de voz, conexão e acção por parte de indivíduos ou organizações, numa plataforma de comunicação dificilmente manipulável em toda sua extensão.

²⁷ No entanto, como bem ressalta Gomes (2005), é preciso cuidado ao se falar de uma crise da democracia, pois nunca houve tantos países no mundo que adoptassem o regime democrático. As teorias sobre democracia avançaram em décadas o que foi preciso séculos no passado e, finalmente, a ideia de democracia nunca esteve em tão alta (Gomes, 2005:58). A “crise” da democracia, segundo o autor, está nas práticas, instituições e valores da política contemporânea, que se afastaram da democracia desejável.

Fig.1 - Empoderamento dos cidadãos de acordo com Fung *et.al* (2012)



Relativamente ao exemplo do movimento dos Indignados investigado neste trabalho, que será mais para frente especificado, o uso da internet endereçado à realização de acções de cunho contestatório mostrou ter contribuído para diminuir os défices e os baixos índices de participação e interesse juvenil na esfera política, pois a utilização da internet tornou-se, para os mais jovens, atractiva, dado que os mesmos conseguem ter total controlo sobre o que produzem, como interagem e o que consomem.

Conforme foi argumentado no primeiro capítulo, diante da vasta possibilidade de conexão interplanetária com outros indivíduos através da internet, os jovens estão recriando o seu próprio modo de participar em questões cívicas, ancorados numa rede global juntamente com outros jovens activistas, formando uma rede solidária. Para esta situação, o que as novas tecnologias estão a oferecer, são canais comunicativos

que servem para expressar o descontentamento que muito destes jovens nutrem para com as instituições políticas e o modelo de democracia representativa vigente.

2. Interação social em rede

O estágio actual da internet e o nível de interação que esta proporciona, levou a que fosse proposta a designação Web 2.0. O termo foi adoptado pela primeira vez em 2004, pela empresa O'Reilly Media e pela Media Live International, para designar uma segunda geração de actividades e de serviços que utilizam a internet como plataforma. Tais serviços permitem aos utilizadores controlarem os seus próprios dados, ou seja, os utilizadores deixam de ser apenas receptores de informação para se transformarem em produtores de conteúdos. A Web 2.0 representa um marco no acesso livre dos dispositivos presentes na rede, através dos quais novos sistemas e ferramentas digitais se colocam ao alcance dos utilizadores da internet, permitindo que estes sejam criadores das suas próprias narrativas on-line (Green, 2010).

Existem diversas variações do *software* social, que ora valorizam mais a comunicação, ora a colaboração e/ou a interação social. A expansão dos *blogs*, *sites* de redes sociais, são alguns instrumentos inseridos no conceito genérico de publicação aberta e de *software* activo da Web 2.0. Estes dispositivos, do ponto de vista da interação social, tornaram-se num lugar comum da afirmação individual e colectiva na internet, representando uma nova forma dialógica hipertextual, pela qual o utilizador comum produz, troca e discute informação e conhecimento.

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance, faz actualmente da internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos (Valenzuela, 2012). Para Keck & Sikkink (1998), a partilha da informação tem um papel-chave para a construção de estruturas compartilhadas de significados como parte da actividade política (Keck & Sikkink, 1998:17).

O que chamamos de cultura cívica on-line neste trabalho é fruto do fluxo de informação que se cria em múltiplas esferas de comunicação, que, por sua vez, são o ambiente revelador das práticas activistas juvenis da actualidade, tanto a nível

individual como colectivo, de forma livre e sem a dependência de ligação a qualquer tipo de associações, instituições ou partidos políticos, que formam redes de interacção. As redes são representações. O seu entendimento origina-se a partir da teoria dos grafos²⁸, campo introduzido pelas ciências exactas em 1736, e que foi paulatinamente apropriado pelas Ciências Sociais desde a década de 1940 (Recuero, 2006). A estrutura da rede é formada por actores sociais – individuais ou coletivos – (os nódulos), laços e interacções sociais entre si (as conexões). A metáfora da rede permite estudar, em termos sociológicos, a criação de estruturas sociais, bem como retratar as suas dinâmicas e funções, a criação e manutenção de capital social, a emergência de estratégias de cooperação e competição (Recuero, 2006).

A interacção social entre actores em rede constitui os chamados laços sociais, que são “formas mais institucionalizadas de conexão entre eles, constituídos no tempo e através da interacção social” (Recuero, 2009: 38). Ou seja, as conexões possibilitam a criação dos laços e estes podem formar relações sociais, por exemplo, no ciberespaço, semelhantes às relações face a face.

Os *sítes* de redes sociais, que iremos analisar mais à frente, são ambientes nos quais os actores sociais podem realizar trocas comunicativas mediadas pelo computador, criando assim laços e espaço para o surgimento actores mediadores, que vão influenciar o aparecimento de novas redes. A discussão sobre os mediadores, nos fluxos de comunicação, remonta à década de 1940, quando foram delineadas as primeiras linhas sobre os líderes de opinião, actores centrais nas redes sociais, que assumiriam o papel de intermediários entre os veículos de comunicação e a sociedade civil, vindo a angariar, pelo *status* social assumido, um poder de influência notável.

²⁸ A teoria dos grafos é uma parte da matemática aplicada que se dedica às propriedades dos diferentes tipos de grafos. Um grafo é uma representação de uma rede, constituído por nós e arestas que conectam esses nós. Essa representação de rede que se forma pode ser utilizada como metáfora para diversos sistemas. Indivíduos e as suas interacções também podem ser observados através de uma rede ou grafo. A partir desta constatação, a teoria dos grafos e as suas implicações receberam força dentro das ciências sociais, principalmente através de estudos empíricos que deram origem ao que hoje é referenciado como Análise Estrutural de Redes Sociais (Denne e Forsé, 1999; Scott, 2000; Wasserman e Faust, 1994). A proposta dessas abordagens era portanto perceber os grupos de indivíduos conectados como rede social, e a partir dos teoremas dos grafos extrair propriedades estruturais e funcionais da observação empírica (Recuero, 2005).

Estudos realizados, a partir da década de 1940, no contexto da corrente funcionalista norte-americana de estudos em Comunicação (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet 1944), esboçam as primeiras considerações a respeito dos líderes de opinião, indivíduos que pelo seu papel central na rede, bem como, pelos seus conhecimentos específicos em determinadas áreas, acabam por exercer uma espécie de ponte entre os meios de comunicação de massa e os demais indivíduos, vindo a influenciar as suas opiniões através de uma comunicação bidireccional.

A teoria do fluxo de comunicação em dois níveis considera, portanto, os líderes de opinião, os porta-vozes da informação transmitidas no rádio e na imprensa para diversas camadas da população. Situada no contexto da corrente de estudos dos efeitos limitados, a hipótese do fluxo da comunicação em dois níveis (“two-step flow of communication”)²⁹ procura levar em consideração o contexto social e os efeitos dos meios de comunicação de massa nos indivíduos.

Conforme constata Wolf (1999), as pesquisas mais importantes dessa corrente teórica não estudam os meios de comunicação de massas em si, mas os fenómenos sociais mais amplos, como a formação da opinião pública, mediada em grande parte pelos líderes de opinião. Actuando como contraponto à teoria hipodérmica³⁰, a teoria do fluxo em dois níveis, em linhas gerais, desmistifica o público da condição de massa homogénea e atomizada. Ao invés disso, o público, ou seja, os receptores dos fluxos, são considerados, na lógica desta corrente, indivíduos situados em diferentes contextos, que recebem graus variados de influência dos meios de comunicação social.

O líder de opinião, portanto, será o personagem que emerge destes estudos como intermediário do processo comunicacional entre os fluxos de informação (vindos dos media) e os receptores. O líder será um indivíduo engajado com determinado assunto e é responsável por fazer a ligação entre os meios de comunicação de massa e os demais indivíduos. Sendo assim, “O fluxo da comunicação em dois níveis (two-step flow of communication) é determinado precisamente pela mediação que os líderes

²⁹ Tradução de “ideas often flow from radio and print to opinion leaders and from these to the less active sections of the population” (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet 1944 apud Katz, 1957).

³⁰ A teoria hipodérmica (Wolf, 1999), ou teoria da bala mágica (De Fleuer & Ball-Rokeach, 1993) também estuda os efeitos dos meios de comunicação, porém, considera os indivíduos como uma massa única que recebe diretamente os efeitos dos meios de comunicação, desconsiderando-se o papel das relações interpessoais. A ideia fundamental é que as mensagens dos media são recebidas de maneira uniforme pelos membros da audiência e que respostas imediatas e directas são desencadeadas por tais estímulos.

exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo” (Wolf, 1999: 53).

Posteriormente, outros estudos procuraram actualizar e recontextualizar o modelo do fluxo de comunicação em dois níveis, enfatizando uma nova teoria de fluxos múltiplos de comunicação. Robinson (1976), por exemplo, identifica que há outros caminhos possíveis para o fluxo de informação ser recebido e não apenas por via do intermédio do líder de opinião, como por exemplo a influência interpresssoal com os outros. O autor propõe uma tipologia de três categorias da influência interpessoal: “opinion givers”, “opinion receivers” e “inactive” ou “nondiscussants” (Robinson, 1976: 289). Os primeiros são aqueles que transmitem as suas opiniões aos demais, vindo a influenciá-los. Os “opinion receivers” seriam aqueles que são influenciados pela opinião dos demais, ao passo que os “inactivos” são os que simplesmente não possuem interesse particular sobre um determinado assunto que esteja a ser discutido e, portanto, não se deixam influenciar. Portanto, o autor esclarece que quanto maior for o nível de interacção social, maior será a diversidade de opinião e influências que um indivíduo poderá receber, ao invés de se limitar somente aos fluxos informativos vindos dos meios de comunicação social como fonte primária dos factos (Robinson, 1976: 316).

Assim, a internet assumirá o papel de aglutinadora de vários fluxos informativos e opinativos que vão convergir não apenas para dois níveis mas para múltiplos níveis de comunicação. Kayahara & Wellman (2007) argumentam que, com a internet, a relação estruturada entre meios de comunicação de massas - líderes de opinião – indivíduos deixa de fazer sentido pois haverá outras múltiplas relações que se criam no ambiente on-line entre diferentes personagens. Isso implica em dizer que há uma transição de uma opinião pública dominada pelos meios de comunicação tradicional para uma opinião distribuída em múltiplas interacções. Como afirmam Kayahara & Wellman (2007), a tendência é que a informação não venha necessariamente de um líder de opinião, mas sim de indivíduos situados à margem de um grupo. Esses indivíduos tendem a possuir contacto com outros grupos, possibilitando que a informação se espalhe mais e atinja pontos mais distantes na rede.

2.1 Interação activista em rede

O uso da internet e das suas plataformas interactivas para propósitos activistas, desencadeado por movimentos sociais de cunho transnacional, é denominado por Tarrow (1998) de “redes conectadas de desafiadores” organizados para além das fronteiras nacionais que sustentam conflitos com oponentes nacionais ou internacionais (Tarrow, 1998:180). Para Tarrow, os movimentos sociais transnacionais estão imersos em densas redes sociais onde a interação diária é essencial para a expansão da acção colectiva. Estas redes são sociais quando se compartilha visões de mundo ou se desenvolvem relações organizacionais ou informais, estabelecendo assim redes de apoio mútuo, onde predominam formas de organização com o objectivo de difusão de protesto e mudança política. Segundo o autor, estariam estas redes conectadas estruturalmente pelo *modus operandis* das suas práticas (Tarrow, 1998: 184). Segundo Tarrow, a questão das redes estruturadas transnacionalmente atesta o surgimento e continuidade de novas formas de organização e articulação de indivíduos e colectivos em rede. A matéria-prima básica desta nova forma de organização é a informação eficazmente distribuída, graças à ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, partilhar, expressar e difundir factos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e colectivas em torno de interesses, identidades e crenças, num espaço muito curto de tempo, quase que de forma instantânea.

A combinação do activismo com comunicação mediada por computador atribui diferentes características às dinâmicas colectivas, abrigoando novas formas de manifestação política e coordenação de acções. Segundo a proposta de Rigitano (2003) para definir o que é o activismo digital, ou ciberativismo, é o engajamento político praticado na internet, com vista a se alcançar participação nas decisões políticas. De acordo com Rigitano, a partir da incorporação da internet, os activistas puderam passar a expandir as suas actividades tradicionais e/ou a desenvolver outras. A utilização da internet por parte destes grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem a mediação institucional, com o objectivo de procurar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para acções e protestos on-line e off-line (Rigitano, 2003: 3).

Sandor Vegh (2003), imerso no tema do activismo, classificou o activismo digital em três categorias dinâmicas, não excludentes entre si, de acordo com o tipo de iniciativa, os actores envolvidos e a forma de organização. A primeira categoria proposta pelo autor versa sobre um tipo de *consciencialização e apoio* que tem como objectivo sensibilizar o público a partir de fontes alternativas de informação. A segunda categoria envolve a *organização e a mobilização* a partir da internet direccionada para acções específicas, o que poderá resultar em acções presenciais ou on-line. A terceira categoria de activismo proposta por Vegh é o *activismo hacker*, que abrange acções directas que visam provocar um distúrbio no funcionamento de *websites* que irão interromper o funcionamento normal das páginas e dos dados on-line, funcionando como estratégia de retaliação (Vegh, 2003:50).

A primeira classificação da prática activista proposta pelo autor é aquela onde a internet funciona como uma fonte de informação alternativa, utilizada pela maioria das ONGs activistas ou mesmo pelos autores de blogues. O objectivo é, através da difusão de informação, dar a conhecer assuntos e problemas até então desconhecidos, consciencializando a população sobre um determinado tema. A segunda prática activista proposta pelo autor é aquela onde o uso da internet se faz de forma mais instrumental com o objectivo de mobilizar. A mobilização é materializada através de eventos e protestos, divulgando-se através de *e-mails* com a disponibilização de informações sobre a data, o local e o horário da manifestação³¹ pretendida. Outro tipo de mobilização é também materializado *on-line* com as petições e a recolha de assinaturas, cartas abertas endereçadas às autoridades governamentais, mobilização através de campanhas que necessitam de acção através de cliques para angariamento de fundos para projectos ou mesmo como uma acção³².

As formas de propagação do activismo on-line através de petições, assinaturas,

³¹ Um dos primeiros movimentos a utilizar a internet para mobilização, os protestos anti-globalização em Seattle, é um dos maiores exemplos dessa primeira forma, quando pessoas, por meios on-line, foram contactadas para acções off-line. As manifestações contra o encontro da OMC em Seattle, também conhecidas como batalha de Seattle N-30, foram manifestações ocorridas em 30 de Novembro de 1999, contra a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), onde 40 a 100 mil pessoas, entre as quais ecologistas, anarquistas, trabalhadores, sindicalizados, estudantes, se mobilizaram por vários dias, sem declarar terem tido auxílio de qualquer esfera partidária de representação nas ruas de Seattle, até à queda da chamada "Rodada do Milénio". Ver: Armond, Paul de. "Storminf Seattle". Disponível em: <http://www.albionmonitor.com/seattlewto/index.html>. Consultado em 21/08/2012.

³² Caso emblemático foi a utilização da internet para esse fim na corrida à presidência do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2008.

formas pacifistas de mobilização, têm despertado críticas sobre se a interacção on-line de facto constitui uma forma de activismo legítimo e não, como é metaforicamente denominada, “activismo de sofá” ou *Slacktivism*³³. Pela definição de activismo digital proposta por Vegh (2003) consideramos que o activismo praticado on-line não é menos legítimo do que outras formas off-line tradicionais, mesmo porque, considerando o exemplo do movimento dos *Indignados*, como veremos mais adiante, as acções tanto on-line como off-line agem em simultâneo, complementando-se. Sobre esta questão, Abílio (2012) afirma que: “As pessoas que respondem a solicitações on-line, assinam petições, publicam fotos, etc., estão concordando, discutindo uma ou várias ideias em colectivo. Este é mais um espaço de interacção onde as percepções políticas são fomentadas e que faz com que, quando cheguem às ruas, essas pessoas já estejam todas em contacto” (Abílio, 2012: 1).

A rapidez da internet, aliada à possibilidade do utilizador comum se tornar provedor de informações, faz deste canal um importante meio de articulação a baixo custo, permitindo manifestações de diversas naturezas e sem limitações de fronteiras geográficas. De acordo com o pesquisador brasileiro Dênis Moraes (2001), não se pode imaginar que a internet seja o milagre que faltava para resolver todas as demandas dos movimentos sociais, em virtude do carácter heterogéneo de tais movimentos. No entanto, não se pode negar as grandes potencialidades criativas e interactivas das tecnologias multimedia, que assinalam como desafios o desenvolvimento de estratégias de comunicação que aproveitem plenamente essa potencialidade, a inclusão digital e uma maior preparação tecnológica dos ciberactivistas.

2.2 Internet e *hackativism*

O uso político da internet no que concerne às práticas activistas, de acordo com a definição de Vegh (2003), inclui o activismo *hacker*, que na literatura é estudado como media táctico. A internet, enquanto media táctico, é um modo de activismo que se

³³ “*Slacktivism*” é um neologismo criado a partir da língua inglesa, em tradução livre, significa 'ativismo de sofá' ou 'ativismo preguiçoso', 'revolução de sofá' etc. As lutas pelos direitos humanos ganham novo carácter a partir do uso da internet. A efectividade das campanhas vinculadas na internet ainda constitui um caminho incerto. Sair às ruas parece ser a última opção daqueles que reclamam seus direitos (Valenzuela, 2012).

utiliza da rede on-line para a prática da oposição ao sistema dominante, visando dar resposta aos conflitos entre as esferas civil e institucional, através da invasão de *websites*.

Os teóricos holandeses David Garcia e Geert Lovink, através do artigo “The ABC of Tactical Media”, publicado em 1997, definem que os media tácticos são utilizados em situação de crise por indivíduos e grupos que se sentem oprimidos ou excluídos da cultura dominante, constituindo-se assim crítica e oposição derivadas das relações de contra-poder. Outro investigador, Alexandre Galloway (2004), afirma sobre os media tácticos que o objectivo da utilização desta estratégia não tem carácter destrutivo: “não se trata em destruir a tecnologia, mas sim impulsioná-la para um estado de hipertrofia, para além do ponto onde se pretendia que ela fosse. Então, na sua condição enfraquecida, ferida e desprotegida, a tecnologia pode ser esculpida de novo em algo melhor, algo em estreita concordância com as necessidades e desejos reais dos seus utilizadores” (Galloway, 2004:185).

Outras contribuições para o aperfeiçoamento do conceito de media tácticos surgem com o colectivo artístico norte-americano *Critical Art Ensemble* (2001). Os media tácticos, na apresentação do manifesto publicado por este colectivo, são uma forma de intervencionismo digital, no sentido de que consistem na representação e recombinação da informação, criticando o regime semiótico em questão (Critical Art Ensemble, 2001: 9).

No ambiente da internet, inúmeros são os projectos que se encaixam no conceito de media tácticos. Eventos como a sabotagem de publicidade dos “AdBusters”, os *sites* de *net-art* plagiados pelos 01.org, as versões satíricas do espaço on-line da campanha de 2000 de George W. Bush, produzidas pelo RTMark³⁴, e os vídeos das manifestações anti-globalização realizados pelo Indymedia, são exemplos de práticas que utilizam a internet como táctica retaliativa. Alexander Galloway (2004) inclui ainda nesta definição os vírus informáticos, como exemplo de uma táctica disseminada com o objectivo de infectarem sistemas informáticos, pois exploram as falhas dos protocolos de comando e controlo das redes e do *hardware* (Galloway, 2004: 175-176).

Recentemente a rede dos *Anónimos*, conhecidos pelos ataques “hacktivistas” a

³⁴ www.rtmark.com

empresas como a Sony, Visa, Paypal e páginas da internet de instituições governamentais, também entram nesta classificação. O grupo dos Anónimos constitui uma rede global de colaboradores preparados para o contra-ataque cibernético. Surgiu em meados de 2003, sem líderes aparentes, concordando que todos os ciberataques seriam assinados em nome da rede. Os ataques no ciberespaço são sempre em resposta a uma decisão hegemónica que, no entender do grupo, fere a liberdade em sociedade³⁵.

3. Cultura cívica on-line em acção

Tal como é explorado neste trabalho, o conceito de cultura cívica on-line inclui as novas formas de participação cívica e activista mediadas na internet, utilizando as plataformas de interacção social que permitem abrir espaços de discussão, partilha, debate, deliberação de acções e temas.

Neste sentido, chamamos cultura cívica na esfera on-line a um processo de multiplicação de ideias e trocas em prol de temas comuns discutidos pelos jovens em diversos canais, como fóruns, redes sociais, *chats* colectivos, tanto no que diz respeito à distribuição de conteúdo quanto ao consumo. Os fluxos comunicativos partilhados em vários pontos da rede on-line possibilitam, através da esfera da conversação e partilha, um despertar cívico sobre as questões que estão sendo debatidas e espalhadas para vários pontos. A possibilidade de criar processos comunicativos interactivos e comutáveis através da internet pode vir a ser considerada, dependendo do seu uso, um acto político. O movimento de troca é desterritorializada, mas, ao mesmo tempo (re)territorializa as mesmas trocas, formando um novo tipo de relação política partilhada na rede (Poster, 2000). Várias são as formas de expressão encontradas pelos jovens no âmbito da esfera da conversação on-line, no que tange ao expressar da cultura cívica de cunho contestatário e participativo na internet. As

³⁵ Em Portugal, como resultado dos episódios de represália aos jovens indignados por parte do corpo policial, em 2011, os *Anonymous* agiram em defesa dos mesmos, divulgando na internet uma lista de ficheiros secretos não autorizados pela polícia sobre a vida dos polícias que estiveram envolvidos no confronto.

principais ferramentas digitais utilizadas para este propósito encontram-se materializadas nas redes sociais Facebook e Twitter, para além dos blogues.

Consideramos que a multiplicidade de recursos comunicacionais disponíveis nestas plataformas sociais on-line representam espaços que permitem uma nova perspectiva de reverberação política e de criação de cultura cívica, em função das possibilidades de reinventar novas formas de interacção social, onde se registam novas formas de cooperação e agregação. A utilização da internet, como ferramenta e estratégia de mobilização em redes on-line, destaca-se pelo uso de quatro canais principais, a saber: *Facebook*, *blog*, *Twitter* e o *Youtube*. Passemos à descrição de cada um deles.

3.1 Facebook

A plataforma social *Facebook* é actualmente a mais expressiva no universo das redes sociais on-line, pois agrega funções e ferramentas que permitem um maior grau de interactividade, permitindo aos utilizadores estenderem os seus laços sociais também para o ambiente off-line. Nesta plataforma, os indivíduos, através de *páginas* e *perfis*, mantêm conexões de tipo directo (amigos) e indirecto (amigos dos amigos). Além dos perfis pessoais, existem as chamadas *fan pages*, que são páginas específicas endereçadas a diversos usos, tanto por empresas, marcas, personalidades, produtos, movimentos e causas sociais. As *fan pages* introduzem uma nova modalidade de interacção, facilitando o fluxo informativo entre os seguidores da página. O utilizador (pessoa física) clica na opção “gostar” e passa a receber as actualizações da página desejada e todo o conteúdo que nela é publicado. Isso caracteriza uma relação que não é de amizade, como tradicionalmente ocorre entre dois indivíduos com conta activa no *Facebook*, mas uma relação de fã ou “engajado” com a marca ou causa.

A interacção no Facebook a nível do perfil de utilizador acontece quando alguém aceita um pedido de amizade de outra pessoa, e assim concretiza uma troca de perfis. Conforme explica Recuero: “Há um reflexo no sistema (as pessoas são unidas por uma conexão) e um reflexo no indivíduo (cada um dos interagentes terá mais um novo contacto e assim poderá ter acesso a seus dados pessoais e enviar mensagens). Do mesmo modo, ao integrar uma comunidade ou 'gostar' de uma página o utilizador tem

um reflexo sobre a mesma (já que sua presença será notada pelo aparecimento de sua foto e nome dentro do sistema do grupo) e sobre os demais actores que virão a vê-lo” (Recuero, 2009: 33).

A conexão entre pessoas no *Facebook* também pode ser feita através de *comunidades temáticas*, que são espaços de discussões, funcionando como sistemas de fóruns onde os utilizadores podem enviar mensagens para outros utilizadores e as suas conexões directas (amigos de amigos). A configuração das redes sociais on-line no *Facebook* reflecte e complexifica a interacção social da mesma forma que os grupos existentes off-line (Recuero, 2006). No entanto, existem críticas quanto à ideia de comunidades virtuais, pois muitas delas não possuem correspondência territorial off-line e, portanto, não seria uma comunidade *stricto senso* (Weinreich, *apud* Recuero, 2006).

As comunidades on-line são criadas como um espaço de discussão, e o sentido de comunidade pressupõe relações entre os seus membros: a interactividade e partilha. Por isso, como afirma Palácios (1998), o sentimento de pertença é algo intrínseco ao conceito de comunidade na sua versão digital, pois os participantes reconhecem-se como parte de um grupo e são responsáveis pela manutenção das relações (Palacios, 1998: 73).

O caso do *Facebook*, enquanto rede social on-line, tem sido paradigmático por oferecer mais do que a proposta de conectividade. A plataforma agrega vários aplicativos que transformam esta rede não apenas num espaço de proximidade com outras pessoas, mas num espaço interactivo alargado, o que resulta em manter-se mais tempo dentro desta rede e executar outras funções, tais como os *chats* de conversação, jogos, fóruns, questionários, sem perder a conectividade social com as pessoas que partilham a mesma rede.

O desenvolvimento de jogos é um exemplo que ilustra a extensão da conectividade do *Facebook*. Nestas redes os jogos são também chamados "sociais", pois o valor é construído dentro da rede social. Assim, vários jogos³⁶ do *Facebook* precisam que os jogadores cooperem com os seus amigos para vencer outros grupos. Assim, o que se percebe é que, de um modo ou de outro, o valor social desses jogos é potencializado

³⁶ Alguns exemplos: Yakuza Lords, Mafia Wars.

pela ferramenta que permite que os actores publiquem e dividam resultados dos jogos com a sua rede social, negociem presentes, compitam e cooperem de forma colectiva. Ou seja, em última análise, o *Facebook* permite canalizar parte do capital social construído pelas suas redes também para os aplicativos que são adoptados pelas mesmas (Recuero, 2009).

Uma outra funcionalidade crucial, senão mesmo a mais importante do ponto de vista da mobilização social, são os chamados *eventos*. A plataforma social dispõe de uma funcionalidade que permite convidar pessoas a participarem num determinado evento de dimensão privada ou pública. A passeata intitulada de geração “à rasca” foi criada através do recurso dos eventos do *Facebook*, resultando num grande número de adeptos, que primeiro confirmaram a sua presença on-line no evento, e posteriormente compareceram nas ruas.

Ao se criar um evento nesta rede social, está a propor-se uma causa e ao mesmo tempo a estimular o princípio da partilha em vários nódulos da rede. Um evento social é a representação do encontro off-line. É desta forma que é possível articular, através do *Facebook*, inúmeras acções partilhadas numa grande extensão de conexões. A rede social *Facebook* foi a principal promotora das mobilizações e protestos iniciados na internet, e que tiveram continuidade posteriormente nos espaços públicos urbanos. A página do *Facebook* do movimento dos *Indignados* em Lisboa tem o nome de “Democracia Verdadeira”. Esta foi criada em Abril de 2011 para dar lugar às trocas e aos fluxos informativos on-line, tanto a nível local como global.

Fig. 2 - Página representativa dos Indignados Lisboa



Alguns eventos extraídos da página dos *Indignados* no *Facebook* ilustram a discussão:

Fig. 3 – Eventos sociais no Facebook

Eventos anteriores · Próximos eventos		
	SOLIDARIEDADE COM OS MANIFESTANTES DETIDOS NA GREVE GERAL Sexta, 28 de Junho de 2013 às 10:00 em UTC+01 1.032 convidados	Campus da Justiça de Lisboa
	Solidariedade com a Horta do Monte Quarta, 26 de Junho de 2013 às 17:30 em UTC+01 3.787 convidados	Praça do Município » Graça [Lisboa] // Jardim da República [Santarém]
	E depois de dia 15? Domingo, 16 de setembro de 2012 às 18:00 em UTC+01 8.739 convidados	Praça do Rossio Lisboa
	24 de Junho: Dia Mundial de Resistência em Solidariedade com os Quebequenses e Todos os Povos em Luta Domingo, 24 de Junho de 2012 682 convidados	Em Todo o Mundo
	EM SOLIDARIEDADE COM A ES.COLA. DA FONTINHA! Vem dizer ao RUI RIO o que é a democracia! Sexta, 27 de abril de 2012 às 21:00 em UTC+01	Instituto Português Da Juventude - IPJ Coimbra Coimbra

A página no Facebook dos *Indignados Lisboa* mantém, através das suas conexões,

uma base de interacção constante. Para Recuero (2009), a interacção mediada por computador divide-se entre *mútua* e *reactiva*, sendo esta divisão baseada no relacionamento entre os membros. A primeira desta relação bidireccional, segundo a autora, gera relações mais complexas do ponto de vista social, uma vez que são produzidas a partir das interacções entre os utilizadores das mensagens trocadas e dos comentários. A interacção reactiva é mais limitada, pois consiste apenas naquela relação que é desenvolvida entre o quem interage e o meio, sem a comunicação com outros utilizadores, como por exemplo, acções como clicar num *link* ou entrar para uma comunidade e não interagir com outros participantes (Recuero, 2009:33).

Desse modo, as conexões que se formam entre amigos, amigos de amigos e *fan pages*, exercem impacto nos chamados eventos do *Facebook*, pois as redes de amizades interconectadas ajudam na divulgação dos fluxos de informação. Assim, o *Facebook* e as suas plataformas são capazes de gerar uma nova “forma” conversacional, mais pública, mais colectiva (Recuero, 2012). São essas conversas públicas e colectivas que influenciam a disseminação de uma cultura cívica on-line, pois constróem fenómenos, disseminam informações e incentivam a interacção e a mobilização.

3.2 Blogues e a liberdade de expressão criativa

Os *blogs* (ou blogues na versão em língua portuguesa) são páginas gratuitas de internet que organizam e arquivam por ordem cronológica os conteúdos gerados pelos seus autores que, em termos de linguagem, utiliza frequentemente a indicação da primeira pessoa do singular (Tremayne, 2007). O termo *bloggers*³⁷ designa geralmente os produtores de conteúdos. A chamada *blogosfera* é gerada mediante uma rede de discussão alimentada por *posts* e comentários, permitindo que os *bloggers* criem os seus próprios projectos sociopolíticos de autonomia, uma vez que possibilitam a expressão da capacidade individual para pensar e agir. Os seus textos divulgados em blogues são escritos na intenção de permir que se construam fluxo de ideias variada, de cariz pessoal, político argumentado por diferentes pessoas. (Tremayne, 2007: 28).

³⁷ Os blogueiros seria a tradução directa para o português, no entanto mais difundido no Brasil. Em Portugal, preserva-se as terminologias em inglês “bloggers” e “blogger”.

Muitos produtores de blogues são considerados líderes de opinião, pelo papel que adoptam de disseminar informações e temas específicos para um determinado público e legião de leitores. Segundo Rocha (2003), a principal distinção desta nova forma de comunicação através dos blogues é o elogio da subjectividade, pois os *bloggers* aproveitam o espaço on-line como se fosse um diário pessoal para criar conteúdos próprios, tornando-se desta forma peças-chave na difusão de padrões de consumo e opiniões.

Por outro lado, a existência de plataformas on-line tipo blogue constitui-se como espaços de democratização da informação, visto que são ferramentas de comunicação de uso fácil e permeadas pela subjectividade transcrita na opinião do autor. A formação de territórios informacionais, a partir da interação leitor-autor, que fomenta uma relação de proximidade entre as partes, converge com a procura dos leitores por um espaço de intercâmbio entre iguais, onde possam desfrutar de opiniões sobre assuntos do seu interesse.

O investigador da Universidade da Beira Interior, João Canavilhas (2005) refere-se ao tema dos blogues em Portugal, especificamente sobre a partidarização política. O autor analisou as motivações dos produtores para o uso de blogues de cunho político e ideológico, enfatizando as clivagens políticas existentes entre esquerda e direita que, segundo o autor, serão importantes na estruturação e condução do debate. Os blogues de clivagem política, de acordo com Canavilhas, poderão assim ser a expressão dos projectos sociopolíticos dos seus produtores.

Os blogues favorecem de algum modo o acesso a temas e discussões que dificilmente os utilizadores teriam espaço de manifestar nos meios de comunicação social. Nos media tradicionais, a informação, até ser veiculada, passa por diversos filtros hierárquicos na sua edição, os chamados *gatekeepers*, que podem ocasionar, inclusive, uma edição final completamente diferente daquela que foi imaginada inicialmente pelo seu autor. Com os blogues, há a possibilidade de liberdade para publicar o conteúdo desejado, pois as informações não precisam passar pelo crivo de um editor. Cada autor é o seu próprio editor, de forma que os filtros hierárquicos acabam por se tornar muito mais fluidos ou mesmo inexistentes.

O blogue dá voz ao autor, para que este possa expressar a sua opinião sobre determinado assunto, da mesma maneira que permite que o leitor possa replicar

através dos comentários, criando assim um espaço de discussões personalizadas e simplificadas entre iguais (Rocha, 2012).

Sobre o tema interactividade nos blogues, o fluxo comunicacional acontece através dos comentários. Cada novo comentário feito a um texto publicado representa uma conexão (Recuero, 2004). No entanto, como bem ressalta Recuero, apesar de muitos comentários efetivamente gerarem novas conexões e relações sociais, existem também comentários negativos, no sentido de ocasionarem uma retracção do indivíduo e, muitas vezes, um isolamento da comunidade. Em cada blogue é comum encontrarmos espaço para comentários de leitores e também uma lista com links para outros blogues como indicações de leitura deixadas pelo blogger. A partir dos comentários e dos *links*, considera-se que os blogues trazem em si um grande potencial de interconexão das redes, na agregação de grupos sociais, e assim pode-se considerar também, de acordo com Recuero (2004), a blogosfera como uma rede social.

Os blogues não actuam como sites de relacionamento a nível da interacção elevada, sendo preferível interpretá-los como comunidades sociais virtuais. As interacções elevadas verificam-se em *sites* de relacionamentos sociais, como por exemplo o *Facebook*, mediante as quais as pessoas estabelecem conexões através de perfis pessoais. As pessoas conectadas ao *Facebook* podem realizar trocas de conteúdos e mensagens com outros utilizadores de maneira instantânea. Cada vez que um utilizador realiza uma acção no Facebook a sua rede de contacto é imediatamente notificada, o gera uma reacção nos outros utilizadores em forma de *likes* e comentários, mantendo desta forma a interacção em tempo real. Interacções a este nível não acontecem nas plataformas dos blogues, ainda que estas também sejam consideradas *social networking sites*. A função geral dos blogues resume-se a *posts* e à reacção a estes *posts* sob forma de comentários. Porém, nada impede que através das conexões entre bloggers se estabeleçam outras relações que incluem relações extra-virtuais. Como afirma Pierre Lévy: “as páginas da Web exprimem ideias, saberes, ofertas de transação de pessoas e grupos humanos. Por trás do grande hipertexto fervilham a multiplicidade e suas relações” (Levy, 1998:162)

3.3 Twitter

O Twitter é uma plataforma social denominada de “microblog”, ou seja, trata-se de uma versão mais reduzida dos blogues, com o propósito de divulgar informações com o limite de até 140 caracteres, de forma rápida e classificando a informação por temas (Mischaud, 2007). As *hashtags*, indicadas pelo símbolo #, identificam um determinado assunto que é partilhado pelos utilizadores nesta rede social on-line, de modo a localizar mais rapidamente as conversações e os temas discutidos.

As conexões entre os utilizadores desta plataforma, de carácter não necessariamente recíproco, são conhecidas como “seguidos” e “seguidores” (Recuero & Zago, 2009). Em geral, utilizadores com maior número de seguidores exercem maior influência na rede, na medida em que as mensagens que enviam têm o potencial de alcançar mais utilizadores e mais redes. O uso do Twitter no contexto das mobilizações tem um papel relevante na criação de temas através de tópicos (*trends*³⁸).

A interacção dos fluxos informativos acontece através dos *re-tweets*, que são encaminhamento de mensagens enviadas nesta rede para outros membros da mesma rede, estendendo assim os laços conectivos. Desta forma percebe-se o papel central dos utilizadores na partilha das mensagens ou *tweets* na difusão do conteúdo para a sua lista de influenciadores ou *followers*, que irão por sua vez encaminhar as mensagens para outros utilizadores das suas respectivas redes.

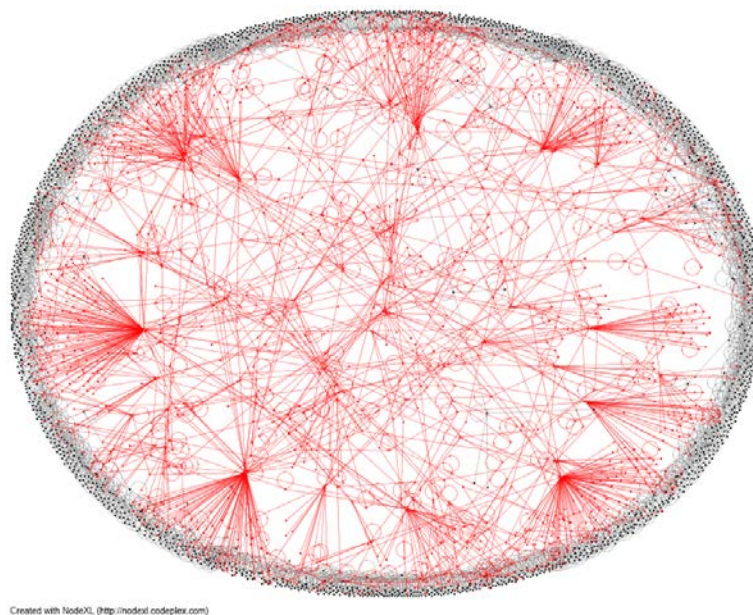
A rapidez da transmissão da informação disseminada para outros indivíduos no Twitter contribui para a pluralização da opinião e faz com que a informação atinja pontos cada vez mais distantes na rede. Um bom exemplo prático desta discussão foi testado por Raquel Recuero (2012)³⁹. A autora utilizou um grafo para ilustrar pontos de conversação que se alastraram pela internet na rede social Twitter, por ocasião de um protesto estudantil ocorrido no Brasil, em 2012 (Fig. 4). Para mapear o fluxo de informação partilhada na rede, a autora chegou ao resultado através de um grafo gerado pelas palavras-chave utilizadas nas conversações em rede através da *hashtag* #ProtestoRJ.

³⁸ O Twitter pode elencar os tópicos mais comentados por região e países através da funcionalidade “Top Trends”

³⁹ Recuero (2012). A escala dos protestos no Brasil. Online: <http://www.raquelrecuero.com>

A autora contabilizou, através do grafo, 3.006 interações entre pessoas na cidade do Rio de Janeiro, que trocavam fluxos de informação utilizando a *hashtag* oficial do evento, #ProtestoRJ. No total, 3.721 *tweets* foram contabilizados num espaço de 4 horas. Conforme ilustrado na figura. 1, na periferia do grafo estão os indivíduos que apenas publicaram novos fluxos informativos usando a indicação #ProtestoRJ, ou seja, de acordo com a classificação de Robinson (1976), são estes os *opinion givers*. No centro do grafo, estão os actores que repassaram as informações recebidas (*retweets*) portanto são os *opinions receivers*.

Fig. 4- Fluxo de conversação



Portanto, no contexto das redes sociais, os indivíduos costumam exercer diferentes papéis em diferentes contextos (Benkler, 2006) a nível da experiência on-line e consumo da informação, sendo que os fluxos de comunicação são múltiplos e passam por diferentes canais e indivíduos, o que será determinante para a formação das redes.

A utilização do *Twitter* pelo grupo dos *Indignados* em Lisboa teve pouca relevância. Nesta rede eram publicados posts que já haviam sido publicados na página do

Facebook do grupo, porém, de carácter mais curto, redigidos em poucas palavras. Por se tratar de uma rede com o intuito meramente informativo, são usadas poucas palavras, constituindo o maior destaque para esta rede o potencial interactivo gerado através do crescente número de nós que se criam em torno de várias redes interconectadas através das *hashtags*.

3.4 YouTube

Esta plataforma social é dedicada à partilha e criação de vídeos. No campo do audiovisual, o YouTube destaca-se como sendo a principal ferramenta social de caracterização de imagens através de vídeos, permitindo, inclusive, que cada produtor possua o seu próprio canal televisivo, tornando-se uma “celebridade” do nosso quotidiano (Burgess & Green, 2009).

O YouTube tem-se tornado um forte aliado do ciberactivismo, pelo impacto das imagens divulgadas sem cortes e sem censura. Os vídeos são palcos audiovisuais das acções de muitos protestos protagonizados pelo mundo fora, como maior notoriedade os realizados nos países árabes e na Europa com os *Indignados*, mostrando situações que muitas vezes são censuradas pelos meios de comunicação tradicionais, como a televisão. Através dos telemóveis, com a funcionalidade habilitada para a produção de vídeos, é possível gravar e enviar rapidamente o conteúdo no YouTube e posteriormente publicá-lo também no *Twitter* e no *Facebook*.

As três plataformas apresentadas constituem os artefactos mais utilizados no contexto da cultura cívica on-line. As ferramentas de publicação disponibilizadas na internet (e a possibilidade de qualquer um poder publicar informações) ampliaram o alcance desses fluxos de informação. São as diferentes relações entre os indivíduos em redes sociais na internet que estabelecem os fluxos de informação que circulam na rede. Neste contexto é notável o papel desempenhado pelos laços criados entre as redes de pessoas para a divulgação de uma informação, um protesto ou uma acção, por exemplo.

O investigador chileno Sebastian Valenzuela (2012), no recente artigo “Protesting in

the age of social media: Information, opinion expression and activism in online networks”, analisa as plataformas sociais on-line pela óptica da acção colectiva. O autor concorda que a internet e as plataformas sociais facilitam a disseminação de informações e notícias que geralmente não estão disponíveis nos meios de comunicação social, além de incentivarem os indivíduos a aderir a novos protestos e causas.

O autor sugere uma classificação para as funcionalidades das plataformas sociais on-line no contexto activista em três segmentos: (a) *Informação*, como recursos para as notícias e informações (b) *expressão*, como espaço de expressão política e (c) *activismo*, as plataformas sociais enquanto ferramentas de mobilização e causas (Valenzuela, 2012: 4).

O uso das plataformas sociais para se consumir notícias, pode contribuir para uma maior participação política mediante o acesso a assuntos ligados à questão pública, política e a movimentos sociais normalmente não divulgados nos meios de comunicação oficiais. Ao passo que estes meios de comunicação social (televisão, jornais, rádios) informam uma gama generalista de assuntos, sendo na maioria das vezes pouco críticos e com um foco mais abrangente, as plataformas de redes sociais on-line conseguem preencher esta lacuna através da segmentação da informação, onde o utilizador selecciona apenas aquilo que deseja consumir (Valenzuela, 2012: 7).

As plataformas sociais on-line, enquanto espaço de expressão política, na opinião do autor, são um espaço por excelência, de participação e activismo político-social, pois permitem aos utilizadores opinar sobre determinados assuntos, expressar uma ideia que seja do interesse individual ou de todos. A conversação que é criada no espaço dos blogues, *Twitter* e *Facebook* transmite aos outros participantes fluxos de aprendizagem através da troca de opinião e informação que é transmitida por vários utilizadores on-line. Este mecanismo interactivo colabora com o despertar da consciência crítica, motivando os indivíduos a pensar e a agir (idem, 2012:10).

No terceiro ponto, o autor refere o que seria o uso instrumental das plataformas sociais on-line para fins de protesto. Segundo Valenzuela, o uso destes espaços on-line serve de instrumento de informação para novas acções de protesto e reprodução de novas conexões e actividades on-line (consumo de informação) e off-line (demonstração pública, manifestação, protesto). O autor, porém, não deixa de

sublinhar que as plataformas sociais on-line são ferramentas que não criam meios únicos de participação cívica, mas um *medium* para as relações, num *crossover* entre formas de protesto tradicionais off-line já existentes, através da mobilização cívica nas ruas, com actividades on-line (Valenzuela, 2012:22).

Mediante a proposta de Valenzuela de classificar as funcionalidades das plataformas sociais on-line em três segmentos, considerando as plataformas sociais como recurso para as notícias e as informações, espaço de expressão política e ferramentas de mobilização e causas, é importante notar que as plataformas sociais on-line, quando utilizadas para fins políticos e activistas, atendem a diferentes funções que poderão direccionar melhor as acções pretendidas. O *Facebook* é a rede social on-line que dispõe de mais recursos e, portanto, a partir deste é possível programar um maior número de acções e actividades. Os blogues são úteis na função de canal informativo de opiniões pluralizadas. O *Twitter* segmenta temas e assuntos e distribui a informação de forma instantânea. Por fim, o canal YouTube funciona melhor para a performance visual das acções através dos vídeos.

Assim, visando compreender a estratégia de mobilização cívica on-line pelos *Indignados* reservaremos esta parte para a secção da metodologia no capítulo 5.

Conclusão

O surgimento e a evolução da internet têm suscitado intensos debates sobre as suas potencialidades e a contribuição deste novo meio de comunicação para o melhoramento da vida política e a democracia, em especial a dos cidadãos. A internet trouxe à sociedade uma variedade de mecanismos que permitem comunicação e interactividade de forma livre, independentemente da relação com os meios de comunicação social. Por meio das redes sociais on-line, novos canais informativos foram surgindo e, com isso, novas formas de consciencialização política são formadas mediante as trocas interactivas estabelecidas entre os indivíduos.

No campo da sociologia e das ciências políticas muito se tem discutido sobre as potencialidades da internet no melhoramento da democracia e as novas formas de

participação entre os cidadãos. No entanto, mais importante do que focar o debate nas potencialidades é investigar os diferentes usos das novas tecnologias e observar de que maneira o uso da internet pode transformar-se num artefacto político.

Outra discussão levantada foi a de considerar a internet enquanto espaço público. As redes sociais on-line tornaram-se um instrumento importante para a formação de novos grupos e interacções a nível global, com repercussão na esfera pública. As possibilidades de reunir pessoas numa colectividade de interesses comuns, reforçam o projecto de empoderamento social por meio do debate. Estas redes de relacionamento têm um alcance global e dão suporte ao activismo digital por apresentarem dispositivos inovadores para a propagação de ideias e contactos. O baixo custo da internet, a sua abrangência global, que possui a capacidade de mobilizar cidadãos, têm sido algumas das múltiplas vantagens usufruídas pelos jovens ciberativistas que fazem uso das plataformas on-line para este fim. No que concerne ao uso da internet para fins activistas, podemos considerar igualmente a forma como o activismo *hacker* se tem propagado, através de acções que pretendem danificar a normalidade dos sistemas informáticos e as páginas de *websites*. Neste tipo de acção, a própria internet transforma-se num meio de comunicação táctico para este tipo de activismo on-line.

Argumentámos, no decorrer deste capítulo, que a cultura cívica on-line é constituída por um conjunto de práticas que utilizam as plataformas disponíveis na Web 2.0, como o *Facebook*, os *Blogs* ou o *Twitter*, para formar uma rede colaborativa de pessoas de diversas proveniências que se podem unir a uma causa comum. A interacção em rede, advinda destas plataformas, aumenta o fluxo de comunicação a vários níveis e para vários públicos, sendo portanto multidimensional. No que compete ao uso de sites de redes sociais para fins activistas, o *Facebook*, os blogues, o *Twitter* e o *YouTube* são utilizados com diferentes propósitos.

Em relação aos blogues, estes têm o papel de aprofundar o conhecimento e de promover novos líderes de opinião com a capacidade opinativa de influenciar os seus seguidores ou de abrir novas propostas de debate. O *Facebook* atende às exigências de coordenar acções entre pessoas para o contexto off-line. A rede social *Twitter*, conhecida como *microblog*, é fortemente utilizada para segmentar assuntos através de *hashtags* #, sendo amplamente difundida quando se pretende propagar a informação

em tempo real, através de partilha de textos curtos, fotografias e vídeos enviados directamente do local dos acontecimentos. O YouTube, enquanto rede social de vídeo, permite que imagens sejam publicadas sem censuras⁴⁰ ou cortes, o que implica maior liberdade na divulgação de imagens e na elaboração de uma versão alternativa dos factos através das imagens.

A interacção oriunda das plataformas de redes sociais é o resultado da participação entre os actores envolvidos nas mesmas por intermédio dos comentários, partilhas e posterior envolvimento nas actividades off-line. Assim, neste capítulo, fechamos a parte teórica que foi inicialmente estruturada em três perspectivas: localizar o debate da política e o significado da participação no mundo globalizado, visitar a gramática dos jovens, culturas juvenis e o tema das gerações no contexto actual de crise de confiança e, por fim, orientar a discussão para as novas tecnologias como ferramenta de participação e mobilização activista, não se limitando apenas ao debate das suas potencialidades.

⁴⁰ A censura aqui é utilizada para expressar o carácter livre de publicar um conteúdo feito por qualquer utilizador comum. Existem algumas restrições de publicação de conteúdo, não apenas no YouTube como noutras redes sociais on-line, que dizem respeito a conteúdos de carácter sexual ou que representem a violação dos direitos humanos.

PARTE II

#Metodologia

Capítulo 4 - Percurso Metodológico

1. A opção pela investigação qualitativa e estratégia metodológica

Tendo em mente as questões que orientaram a presente investigação – compreender os processos que conduziram os jovens portugueses à mobilização e ao activismo mediado através da internet, analisando o papel desta experiência nas vidas dos jovens investigados e especificamente o seu eventual contributo em trajectórias individuais – foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, assente na articulação entre a tarefa de descrever e o esforço de interpretar. Entendeu-se que a opção por este tipo de abordagem seria coerente com as questões formuladas e adequada à concretização dos seus objectivos, uma vez que a intenção era a de obter um conhecimento das novas práticas de participação cívica de modo descritivo e compreensivo.

A atenção centrou-se nos significados atribuídos à experiência entre jovens, media digital e activismo político, bem como os efeitos dessa mesma experiência em suas vidas. No cruzamento entre os vários factores que interferiram significativamente neste processo encontra-se o indivíduo, por assumirmos a concepção de que o sujeito é dotado de racionalidade, de capacidade de escolha e de acção face ao meio circundante. Assim sendo, consideramos que a abordagem qualitativa é aquela que permite aceder ao conjunto destes elementos.

Assim, a pesquisa foi orientada em torno do paradigma interpretativo (Lessard-Hébert & Boutin, 1994). O paradigma interpretativo busca a compreensão dos significados das acções de actores que vivenciam determinadas experiências. Interpretar a realidade social através dos actores exige ter atenção aos significados que estes produzem, sendo necessário considerar a relação entre as perspectivas dos actores e as condições da acção na qual se encontram implicados. A estratégia metodológica desenvolvida ancora-se nos princípios que alguns autores unanimemente atribuem às abordagens qualitativas: adopção de uma perspectiva holística do fenómeno em estudo, ou seja, os sujeitos e as situações são vistos como um todo e não redutíveis a variáveis mensuráveis; atenção ao contexto onde as acções

e interacções decorrem (Carmo e Ferreira 1998).

Ao equacionar as questões específicas da investigação, e antes de iniciar o trabalho de campo, apoiámo-nos na teorização existente sobre as temáticas da participação, política, democracia, espaço público, estudos da juventude e os novos media para nos debruçarmos na recolha dos dados. Em contrapartida, tentou-se evitar que a teorização impedisse de descobrir aspectos não previstos do problema estudado e que uma teorização insuficientemente fundamentada levasse a recolher elementos cujo alcance não nos seria possível a compreensão da análise do material empírico. Nesta perspectiva, a partir dos dados recolhidos empiricamente procurou-se detectar que factores e suas interacções validam a hipótese geral desta investigação que versa sobre as transformações no modo de participar na vida cívica dos jovens portugueses estudados face ao uso da internet e às implicações que isso tem nas suas vidas pessoais. Procurou-se também descrever outros e novos factores através da descoberta empírica, que interveio num sistema de interacção complexo, de modo a interpretar como os indivíduos se comportam diante esses factores.

No decorrer do percurso metodológico, partimos com duas etapas em mente. Num primeiro momento, a pesquisa teve o objectivo de mapear iniciativas de participação e activismo on-line através de blogues e comunidades na rede social Facebook, que pudessem validar ou refutar a hipótese inicialmente pensada sobre o potencial dos media digitais e as experiências on-line no modo de participação política dos mais jovens.

Num segundo momento desta investigação fomos atraídos pela onda de manifestação social pelo mundo, que teve início com a Primavera Árabe e em seguida com os *Indignados*. Esses acontecimentos sociais ofereceram a este trabalho de investigação, não só a validação imediata da hipótese anteriormente pensada, bem como a oportunidade de envolvimento, participação e análise destes acontecimentos, constituindo assim um rico material disponível, que acabou por se tornar o principal estudo de caso desta investigação.

Partindo de um objecto empírico específico, os *Indignados* Lisboa (IL), concentrámo-nos em procurar a compreensão do fenómeno da cultura cívica on-line praticada na internet através do uso da plataforma social Facebook pelo grupo do IL, bem como o significado que as novas formas de activismo representam na vida dos jovens

investigados. Propusémo-nos uma análise interpretativa e descritiva das actividades desenvolvidas pelo grupo estudado no universo on-line, cruzando os resultados obtidos com a análise off-line realizada no terreno das práticas, na praça do Rossio em Lisboa. Desta recolha resultaram 20 entrevistas feitas aos jovens mais activos do movimento dos *Indignados* Lisboa. Assim, pensámos numa estratégia metodológica bidireccional integrada visando compreender de modo longitudinal a cultura cívica on-line, os novos modos de activismo praticados e o impacto que essas transformações têm na vida dos jovens. Em termos metodológicos, isto implicou observar simultaneamente os acontecimentos a nível on-line e off-line. O espaço das redes sociais on-line, especificamente o *Facebook*, e o espaço da praça do Rossio em Lisboa, constituíram dois campos de análise, não excludentes um do outro do ponto de vista da recolha de informação. A presença física no terreno não excluía a observação on-line, em especial para acompanhar os conteúdos publicados por pessoas presentes na praça do Rossio que enviam constantemente enviavam fluxos de informações para diversas redes on-line através do telemóvel. Por outro lado, a observação on-line exigiu a sequência observacional no campo off-line para acompanhar as actividades do grupo na praça do Rossio.

1.1 A internet e o cibercampo etnográfico

O ciberespaço, espaço criado pela rede comunicacional formada por meios eletrónico-computacionais do qual a internet é parte, interliga as noções de espaço, tempo e lugar. A sua geografia não coincide com a das redes comunicacionais que se desenham no território físico, mas nem por isso constitui uma dimensão isolada da realidade. Pelo contrário, as redes interpenetram-se e dialeticamente, construindo-se e reconstruindo-se cada vez mais entre o ciberespaço e espaço físico.

O uso da internet em contexto sociopolítico para fins de mobilização encontra neste meio dispositivos que servem tanto para mobilizar, socializar e integrar, uma colectividade de sujeitos com propostas de articulações em comum. Como afirma Gustavo Cardoso (2006), os índices elevados de mobilização política na internet, estão associados às práticas de recolha de informação sobre diversas questões, ou seja,

reforçam-se os projectos de autonomia enquanto capacidade para reflectir acerca da realidade política e social, munindo-se os agentes das ferramentas que lhes permitem fazer as suas decisões sem constrangimentos (idem: 70).

Na medida em que se evidenciam novas formas de interacção social pela internet, cuja utilização se faz cada vez mais de forma heterogénea, em termos de investigação científica, observar a internet enquanto espaço empírico é primeiramente compreender este mesmo espaço na sua definição e nos elementos que o caracterizam. Além disso, é importante mapear determinadas experiências para depois as podemos analisar em termos metodológicos.

Através da percepção de que a internet está cada vez mais presente no quotidiano dos jovens (Bennett, 2008; Dalghren, 2009), a compreensão das práticas nesta rede só é possível diante da observação permanente do comportamento da realidade microsocial dos grupos, ou seja, uma realidade circunscrita ao campo de observação dentro do universo juvenil e da utilização que os participantes fazem dos meios digitais. Dessa forma, é pertinente uma abordagem teórico-metodológica à luz do método etnográfico e da observação-participante.

A experiência pessoal da etnografia, no seu campo tradicional de pesquisa, pressupõe situar-se no interior da cultura, a fim de realizar o empreendimento científico e contribuir para o alargamento do discurso humano. O etnógrafo interpreta acontecimentos e materializa o discurso social na forma de relato, a fim de possibilitar o acesso posterior à informação. Etnografia é definida por Marshall como "os actos de observar directamente o comportamento de um grupo social e de produzir uma descrição escrita disso" (Marshall, 1994: 158). Para Malinowski (1978) os etnógrafos são ao mesmo tempo cronistas e historiadores. As suas fontes de informações são, sem dúvida, muito acessíveis, mas também complexas e enganosas. Não se baseiam em documentos materiais, mas na memória e comportamento humano, fazendo o tempo de estudo fundamental.

A aplicabilidade da técnica etnográfica ao estudo das interacções comunicativas online é de relevância para se entender melhor o comportamento humano no ambiente virtual. A etnografia virtual, como tipo de pesquisa de abordagem qualitativa, tem sido considerada em vários estudos. Christine Hine (2000), na sua obra *Virtual Ethnography*, avalia a internet enquanto espaço de práticas culturais, sendo este meio o artefacto

para desenvolver novas produções de sentido. Por isso, a etnografia virtual tem espaço assegurado nas pesquisas onde os objectivos incluem saber a real utilização da tecnologia pelas pessoas.

Baseada nos passos da etnografia tradicional, cuja aplicação metodológica sempre esteve relacionada com ir para algum lugar físico, no sentido literal da expressão, com o intuito de observar e interagir com determinada comunidade, tribos, inserindo-se o investigador dentro da realidade observada, a etnografia virtual modifica a relação espaço-temporal e apresenta-se num contexto de mediações cujas práticas dos indivíduos observados estão alojadas no ambiente on-line.

A autora propõe que a internet, enquanto objecto de investigação, poderia ser estudada sob duas abordagens teóricas: uma como cultura e outra chamada como artefacto cultural. Na perspectiva da internet como cultura, esta é normalmente compreendida enquanto um espaço distinto do off-line, no qual o estudo enfoca o contexto cultural dos fenómenos que ocorrem nas comunidades e/ou mundos virtuais. A perspectiva da internet como artefacto cultural focaliza a inserção da tecnologia na vida quotidiana, assim, favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como um elemento à parte (Hine, 2005:54).

Na comunicação mediada por computador, as comunidades on-line surgem a partir da interacção entre pessoas com propostas diferenciadas para se discutir determinado assuntos e temas. A reunião de indivíduos em comunidades on-line tornou um alvo da etnografia com o propósito de estudar o comportamento humano nestes espaços.

Sobre comunidade on-line, Jones (1997) fala de ciberarqueologia das comunidades on-line como forma de investigar estas comunidades mediadas pelo computador. O autor explica que, da mesma forma como o arqueólogo considera os artefactos de uma cultura, é possível estudar as comunidades virtuais a partir dos artefactos culturais que elas produzem e estabelecer uma pesquisa de longo prazo. Para o autor, focarmo-nos nos artefactos culturais de comunidades on-line significa manter a atenção em como estes artefactos estruturam a dinâmica comunal na rede.

Para Kozinets (2010), a netnografia exige a combinação entre participação (com imersão do pesquisador) e observação cultural em relação às comunidades pesquisadas, sendo que o pesquisador deve ser reconhecido como um membro da

cultura, um elemento importante do trabalho de campo. Em relação à coleta de dados, Kozinets (2010) destaca que as notas de campo das experiências no ciberespaço devem ser combinadas com os “artefactos” da cultura ou comunidade, como *download* de arquivos de *posts* em *newsgroups*, transcrições de sessões, imagens, arquivos de áudio e de vídeo (2002:6). Segundo Kozinets, a netnografia pode ser empregada de três formas: (1) como ferramenta metodológica para estudar comunidades virtuais *puras*; (2) como ferramenta metodológica para estudar comunidades virtuais *derivadas*; (3) como ferramenta exploratória para diversos assuntos. Para o autor, comunidades virtuais puras são aquelas cujas relações sociais se dão apenas na comunicação mediada por computador. Neste caso, o autor sugere o uso puro da netnografia por parte do pesquisador, cuja participação deve ser total nessas comunidades. No caso de as relações não se limitarem apenas ao contexto on-line, o autor sugere que a netnografia deve ser utilizada como ferramenta complementar a outros tipos de abordagem, como entrevistas pessoais e grupos de discussão, por exemplo.

O autor aponta quatro aspectos a serem levados em conta pelo pesquisador para reconhecer uma comunidade virtual: (1) os indivíduos devem estar familiarizados entre si; (2) linguagem, normas e símbolos específicos devem ser partilhados; (3) as identidades devem ser reveladas; (4) deve-se perceber um esforço na manutenção e preservação do grupo pelos participantes. Uma vez caracterizada a amostra, é preciso saber que tipos de comunidades on-line essa amostra revela. Em seguida, é importante que se observe as interações ocorridas entre os membros da comunidade on-line em questão para que se apreenda informações sobre a identidade cultural dos participantes.

Para a análise das comunidades on-line o autor sugere uma lista de afazeres que incluem:

Recolha de dados e análise. Os dados poderão ser copiados directamente das comunicações mediadas por computador efectuadas pelos membros das comunidades on-line, ou o pesquisador poderá obter tais dados através da observação feita à comunidade e seus respectivos membros, extraindo assim as interações e significados. Uma sugestão do autor, neste caso, é a utilização de categorias para qualificar o comportamento dos participantes das comunidades.

Interpretações dignas de confiança. Na medida em que a netnografia se baseia na análise de discursos textuais, o autor sugere que esta técnica se adequa à abordagem recomendada por George Mead (1950), segundo o qual a unidade última de análise não é a pessoa, mas o comportamento ou o acto. Com isso, um *post* numa modalidade de comunicação mediada por computador é um importante dado de observação capaz de ser digno de confiança.

Ética de pesquisa. Duas questões guiam os questionamentos acerca da ética em netnografia: fóruns on-line são considerados públicos ou privados? O que constitui “consentimento informado” no ciberespaço? (Kozinets, 2002:35). A questão da ética em netnografia, segundo o autor, consiste sempre em respeitar a privacidade, a confidencialidade, a apropriação de outras histórias pessoais e o consentimento informado.

Verificação dos participantes. Trata-se de um procedimento, segundo o qual, alguns ou vários relatórios finais são apresentados para as pessoas que foram estudadas fazerem comentários a respeito dos mesmos. Tal procedimento, segundo Kozinets, permite que se obtenha *insights* adicionais sobre a pesquisa, que se levante as fragilidades da mesma e que se estabeleça um contacto contínuo entre pesquisadores e pesquisados.

Assim, tendo em conta o objectivo de verificar a relação das práticas on-line dos *Indignados* no *Facebook*, a etnografia é a metodologia que atende melhor a necessidade do presente trabalho. Adaptámos algumas das suas técnicas ao nosso objecto de estudo, que, porém, não se esgotou na etnografia virtual. A netnografia enquanto método de recolha de dados constitui-se neste trabalho como método complementar às entrevistas realizadas, bem como à observação etnográfica de campo sobre a apropriação do espaço público e os acampamentos. Relativamente à pesquisa mediada por computador, ainda que o engajamento do pesquisador no ambiente sociocultural on-line venha representar a necessidade de uma inserção activa em todo um contexto socio-tecnológico específico, são muitas as limitações existentes numa abordagem que recorre à etnografia virtual e à própria internet enquanto campo empírico.

Relativamente a netnografia, e considerando que esta técnica se baseia muito em conversações escritas, o recurso à recolha de dados textuais produz uma limitação importante que diz respeito à ausência de comunicação não-verbal dos participantes.

No entanto, acredita-se que esta limitação vai depender do perfil da plataforma on-line estudada. No caso do Facebook, devido às inúmeras possibilidades de comunicação não apenas textual, é possível aceder à transmissão de áudio e vídeo instantâneos integrados nesta plataforma, o que possibilita contornar a questão da imitação textual, tanto do ponto de vista dos utilizadores como também da relação individual entre pesquisador e entrevistado.

Ainda assim, de um modo geral, a pesquisa mediada por computador exige do pesquisador constante acompanhamento das actualizações que vão surgindo na internet, combinando métodos e ferramentas disponíveis nas plataformas on-line para o problema estudado. Para Mann e Stewart (2000), do ponto de vista do contacto directo com os utilizadores, alguns pesquisadores encontram dificuldades em manter contacto com os mesmos, em especial no decorrer da pesquisa. Outra dificuldade a destacar, diz respeito ao acesso directo aos participantes de um grupo ou comunidade. Na maioria dos casos, tratando-se de redes sociais on-line, nomeadamente no que diz respeito aos grupos e páginas, é preciso haver a moderação do administrador nesses ambientes para se ter acesso a outros participantes, ou para se fazer chegar ao conhecimento de todos um determinado assunto.

Simões (2012) também se refere aos problemas teóricos e metodológicos associados à abordagem da internet como artefacto tecnológico e prática cultural. O autor centra-se na questão dos conteúdos on-line, referindo-se de forma ampla às modalidades de comunicação ou plataformas existentes on-line. O autor argumenta sobre a questão da fluidez dos conteúdos on-line, ou seja, a forma como o conteúdo é produzido e utilizado. Por causa dos constantes fluxos de informação, os conteúdos sofrem alterações que os afastam dos propósitos para os quais foram originalmente pensados: “Os textos online são portanto *hipertexto*, formado por múltiplas ligações que nos remetem para diferentes circuitos não lineares tanto a nível interno como externo” (Simões, 2012: 796). O autor em sua pesquisa sobre o universo *hip-hop* em Portugal confrontou-se com o problema da distinção dos conteúdos, nomeadamente em identificar os seus autores ou produtores, em especial pelo facto de as fronteiras entre produção e consumo se terem esbatido de forma irremediável e pela constante falta de informação que ajude a identificar os autores (idem: 2012: 798).

De modo geral, a internet, na qualidade de campo empírico e recolha de dados, trará

quase sempre problemas incontornáveis por não se constituir um meio meramente técnico. Do nosso ponto de vista, as dificuldades em se trabalhar com este meio são inerentes à experiência metodológica particular de cada pesquisa. Neste trabalho não escapámos de alguns constrangimentos inerentes ao cibercampo que também nos serviu para entender e aperfeiçoar as estratégias metodológicas pretendidas.

1.2 Percurso metodológico inicial e constrangimentos

Por considerarmos a internet como espaço de novas formas de acção política e activismo, é importante definir os territórios de acção para assim compreendermos quais são de facto as práticas utilizadas nas plataformas on-line. O nosso trabalho preocupou-se empiricamente em perceber de que forma a cultura cívica on-line se manifesta e quais são os artefactos que esta cultura produz ou que artefactos on-line são utilizados pela mesma.

O aparecimento do movimento dos *Indignados* na esfera pública foi bastante propício, pois permitiu-nos compreender de forma mais clara a real utilização das novas tecnologias digitais nos meandros de um novo contexto de mobilização e participação política globalizada, elevando os objectivos metodológicos não pela lógica da validação hipotética, mas da descrição e compreensão dos recursos, ou artefactos utilizados.

A proposta teórica sempre esteve muito clara desde o início desta investigação, pois já se conhecia as transformações possíveis sobre os novos modos de participação política mediada na internet. No entanto, no início desta investigação, a caracterização e escolha do objecto empírico no que se refere à realidade portuguesa, permaneceram um pouco indefinidos por conta da dificuldade de mapear localmente reais exemplos do uso da internet para fins activistas.

Num primeiro recorte metodológico, que se deu entre finais de 2009 e início de 2010, optou-se por fazer um levantamento do número de blogues on-line na região de

Lisboa com a ajuda do *Google Analytics*⁴¹, cujo objectivo foi mapear o número de blogues com temáticas ligadas a assuntos sociopolíticos existentes. Inserimos através desta ferramenta diversas combinações de palavras-chave, tais como “blogues portugueses”, “blog político”, etc. Em seguida, mediante os resultados obtidos, fez-se uma triagem selectiva para identificar os produtores de conteúdos dos respectivos blogues e assim poder depois iniciar um contacto via *e-mail*.

Da primeira triagem foi extraído um número de 30 blogues, num total de 320, que versava sobre questões sociopolíticas. No entanto, desta triagem seleccionámos aqueles cujos produtores não mantinham ligações com partidos políticos directamente, mas que fossem escritos por pessoas sem vínculo ideológico partidário aparente. Dentro do critério estabelecido, restaram pouco menos que 12 blogues que se mantinham activos e actualizados. Os contactos de *e-mail* disponíveis estavam também desactualizados, o que dificultou um contacto com os produtores de conteúdos dos blogues. Assim, não encontrámos à primeira tentativa de recorte metodológico, um cenário favorável à hipótese de pesquisa inicialmente formulada que denotasse uma acção mais intensiva de mobilização e participação política através do uso das plataformas digitais.

Outra dificuldade encontrada foi relativa ao perfil dos produtores destes conteúdos, bem como refere Simões (2012). A não identificação dos produtores, logo à partida, dificulta também verificar o perfil sociográfico, ou seja, se de facto quem escreve o blogue atende às nossas expectativas etárias, jovem na faixa entre os 15 e 30 anos.

No âmbito do projecto “Sociedade em Rede em Portugal”, de 2006, foi realizado um inquérito onde se verificou que o perfil dos bloggers em Portugal é socialmente diverso. De acordo com este estudo, foi revelado que, quando se introduzem variáveis como o sexo ou a escolaridade, os temas mais ligados à opinião e intervenção na esfera pública eram feitos, sobretudo, por homens, com grau superior de ensino, que exercem uma profissão ou são estudantes universitários (Cardoso, Cheta e Espanha, 2008). Noutro inquérito publicado por Tiago Carvalho e José Luís Casanova (2010), ambos investigadores do ISCTE, foram revelados mais dados sobre os blogues em Portugal, o que facilitou a nossa compreensão inicial sobre este fenómeno. Do

⁴¹ www.google.com/intl/pt/analytics.

inquérito aplicado por Carvalho e Casanova foram recolhidos os endereços de cerca de 880 blogs em todo o país, dos quais perto de 550 continham os contactos dos seus produtores. Foram enviados 604 e-mails e obtiveram-se 209 respostas, ou seja, 33% do total (Carvalho & Casanova, 2010: 100).

Da análise desta amostra revelou-se que a maioria dos bloggers portugueses corresponde a uma população relativamente homogénea em termos sociais, constituída em sua maioria pelo sexo masculino, jovens ou adultos, exercendo uma profissão e com recursos socioeducacionais e socioprofissionais semelhantes, estando assim representados o grau de ensino superior, os profissionais técnicos de enquadramento e os profissionais liberais.

Quanto à actividade na blogosfera esta combina-se com a participação em partidos, associações e acções de protesto. As principais diferenças neste universo verificam-se no âmbito das identidades políticas e partidárias (Carvalho & Casanova, 2010:92). Com relação ao uso específico dos blogues enquanto canal de expressão e comunicação, pode interpretar-se, segundo os autores, que existe uma diferença de dinamismo em termos de desigual investimento no âmbito do debate público. Os dados resultantes do inquérito evidenciam uma utilização dos *blogs* tanto na sua funcionalidade informativa como na da produção e formação de opinião e menos enquanto ferramenta para a cidadana colectiva, sendo claros os contributos pessoais através da actualização sistemática dos *blogs* e da troca de ideias (idem: 104).

Portanto, os dados destes inquéritos revelaram-nos que a triagem por nós inicialmente pensada para encontrar blogues sem clivagens políticas, tornar-se-ia uma missão sem muito sucesso. Por outro lado, durante a nossa triagem inicial, pudémos verificar em muitos dos blogues uma concordância com o perfil sociográfico dos produtores de conteúdos encontrados por Carvalho e Casanova (2010), que são em sua maioria jovens, jovens adultos de classe média, formação superior, em situação regular no mercado de trabalho, filiados a algum partido político. Além disso, a nossa triagem e observação mostrou-nos ainda que muitos blogues portugueses, com o perfil sociográfico já mencionado, expressam-se mais através do conteúdo e da linguagem opinativos do que propriamente através de projectos societais que promovam o alargamento social e a mobilização colectiva.

O blogue “Ativismo de Sofá” é um exemplo deste perfil sociográfico de blogue cujo autor, através do seu blogue, se destaca enquanto líder de opinião na blogosfera e não enquanto activista no sentido de convocar pessoas a mobilizarem-se.

Fig. 5- Blogue Ativismo de Sofá



Em nosso ver, no que compete ao papel dos blogues no exercício da cultura cívica, não deixamos de ressaltar o potencial dos mesmos no sentido de espaços de discussão pública alternativa aos meios de comunicação social oficial. No entanto, enquanto plataforma de interacção, os blogues perdem algum espaço para a rede social Facebook, pois esta oferece uma larga gama de ferramentas interactivas não apenas de base textual, como acontece nos blogues. Os blogues, na sua concepção enquanto páginas da Web, ainda que ofereçam a possibilidade de incorporar fotos, vídeos, áudio e *links*, dispõem do recurso textual como principal característica desta plataforma. É, portanto, um espaço de exposição opinativa sobre determinados assuntos, podendo os leitores concordarem ou não com os assuntos discutidos. Isso implica dizer que o processo interactivo dos blogues resume-se, na maioria dos casos, ao debate de opiniões cruzadas (Recuero, 2006).

No que tange ao uso dos blogues pelos *Indignados* Lisboa, a ferramenta blogue resumiu-se a um espaço complementar de ideias e divulgação informativa, uma vez que o Facebook, enquanto plataforma, foi capaz de potencializar interacções mais

eficientes dentro e fora da rede on-line. Neste ponto, há uma grande diferenciação entre a utilização das plataformas sociais on-line e as ferramentas que estas plataformas dispõem. O perfil das plataformas on-line será decisivo na produção dos artefactos por parte dos utilizadores. É neste sentido que o Facebook constitui uma rede social por excelência em termos de redes de contactos, imediatismo, direccionamento específico das mensagens à escala global e local. Considerando as plataformas on-line utilizadas pelos *Indignados* de maneira geral, o uso das plataformas digitais seguiu uma linha lógica diferenciada de estratégia e acção. No âmbito da internet, a principal ligação que permitiu a troca de informações entre os *Indignados* em Lisboa com o resto do mundo foi através do *Facebook*. Os blogues tiveram pouco espaço na extensão das redes de contactos, mas relevância na troca de informação alternativa e reflexão temática.

Assim, percebemos logo que, do ponto de vista da mobilização, o tipo de plataforma social on-line (e suas funcionalidades) é determinante para o tipo de acção que se pretende, podendo esta ser mais ou menos eficaz, ter um impacto mais ou menos significativo. Portanto, considerar apenas os blogues numa primeira análise seria insuficiente para compreender o potencial das ferramentas on-line e o uso criativo destas por parte dos jovens investigados. Este facto foi decisivo para concentrarmos a nossa análise apenas no *Facebook*.

Outro motivo que contribuiu para o recorte metodológico não incluir os blogues foi o resultado da passeata da geração “à rasca” em Lisboa. Apenas com o uso dos eventos sociais, ferramenta integrada no *Facebook* que permite organizar eventos off-line, foi possível arrastar milhares de pessoas às ruas de Lisboa. A ideia de criar este evento partiu de um jovem licenciado de Coimbra, que sozinho, através desta funcionalidade social do *Facebook*, criou um evento social que alcançou grandes repercussões na rede on-line e mais tarde fora dela, nas ruas de Lisboa.

É desta forma que percebemos a internet não apenas como artefacto cultural, mas igualmente como ferramenta estratégica de mobilização social, quando para este fim é utilizada. As funcionalidades oferecidas pelas redes sociais on-line em conjunto com a capacidade criativa em utilizá-las para o propósito mobilizatório, desencadeia uma série de conexões e fluxos de informação que percorrem redes por vezes inatingíveis, resultando na expansão do conteúdo em proporções gigantescas. No caso dos eventos

sociais, a (in)tangibilidade dos conteúdos (Simões, 2012) tem um impacto positivo, a partir do momento em que este chega a um grande número de pessoas, destinado a uma acção mobilizatória específica.

Foi após a manifestação da geração “à rasca” que o contorno metodológico e o objecto empírico deste trabalho ganharam forma. Com o aparecimento dos *jovens indignados* em Lisboa e os acampamentos na praça do Rossio, poucas semanas depois, pareceu-nos uma oportunidade para caminhar na direcção dos acontecimentos reais, moldando a metodologia à observação empírica, sem se tornar extensivo. Com o grupo dos *Indignados* a proposta de pesquisa ganhou mais força e passámos a acompanhar de perto a evolução deste grupo, bem como as suas práticas on-line e off-line. Assim, no percurso que se seguiu, fomos rastreando os artefactos relevantes on-line produzidos pelo grupo, desvendando como a cultura cívica on-line é construída e materializada.

1.2.1 Inquérito On-line: os desafios e constrangimentos

Prosseguindo com a rota metodológica inicial e os constrangimentos dela surgidos, passámos, a seguir aos blogues, à fase de observar o universo das redes sociais on-line de grupos de jovens ligados às associações partidárias e não-partidárias presentes no Facebook de modo a testar a modalidade do inquérito on-line. O objectivo era verificar a proximidade dos jovens inqueridos com o tema “Política e Internet” e perceber se de facto estes jovens faziam algum uso específico do meio on-line para o propósito cívico e activista.

A escolha dos grupos partiu das associações de juventude existentes em Portugal, seguindo um procedimento de amostragem “intencional”. Seleccionámos entidades juvenis partidárias mais actantes a nível nacional e outras sem vínculos a partidos políticos, mas direccionadas à temática sociopolítica e cidadania. Foram convidadas a participar no nosso inquérito um número de cinco entidades, mas apenas três⁴² delas atenderam à nossa solicitação, a saber: Juventude Social Democrata (JSD), Juventude Popular (JP), ambas ligadas à seus respectivos partidos, e Movimento Liberal Social (JLS), não-partidária.

⁴² JSD: www.jsd.pt, JP: www.jp.pt, MLS: www.liberal-social.org.

As questões contidas no inquérito eram comuns a todos e foram enviadas a partir da plataforma *Survey monkey*⁴³, através de um *link* onde os participantes poderiam responder às questões on-line. Optámos pelo envio do *link* directamente na página do Facebook, socilitando aos administradores da página que reenviassem o *link* do inquérito directamente aos membros.

No inquérito havia questões sobre o uso da internet no consumo de informações ligadas às questões sociopolíticas, sobre a relação entre conversação mediada on-line entre os jovens, grupos de pares e família e motivações em utilizar a internet como ferramenta útil na vida cívica. Optámos por não direccionar os dados à caracterização ideológica das associações participantes, concentrando-nos somente nos impactos que os novos media, nomeadamente a internet, podem exercer na vida cívica dos jovens, de que maneira estes recursos são explorados e efectivamente se estes meios colaboram no incentivo à participação juvenil nas questões de relevância pública.

A recolha dos dados decorreu entre Dezembro de 2010 e 23 de Janeiro de 2011, abrangendo o período pré-eleitoral das Presidenciais 2011 no país, estrategicamente pensado devido ao grande fluxo de utilizadores a opinar sobre as eleições. Ainda assim, contabilizámos pouco mais de 18 respostas apuradas durante este período, pelo que considerámos o número muito baixo, sem margem para uma análise mais aprofundada. Se compararmos o número de respostas obtidas com o número de membros inscritos on-line nas respectivas entidades, verificamos que primeiro os valores obtidos são praticamente insignificantes: JSD (11.170), JP (1.096), MLS (481)⁴⁴.

Após este período, o *link* do inquérito continuou activo na rede, porém, cada vez menos visível na página principal do Facebook com a chegada de novos conteúdos e informações que surgiam diariamente. Assim, havia sempre a necessidade de contactar os administradores da página e fazer com que eles reenviassem aos membros o *link* do inquérito. Ainda assim, passados alguns meses, o número de respostas não aumentou significativamente.

Uma das explicações da não adesão de alguns participantes nos inquéritos lançados on-line, em especial no Facebook, poderá residir no problema da continuidade e descontinuidade participativa entre os membros, além do grande fluxo de informação

⁴³ www.surveymonkey.com.

⁴⁴ Número de membros inscritos nos grupos é relativo à 27 de Janeiro de 2011.

que essa rede comporta. Kozinets (2010) alerta para o facto de que durante o processo metodológico on-line, quando se considera o universo de uma determinada comunidade, é preciso avaliar os indivíduos consoante a interactividade e tempo de permanência no grupo. Um membro que apenas visita uma determinada comunidade ou página no *Facebook* para ler um *post* num espaço de tempo irregular não pode ser considerado um membro activo, pois a participação é “passiva” e limitada à observação. Além disso, no Facebook, quanto menor for a conectividade do utilizador com o Facebook maior será a probabilidade de muitos conteúdos passarem despercebidos.

Não obstante, observando as 18 respostas recolhidas, destacamos alguns pontos que nos dão pistas sobre o posicionamento dos jovens diante da utilização da internet em contexto de participação cívica. Inquirimos sobre as plataformas on-line mais utilizados pelos jovens pertencentes a estas três associações e entre elas sobressaíram com mais relevância o *Facebook*. Além desta página de rede social on-line, os inquiridos responderam a uma questão complementar aberta sobre se também fazem uso de outras redes sociais, tendo citado o *Hi5*, *Twitter* e *MSN*, por esta ordem de preferência.

Numa questão aberta, inquirimos sobre o nível de participação política on-line e off-line. Na totalidade verificámos que mais de 50% dos jovens disseram participar nos eventos divulgados no *Facebook* ou nas páginas das instituições das quais são membros. Relativamente a esta questão, vale a pena ressaltar que o contexto eleitoral pode contribuir para que os jovens participem mais nos eventos organizados pelas instituições em situações como debates, reuniões, comícios.

As duas primeiras secções do inquérito tinham o objectivo de testar a hipótese teórica inicialmente pensada para esta investigação, que diz respeito à existência de uma cultura cívica on-line e à utilização da internet para novas práticas de mobilização e participação cívica. A terceira e última parte do inquérito incluiu questões focadas no contexto das Presidenciais 2011 e democracia em Portugal. Neste espaço quisemos mapear o grau de satisfação dos jovens com a democracia política em Portugal, inquirindo-os sobre a relevância que dão às redes sociais da família e grupo de pares na discussão sobre assuntos políticos. Por fim, foram inquiridos se fizeram utilização das plataformas on-line no decorrer do período eleitoral. Sobre a forma como a

democracia funciona em Portugal, mais de metade dos inquiridos responderam em questão aberta não estar totalmente satisfeitos com o contexto político do país, mantendo-se assim as estatísticas globais da baixa motivação juvenil com as estruturas democráticas.

“Acho que existe muita burocracia para resolver certos problemas e se deixa escapar o essencial que são os problemas das pessoas” (Rapariga, 22 anos, membro juvenil partidário, Esposende)

“Funciona muito bem para os ricos e muito mal para os pobres” (Rapariga, 21 anos, membro juvenil partidário Ponte da Barca)

“Falta de partidos que respondam à minha visão política” (Rapaz, 34, membro não partidário, Lisboa)

Sobre a conduta participativa dos jovens referente à utilização da internet durante as presidenciais 2011, perguntamos se fizeram uso da internet e pedimos para tipificarem o uso. Do total das respostas, 75% dos jovens responderam *sim* ao uso sociopolítico da internet, através de *blogs*, *Facebook*, enquanto que 25% responderam não ter feita nenhuma utilização das plataformas digitais on-line. A seguir, numa questão aberta alguns inquiridos especificaram o tipo de utilização e a participação em eventos off-line (protestos):

“Petições, protestos organizados a partir do online” (Rapaz, 25 anos membro do MLS).

“Consultei as páginas dos candidatos bem como alguns blogues de apoio para me esclarecer e informar acerca de cada candidato (Rapariga, 22 anos, membro JSD)

“Mandeí mensagem pelo facebook, mandei e-mails, utilizei blog” (Rapariga, 21 anos, membro da JSD)

Relativamente a importância dada à internet pelos jovens em sua actuação cívica foram convidados a encerrarem o inquérito expressando sua opinião sobre este tema. De acordo com as respostas, verificámos que os jovens portugueses desta pequena amostra encaram de uma maneira muito positiva a relação entre jovens política e internet e sentem-se estimulados à utilizarem as novas tecnologias, fortalecendo os laços de uma cultura cívica on-line:

“Acho que é uma forma rápida e útil de chegar a todos e mobilizar mais os jovens (Rapariga, 22 anos, membro da JSD)

“Para os jovens é a forma mais simples de obter a informação. Funde informação tradicional (partilha de notícias) com debate público” (Rapaz, 28 anos membro do MLS)

“É o meio mais directo de chegar aos jovens e de ouvir a sua opinião e o que os preocupa” (Rapaz, 29 anos membro da JSD)

Embora em termos quantitativos o número de respostas obtidas numa primeira tentativa tenha sido insuficiente para uma análise mais aprofundada foi possível através dessa estratégia metodológica experimentar os desafios presentes nos métodos de recolha on-line, mostrando que este meio não está e nem poderá assim ser, dissociado do conjunto das relações mantidas off-line. Fazer parte de uma determinada comunidade ou grupo on-line, do ponto de vista do utilizador, tem vários significados. Além disso, a própria estrutura das plataformas on-line, em especial o Facebook é bastante complexa, pois os utilizadores recebem várias actualizações nos seus perfis pessoais de maneira instantânea, o que dificulta neste casos a visualização de um *post* específico, e, na maioria das vezes acaba por passar despercebida no meio de tantas outras. Trata-se portanto de constrangimentos metodológicos que precisam ser reavaliados na forma como são feitos, procurando novas estratégias que ajudem a contornar certas dificuldades.

1.3 Recorte metodológico final

A grande manifestação intitulada de geração “à rasca”, ocorrida em 12 de Março de 2011 pelas ruas de Lisboa, foi por assim dizer o nosso *insight* metodológico que nos levou a procurar um direccionamento temporal, espacial e estratégico específico relativamente às técnicas metodológicas a serem utilizadas. Estando estes acontecimentos a ocorrer à escala transnacional e a acontecer em simultâneo também

on-line, a recolha metodológica tornou-se necessária também a esse nível, como anteriormente mencionado.

A presença no local dos acampamentos teve a função de observar o que lá se passava, munida de uma observação crítica, participativa e neutra⁴⁵, mas não passiva. Da presença na praça do Rossio, originou-se um diário de campo etnográfico, com o relato dos 12 dias de acampamento, com a preocupação em descrever o contexto da apropriação do espaço público pelos jovens e a importância desta “cena do Rossio” para o entendimento geral do fenómeno estudado. Além disso, o contacto directo com os praticantes do IL permitiu conhecer o perfil social dos jovens que deste movimento fizeram parte. O diário de campo complementa desta forma o recorte metodológico, oferecendo, em conjunto com as entrevistas realizadas e a análise on-line, um recorte sobre o significado da produção cultural cívica a partir da transformação do espaço público em objecto cívico-cultural.

Relativamente às entrevistas, estas foram recolhidas durante os 12 dias em que estes jovens estiveram acampados na praça do Rossio. Através de entrevistas abertas e semi-estruturadas conseguimos recolher uma amostra de 20 entrevistados. Optámos pela entrevista face-a-face em detrimento da entrevista on-line por duas razões. A primeira foi aproveitar a minha presença enquanto investigadora no local físico da observação, o que viabilizaria a oportunidade de realizar uma entrevista face-a-face e permitira também reconhecer pessoalmente alguns dos jovens, para depois identificar os seus perfis na esfera on-line. A outra razão foi a de evitar os riscos inerentes a uma entrevistas feita on-line, onde o campo de observação é a internet, visto que em ambientes on-line há o risco da invisibilidade e variabilidade de papéis por parte dos utilizadores, podendo estes serem o que quiserem e responderem o que lhes convier no momento, já que dispõe do recurso da invisibilidade (Braga, 2008). As entrevistas e o diário de campo etnográfico fazem parte dos dados recolhidos off-line numa perspectiva mais qualitativa desta investigação.

⁴⁵ A palavra “neutra” é aqui empregada no sentido de que o investigador tome consciência do seu papel na cultura em que pretende investigar. A prática etnográfica não é realizada num vazio emocional, alheio a qualquer influência subjectiva. É uma prática nas (e sobre) as relações humanas e são estas relações que permitem distinguir sentidos e significados (Spradley, 1980).

As observações on-line e o registo documental dos fluxos de informação e artefactos produzidos pelos IL, seguiram em simultâneo com a presença nos acampamentos na praça do Rossio. Quanto ao tempo de recolha dos dados, definimos que a nossa amostra on-line ficaria sujeita inicialmente ao período dos acampamentos entre Maio de 2011 e Julho de 2011 e ao período subsequente entre Agosto de 2011 e Outubro de 2011, totalizando um período 6 meses para análise do material. Passado o período de recolha on-line estabelecido, demos continuidade à observação on-line entre Novembro de 2011 e Agosto de 2012. O objectivo não foi recolher mais dados on-line, mas ir tomando notas pessoais dos acontecimentos e andamento do grupo sobre as actividades na internet, a título de salvaguardar eventuais novos contextos de observação que pudessem surgir e que viessem a ser adicionados ou complementados na investigação. Esta observação posterior permitiu-nos fazer o ponto da situação da acção dos *Indignados* Lisboa após o período dos acampamentos, que será descrita no final do trabalho.

Relativamente à recolha e tratamento dos dados on-line, entre os métodos de pesquisa para os ambientes em que a comunicação é mediada pelo computador, como os *sites* de redes sociais, aquele que mais se aproximou de forma adequada e eficaz a este trabalho foi o método netnográfico (Kozinets, 2010), que com a ajuda de ferramentas on-line de monitoramento de redes sociais⁴⁶ permitiu-nos estruturar uma amostra tanto qualitativa, através da observação não-participante, explorando conteúdos e comentários, quanto quantitativa, através de gráficos gerados por *software* capaz de identificar e medir o nível de interacção entre os participantes no Facebook e os artefactos que nesta rede são produzidos ou apropriados.

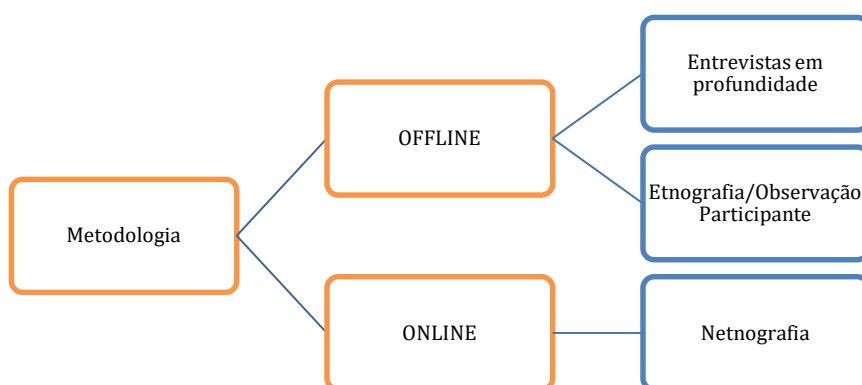
Entre os canais analisados on-line, escolhemos a página representativa dos *Indignados* Lisboa no Facebook “Democracia Verdadeira Já” com 6.324⁴⁷ membros. A página foi criada em 30 de Abril de 2011, poucas semanas antes do início oficial do período dos acampamentos em Lisboa. Na recolha de dados on-line, a netnografia é a primeira ferramenta na condução metodológica para este meio. De acordo com a investigadora brasileira Adriana Braga (2008), a aplicação de técnicas de inspiração etnográfica, investindo em observação directa para colecta de dados, visa a construção

⁴⁶ Utilizamos o Simple Measure: www.simplemeasure.com

⁴⁷ Número relativo a Junho de 2012.

de um relato acerca de uma situação comunicacional de âmbito microsocial, em que interessa a circunstancialidade, o ocorrido. Recorremos em parte ao método da etnografia virtual ou *netnography* para proceder com a análise dos dados, seleccionando apenas os procedimentos que nos convinham e de acordo com a dinâmica das actividades do grupo.

Em relação ao grupo estudado, sabe-se que não havia até à data de início dos acampamentos qualquer ligação anterior entre a grande maioria dos jovens que se disponibilizaram a mobilizar-se e integrar o movimento dos *Indignados* em Lisboa. Por essa razão o cruzamento das técnicas metodológicas faz sentido e torna-se necessária, de modo a captar de maneira alargada não apenas a utilização da internet em si, mas as aspirações individuais destes jovens quanto ao seu papel na sociedade e motivação em integrar este movimento juntamente com outros jovens desconhecidos. Apresentamos então um esquema que resume a combinação das técnicas metodológicas realizadas no nosso trabalho de investigação, e que passaremos a desenvolver nos próximos capítulos:



2. Estudo de caso: os indignados lisboa

Os *Indignados Lisboa* (IL) são um movimento social que se considera parte de um movimento maior com dimensão global. Este movimento foi formado em Maio de 2011, por um grupo de jovens portugueses e também espanhóis que resolveram solidarizar-se com os jovens acampados em Madrid na praça *Puerta del Sol*, encontrando assim inspiração no movimento já consolidado em Espanha. Assim, rapidamente jovens portugueses deram início à iniciativa em Lisboa, primeiro, criando a página intitulada “Democracia Verdadeira Já!”, homónima da então criada versão em espanhol “Democracia Verdadera Ya!”. A plataforma social Facebook passou a ser ponto de convergência informativa sobre o movimento, bem como canal aberto para adesão de mais adeptos.

Posteriormente, no dia 15 de Maio de 2011, têm início os acampamentos na praça do Rossio, sendo assim chamada de “Acampada Lisboa”. As pessoas que estiveram envolvidas na Acampada Lisboa formavam assim a versão do movimento *Indignados* em Portugal. O movimento local tinha como bandeira de reivindicação a ocupação contínua do espaço público através da praça principal do Rossio na zona histórica de Lisboa. Neste local passou-se a realizar informalmente várias actividades políticas e culturais alternativas. Diariamente eram realizadas na praça assembleias populares com a abertura para se discutir diversos temas que afligem não somente a sociedade portuguesa, mas outras sociedades a nível global, tais como a crise económica, entrada do FMI em Portugal, dificuldade dos jovens portugueses de inserção ou estabilidade no mercado laboral. O movimento dos IL nasce diante de um contexto de insegurança económica e política em Portugal onde estavam a ser aplicadas medidas de austeridade, desde Março de 2010, e que se foram intensificando de forma gradual até ao momento da génese dos IL.

Os objectivos principais do movimento eram ocupar o espaço público e criar um lugar democrático no espaço ocupado. A sua acção principal foi a criação de assembleias populares, com o propósito de promover o diálogo político ao nível do cidadão individual, de modo a evitar criar um grupo fechado ou uma organização hierárquica. Face a uma enorme afluência à assembleia popular, os IL decidiram criar posteriormente duas novas assembleias em bairros de Lisboa, uma em Benfica e outra

na Graça. Para além desses e de outros grupos locais criados por iniciativa dos IL, outros grupos de cidadãos contactaram os IL no sentido de obter assistência para formar as suas próprias assembleias populares. Foi assim que o movimento de origem transnacional desenhou o seu contorno de acção local.

Outro objectivo secundário, que surgiu para os IL, foi o desenvolvimento de assuntos que eram debatidos nas assembleias populares. Assim, tornou-se fundamental para o grupo a pesquisa sobre temas ligados a políticas públicas, produção e difusão de conhecimento sobre esses temas. Para atingir este objectivo, foram formados grupos de trabalho que tinham o propósito de desconstruir algumas matérias públicas vindas dos meios de comunicação social e escrever relatórios com as conclusões que seriam depois publicados na internet, especificamente no Facebook e no blogue.

Relativamente à Acampada Lisboa, foram 12 dias de acampamentos, período em que o espaço público da praça do Rossio se tornou numa cena de pessoas indignadas. A praça tornou-se um ponto de encontro entre jovens e pessoas que se aproximavam para inteirar-se do que se estava a passar e também para participar e apoiar a iniciativa dos mais jovens. Portanto, a Acampada Lisboa é parte da estratégia off-line dos *Indignados* que, entre a praça e a internet, mantinham tanto a identidade local como global do movimento.

Através do *Facebook*, chegavam fotos e vídeos partilhados por pessoas presentes na praça. Os comunicados oficiais e agenda do grupo também eram todos divulgados on-line. Com o início dos acampamentos o movimento criou dois manifestos oficiais divulgados no blogue (acampalisboa.wordpress.com) com o objectivo de instituir a identidade do movimento. O primeiro dedicado a descrever o propósito dos acampamentos em Lisboa, o segundo, divulgado, inclusive após a acampada, onde o “nós” é representado por cidadãos portugueses que nutrem o sentimento de indignação em relação ao país. Nota-se que o primeiro manifesto tem um carácter mais global enquanto que o segundo abrange contornos mais locais, muito em função das assembleias de bairro terem sido constituídas e priorizado os problemas a nível mais local.

“Este Manifesto encontra-se em processo de elaboração e aberto a propostas. Não é um documento definitivo.

1º Manifesto do Rossio

Os manifestantes, reunidos na Praça do Rossio, conscientes de que esta é uma acção em marcha e de resistência, acordaram declarar o seguinte:

Nós, cidadãos e cidadãs, mulheres e homens, trabalhadores, trabalhadoras, migrantes, estudantes, pessoas desempregadas, reformadas, unidas pela indignação perante a situação política e social sufocante que nos recusamos a aceitar como inevitável, ocupámos as nossas ruas. Juntamo-nos assim àqueles que pelo mundo fora lutam hoje pelos seus direitos frente à opressão constante do sistema económico-financeiro vigente. Não somos contra a política mas não representamos nenhum partido ou sindicato.

De Reiquiavique ao Cairo, de Wisconsin a Madrid, uma onda popular varre o mundo. Sobre ela, o silêncio e a desinformação da comunicação social, que não questiona as injustiças permanentes em todos os países, mas apenas proclama serem inevitáveis a austeridade, o fim dos direitos, o funeral da democracia.

A democracia real não existirá enquanto o mundo for gerido por uma ditadura financeira. O resgate assinado nas nossas costas com o FMI e UE sequestrou a democracia e as nossas vidas. Nos países em que intervém por todo o mundo, o FMI leva a quedas brutais da esperança média de vida. O FMI mata! Só podemos rejeitá-lo. Rejeitamos que nos cortem salários, pensões e apoios, enquanto os culpados desta crise são poupados e recapitalizados. Porque é que temos de escolher viver entre desemprego e precariedade? Porque é que nos querem tirar os serviços públicos, roubando-nos, através de privatizações, aquilo que pagámos a vida toda? Respondemos que não. Defendemos a retirada do plano da *troika*. A exemplo de outros países pelo mundo fora, como a Islândia, não aceitaremos hipotecar o presente e o futuro por uma dívida que não é nossa.

Recusamos aceitar o roubo de horizontes para o nosso futuro. Pretendemos assumir o controlo das nossas vidas e intervir efectivamente em todos os processos da vida política, social e económica. Estamos a fazê-lo, hoje, nas assembleias populares reunidas. Apelamos a todas as pessoas que se juntem, nas ruas, nas praças, em cada esquina, sob a sombra de cada estátua, para que, unidas e unidos, possamos mudar de vez as regras viciadas deste jogo.

Isto é só o início. As ruas são nossas”

“MANIFESTO DOS INDIGNADOS LISBOA

Somos pessoas comuns. Pessoas com deveres , direitos e responsabilidades. Pessoas que se levantam todas as manhãs para estudar, trabalhar ou procurar emprego. Pessoas que têm família e contas para pagar. Pessoas que trabalham arduamente para proporcionar um futuro melhor àqueles que os rodeiam.

Este é um movimento aberto, apartidário e não-violento , com uma estrutura horizontal sem líderes. Condenamos de forma clara o sistema político, económico e social. Recusamo-nos a ser escravos e reféns de uma classe política privilegiada e corrupta, de um sistema eleitoral

fechado às pessoas, e de uma economia de mercado sem regras nem ética, que a todos nos deixa indefesos e sem voz.

Defendemos uma democracia verdadeira assente nos seguintes princípios e normas de funcionamento:

1. - Estabelecimento gradual de uma democracia participativa em que sejam as pessoas a tomar as decisões relevantes para si próprias.
2. - Reforma da lei eleitoral de modo a que:
 - O voto de todos os portugueses tenha o mesmo valor e representatividade.
 - As eleições não sejam um exclusivo de partidos mas permitam candidaturas de cidadãos e colectivos.
 - Os mandatos sejam revogáveis, o programa eleitoral seja vinculativo e a sua alteração só possa ocorrer mediante referendo.
3. - Fim dos privilégios da classe política (reformas, imunidades, etc). Rigor nas incompatibilidades no exercício de cargos públicos e moldura penal agravada para os crimes cometidos no desempenho destas funções.
4. - Transparência em todos os actos do Estado e acesso dos cidadãos a toda a documentação sobre contratos, receitas e despesas públicas.
5. - Acabar com as práticas públicas de favorecimento dos interesses privados que atravessam o Estado. Regulação efectiva das entidades financeiras (banca, seguradoras, etc), de forma a evitar a especulação dos mercados.

A responsabilidade de refundar a democracia, de construir um mundo diferente, mais justo, mais solidário, recai sobre todos nós. Juntos em Portugal, unidos a todos os que no mundo resistem e se revoltam, devemos lutar por resgatar aquilo que quase já se perdeu - a dignidade humana.

O futuro é de todos nós: dos nossos avós, dos nossos pais, e sobretudo dos nossos filhos”.

Assim, a escolha dos IL como estudo de caso para esta investigação prende-se com o facto de ser um exemplo paradigmático do panorama actual e por ter surgido no decorrer deste trabalho de investigação. Através da triangulação metodológica (entrevistas, análise on-line e diário de campo) que propomos, a ser explorada nos próximos capítulos, oferecemos com este trabalho diferentes perspectivas deste movimento, desvendando o uso da internet enquanto artefacto cívico e activista, abordando directamente os jovens através da entrevista, investigando o perfil dos mesmos e suas motivações pessoais e por fim uma abordagem etnográfica de um diário de campo de 12 dias que traz de que forma o espaço público da praça foi apropriado pelo movimento e transformado em artefacto simbólico e cívico.

Conclusão

A partir da discussão apresentada ao longo deste capítulo sobre a opção metodológica qualitativa e a internet enquanto campo de pesquisa, o objectivo foi expor o nosso percurso metodológico, que se foi moldando igualmente no decorrer desta investigação. Considerando que o foco teórico-metodológico desta pesquisa se centra no estudo das interações no ambiente on-line, em conjugação com a sua expressão off-line, apresentámos os diferentes recortes metodológicos aplicados, na tentativa de chegarmos a um objecto de estudo concreto que se alinhasse com as hipóteses previamente pensadas sobre a utilização da internet como ferramenta de participação cívica e activista.

O método da etnografia on-line foi a nossa abordagem metodológica para interpretar o comportamento dos utilizadores on-line. Discutimos alguns exemplos do uso deste método nos estudos em comunicação mediada por computador, assim como algumas problematizações sobre o papel do investigador nesse contexto. Conforme foi visto, as análises netnográficas podem variar ao longo de um espectro que vai desde o envolvimento participativo intenso até à mera observação, completamente não-intrusiva.

Apesar da netnografia ser a opção metodológica que melhor atende aos interesses do cibercampo, as dificuldades e constrangimentos são inerentes à pesquisa no ambiente on-line. Da mesma forma que a comunicação mediada por computador corre na trilha das inovações tecnológicas, as metodologias utilizadas para a pesquisa nesta área seguem o mesmo caminho e precisam ser constantemente revistas para que permaneçam pertinentes e actualizadas, de acordo com as dinâmicas de sociabilidade da rede.

Por outro lado, se as dificuldades e constrangimentos são inerentes à pesquisa on-line, esta não pode ser desconsiderada completamente da forma como ocorre off-line, em especial quando as actividades dos participantes, como é o presente caso, são expandidas para espaços físicos fora da internet. Assim, apontámos possíveis caminhos

por nós percorridos até chegar ao nosso recorte metodológico final, construído em paralelo com os acontecimentos sociais em tempo real dos *Indignados* Lisboa.

Em relação à metodologia off-line, foi elaborado um diário de campo etnográfico baseado na observação participante a partir da presença do investigador no local das práticas e, subsequentemente a esta observação, resultou na recolha dos depoimentos dos jovens participantes, através da realização de entrevistas. A recolha “off-line” sustenta a triangulação metodológica proposta neste trabalho com o objectivo de articular as práticas off-line com as on-line. Esta estratégia permitiu-nos obter uma análise dos significados das práticas observadas e do fenómeno estudado as quais iremos descrever nos capítulos seguintes.

PARTE III

#Resultados da Pesquisa

Capítulo 5 - Descodificando as práticas on-line

1. Partilha, mobilização e debate

Na parte que compete à análise on-line focamos a atenção na rede social *Facebook* como caso particular para maior compreensão do uso da internet no contexto da cultura cívica on-line e do activismo praticado pelos *Indignados*. A recolha dos dados on-line foi feita em duas etapas. A primeira com o suporte do *software* de rastreamento *Simple Measure* para identificar os tipos de conteúdos ou artefactos produzidos na página estudada, que compõem os elementos de uma cultura cívica on-line e interacção entre os utilizadores. A segunda foi feita manualmente através da recolha de *posts* e comentários agrupados em categoriais descritivas de análise. Assim, baseámo-nos na observação e descrição das actividades feitas pelos utilizadores da página para demonstrar de que modo as ferramentas on-line dão sentido às práticas activistas e participação política.

Relativamente ao Facebook, Murphy (2012) afirma que actualmente esta plataforma social on-line lidera o *ranking* das redes sociais, apresentando o mais elevado número de utilizadores, tráfego e acesso. Actualmente existem cerca de 400 milhões de utilizadores activos no Facebook⁴⁸. Enquanto *social network site*, o Facebook permite aos utilizadores construir um perfil público, privado ou semi-privado, partilhar ou não as suas redes de contactos, visualizar a lista de contactos de suas conexões de amigos e com os mesmos partilhar informação ou convidar para eventos (boyd & Ellison, 2007).

A proliferação destes ambientes virtuais no suporte às redes de conexão entre pessoas veio alterar a forma como os indivíduos se relacionam entre si, bem como a noção de público e privado que nesta rede social já não encontra muitas barreiras. A crescente popularidade do Facebook junto dos jovens, bem como o uso desta plataforma social para a mobilização, tem sido fulcral em termos de análise, quer pela

⁴⁸ Dados disponível em: www.socialbakers.com

hegemonia desta rede, quer pela preferência da maior parte dos utilizadores jovens em utilizar esta plataforma. Elencámos um conjunto de funcionalidades existentes no Facebook que são também artefactos de produção de uma cultura cívica on-line que permite disseminar fluxos de informação, partilha, mobilização e debate:

Constituição de página oficiais - As páginas caracterizam a identidade de uma marca, produto, causa ou movimento presente no Facebook. Este é, por sua vez, o canal de conexão entre os actores envolvidos e propriamente o meio onde se obtém informações actualizadas sobre actividades e conteúdos com outros membros.

Constituição de grupos - Esta ferramenta possibilita que se criem grupos para se discutir uma temática específica. Os mesmos podem ser do tipo grupos abertos, onde não se necessita requerer uma autorização dos administradores para participar, fechados (requerem autorização) ou secreto (apenas para convidados). Os grupos secretos não aparecem na lista de busca do Facebook. No entanto, esta plataforma social permite que se altere as configurações de grupo para fechado-aberto, aberto-secreto e vice-versa.

Fig. 6 - Grupo “Protesto geração à rasca e o dia seguinte” no Facebook



Partilha de ligações, fotos e vídeo - As partilhas são feitas em qualquer página do Facebook entre os membros que destas participam. Quanto à tipologia dos conteúdos, poderão ser partilhados *links* de reportagens e blogues nacionais e estrangeiros. Recursos multimedia, fotos e vídeos podem ser partilhados directamente na página do Facebook. Os vídeos e as fotografias partilhadas constituem um recurso visual importante, pois dão a conhecer as realidades de outras localidades, mostrando

muitas vezes uma perspectiva particular de um determinado facto.

Publicação de comentários – Os comentários dão suporte e visibilidade às reflexões individuais e registos da colectividade. Através dos comentários obtém-se uma visão global da diversidade de opiniões entre os participantes, além de estender o fluxo informativo através de *hiperligações*.

Adicionar 'notas' – Este recurso permite a adição de pequenos textos, reflexões ou observações que podem ser comentados pelos seguidores da página.

Criação de eventos – O Facebook oferece a possibilidade de criar e gerir eventos que dizem respeito às actividades do grupo. O recurso dos eventos sociais permite que haja uma emigração daquilo que é decidido ou deliberado na esfera on-line para o circuito off-line. Os eventos, em termos de mobilização off-line, são a ferramenta mais importante presente no Facebook, pois através deste recurso os membros podem convidar outros membros da sua rede e alargar o laço conectivo com outras pessoas e estender as relações mantidas on-line para a esfera off-line.

O Facebook, plataforma social com a qual trabalhamos, é entendido tanto como artefacto de mobilização quanto espaço de cultura cívica on-line. Enquanto artefacto, esta plataforma social, no contexto particular dos *Indignados*, é uma ferramenta importante na disseminação de informação, agregação de interesses e mobilização colectiva para o espaço off-line. Em termos de cultura cívica on-line, o Facebook caracteriza-se como um espaço de comunicação mediada por computador (CMC) que permite vários tipos de interacção a nível instantâneo, através de *chats* integrados e recursos de áudio e vídeo. O alto fluxo de informação e conteúdo presentes nesta plataforma social gera o que Raquel Recuero (2003) denomina de *webrings*.

A autora considera que os blogues são extensões de uma identidade individual no ciberespaço. Recuero (2003) argumenta que cada blogue traz em si a ideia de um indivíduo, o bloguer, aquele que se manifesta através do blogue. Em cada um destes blogues é comum encontrarmos uma lista de outros blogues que o bloguer lê e recomenda. Sendo quase como uma "vizinhança" no ciberespaço (Recuero, 2003: 7).

Além disso, a ferramenta de comentários permite que o blogue seja um espaço de discussão e interacção mútua, capaz de gerar laços sociais e, também, comunidades. São os laços criados que a autora chama de *webrings*. Da mesma forma, a rede social

Facebook encaixa-se na concepção de *webring* proposta pela autora. A ideia de “ring” aplica-se a um círculo de pessoas com interações mútuas na rede, numa mesma plataforma social, através de ferramentas integradas, *posts* e comentários. Os membros de uma comunidade no Facebook são representados pelos seus perfis individuais, pelos comentários e *posts* que fazem, constituindo assim fluxos de informação que se cruzam com outros fluxos (idem, 2003:8). De forma ainda mais eficaz do que no caso dos blogues, a socialização decorrente das interações ocorridas no Facebook pode ser sistematizada na ideia de *webrings* de Recuero, dado que o mesmo notifica rapidamente os seus utilizadores sobre qualquer tipo de acção feita nesta rede e das conexões de que o indivíduo faz parte.

O Facebook é uma plataforma social com múltiplas funções que permite aos utilizadores partilhar diferentes tipologias de conteúdos. Uma página no Facebook não é de maneira nenhuma estática, tal como os blogues, pois gera constantemente novos fluxos informação através dos *feeds*⁴⁹ de notícias.

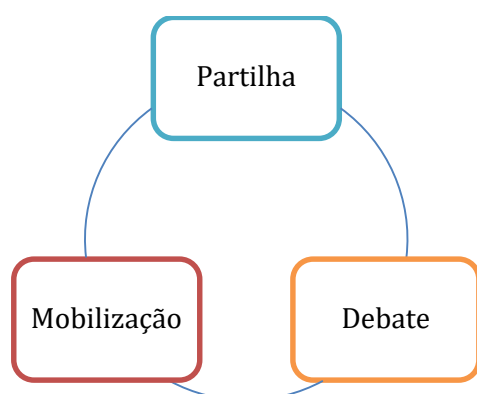
Assim, para recolher os dados na página do Facebook e descodificar as práticas online dos *Indignados* Lisboa optámos pela chamada observação não-participante ou técnica do *lurking*, cuja tradução literal é ficar à espreita: “(...) os ambientes interaccionais existentes na internet caracterizam-se pela ausência física dos utilizadores visitantes, sendo possível tornar-se invisível enquanto utilizador” (Braga, 2008: 88). Para a autora, visto que a condição que possibilita a realização do trabalho do etnógrafo é a imersão combinada à experiência efectiva da participação no ambiente pesquisado, o *lurking* torna-se peculiar na medida em que, em termos de presença/ausência, a informação acerca da presença do observador não está disponível aos demais participantes, como sugerido por Kozinets (2010).

O próprio Facebook, já surgiu com a característica própria do *lurking*, uma vez que permite a observação de perfis e páginas sem que sejamos reconhecidos. Ao clicarmos no botão “gostar” de uma determinada página ou perfil pessoal de uma determinada pessoa, estamos com isso a activar o *feed* de notícias e passamos a receber todas as informações e actualizações realizadas nesta página ou perfil. Através do *feed* de

⁴⁹ O *feed* de notícias é uma lista em actualização permanente com as histórias das pessoas e Páginas que um utilizador segue no Facebook. As histórias do *feed* de notícias incluem actualizações de estado, fotos, vídeos, ligações, atividade de aplicações e gostos.

notícias também será possível receber actualizações de pessoas com as quais não mantemos nenhuma conexão directa.

A escolha da observação não-participante, enquanto método de análise específica para a página dos *Indignados* no *Facebook*, deu-se pelo facto de não estarmos a lidar com uma metodologia restrita ao domínio on-line. Ou seja, no nosso caso, por não se tratar de uma análise exclusiva na internet e pelo facto de a investigadora ter tido a oportunidade de conhecer alguns dos participantes dos *Indignados* pessoalmente, através das entrevistas feitas off-line, não houve portanto a necessidade de uma apresentação oficial ao grupo, mesmo porque houve um certo receio de poder constranger a espontaneidade do grupo. Assim, visando a preservação das interações espontâneas entre os participantes na página no *Facebook*, optou-se por realizar o trabalho utilizando a técnica de *lurking* com o objectivo de descrever o uso desta rede social on-line como forma de artefacto das práticas entre os participantes. O termo *participação*, neste trabalho, é compreendido de forma alargada e aberta, dado que se considera relevante o uso das plataformas digitais e os novos modos de participação cívica por parte dos jovens (Bennett, 2008). Entendemos assim que os contornos principais de uma cultura cívica na esfera on-line, em termos de participação e interacção, passam por *partilhar*, *debater* e *mobilizar*:



Partilha

A publicação ou *post* numa página no Facebook é o conteúdo que será partilhado entre membros e administradores da página. É possível partilhar vários tipos de

conteúdos, tais como textos, *links*, fotos e vídeos. No Facebook toda publicação é passível de comentários, onde as pessoas opinam, concordam, criticam, elogiam, discutem sobre o que foi partilhado. A interacção na página dos *Indignados* constroi-se de acordo com textos, *links*, vídeos e fotos partilhadas no mural, gerando assim uma discussão entre os membros numa espécie de debate ou *webrings* (Recuero, 2003).

Em geral, tudo o que se partilha no mural desta rede social on-line gera automaticamente comentários relacionados com o conteúdo da publicação. Adriana Braga (2008) classifica os comentários como *thread*⁵⁰, que além de ser uma das formas mais comuns de interacção no *Facebook*, faz com que o seu conjunto, agrupados numa mesma publicação a propósito de um assunto, possibilite uma análise da interacção entre os utilizadores desta plataforma social ligados a uma mesma página. No conjunto de comentários de uma página, é possível observar diálogos inteiros, trocas comunicacionais das mais variadas formas.

Debate

Os comentários gerados através da partilha são chamados de *debate*. As postagens feitas na página do *Facebook* têm o intuito de lançar informações e temas a serem discutidos através das opiniões e comentários dos membros, deixando aberta a possibilidade para que uma determinada conversação se estenda. Comentar uma publicação é dar uma opinião e expressar uma ideia a ser partilhada por todos e com isso gera-se o debate.

No seu mais recente livro sobre conversação nas redes sociais on-line, Raquel Recuero (2012) define que as conversações não são pré-construídas pelas ferramentas digitais, mas sim apropriadas pelos actores sociais que lhes fornecem sentido e que as adaptam para as suas práticas (Recuero, 2012:21). Segundo a autora, para que uma conversação ocorra é preciso que algumas condições sejam estabelecidas entre os utilizadores da página de modo a haver entendimento do contrato de fala e de leitura. A ocorrência de uma conversação necessita, por exemplo, segundo Recuero, de compreensão e legitimação dos enunciados dos demais participantes no diálogo. No caso da página Democracia Verdadeira Já, os membros reconhecem-se entre si, estão

⁵⁰ Este termo é desenvolvido por Rutter & Smith (2002) que se refere a um conjunto de comentários motivados por dado assunto em interações on-line.

indignados e admitem fazer parte de uma “geração à rasca”. Logo, quando são utilizados termos como “parvos”, “crise”, “à rasca”, estes são imediatamente aceites e compreendidos por todos.

Ao constatar que a conversação em rede faz uma apropriação da linguagem oral, a autora destaca que uma das primeiras apropriações dos participantes em interacção é o uso dos caracteres simbólicos que dispunham para, justamente, criar formas de simular elementos não-verbais, a exemplo do uso de *emoticons* (conjuntos de caracteres do teclado que simbolizam expressões faciais) e da *hashtag* (encurtamento de expressões no *Twitter*, acompanhada do símbolo #).

No *Facebook*, uma conversação pode ser iniciada tanto através de um *post* como de comentários, extendendo assim o debate. Novos comentários podem surgir depois mesmo de algumas horas e dias da sua data original de publicação, tudo isso pelo facto da configuração técnica do *Facebook* permitir que se acedam às informações em ordem cronológica de publicação, ficando estas informações disponíveis na página de forma continuada. Do ponto de vista da análise e recolha dos dados on-line, este mecanismo de activação de *post* e conversas continuadas facilita o trabalho do investigador, pois este pode aceder a qualquer momento aos históricos das interacções, eliminando desta forma as barreiras temporais em que um conteúdo foi publicado.

Mobilização

A mobilização on-line é aquela que se origina através de comentários, partilhas e debates. É portanto o resultado dos inúmeros fluxos de conteúdos e actos de deliberação acordados entre os membros em rede. A mobilização para qualquer tipo de acção pressupõe concordância entre os participantes para que um acto se realize (protestos, passeatas, petições, etc).

A grande manifestação intitulada de “Protesto da Geração à Rasca” contou com uma rede solidária de jovens portugueses unidos por um reconhecimento identitário de jovens precários, “à rasca”. De acordo com Stuart Hall (1997), o indivíduo pós-moderno assume uma identidade⁵¹ “móvel” e “temporária” (Agier, 2006) uma

⁵¹ Para uma discussão sobre identidade ver capítulo 2.

possibilidade dentre as múltiplas possíveis de acordo com o momento e o local. Segundo o autor, isto ocorre porque a construção da identidade se dá pela interacção com os outros e pela forma como imaginamos sermos vistos por outros ao longo da vida, constituindo um processo em constante mudança e formação (Hall, 1997:39).

A mobilização off-line planeada no contexto das tecnologias digitais é o acto que interconecta o on-line com o off-line, desenhando assim práticas cidadãs de mobilização colectiva. No caso dos *Indignados*, e também de uma maneira geral, os protestos são acordados, em primeiro lugar, no *Facebook* com o suporte dos eventos sociais e depois materializadas no espaço físico das ruas. Qualquer utilizador activo poderá criar um evento social e extendê-lo a uma grande rede de pessoas. Os eventos sociais, portanto, fazem a conexão com o off-line no contexto da utilização do *Facebook*. A criação de eventos a partir do *Facebook* pelo movimento dos *Indignados* em Lisboa teve uma adesão positiva dos jovens que atendiam em sua maioria à solicitação on-line para sair às ruas. Ainda assim, é de se esperar também que nem todas as pessoas que confirmaram a presença no evento on-line, participem de facto presencialmente.

Os eventos sociais, portanto, fazem a conexão com o off-line no contexto da utilização do *Facebook*. Esse mecanismo de utilizar uma chamada mobilizatória é sem dúvida uma mudança de paradigma na forma como se participa civicamente através do intermédio das novas tecnologias. Ao se criar um determinado evento, os convidados ficam a receber actualizações dos preparativos e podem ainda aceder à lista de convidados, bem como convidar outras pessoas de sua rede.

2. Dinâmica quantitativa das interações on-line

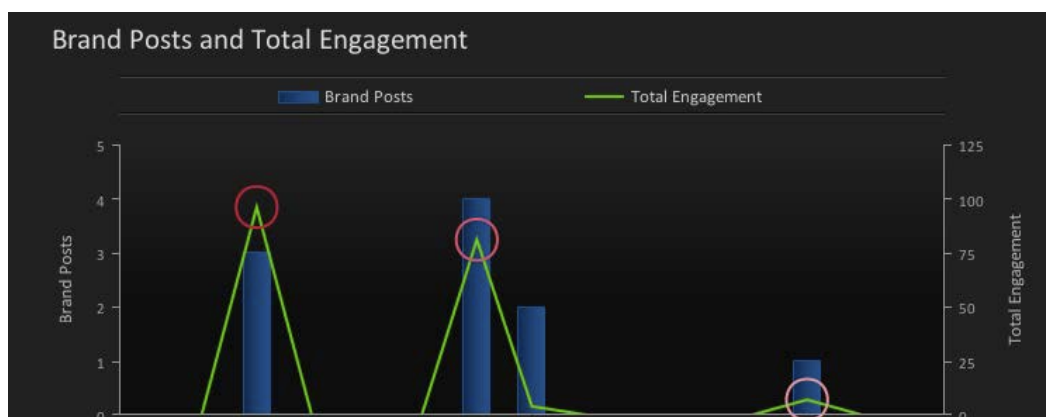
Com o suporte do *software* mencionado, *Simple Measure*, foi possível relacionar a tipologia dos conteúdos publicados em combinação com o nível de interacção entre os participantes para o período pretendido. A interacção é uma categoria mensurável e obtida pela soma de gostos ou *likes*, comentários e partilhas (*Likes + Comments + Share*). Em primeiro plano o *software* deu-nos o resultado global para o período de análise trimestral entre Maio e Julho de 2011 e posteriormente Agosto e Outubro de

2011.

Para o primeiro trimestre, o resultado gerado pelo *software* durante este período revelou que as publicações no mural (*brand posts*) feitas pelos administradores são quase que directamente proporcionais ao nível de interacção (*Engagement*), ou seja, de modo geral, quanto maior o número de *posts* maior será o nível de interacção entre os participantes (Figura 8). No entanto, relativamente ao primeiro mês, o número de *posts* na página “Democracia Verdadeira Já” foi maior do que o número de interacções. Esse resultado é compreensível pelo pouco tempo de criação da página on-line e, portanto, a sua pouca visibilidade.

Já no mês de Junho a relação *post versus* interacção mostrou um significativo aumento, em primeiro lugar, pelo crescimento natural e tempo de evolução da página relativo a oito semanas, em segundo, pela repercussão do movimento na esfera pública e consolidação dos acampamentos na praça do Rossio. Estes factores contribuíram para uma maior visibilidade pública e exposição do movimento, o que atraiu um maior número de adeptos on-line. No último mês observado, o nível de interacção entre os membros superou o número de postagens feitas pelos administradores da página. Essa leitura indica que houve mais comentários e partilhas do que postagens.

Fig.7 - Postagem versus interacção



Outro dado que o *software* utilizado revelou foi relativo à tipologia dos *posts* mais activos na página dos *Indignados Lisboa* para o período analisado. A partir deste resultado foi possível identificar que tipos de artefactos ou conteúdos eram mais frequentes e passíveis de interacção. Os conteúdos com maior nível de interacção (*Likes + Comments + Share*) foram os de tipo multimedia, que incluem fotos e vídeos conforme figura 8:

Fig. 8 - Tipologia dos conteúdos e interactividade



Os *links* também fazem parte da tipologia de conteúdos identificados pelo *software* neste quadro. Durante o primeiro trimestre analisado, os *links* foram os conteúdos menos partilhados quando comparados aos conteúdos multimedia, nomeadamente as fotos e os vídeos. Relativamente à tipologia dos *links* partilhados, verificou-se que se tratava tanto de ligações locais como internacionais, como *sites* de notícias e blogues, mas sobretudo foram encontradas também ligações a páginas de fotos e vídeos.

Fig. 9- Tipologias dos *links* partilhados no mural

Top Links in Brand Posts			
Links	Posts	Total Engagement	Clicks (bit.ly)
http://libcom.org/blog/bangladeshi-...	1	52	NA
http://www.leparisien.fr/bretagne/v...	1	42	NA
https://fbcdn-photos-a-a.akamaihd.n...	1	14	NA
https://www.diagonalperiodico.net/p...	1	10	NA
http://5dias.wordpress.com/2013/11/...	2	9	NA
http://vimeo.com/59838835	1	8	NA
http://goo.gl/maps/dsh7T ,	2	8	NA
https://twitter.com/northaura	1	7	NA
https://fbcdn-photos-h-a.akamaihd.n...	1	6	NA
http://porto24.pt/porto/13112013/es...	1	5	NA

No segundo rastreio feito pelo *software* relativo ao segundo trimestre da análise correspondente a Agosto de 2011 e Outubro de 2011, houve um aumento significativo, tanto na quantidade de *posts* publicados diariamente, quanto a nível da interacção entre os membros das páginas.

Fig. 10 – Aumento quantitativo de *posts* e interacção on-line após os acampamentos



De acordo com a estatística gerada pelo *software*, o aumento das postagens na página no Facebook é relativamente maior do que o trimestre anterior. Quanto à interacção total dos participantes, houve variações crescentes e decrescentes ao longo deste período. Conforme a ilustração do gráfico, o conteúdo multimedia voltou a ser o artefacto com maior presença nas postagens, seguido dos *links*.

Em termos de conteúdos multimédia, nomeadamente as fotos e os vídeos, estes materiais foram bastante partilhados na página on-line do grupo. As fotografias, enquanto relato visual dos acontecimentos, bem como os vídeos, eram produzidos na sua maioria com o recurso aos telemóveis de alguns presentes na praça do Rossio. Sobre o potencial das redes móveis, Friedman (2011)⁵² argumenta que o baixo custo da internet móvel usada em *smartphones* transformou o mundo de conectados a “hiper-conectados”. Desta forma é possível criar uma rede colaborativa de partilha de imagens que regista e relata visualmente o que se passa no ambiente fora da internet.

Assim, baseando-nos nestas estatísticas, podemos afirmar que os maiores níveis de interacção on-line na página do Facebook dos *Indignados* provêm de conteúdos multimedia, videos e fotos.

3. Diálogo e capital interactivo

Os media digitais fazem parte de um mundo social, político e cultural mais amplo, que começam a fazer parte do tecido da vida quotidiana dos indivíduos e se entrelaçam com a experiência dos grupos, organizações e instituições. A internet, enquanto artefacto, poderá ser utilizada de vários modos, influenciando estratégias e tácticas postas em prática na vida quotidiana dotando-a de sentido. A cultura cívica como base fundamental das trocas, comunicação e engajamento político (Dalghren, 2010) tem nos seu princípios a dimensão da participação dos indivíduos visível e que se torna uma expressão de *civic agency*. Neste sentido, a cidadania não é concebida como um status mas resulta de um agir social da parte do cidadão, através da sua participação activa na sociedade.

O ambiente on-line oferece um grande potencial cívico, por colocar à disposição dos utilizadores uma ampla gama de formas participativas, que definimos de “práticas cívicas”. A questão da política e do envolvimento em questões sóciopolíticas que se coloca aqui refere-se ao envolvimento dos cidadãos em questões de assuntos público,

⁵² Friedman, T. L. A Theory of Everything (Sort Of). *The New York Times*. 13/08/2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/08/14/opinion/sunday/Friedman-a-theory-of-everyting-sort-of.html>> Acesso em: 15 agosto de 2011.

ou seja, a política entendida como debate sobre questões de carácter público, discutidas nos espaços públicos e sociais.

A ideia de democracia deliberativa, como discutido no primeiro capítulo, é aquela centrada nos sujeitos. Trata-se de um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, onde os envolvidos justificam de forma racional as suas posições, demonstrando respeito mútuo no âmbito de um processo discursivo em que são apresentadas pretensões de validade concorrente (Cohen, 1998).

Um processo político centrado na conversação é a base desse modelo de democracia. No que compete a novos espaços de conversação on-line, a internet chega mais uma vez para facilitar essa conversação, dadas as características participativas, interactivas e pluralistas deste meio, mobilizando uma grande variedade de linguagens e discursos, com significados simbólicos e políticos também muito distintos. Portanto, é legítimo falar num tipo de potencial deliberativo da internet quando este meio se apresenta não apenas enquanto canal de informação em larga escala, mas sobretudo pela forma que assume nesse processamento, numa base de maior interactividade, participação, acessibilidade (centrada no utilizador) e colaboração (redes de partilha de serviços sociais e de produtos culturais dos mais diversos tipos) (Esteves, 2011:32).

O *Facebook* é um espaço de conversação por excelência que permite aos seus utilizadores gerar um fluxo de debate contínuo através de comentários e partilhas. É nesse aspecto que o processo de produção discursiva gerada no Facebook pode ser considerado como uma modalidade de participação política. Bakardjieva (2010) utiliza o termo “subactivism” para descrever aquela forma de participação cívica que tem lugar entre as pessoas na sua vida quotidiana, onde as regras são colocadas em discussão, contestadas e negociadas. Observando e analisando os conteúdos produzidos e partilhados na página Democracia Verdadeira Já (DVJ), extraímos, através das postagens e dos comentários, os debates e conversações por trás dos fluxos dos conteúdos presentes nesta página.

3.1 Reconhecimento social

Os primeiros *posts* publicados no Facebook na página DVJ foram feitos com o objectivo de consolidar e definir a identidade do movimento no local em consonância com o global. Segundo Dalghren (2009), para a cultura cívica ser validada é preciso que os indivíduos se transformem em cidadãos activos de forma a reconhecerem-se a si mesmos como membros e potenciais participantes no desenvolvimento da sociedade. Portanto, houve uma preocupação nos primeiros *posts* em definir e localizar o movimento em Lisboa em relação às outras cidades do mundo:

"Somos tunis wisconsin tahrir março londres damasco atenas sol
Declaramos guerra à austeridade, à precariedade e ao medo.
Combateremos nas ruas das nossas cidades.
Combateremos de amor ao peito.
Somos o mundo livre.
Somos a Resistência."
Postado em 19 de Maio de 2011

"Enquanto há força No braço que vinga. Que venham ventos virarnos as quilhas seremos
muitos seremos Alguém!"
Postado em 20 de Maio de 2011

Castells (2012) refere-se à internet como espaço de autonomia, sendo este meio a principal forma espacial de apropriação dos movimentos sociais em rede, estruturados localmente e interconectados globalmente. A conexão global entre movimentos sociais compreende um agir em conjunto, manifestações conjuntas e problemas compartilhados, formando um rede solidária :

"Temos vários nomes. Indignados, movimento 15M, movimento Occupy... Não importa como nos chamam. Somos uma quimera, temos uma aparência híbrida, mas queremos o mesmo: mudar o sistema"
Postagem em 20 de Outubro de 2011

O reconhecimento social transnacional do movimento dos *Indignados* ("Somos Tunis, Wisconsin, Tahrir, Março, Londres, Damasco, Atenas, sol") pode ser visto à luz da teoria social do reconhecimento que tem Axel Honneth (2007) como seu principal adepto. O autor argumenta que a base fundamental da interação social é o conflito, a luta por reconhecimento. O seu objecto central, portanto, é o conflito social. Honneth afirma que a luta por reconhecimento é "o elemento no qual se movem e se

constituem a subjectividade e a identidade individual e colectiva” (Honneth, 2007: 112). Esse espírito de luta é igualmente detectado no conteúdo das postagens dos *Indignados* Lisboa, no sentido de validar e reconhecer o movimento, a partir da tomada do espaço público:

“15 de Maio foi o início de muita coisa. Tomemos as praças, companheiros!”
Postado em 21 de Maio de 2011

3.2 Solidariedade internacional e local

O reconhecimento social do movimento *Indignados* oferece condições necessárias para o agir cívico, criando possibilidades interactivas eficazes através da solidariedade e modos de produção cultural mediados pelo digital. Entretanto, a génese deste movimento configura-se dentro de uma lógica dual entre o global e local, on-line e off-line. Portanto, estas duas realidades são também levadas em conta na produção e partilha de actividades e fluxos informativos on-line. Desta forma, encontramos conteúdos na página DVJ que versavam sobre temas locais, misturando-se com os de carácter internacional:

“Hoje à tarde (18h), em Lisboa, uma vigília em solidariedade com o povo grego em frente à Assembleia da República”
Postado em 13 de Junho de 2011

“Hoje, 1º de Maio, em Nova Iorque. Quem disse que o movimento Occupy morreu? Está bem vivo, e a preparar-se para uma grande PRIMAVERA! US is on for the May 12!”
Postado em 1º de Maio de 2011

“No Rossio, na Praça do Povo, com as Eleições em Espanha”.
Postado em 22 de Maio de 2011

“No Porto desde 20 de Maio estamos acampados na Praça da Batalha por uma verdadeira democracia, por uma sociedade mais solidaria, mais justa e mais feliz!”
Postado em 23 de Maio de 2011

“Amanhã, saíamos à rua em todo o território português! Vila Real, Porto, Coimbra, Braga, Lisboa”.

Postado em 24 de Novembro de 2011

“9, 20, 21 e 22 de Abril - acções em solidariedade com o Es.Col.A do Alto da Fontinha um pouco por todo o país! “

Postagem em 23 de Abril de 2012

3.3 Partilha, informação e consumo

Os media digitais, com maior força a internet, têm relevância cada vez maior na participação na vida política e também na constituição de meios alternativos de comunicação. Assim, especificamente no estudo de caso observado, a internet é para o movimento um canal único de transmissão de informação, tanto interna quanto externa, moldado aos diferentes artefactos disponíveis (Facebook, *e-mails*, fóruns, listas de discussão, etc.). Enquanto meio alternativo interno e de divulgação da informação, a internet é igualmente utilizada por movimentos sociais, em especial os mais recentes (Primavera Árabe, Indignados) para se obter informações sobre outras acções e protestos (Valenzuela, 2012).

Fig. 11 – Agenda internacional



Democracia Verdadeira, JÁ
13 de Novembro de 2011

Sunday, November 13th: Meeting on Mumble with activists around the World .
19:00 (UTC+0 Canarias)
20:00 (UTC+1 España)
14:00 (UTC-5 New York/DC)
13:00 (UTC-6 Chicago,Texas)
12:00 (UTC-7 MST, Arizona...)
11:00 (UTC-8 California)
the google doc for the meeting: https://docs.google.com/document/d/1B4ebLcyh58twOkUEtgNDaXkMZFrN-XxONFrUYp6dj8/edit?hl=en_US

To download Mumble & more information:
<http://mumble.noc4net.com/>

Minutes of the last meeting: https://docs.google.com/document/d/1CdO1f4beLgHMINyqSFi63keBL5G08qtSqxelcK794c/edit?hl=en_US

Do ponto de vista da comunicação externa, encontra-se a relação que os IL mantêm em especial com a Comunicação Social. O enquadramento noticioso dos meios de comunicação social em Portugal atende a interesses diferentes dos integrantes do movimento.

“NÃO SE CANSEM DE PARTILHAR ...

Enquanto a população continua a ser hipnotizada através da TV (informem-se acerca deste fenómeno), as elites que querem controlar o mundo prosseguem com a implementação dos seus planos macabros, designadamente redução da população mundial em 2/3”

Democracia Verdadeira já, post no Facebook em 20 de Junho de 2011

Apesar disto, o movimento dos *Indignados* conquistou, não só em Lisboa, capital simbólico e tornou-se fonte de informação jornalística tendo sido publicitado quase diariamente. A observação contínua, feita na página dos *Indignados* em questão, permitiu perceber a relação entre as actividades do grupo e os meios de comunicação social. Toda a vez em que os *Indignados* ganhavam aparição pública no rádio, na televisão e nos jornais os membros da página partilhavam os respectivos *links* dos conteúdos onde o movimento tinha sido notícia. Neste aspecto, Aourag & Alexander (2011) argumentam que os *mass media* podem ter relativa importância no impacto da visibilidade da cobertura em protestos organizados.

A comunicação oficial dirigida aos jornalistas e media era realizada pelos IL através do recurso dos blocos de anotações on-line integrados ao *Facebook*. Este recurso serve para escrever textos mais longos, destacar uma actividade ou informação. No contexto dos *Indignados* estas notas foram utilizadas estrategicamente para manter a relação com os meios de comunicação social, os “comunicados de imprensa” para divulgar publicamente as actividades do grupo off-line relativo ao conteúdo das assembleias e organização de passeatas, de modo a manter a exposição também nos meios de comunicação social através do acesso disruptivo⁵³, na tentativa também de poder vir a ser noticiado:

Fig.12 - Comunicado de imprensa

⁵³ O acesso disruptivo é o recurso daqueles que intencionam ter um espaço de visibilidade mediática na agenda dos meios de comunicação social e para isso lançam mão da interrupção através do conflito materializado em acções e protestos como uma forma de conseguir maior visibilidade das suas propostas. Ver referida discussão no capítulo 3.

M19 | dia 3 – COMUNICADO DE IMPRENSA: “Não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir!”

21 de Maio de 2011 às 7:04

M19 | dia 3 – COMUNICADO DE IMPRENSA: “Não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir!”

21 de Maio de 2011

Activistas em vigília na Praça do Rossio apelam à participação da população.

Está marcada para hoje, na Praça do Rossio, pelas 22 horas a III Assembleia Popular decorrente da solidariedade internacional que já conta com 548 concentrações espalhadas um pouco por todo o mundo.

Desde quinta-feira que um grupo de cidadãos se vem juntando em frente ao consulado espanhol, em protesto contra a qualidade da democracia, as condições de vida, a precariedade, tendo em vista a reinvenção da política.

Durante esta madrugada foram tomadas as seguintes decisões:

1- Aprovação do manifesto da Puerta del Sol (adaptado para a realidade portuguesa e que segue em anexo);

2- Convocação de vigília permanente;

3.4 Debate

Os comentários dos participantes no *Facebook* nas publicações partilhadas e observadas durante a análise formaram um material enriquecedor para a pesquisa e também do ponto de vista do debate on-line, pois trata-se de um espaço aberto para que um utilizador partilhe qualquer tipo de conteúdo, enaltacendo o debate como uma das formas de participação de uma cultura cívica de interacção on-line.

Na leitura de Dahlgren (2006; 2009), as culturas cívicas são complexas e multiformes. Não implicam homogeneidade entre os seus membros e as suas acções. Apontam para as diferentes formas de participação no quotidiano, nas instituições da sociedade civil, implicando engajamento no espaço público e envolvimento na actividade política. Um dos aspectos importantes no conceito de cultura cívica de Dalghen, é o diálogo entre estruturas sociais, como a família e as escolas, e sem esquecer outros factores como as relações económicas e de poder, o sistema legal, as estruturas de género e de etnicidade.

A internet, no papel de facilitadora do debate, ilumina aspectos essenciais na reflexão que envolve democracia, política e comunicação. O debate produzido na esfera on-line reconfigura o espaço público contemporâneo e a construção da opinião pública. A comunicação nesses espaços passa a ser pública e, no caso específico

estudado, trata-se de um lugar reservado aos jovens para debater questões que são do seu interesse, colocando-os diante da reflexão dos problemas sociais que os afligem.

É assim que na internet estão presentes diferentes formas de sociabilidade inerentes a um espaço público e de opinião pública que constituem a noção de públicos (Esteves, 2011). A noção de públicos, segundo João Pissara Esteves (2011), tem dois aspectos caracterizadores centrais: a dispersão física e o seu carácter simbólico. Quanto ao primeiro, pressupõe o estabelecimento de relações de interdependência entre os elementos constituintes, sem a necessidade de compartilhamento do mesmo espaço físico. O elemento simbólico é o carácter mobilizador dos indivíduos do público, ou seja, aquilo que faz sentido à subjetividade de cada um e mobiliza a discussão, a troca de opiniões sobre um tema. Portanto, a coesão não se refere à proximidade física, mas à vinculação simbólica estabelecida em torno de um tema ou assunto.

Para Esteves (2011), a acção social dos públicos é impulsionadora da modernidade ao tocar sensivelmente as estruturas sociais, impulsionar novas subdivisões simbólicas e reconfigurar as tradicionais (religiosa, económica, política, etc.), que resultam de um processo de comunicação constante. A comunicação é a própria razão de ser dos públicos, pois estabelece o elo entre os elementos destes, a partir de um tema ou assunto partilhado, ainda que saliente que ela não está isenta de tensões e discordâncias, que não são desintegradores, mas, pelo contrário, fazem parte da dinâmica do processo de constituição e fortalecimento do público (Esteves, 2011:140).

Segundo Esteves (2011), a comunicação é viabilizada a partir de dois elementos principais: a visibilidade do tema ou assunto, pois só a partir do reconhecimento de um tema é possível realizar a aproximação; e a produção de opiniões no interior dos públicos até a circulação mais ou menos generalizada da opinião produzida, resultante de um processo colectivo de produção:

“...Fora do Euro, JÁ! O interesse por uma moeda única mundial, um governo mundial, um tribunal mundial, uma polícia mundial..., não é nosso. É dos que neste momento ganham dinheiro com as empresas de rating e com resgates financeiros a países prisioneiros ...”

“Sair do Euro 'e idiota. Primeiro pelo seu poder e estabilidade (ou porque acham que mesmo com a crise o euro vale tanto face ao dolar?). segundo sair do euro agora seria idiota porque a nossa divida aumentaria 200 vezes! 1euro=200escudos”

“Caros "amigos", Neste mundo, cada vez mais só existem dois tipos de pessoas: as que "seguem a corrente" (já totalmente absorvidas pela "politica do medo" de que "não há vida para lá do EURO, da UE, ONU, e que acreditam que a vida é baseada em pedir empréstimos para comprar coisas que na verdade bem podes viver sem elas e que alimentam o monstro); e por outro lado, os que não se conformam com a expropriação sistemática dos direitos dos seres humanos por parte dos bancos, que maneateiam os politicos como marionetas. Creem sinceramente que pertencem à UE??? "Perdoa-os senhor, pois não sabem o que dizem". (vá, voltem lá para a vossa vidinha, liguem a TV.. pronto, já passou....)”

A opinião pública é, assim, essencialmente a opinião do público, produzida por um determinado número de pessoas e motivadora da acção colectiva. Neste sentido, os públicos preservam a individualidade dos seus componentes, que são agentes do discurso, acção em que há a expressão da subjectividade e da personalidade dos sujeitos. Sujeitos privados actuam em público, pelo interesse do público, esta é uma característica dos públicos modernos. Os públicos, então, são constituintes do espaço público, pois são a forma de sociabilidade que está na sua origem. É um espaço que não é propriamente físico ou territorial, mas simbólico, que surge da expansão dos públicos das sociedades modernas.

Esteves (2011) apresenta três práticas comunicacionais referentes ao espaço público e a opinião pública: publicidade, crítica e debate. A publicidade consiste em dar a conhecer, dar visibilidade à política para os participantes do espaço público. A crítica, no espaço público político, é garantia ética de justiça no que diz respeito aos consensos alcançados ao nível da comunicação pública. Já o debate, é a troca pública de razões para a constituição da opinião pública. Depende de publicidade e crítica para a efectividade da sua dinâmica. Nas palavras expressas abaixo, são endossadas as preocupações de mobilização e sensibilidade com as causas daqueles que estão inconformados, apresentando as suas críticas a fim de alcançarem um debate entre os participantes:

“Não é com manifestações pacificas que vamos a algum lado”.

“É com a nossa presença, e com as nossas vozes, que mudamos algo, a violência nunca falou mais alto, nem resolveu qualquer situação”

“Teremos que continuar, nao desistir, nao baixar os braços, assim se faz as mudanças”

“De acordo com Andreia. Como o Ghandi derrotou o império britânico? A violência retirará toda a razão ao povo”

“Indignação é uma coisa, todos temos direito à indignação, mas violência é outra, que não leva a nada, não resolve problema nenhum e só gera mais violência”.

“E onde chegam os cobardes? Que o que tem sido o povo Portugues nos anos atrasados!”

No movimento dos IL os comentários partilhados entre os membros desencadeiam discussões alargadas e diferentes vozes sobre o tema. Os membros da página disseminam conteúdos que explicam os ideais do movimento, contestam relatos noticiosos dos meios de comunicação, denunciam irregularidades na disputa eleitoral, marcam protestos em locais públicos e, posteriormente, divulgam os registos destes.

Enfim, almejam visibilidade para sensibilizar e fazer existir no espaço onde a opinião pública se constitui, e pretendem constituí-la através do desejo comum identificado.

Post:

“Continuamos a recolher assinaturas para o manifesto. Hoje muita gente o subscreveu. Recolhemos também alguma dezenas de assinaturas na manifestação de 11 de Outubro, mas precisamos de muitas mais.

Lê o manifesto e se concordares com ele, não te limites a assinalar presença na página do evento. Subscreve-o, enviando o teu nome completo e nº de BI/CC por mensagem privada para mim, ou para a Lia Nogueira. Estamos a compilar uma lista de subscritores para acompanhar o manifesto, quando o entregarmos à imprensa na manifestação do dia 26. Estão também a ser recolhidas assinaturas na rua. Toda a ajuda é bem vinda. Quanto mais assinaturas conseguirmos, maior será o impacto!

Porque é urgente exigir!”

Post:

15 de Outubro - Torna-te consciente do teu poder!

“(IN) DIGNA-TE!”

“Vou partilhar e comentar no meu espaço”

“Não pude comparecer, mas o facto de a manif acontecer hoje levou-me hoje a procurar juntar-me como posso à indignação - aqui.

Não poderei comparecer, mas subscrevo o manifesto.

“Lá estarei!”

"Durante a noite serão formados grupos de trabalho para conversar, opinar, e conhecer as opiniões da pessoa do lado, e assim fazer crescer as conexões desta rede que já é imparável." Faz!"

"Importante conscientizarmos a Patologia do Poder para não sermos vítimas dos que estão lá nem dos que assumirem a liderança depois"

Post:

"BURLA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS",
por Ângelo Correia

Em Em Novembro de 2010, no 'Plano Inclinado' da SIC Notícias, Ângelo Correia afirmou que adquiridos são apenas os direitos como o direito à vida, o direito à liberdade, etc.. Defendeu que todos os outros direitos, ou seja, aqueles que custam dinheiro ao Estado, são direitos que "não existem", que estão dependentes da solidez da economia. Garantiu mesmo que a ideia de direitos adquiridos se trata de uma "burla".

No entanto, menos de um ano depois, a 23 de Outubro de 2011, quando questionado por uma jornalista da Antena 1 sobre a possibilidade de, em função do momento difícil que o país atravessa, abdicar da sua subvenção vitalícia de ex-titular de cargo público (quando, ainda por cima, trabalha no sector privado), Angelo Correia afirmou não estar disponível, por se tratar de um "direito adquirido" legalmente.

Aqui ficam os endereços para as respectivas páginas. Vale a pena ver e ouvir...

Comentários:

"Conheço a postura deste senhor no mundo dos negócios, ou pelo menos uns em que foi interveniente à uns anos... deplorável... Fazer-se valer pelo facto de ter sido ex-membro de um governo..."

"Este sr. Nao tem a mínima vergonha na cara...na Carlyle a ganhar fortunas e ainda pede esmola ao estado...falido"

"Cambada de "lambões"para não utilizar outro termo com igual terminação"

"Quem diz quando a economia é sólida? Quem diz se os direitos adquiridos são! quem diz se é burla ou não?"

"MAFIA Portuguesa... as caras (...do compadrio e tráfico de influências em Portugal), agarraram oportunidades milionárias em empresas privadas em troca de dívida e despesas futuras do contribuinte (DIVIDA PUBLICA...PPPs),... e ainda recebem BÓNUS, prémios do Estado - a pensão vitalícia que os políticos criaram para se auto-premiarem.....Incrível"

“O pessoal fala fala, mas nas próximas eleições vai ser do mesmo, tenham coragem o voto é uma arma e neste caso tem de ser usada para punir estes mafiosos que se serviram da política, ao invés de servir a política!”

“Só temos um exemplo a seguir o da islandia mas somos demasiado egoistas e com falta de civismo para podermos fazer por uma nova constituição poder as autarquias e aos municípios mas sem os presidentes que só servem para emperrar o sistema !!”

“Eu não sou contra a estas reformas desde que: Os mesmos tenham feito os devidos descontos. E que apenas tenham o direito de as receber após os 65 anos de idade. Mas será que é assim.... Será que o Passos vai dar um passo de Coelho e acabar com estas benesses a ver Vamos”

“Com a mentalidade que continuamos a ter no povo Português nada mudará nos próximos séculos. Em vez de usarem o direito e dever do voto, vão para a praia e vê-se na abstenção o que deu.... Os que votam em vez de tentar mudar já que são sempre os mesmos "PS, PSD, CDS" que o que fizeram foi enrrabar-nos a todos e enterrar o país nos ulimos anos, onde um dos principais responsaveis foi o senhor PM ex PIDE e la está ele no poleiro a cantar de galo por votos do povinho de calças para baixo prontos para esfregar a vaselina para mais uma enrrabadela e como se não bastasse foram enfiar lá o Senhor Pinoquio que diz e desdiz antes de pestanejar com o metodo de governação do tipo ah como não consigo governar a casa com o que tenho vou gamar ao vizinho aqui do lado”

Assim, como bem afirma Esteves (2011), é plausível afirmar que o espaço público moderno nasce de um impulso de sujeitos privados, que têm a oportunidade de publicitar a sua subjetividade e, concomitantemente, desenvolver a sua interioridade, e que atinge a sua maturidade a partir da assunção e reconhecimento da sua função política.

3.5 Actores sociais da mudança

As identidades colectivas referem-se à visão subjectiva das pessoas enquanto membros e participantes na democracia, agentes, estando muito ligadas às práticas e emoções (Dahlgren, 2009: 120). Ou seja, apresentam-se enquanto agentes da mudança social, funcionando melhor no contexto da colectividade. As práticas apresentam-se como sendo um dos passos seguintes no processo de participação,

corolário da cultura cívica protagonizada de diversas maneiras. A participação envolve um fazer, uma actividade que possa ser observável (Dahlgren, 2010: 2).

O que é importante destacar no movimento dos *Indignados*, é a percepção dos próprios jovens em relação à sua condição na sociedade e à descoberta do seu papel de actores sociais da mudança. Segundo a autora Regina Novaes (2010), os jovens cada vez mais reconhecem-se enquanto “sujeitos de direitos”, dado ao contexto histórico global de crise do trabalho e transições precárias de vida, surgindo na intersecção entre noções de direitos humanos e de cidadania, aliados ao direitos económicos, sociais, culturais e ambientais. É neste contexto que se apresenta a possibilidade dos jovens se verem como grupo com interesses comuns, accionando a sua condição de jovens sujeitos de direitos que levam ao espaço público as suas reivindicações e demandas culturais.

Os comentários feitos pelos jovens participantes na página dos *Indignados*, mostrou que há uma série de códigos de identificação da sua condição enquanto jovens portugueses e o que também unidos podem fazer. O emprego do verbo na primeira pessoa do singular, “eu”, ou do plural, “nós”, denota uma linguagem que parte da individualidade e é percebida por toda a colectividade:

“Eu sou parvo ou quê?”

“Enquanto há força no braço que vinga. Que venham ventos virarnos as quilhas seremos muitos seremos Alguém!”

“Somos o mundo livre. Somos a Resistência”.

“ Quero ser feliz porra, quero ser feliz agora!”

Os comentários também denunciam que os jovens sentem uma necessidade de expressar a sua condição e insatisfação com rumo do país, mas que também nutrem sentimento de esperança e de resistência. Se, por um lado, a condição juvenil de muitos jovens portugueses está marcada pelo desemprego e trabalho precário, provocada em grande parte pelas macro-estruturas e a crise socioeconómica, por outro lado, a mesma problemática social está a sensibilizar os próprios jovens, que diante de sua condição social, estão a disseminar as suas vozes na esfera pública.

Desta forma, estes jovens criam as suas próprias representações, formas de mobilização e cultura cívica no espaço on-line.

Os protestos dos *Indignados* em Portugal e noutras partes do mundo, onde a adesão de muitos jovens se faz sentir, mostrou que os jovens estão a desenvolver papéis de agência através da formação de redes solidárias. A identidade é um factor-chave para o entendimento da cidadania e dos jovens enquanto agência cívica. O *self*, como projecto reflexivo, aponta para que as identidades de pertença não sejam apenas produtos subjectivos dos indivíduos, pois também devem envolver um colectivo e a relação com mecanismos institucionais da sociedade.

Na esfera on-line os jovens encontram espaço para partilhar em comum não apenas as aspirações do grupo, mas também aquilo que produzem no contexto individual, por exemplo os blogues. Desta forma, é também um espaço de trocas do que produzem pessoalmente, partilhando opiniões com os outros membros da rede, deixando endereços de *links* para blogues individuais, criando assim uma espécie *webrings* dentro da própria rede.

“Denunciem!! Ajudem a espalhar!!! O próprio Estado está a ir contra direitos básicos que estão na lei!!!”

contrareaccionario.blogspot.com

“Resistencia. Una modesta contribución para compartir experiencias e intentar que no siempre seamos los mismos los que pagamos los platos rotos”.

lablogoteca.20minutos.es

“Grito de um povo adormecido.

Eu sou a voz do tuga, de todo o tuga que pelo governo é enrabado.

Aniquilador de filosofia que já não dá tusa.

Dou voz de um grito que foi abafado”.

miguelmakaveli.com

“A nossa luta é internacional”.

seueunaopuder.blogspot.com

“Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros.

Como diz a nossa Constituição: A organização económico-social assenta nos seguintes princípios: Subordinação do poder económico ao poder político democrático”

onzeonzeonze.blogspot.com

3.6 Mobilizar on-line, agir off-line

A mobilização on-line estende-se para dois fluxos de actividades, o primeiro para o espaço on-line e o segundo para o espaço off-line. As mobilizações on-line apelam para a participação, mediante a qual as pessoas partilham *links* de petições, convidam outras pessoas a integrar novos grupos e a acompanhar páginas à volta de determinadas discussões:

Fig. 13 – Mobilização on-line



“Uma vergonha!!!! Uma vergonha!!! Não aceitamos!!!
Hoje em Lisboa vem, vem mostrar a tua indignação e revolta!
Não conseguem despejar uma ideia!
18.30h - Rossio
20h - Lg. Camões”

Em relação aos espaços dos fluxos on-line e off-line, a internet, no que compreende as práticas activistas mobilizatórias, torna-se a principal mediadora das interações off-line. A página do Facebook dos *Indignados* é o canal de práticas da cultura cívica on-line, com capacidade de gerar internamente uma esfera de conversação e externamente estratégias de mobilização.

Este tipo de situação foi bastante observada através de *posts* cujo conteúdo fazia a conexão com situações em directo vindas do off-line. A instalação de uma câmara na praça do Rossio, no dia 23 de Maio de 2011, fez com que os dois espaços de fluxos se agregassem sem barreiras transponíveis. Um episódio a destacar sobre esta (inter)acção on-line e off-line diz respeito à chegada da polícia à praça do Rossio, na tentativa de intervir no movimento de ocupação da praça pública. Pediam-se com isso esforços para que a presença da polícias fosse fotografada e filmada, para posteriormente serem partilhadas on-line:

“Rossio, agora mesmo (livestreaming)”

Postado em 23 de Maio de 2011

“Milhares de pessoas protestam agora mesmo em NY”.

Postado em 1º de Outubro de 2011

“Neste momento milhares de pessoas em Madrid em frente ao congresso!”

Postado em 15 de Agosto de 2011

“A Polícia está neste momento a expulsar o movimento ocupar Lisboa de São Bento. Pedem-se reforços e pessoas para fotografar e filmar!”

Postado em 30 de Novembro de 2011

Em relação ao espaço entre o que se produz nas redes sociais on-line e as acções na rua, a comunicação mostrou ser complementar uma a outra. No local do acampamento foi instalada uma câmara conectada à rede *Livestream* para que os acontecimentos pudessem ser transmitidos on-line directamente na página do *Facebook*. Nesse sentido, verificou-se, no decorrer da análise, um constante uso do mural da página do Facebook para partilhar situações em directo. A necessidade de divulgar a acção imediata fez-se muito através do *Facebook*, recorrendo aos termos “agora mesmo”, “now”, “neste momento”, para indicar tanto um acontecimento local quanto global em simultâneo, como demonstra este trecho (“Neste momento milhares de pessoas em Madrid em frente ao congresso!”). A relação entre o on-line o off-line mostra que os dois contextos estão entrelaçados, sendo um dependente do outro. A internet, neste caso, funciona como um ponto de convergência entre os espaços on-line e off-line.

Da rua as actividades são transmitidas através de plataformas on-line e das plataformas on-line projectam-se acções nas ruas, mantendo-se o diálogo entre os participantes. Assim, a internet é um artefacto cultural da acção (Hine, 2000) e um espaço da cultura cívica em constante partilha de informação e movimento.

Os eventos sociais integrados ao Facebook são um recurso que em muito contribui para esta prática de mobilização off-line a partir do on-line. No total, em 2011 foram criados 18 eventos sociais na página “Democracia Verdadeira Já”. Em Lisboa foi realizado, no dia 15 de Maio de 2011, um evento com o título “A rua é nossa”, convocando pessoas a saírem às ruas em protesto, como parte da actividade dos *Indignados*, conforme ilustra a figura 14:

Fig.14- Primeiro evento dos Indignados no Facebook



Segue o trecho da chamada e roteiro do primeiro evento criado no *Facebook* dos *Indignados* Lisboa:

“A partir das 16h00 – Concentração no Marquês de Pombal 17h00 – Início da manifestação, rumo à Av. da Liberdade. Descida da Av. da Liberdade e chegada ao Rossio. Continuação da marcha em direcção ao Terreiro do Paço, Ministério das Finanças. Chegada ao destino segue-se uma pequena intervenção por parte de um dos elementos coordenadores, introduzindo temas pertinentes e iniciando a abertura da participação de diferentes pessoas. Intervenções dos representantes dos diferentes movimentos/grupos sociais participantes, com espaço aberto a todos os que queiram fazer uma comunicação”

Através do comunicado oficial, nota-se que o intuito do evento foi de reunir um número diferente de pessoas para se constituir um debate colectivo. Assim, com a estratégia de mobilização através dos eventos, chegamos à conclusão que o uso compartilhado da tecnologia, enquanto principal estratégia comunicacional, é efeito das transformações políticas, sociais e culturais oriundas da emergência da sociedade em rede. Concorde-se com Castells quando o autor afirma que sem meio de comunicação não há forma de adquirir ou exercer o poder (Castells, 2009). Compreendemos que a renovação e a reformulação de estratégias dos movimentos sociais ocorrem em função das possibilidades abertas e plurais dos novos media digitais (Bimber *et al.*, 2005). O desenvolvimento das novas tecnologias está, de certo modo, vinculado à renovação das formas de se expressar e representa o mais novo território de disputa e luta na sociedade (Castells, 2009).

Castells (2012) menciona as tendências que considera relevantes para o futuro da política informacional, entendida como a política transformada pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Na perspectiva deste autor, estas mobilizações realizadas na internet, em especial de forma apartidária, integram o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede, pois têm como finalidade influenciar dirigentes políticos da sociedade por meio da pressão política ou da inserção de novas questões (Castells, 2012: 411). A apropriação das redes digitais por organizações da sociedade civil, nas quais se inclui o movimento dos *Indignados*, tem gerado repercussão noutras esferas sociais – o que promove visibilidade, pressão e outras formas de actuação política na esfera pública.

É assim que a conexão com o off-line desenha um dinamismo social quase que instantâneo. O que se passa off-line é transmitido imediatamente para o on-line, através da partilha e da tecnologia móvel que permite a qualquer pessoa, munida do seu telemóvel com acesso à internet comunicar para o ambiente on-line o que se

passa no espaço físico. Os fluxos das acções online e off-line giram em circuito fechado e contínuo em torno dos seus próprios territórios espaciais, eliminando consequentemente as barreiras entre esses dois espaços no que tange ao modelo de organização e mobilização observado.

Conclusão

Neste capítulo, foram aplicadas técnicas de análise com o objectivo de desenvolver um método que nos permitisse explorar o significado da cultura cívica on-line na plataforma *Facebook* pelos IL. Orientando o foco para a utilização das ferramentas on-line para fins activistas, verificamos que partilhar, mobilizar e debater são os corolários de uma acção que podemos considerar cívica.

A primeira amostra do resultado empírico mostrou de que modo as interacções são feitas e as tipologias dos conteúdos partilhadas na página do *Facebook* dos IL. Desta primeira análise quantitativa extraída, os recursos visuais, como fotos e vídeos tiveram maior aceitação entre os membros da página. Os links também fizeram parte dos conteúdos partilhados, contudo, com menor relevância quando comparados com os recursos visuais citados.

A interacção on-line reforça os projectos políticos centrados nos sujeitos, tendo como base a conversação. É desta forma que a internet e as suas plataformas se caracterizam por possuir potencial deliberativo, onde a conversação é geradora de interactividade, participação, acessibilidade a informação partilhada em contextos microssociais relevantes.

As análises subsequentes feitas na página do *Facebook* estudada mostraram que os participantes constroem diferentes narrativas que suportam um reconhecimento social e a definição dos movimentos dos *Indignados* (“Somos tunis wisconsin tahrir março londres damasco atenas sol. Declaramos guerra à austeridade, à precariedade e ao medo”), solidariedade internacional (“Hoje à tarde (18h), em Lisboa, uma vigília em solidariedade com o povo grego em frente à Assembleia da República”). O debate construído a partir das conversações indicou que o mesmo serve de motor para a

reflexão, onde os membros podem discutir livremente determinados assuntos e por vezes, através do debate, deliberar acções.

As projecções das acções on-line e off-line são outro ponto a destacar. Os processos interactivos materializados na internet, estendem-se não apenas a este espaço mas também ao espaço off-line, com o qual interage continuamente. As ferramentas de interacção disponíveis on-line tornam-se artefacto da acção activista que produz fluxo de conversação, debate e informação contínuos, deliberando acções e criando um espaço de confluência entre a internet e a praça (e vice-versa), que caracteriza as novas formas de activismo, apropriando-se deste modo destes dois espaços (on-line e off-line).

A apropriação dos recursos permite ainda, em especial no espaço on-line, que se criem projectos autónomos, que fazem emergir o ponto de vista individual, proporcionando a troca de ideias e o debate através dos blogues, que serão partilhados para outras redes on-line numa dinâmica constante. Concluimos assim este capítulo com as práticas activistas e de participação dos IL on-line, bem como a forma como a internet e as plataformas sociais, nomeadamente o *Facebook*, se transformam em artefacto da acção política, criando uma cultura cívica baseada na conversação, debate e partilha.

Capítulo 6 - Descodificando as práticas off-line

1. Acampamentos e apropriação do espaço público

No dia 15 de Março de 2011 em Espanha, centenas de jovens saíram às ruas para uma manifestação pacífica reivindicando uma democracia mais participativa, protestando contras as medidas de austeridade económica e exigindo melhores condições sociais. A manifestação denominada de “Spanish Revolution” resultou num acampamento com várias tendas instaladas na Plaza del Sol, em Madrid.

No mês seguinte, em Portugal, no dia 15 de Maio, um grupo de jovens, entre eles portugueses e espanhóis, todos estudantes, decidiram prestar solidariedade ao movimento em Espanha e convocaram uma manifestação, utilizando o Facebook através da página criada pelo grupo com o nome “Democracia verdadeira Já”. O evento ficou marcado para o dia 19 de Maio de 2011, e neste mesmo dia os participantes concordaram que teria início o período de acampamento na praça do Rossio.

O termo *acampada*⁵⁴ surgiu em Espanha para se referir aos acampamentos montados em praça pública, como modo de protesto contínuo contra as políticas de austeridade e não só. Esses acampamentos são mais do que meras agregações de pessoas jovens – acabam por se tornar o centro de gestão deste movimento social que se organiza em várias actividades, em particular as assembleias populares, sua principal referência. A forma como os acampamentos se constituíram remete em alguns pontos a discussão das “cenas”, vista no primeiro capítulo, pela transformação e apropriação do espaço público, bem como a aglomeração de pessoas que neste espaço encontrava-se (Straw, 2006).

⁵⁴ Depois de Espanha, um pouco em todo o mundo Ocidental repetiram-se estes métodos de protesto, tendo daí nascido o movimento Occupy. O website *takethesquare.net* tem sido um instrumento fundamental na organização destes movimentos e existe no website muita informação disponível sobre as ocupações e acampamentos que existem ou existiram.

Por outro lado, os acampamentos instalados na praça do Rossio deram significados a uma nova performance de participação política, transformando o espaço público em artefacto político. As assembleias populares, realizadas diariamente, foram a forma de se apropriar do espaço público para instaurar o político e o debate colectivo para discutir temas e deliberar acções. De um modo simples, as assembleias populares são assembleias organizadas no espaço público, onde todos são livres de participar na discussão de matérias públicas. As assembleias têm providenciado um espaço político alternativo e de certo modo utópico. Por outro lado, a materialização dos esforços dos IL em transformar o espaço público em ágora política é válida a partir do momento em que oferece aos cidadãos uma possibilidade alternativa de discussão pública e ampliação de vozes. O activista Sveinung Legard (2011) afirma que as assembleias populares são parte constituinte das mobilizações públicas, pelo menos desde a Revolução Francesa. Em tempos mais recentes, as assembleias populares têm sido importantes na Europa, sendo talvez as de maior visibilidade pública as realizadas na praça Puerta del Sol, em Madrid, ou na praça Syntagma, em Atenas.

Habermas [1929] (1997) utiliza-se do conceito de autonomia introduzido por Kant e de modelo político de Rousseau para aprofundar a ideia de uma democracia deliberativa, fundamentada na ideia de que os direitos do homem só existem dentro da autonomia política. A acção comunicativa de que nos fala o autor seria aplicada num contexto de estruturação político e social, sob a forma de mediação comunicativa, reconhecimento mútuo do discurso de livre dominação, baseando-se assim na existência de um poder comunicativo. Portanto, as assembleias populares são um instrumento de reflexão dos cidadãos para assuntos públicos através da tomada de decisão colectiva validada pelo discurso.

Os media digitais, num contexto globalizado, têm relevância no modo como estes movimentos sociais emergem e se desenvolvem. Quando analisadas as redes de contacto internacionais dos IL, verifica-se que estas se fazem principalmente dentro do espaço ibérico. Movimentos como a *Democracia Real Ya!* são aqueles com os quais há contacto mais regular. Fora deste cenário, os contactos dão-se com movimentos e activistas de países cuja situação económica e política é semelhante àquela de Portugal, como a Grécia, a Islândia ou a Itália. Apesar destas conexões internacionais, os IL têm o seu foco no local pois é nas assembleias populares onde as pessoas

expõem seus problemas quotidianos locais.

Relativamente aos acampamentos e à ocupação da praça, o que consideramos inovador na acção dos *Indignados* é como o espaço público é apropriado e transformado pelo movimento. Ao longo de 12 dias, a praça do Rossio deu lugar a um espaço público transformado em político e de convivência social. Durante o período em que estiveram acampados realizámos uma observação contínua das actividades, do ambiente, dos comportamentos e fluxos interactivos, tendo como objectivo relatar e descrever os factos e transformá-los num diário de campo etnográfico que pudesse contribuir para a dinâmica do trabalho proposto.

Diariamente, as idas e vindas à praça resultaram num documento que podemos chamar de diário etnográfico, válido pela descrição da observação no local dos acampamentos.

O diário etnográfico é uma técnica que remonta aos estudos Antropológicos. Relativamente à etnografia, Lévi-Strauss (1975) destaca que esta consiste na observação e na análise dos grupos humanos nas suas particularidades a fim de reconstituir fielmente a vida de cada um deles. O conhecimento dos factos sociais só é possível a partir de uma investigação concreta e minuciosa dos grupos sociais, contextualizados no seu tempo e espaço. Como vimos no capítulo metodológico, a etnografia corresponde aos métodos e as técnicas que se relacionam com o trabalho de campo, a descrição e a análise dos fenómenos culturais particulares.

Tratando-se de um trabalho de investigação ancorado nas Ciências da Comunicação e Sociologia, o material que aqui expomos como diário de campo etnográfico não teve a pretensão de ser um trabalho⁵⁵ por excelência para os padrões da Antropologia. O nosso objectivo foi complementar e enriquecer a triangulação metodológica que este

⁵⁵ Malinowski realizou nas Ilhas Trobriand, no início do século XX, uma etnografia de campo que resultou na obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” publicado em 1976 e que apresenta sobretudo uma preocupação em detalhar os princípios fundamentais que compõe o método de pesquisa da antropologia moderna. Outras referências interessantes na aplicação do método etnográfico podem ser mencionados, por exemplo, M. Hammersley e P. Atkinson, escreveram uma boa obra geral: *Ethnography: principles in practice* (1995). Nigel Barley antropólogo britânico escreveu a obra *O antropólogo inocente*, 2006, que relata a sua viagem à África em busca de uma tribo chamada *dowayos*. Barley [1989] (2006), utiliza uma concepção que o faz romper com a estrutura clássica da escrita etnológica. Ele próprio insere-se na análise antropológica, trazendo para o texto dados ocultos na grande maioria dos trabalhos de investigação empírica, delineando um complexo e intrigante jogo de situações que se traduz num exercício reflexivo e comparativo entre a cultura europeia e a cultura Africana.

trabalho versa, apresentando a experiência da observação participante revelada através dos factos.

As visitas aos acampamentos eram feitas diariamente, no horário das 15h às 20h, período que inclui desde os preparativos para a assembleia popular até o término das actividades do dia. Durante a observação, as ferramentas de trabalho utilizadas foram um caderno, máquina fotográfica, um pequeno gravador e um telemóvel com acesso à internet.

1.1 Todos ao Rossio

Dia 20 de Maio de 2011

"Queremos uma mudança e vamos lutar por ela". Palavras de Esther, estudante espanhola de 24 anos. Pedro, 25 diz: "os interesses das pessoas estão a ficar para segundo plano". Conversas que se ouvia, vindas de um grupo de jovens, que incluía espanhóis e portugueses, em marcha pela av. da Liberdade, em Lisboa, rumo à praça do Rossio. No *Facebook* e *Twitter* a *hashtag* oficial #acampadalisboa já se havia propagado rapidamente. Assim, tornou-se oficial na capital portuguesa o movimento dos acampados. No dia anterior, 19 de Maio foi realizada uma concentração e assembleia popular no cruzamento da Rua do Salitre com a Avenida da Liberdade, em frente à Embaixada Espanhola. Nesta assembleia o grupo deliberou que ficaria marcada para o dia 20 de Maio uma concentração, às 18h na Rua do Salitre e depois seguiriam em marcha em direcção à praça do Rossio. As deliberações aprovadas em conjunto marcavam o início de um movimento inicialmente constituído on-line. Assim, jovens portugueses e espanhóis, entre 18 e 30 anos, encontraram-se para um propósito comum: ser solidários com os que estavam acampados em Madrid, bem como criar uma base de reivindicações para a situação de crise económica em Portugal.

O blogue já havia sido criado com o nome de "Acampada Lisboa". Os primeiros *posts* tiveram o propósito de explicar algumas regras de participação nos acampamentos. Antes da ocupação oficial da praça do Rossio, informações

importantes eram actualizadas no blogue. No primeiro *post* feito na página do blogue pedia-se aos participantes que levassem objectos como panelas, caçarolas, para fazerem algum barulho. Tendas e colchões também foram solicitados. No blogue pedia-se aos participantes que, ao divulgarem a acção do movimento nas redes sociais, fossem utilizadas as *hashtags* #acampadalisboa, #portugueserevolution, conforme divulgado:

Os participantes deverão levar objectos que façam barulho!

Para a concentração no Rossio, pede-se aos participantes que tragam tendas, sacos-cama, colchões, cobertores, almofadas, comida e outros mantimentos essenciais.

Pede-se também que tragam os seus dispositivos móveis com ligação à internet, para difundir os acontecimentos no Twitter (*hashtags*: #acampadalisboa e #portugueserevolution), no Facebook e através deste blogue (*retirado da postagem do dia 20 de Maio de 2011*)

Pouco antes das 18h do dia 20 de Maio, na praça do Rossio, quem por lá passava ouvia conversas de jovens em língua castelhana e portuguesa. Estudantes com mochilas às costas, ou simplesmente sem mochila, com roupas despojadas e chinelos, caminhavam ao redor da praça, muito à vontade. Enquanto uns se punham de pé a conversar com outros jovens, outros traziam cartolinas na mão enroladas numa fita e ficavam ali no chão a preparar cartazes com fotos, frases e desenhos.

Um quarto para às sete da noite. Caçaroladas em ritmo pulsante. Centenas de jovens desciam a Avenida da Liberdade em coro colectivo, dizendo em voz alta: “fora, fora, fora daqui. A fome, a miséria e o FMI”. Todos, gritavam, repetiam, cantavam enquanto tocavam os seus respectivos instrumentos e panelas. Os jovens traziam cartazes escritos em língua portuguesa e castelhana: “*A revolução está aqui e precisa de ti*”; “*Pienso, luego estorbo*”. Marcharam até à praça do Rossio com o trânsito a circular à volta. Chegaram finalmente à praça. Fim do trajecto. A praça do Rossio deu lugar à “orquestra de panelas”, apitos, chocalhos e bombos. Após alguns minutos de performance percursora, o grupo de jovens dispersa-se ao redor da praça. Há muito trabalho por fazer.

20h – Já não se ouvia o barulho do tambores, mas sim uma transformação visual na praça. Cartazes, muitos cartazes espalhados pelo chão, como se fossem ornamentos de decoração. A preparação para a chegada da “Acampada Lisboa” é vista por diferentes ângulos. Havia aqueles que em grupo menores conversam, discutiam a orientação do espaço, munidos de cadernos de anotações. Outros continuavam a elaborar novos cartazes e a escrever frases que lhes vinham à cabeça. Os colchões e tendas também estavam a ser preparados para a primeira noite passada do Rossio. Aproximei-me de um jovem que passava ao meu lado e perguntei-lhe:

- Vais dormir aqui hoje?
- Sim.
- Porquê?
- Isto é uma revolução e quanto mais pessoas se sensibilizarem para esta causa, vamos conseguir mudar o rumo das coisas.
- O que vais fazer no dia seguinte? Tens aulas, trabalhas...?
- Não, vou ficar por aqui na parte da manhã e depois logo vejo...

Fig. 15 - Agitação e barulho na chegada ao Rossio





Fig. 16 - Afixação de cartazes em volta da praça



21h - Às nove da noite, a praça encontrava-se com uma grande quantidade de pessoas, na sua maioria jovens, e muito deles também estudantes espanhóis residentes em Lisboa. A estátua de D. Pedro IV, monumento principal da praça, foi transformada em palco de comunicação para os presentes. Dentro de poucos minutos teria início a primeira assembleia popular.

Os organizadores do IL puseram-se de pé em cima da pequena escadaria do monumento de frente para o público presente. Arranjaram uma caixa de som, um candeeiro e um megafone para se comunicar com os presentes. Renato, de 24 anos, foi o primeiro a proferir palavras. Trata os presentes por “companheiros” e dá as boas-vindas às pessoas, na sua maioria jovens, presentes na praça. Em seguida passa o microfone para o “companheiro” espanhol. O rapaz de alta estatura, cabelos longos,

vestido com camisola azul, relata que ele e outros dois jovens também espanhóis estão, desde o dia anterior, a fazer vigília na praça do Rossio de forma independente. Durante a sua intervenção, o rapaz explica que o motivo de estarem ali presentes é um acto de protesto contra a crise económica, as medidas de austeridade, a corrupção, reforçando que se trata de um movimento de cidadãos comuns, apartidários a clamar por justiça e uma democracia mais verdadeira.

As primeiras intervenções que se seguiram tinham uma duração de cinco minutos. A euforia estava muito presente no discurso dos jovens, onde muito se ouvia termos como “esperança”, “desafio”, “sonhos”, “solidariedade”. O sentimento de revolta e indignação era contrabalançado com solidariedade e união. Entre os discursos havia alguns mais inflamados e outros mais centrados em passar uma mensagem de reflexão. Alguns eram improvisados no momento, outros já vinham escritos num papel. Por seu lado, as pessoas que ainda partilhavam o megafone de forma democrática para expressarem seus minutos de indignação, recebiam os aplausos da plateia ao fim de cada discurso.

“Eu acho que isso é inocência pensar que isso aqui possa ter representatividade no país. Isto nunca será a representatividade do país. Por muitas que sejam as pessoas que tenhamos aqui e espero que sejam muitas, nunca será a representativa inteira do país. O que está aqui em causa é de facto que este movimento é uma experiência de vida relacionada com aquilo que são os princípios da democracia e que nunca nos foi ensinado na escola. Nos habituamo-nos a um processo de construção de valores e isso aqui é a desconstrução destes falsos valores aprendidos”. *(Mauro, professor de Liceu)*

“Este é um problema de sistema económico e político que existe em nossos países... em todos, em Espanha, Portugal e na maioria dos sistemas políticos da Europa, então não podemos aceitar, temos que lutar, unirmos contra este sistema”. *(Isabela, estudante espanhola a viver em Lisboa)*

“O que é que está a acontecer por todo o mundo é a descrença no poder político partidário instalado, quer aqui em Portugal quer em Cabo-verde meu país, Moçambique, nos Estados Unidos, Brasil.... essa falta de confiança nos representantes políticos. E isso chama a atenção para uma problema muito grande, muito importante que é essa capacidade de reinventar a democracia directa, esta que nós estamos aqui a afirmar”. *(Estudante caboverdiana)*

“A melhor solidariedade é tomar as praças, tomem mais praças” *(Lia, integrante do grupo de trabalho da comunicação)*

Fig. 17 – Primeira assembleia popular no Rossio



21h45 Encerradas as sessões de microfone aberto, deu-se início à primeira assembleia popular. Tratando-se do primeiro dia, a assembleia foi transformada em vários discursos pessoais. A maioria dos presentes sentia a necessidade de expor as suas ideias e sentimentos. Outras intervenções focavam-se na questão da estrutura e organização do movimento para os próximos dias. Aqueles que apresentavam propostas eram convidados, no final da primeira assembleia, a ficar para desenvolver as ideias apresentadas.

Ao fim de quase uma hora, a praça já estava praticamente vazia. Os que ficaram foram portanto os jovens que se propuseram colaborar com o movimento e estruturar as propostas sugeridas em grupos de trabalho. Assim, todos estavam unidos e conscientes de que teriam muito trabalho ao longo dos próximos dias. Os grupos de trabalho foram a principal proposta aprovada de modo que para os próximos dias as sugestões colhidas durante a assembleia possa ser discutida e debatida. Também ficou decidido que os acampamentos iriam ficar na praça pelo menos até às eleições de 5 de Junho de 2011, o que mais tarde não viria a acontecer.

Fig. 20 - Jovens a discutirem o rumo do movimento



Fig. 21 - Algumas tendas montadas na praça



1.2 Apresentação do Manifesto

Dia 21 de Maio de 2011

15h - Segundo dia de visita à praça do Rossio. A identidade visual deste lugar modificara-se completamente. Para os turistas era motivo de curiosidade e pausa para fotografar o cenário. Novos cartazes e bandeiras aparecem em torno da estátua D. Pedro IV. O espaço foi bem dividido com propósitos específicos. Havia a zona da cozinha, improvisada com um pano, mesa, fogão e panelas. Em baixo da mesa, guardava-se os alimentos. Caixas de leite, arroz, enlatados. As doações dos alimentos vinham de toda a parte. Atrás da mesa, encontrava-se um jovem de 22 anos chamado Ricardo. Perguntei-lhe como haviam conseguido aqueles alimentos e disse-me que grande parte tinha sido trazidos pelas pessoas do movimento, mas que entretanto já se organizou uma comissão para ir pedir doações aos estabelecimentos mais próximos. “Toda gente está em solidariedade com as outras, com nós. Fome ninguém passa”. Afirma o rapaz.

Fig. 22 – Panelas na cozinha





Próximo da cozinha, encontram-se canetas, papéis, cartolinas, caixotes no chão. Era a zona de produção de cartazes, espaço dedicado a expressar a sua indignação através de letras e de desenhos. A criatividade é individual. Entre palavras rabiscadas no papel, a preocupação estava em demonstrar a solidariedade internacional com outros países, como bem se lia num cartaz: “Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal. A nossa luta é internacional”. Outras em tons mais irónicos: “Bancos salvais, pobres roubais”. Sentimento de esperança: “Sonhamos com um Portugal onde a verdade e o mérito sustentam a autoridade”

Fig. 23 – Zona da confecção de cartazes





O segundo dia de actividades para o movimento foi bastante intenso, entre modificar visualmente a paisagem e organizar a logística das actividades. Finalmente, por volta das 21h, teve início a segunda assembleia popular. Notou-se logo pela modificação da paisagem visual e a nova estrutura do palco das intervenções que o movimento se firmara no Rossio. No blogue do movimento e também no Facebook publicou-se que seria feita a leitura do manifesto durante a assembleia. Assim foi. Um jovem adulto, aparentando ter pouco mais de 28 anos, apresenta-se diante da audiência com o megafone em mãos. O manifesto é intitulado de “Manifesto Plural”. Antes de começar a leitura, o jovem rapaz de cabelo castanho escuro e barba no rosto, enfatiza que se trata de um documento em processo de elaboração, ficando aberto a propostas. Tem início a leitura do manifesto:

Primeiro manifesto do Rossio.

Os manifestantes, reunidos na Praça do Rossio, conscientes de que esta é uma acção em marcha e de resistência, acordaram declarar o seguinte:

Nós, cidadãos e cidadãs, mulheres e homens, trabalhadores, trabalhadoras, migrantes, estudantes, pessoas desempregadas, reformadas, unidas pela indignação perante a situação política e social sufocante que nos recusamos a aceitar como inevitável, ocupámos as nossas ruas. Juntamo-nos assim àqueles que pelo mundo fora lutam hoje pelos seus direitos frente à opressão constante do sistema económico-financeiro vigente.

De Reiquiavique ao Cairo, de Wisconsin a Madrid, uma onda popular varre o mundo. Sobre ela, o silêncio e a desinformação da comunicação social, que não questiona as injustiças permanentes em todos os países, mas apenas proclama serem inevitáveis a austeridade, o fim dos direitos, o funeral da democracia.

A democracia real não existirá enquanto o mundo for gerido por uma ditadura financeira. O resgate assinado nas nossas costas com o FMI e UE sequestrou a democracia e as nossas vidas. Nos países em que intervém por todo o mundo, o FMI leva a quedas brutais da esperança

média de vida. O FMI mata! Só podemos rejeitá-lo. Rejeitamos que nos cortem salários, pensões e apoios, enquanto os culpados desta crise são poupados e recapitalizados. Porque é que temos de escolher viver entre desemprego e precariedade? Porque é que nos querem tirar os serviços públicos, roubando-nos, através de privatizações, aquilo que pagámos a vida toda? Respondemos que não. Defendemos a retirada do plano da *troika*. A exemplo de outros países pelo mundo fora, como a Islândia, não aceitaremos hipotecar o presente e o futuro por uma dívida que não é nossa.

Recusamos aceitar o roubo de horizontes para o nosso futuro. Pretendemos assumir o controlo das nossas vidas e intervir efectivamente em todos os processos da vida política, social e económica. Estamos a fazê-lo, hoje, nas assembleias populares reunidas. Apelamos a todas as pessoas que se juntem, nas ruas, nas praças, em cada esquina, sob a sombra de cada estátua, para que, unidas e unidos, possamos mudar de vez as regras viciadas deste jogo. Isto é só o início. As ruas são nossas.

Aplausos, muitos aplausos para o primeiro documento que representa o propósito do movimento em Lisboa. O sentido de pluralidade expresso na leitura proferida é identificado através do “nós” em diversas condições: cidadãos e cidadãs, mulheres e homens, trabalhadores, trabalhadoras, migrantes, estudantes, pessoas desempregadas, reformadas. Além disso, a questão da solidariedade internacional é reforçada no manifesto quando é citado o nome de várias cidades significando que esta é uma “onda popular que varre o mundo”. O desemprego e a precariedade estão igualmente sublinhados no manifesto devido à crise financeira que atravessa os países citados no documento. Menciona-se a *troika*, o Fundo Monetário Internacional (FMI). Faz-se também um apelo à união entre as pessoas e a divulgação do documento.

Na sequência da assembleia foram apresentados os grupos de trabalho que se reuniram e constituíram na noite anterior. Para atender às diversas propostas, onze grupos de trabalho foram criados e um representante de cada grupo subiu ao palco para explicar aos presentes o que ficou decidido e o objectivo de cada grupo, a saber:

- Grupo de Trabalho Comunicação: responsável pela redacção dos comunicados de imprensa e divulgação dos mesmos no blogue e Facebook.
- Grupo de Trabalho Comunicação/WEB: Grupo responsável pela actualização das plataformas on-line em nome do grupo, nomeadamente o Facebook, o Twitter e o Youtube.

- Grupo de Trabalho Coordenação Interna: Responsável por toda a comunicação entre os grupos.
- Grupo de Trabalho Cultura: O grupo nasce com a proposta de se discutir cultura e também como interferir no movimento através de performance cultural.
- Grupo de Trabalho Inter(nacional) Lisboa: responsável pela mediação e comunicação com grupos de outros países e de outras cidades do país.
- Grupo de Trabalho Habitação: Responsável pela logística da praça e do espaço público, além de discutir temas como a moradia enquanto problema social.
- Grupo de Trabalho Jurídico: Relacionado com as questões de perturbação da ordem pública ou confrontos com a polícia.
- Grupo de Trabalho Mobilização Directa: Responsável pela organização de passeatas e actividades pelas ruas.
- Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Permacultura: Grupo dedicado a discutir questões sobre o meio ambiente e horticultura em Portugal.
- Grupo de Trabalho Rossio Contra a Dívida: Neste grupo, discute-se, propõe-se temas relacionados à situação económica e à crise financeira no país.
- Grupo de Trabalho Revoluções Árabes: exclusivamente para se discutir a situação naqueles países.
- Grupo de Trabalho –Soberania Alimentar: Temas como o preço dos alimentos ou mesmo a colecta de recursos para a acampada ficam a cargo deste grupo.

A constituição dos grupos de trabalho estruturou-se entre problemas e discussões, tanto a nível local (moradia, agricultura) como a nível internacional (revoluções árabes, dívida, FMI). Após a apresentação e explicação dos objectivos dos grupos de trabalho foi anunciado que esses grupos seriam abertos, podendo fazer parte dos mesmos todos aqueles os que estivessem interessados em colaborar.

22h – Após sessenta minutos de intervenção dos grupos de trabalho já se via o vazio tomar conta da praça. Por volta das 22h, apenas um grupo de cerca de 20 jovens permanecem no local em vigília para discutir e avançar com as propostas apresentadas no decorrer da assembleia, tal como na noite anterior. Aproximo-me

do grupo e pergunto quantos jovens vão dormir na praça hoje. Uma rapariga responde que cerca de dez dormem na praça. Eu pergunto-lhe se vai passar a noite na praça. Ela responde que já havia dormido na noite anterior e que fica agora só a acompanhar as orientações do grupo no fim da noite e durante o dia, mas depois volta para a casa.

Fig. 24- Vigília na praça



1.3 Definição das regras

Dia 22 de Maio de 2011

15h – Chego ao local da acampada à hora habitual, às 15 horas. Neste momento estão a finalizar um grande cartaz que diz: “Assembleia às 18h”. As assembleias agora vão ser realizadas mais cedo. Enquanto uns ficam na praça, outros saem em marcha em direcção à Praça da Figueira. O objectivo é divulgar a assembleia e fazer com que mais pessoas possam participar. O trajecto da caminhada tem início na praça da Figueira, seguindo pela Rua Augusta em direcção à Baixa-Chiado. À frente da marcha quatro jovens seguram o grande cartaz de divulgação da assembleia. Os outros seguem com cartazes e em coro uníssono.

Fig. 25 - Cartaz de convocação para a Assembleia popular



A passeata do grupo formada por 25 jovens desperta olhares curiosos dos comerciantes locais. Os jovens vão até às pessoas e distribuem panfletos informativos sobre a assembleia. Aproximo-me de um comerciante da Rua Augusta que observa a marcha do lado de fora do seu estabelecimento.

- O que é que o senhor está a achar disso tudo?
- Acho bem. Isto está tudo mal, principalmente para essa malta mais jovem.
- O senhor acha bem que fiquem acampados?
- Desde que se faça alguma coisa com isso...

Comparativamente ao dia anterior, uma observação mais atenta ao que se passa na praça e aos jovens que por lá circulam permite perceber quem são os mais engajados e activos no movimento. Estes são também os mesmos que dormiram ou continuam a dormir na praça. Ao meu lado, um rapaz de 18 anos, estudante universitário, natural de Cascais.

- Dormistes aqui?
- Sim.
- Como é essa experiência?

- Na primeira noite é que foi esquisito por causa das luzes que ficam acesas mas é bom estar aqui uma experiência que tem um propósito colectivo, claro que não é o mesmo que dormires na tua caminha...
- E durante a madrugada, à noite quando já há poucas pessoas na rua, o que é que ficam a fazer?
- Ficamos até tarde a discutir propostas, há pessoas que nem sequer dormem. Outras viram-se para o lado e metem-se a dormir.
- E pela manhã cedo, como é?
- Há pessoas que trabalham e vão directo para o trabalho, outros estão desempregados e ficam por aqui a trabalhar, a fazer algo pelo movimento.

18h- Terceiro dia de assembleia popular, desta vez com o novo horário. A primeira intervenção é a de um senhor, com aparência etária na faixa dos 40 anos. Agarrado ao megafone, começa a intervir com as suas palavras, demonstrando apoio aos *jovens indignados* na praça.

Estou aqui porque tal como vocês sei que a mudança é indispensável e nada é inevitável. Os milhares de pessoas que têm enchido a “Puerta Del Sol” não são gente radical e desesperada que não tem nada a perder, antes pelo contrário, são pessoas como nós de diferentes estratos sociais e faixas etárias que perceberam-se do que se está a passar em sua volta. e que perceberam o que se está a passar em sua volta, que sabem o que têm a perder se não fizerem nada, que querem ter uma voz na construção de uma nova sociedade e que mostra-nos pacificamente a sua indignação. É natural que tenhamos medo. É essa a arma dos que nos querem silenciar. Mas não podemos ter medo, porque temos a razão do nosso lado. Os poderosos é que devem ter medo. Devem ter muito medo. Por que o seu tempo acabou.

Entre um discurso e outro, alguém pega no megafone e fala sobre as condições de dormir na rua, pedindo a colaboração de todos para que o ambiente se mantenha limpo e sociável. Noutra intervenção um rapaz, de seu nome Pedro, ressalta que, até o presente momento, a comunicação social ainda não havia por lá passado, mais precisamente os canais de televisão portuguesa. Por isso, faz um apelo às pessoas

para que continuem a divulgar pelas redes de contacto no *Facebook* e nas redes pessoais o que se está a passar na praça do Rossio. Também se pede, noutras curtas intervenções, para que as pessoas tragam materiais como lençóis, alimentos, mesas, cadeiras, de modo a que a permanência no local se mantenha.

Relativamente à questão da comunicação e à exposição da “cena” do Rossio, é concedida a palavra a um jovem que tem a preocupação de expor a importância de se transmitir as assembleias em directo. Para isso será necessário que seja providenciada oficialmente conexão à internet e não apenas derivada dos telemóveis privados.

Eu acho que uma coisa fundamental e toda a gente já tem vindo aqui referir é participação. É necessário crescer e para crescer é preciso visibilidade, é preciso comunicar o que me leva a uma questão é que a maior parte do pessoal que mais força tem dado ao movimento está aqui, passa o tempo aqui e aqui não há internet. Ou seja, nós nem sequer podemos ter um *streaming* que seria passar o que se está aqui a passar. A maior parte das pessoas em Portugal não faz a mínima ideia do que se passa aqui porque as pessoas vêem televisão, vêem os jornais e o que aparece lá é: há um festivalzinho no Rossio. As pessoas não fazem a mínima ideia do que se está aqui a passar. Por isso eu acho que um ponto importante e uma proposta é uma equipa para pôr aqui internet, rápido. Outra coisa muito importante que eu também penso é decidirmos, acho eu, de uma maneira muito objectiva e clara o que é que pretendemos a curto prazo. Eu adoro estar aqui, o debate, eu sempre adorei falar com as pessoas e aqui é muito bom porque é um café muito grande. Mas se queremos uma democracia real, pá... eu sei que é um começo, mas eu acho que é importantíssimo definirmos de forma clara os objectivos. Vem aí as eleições eu não sei se não nos deveríamos focar um pouco agora...porque começar. Eu sei que vem mais uma manifestação mas tem que se está muito claro, porque estamos cá.

A pauta das intervenções que se colocam durante a assembleia é composta por temas que se interligam, como a intervenção do FMI em Portugal, desemprego e precariedade. Afim de melhorar a logística dos acampamentos e das actividades dos grupos de trabalho, ficou decidido entre os presentes que a gestão do tempo durante as assembleias passaria a ser mais organizada. Assim, ficou estipulado que:

- A apresentação da mesa moderadora passaria a ser feita em regime de rotação diária, representada por membros dos grupos de trabalho, sendo um ou dois moderadores para registo de inscrições, um ou dois relatores para tomar nota das propostas que vão aparecendo no decorrer da assembleia

- Leitura do Manifesto será feita todos os dias por pessoas diferentes antes do início de cada assembleia. O motivo é que há sempre gente nova a aparecer, além da contextualização necessária com informações sobre os acampamentos, etc.

- Ao fim as pessoas podem inscrever-se para a sua intervenção conforme texto lido durante a assembleia:

Ponto 1 (20 minutos)

Informações: os grupos de trabalho e acampados dão unicamente informações importantes alguém da assembleia pode dar informações e deve-se perguntar sempre se alguém quer dar mais alguma informação importante.

Ponto 2 (mais ou menos 90 minutos)

Trata-se de plenário de intervenção livre lembrando que as intervenções não deverão exceder os 3 minutos para que toda a gente possa falar.

Durante as intervenções, se surgirem propostas o interveniente deve comunicá-las, se quiser, ao relator o qual as anotará.

Depois das inscrições terminadas as pessoas podem inscrever-se para “direito a resposta”, mas devem limitar-se estritamente a isso.

Ponto 3 (que pode estar englobado no ponto dois, mas só depois das intervenções terem acabado)

Leitura das propostas, verificação se a assembleia as quer discutir e, depois de um pequeno período de discussão se for caso disso, votá-las (se não houver consenso será verificada uma maioria expressa – 2/3...)

No fim da Assembleia, ou às nove horas, deve ser “votado” a permanência no Rossio e deve ser indicada a hora da assembleia do dia seguinte.

As regras consistem em tentar manter a organização e gestão do tempo. Cabe notar que ao fim de cada assembleia, quando os grupo de trabalho se juntam e decidem todos a continuidade dos acampamentos. Todas as propostas recolhidas durante o dia

são decididas e votadas entre os participantes nos grupos de trabalho, para no dia seguinte irem a votação popular.

20H – Fim da observação

Fig. 26 – Assembleia em actividade



1.4 Indignados no Rossio

Dia 23 de Maio de 2011

os jovens portugueses a iniciarem o movimento na capital, pois neste também participam jovens estudantes espanhóis a viver em Lisboa. No blogue oficial do movimento havia sido publicado uma série de *links* partilhados por pessoas que relatam através de fotos toda a movimentação na praça durante estes dias. Além disso, foram disponibilizados também links directamente para o canal do YouTube feito por pessoas a partir de seus telemóveis ou câmeras. Na página do blogue foi divulgado igualmente o primeiro comunicado de imprensa sobre o resumo das actividades e também as próximas previstas:

O acampamento que teve início na quinta-feira no Consulado Espanhol e que se mudou para o Largo do Rossio na sexta-feira não baixa os braços e avisa: “Isto é só o início. As ruas são nossas.” Ontem, domingo, às 18h, realizou-se no local a 4ª assembleia popular com mais de 500 pessoas. Depois de um vivo debate a assembleia decidiu:

- aprovar uma primeira versão escrita do manifesto;
- apoiar a manifestação que acontecerá no próximo sábado dia 28 de Maio, a terminar no Rossio e apelar à participação de toda a gente, divulgando o nosso primeiro manifesto;
- continuar a acampar no Rossio e realizar aí uma nova assembleia popular, hoje, dia 23 de Maio, às 19h, que será precedida por um período de “megafone aberto” em que todas as pessoas podem livremente tomar a palavra;
- prosseguir o trabalho desenvolvido nos vários grupos de acção, comunicação e de organização de forma a continuar o acampamento e apelar à participação cada vez maior de cidadãos e cidadãs nele e nas iniciativas que promovemos.

15h- No quarto dia, cheguei à praça do Rossio por volta da mesma hora. Estavam a preparar o jantar do dia. A cozinha estava ocupada por um rapaz e uma rapariga. Ofereci-me para ajudar na preparação do jantar. Sem que me fizessem qualquer tipo de pergunta, fui logo integrada na equipa da cozinha. Deram-me logo um serviço: descascar batatas. Aproveitei para conversar com o jovem. Perguntei-lhe o nome e disse-me que se chamava Ricardo e tinha 22 anos. Apresentei-me em seguida e disse-me que era também estudante com interesse de investigação no movimento e nas pessoas ali presentes.

- O que te traz ao Rossio?
- Solidariedade.
- Como assim?
- Estamos aqui, nós porque não estou sozinho para ver se mudamos o rumo das coisas...
- Fazes parte de algum partido político?
- Não, não...
- Como é que ficaste a saber do que se estava a se passar aqui?
- Pela internet, no Facebook
- Como te sentes enquanto jovem na situação actual?
- No momento não vejo perspectivas, mas acredito que poderá vir mudar, se continuamos a fazer isso, unidos e juntos no Rossio, conseguimos mudar alguma coisa...

Enquanto descascava as batatas aproxima-se uma senhora já idosa com os seus 84 anos. A reformada chama-se Maria do Carmo Pereira dos Santos, 84 anos. Vive sozinha e descobri que está a acampar junto com os outros jovens na parte da noite. Apesar da idade avançada, Dona Maria, de seu nome, tem bom aspecto físico. A sua função de voluntária consiste em ajudar na cozinha com a fiscalização do armazenamento de comida que vai chegando, principalmente, através de doações. Ela conta que vive com uma pensão mensal de pouco mais de 300 euros e o motivo principal de estar no local é a necessidade de mudança:

"Acredito na força dos jovens que aqui estão. Minha aposentadoria é pequena e tudo que recebo vai para pagar o aluguel, conta de luz e água".

Batatas cortadas e salada pronta. Caminho em direcção a outros locais, enquanto observo os detalhes. Há bastantes fotógrafos no local, de serviço ou *freelancers*, que se misturam também com os turistas que passam e fotografam o local. Aproximo-me da zona de confecção de cartazes. No chão encontravam-se vários, alguns escritos, outros em branco. Vários panfletos haviam sido impressos para ser

entregues na rua com os dizeres: *Democracia verdadeira, já. Concentração permanente no Rossio. Traz a tua voz!*

Fig. 28 – Panfleto de divulgação do movimento



18h- Tem início mais uma assembleia. A praça, desta vez, estava mais cheia do que no dia anterior, com pessoas à volta, sentadas no chão ou em pé. O megafone havia sido substituído por um microfone. Também foi instalada uma pequena Webcam no local, ligada a um computador para que as transmissões da assembleia fossem feitas em directo através do *livestream* on-line, conforme se havia solicitado no dia anterior. O início da sessão é proferida por uma rapariga integrante de um dos grupos de trabalho, cabendo-lhes a tarefa de explicar as novas regras das assembleias. Com o microfone em mãos, anunciou que é preferível que se dedique pelo menos uma hora de debate livre de ideias com o microfone aberto, para então, depois da sessão livre, se dar início à assembleia propriamente dita, não misturando as actividades.

Fig. 29 – Internet chega ao Rossio



A jovem rapariga prossegue com o esclarecimento das regras, destacando os pontos a serem discutidos para o dia de hoje. Na lista consta que haverá uma votação sobre a continuidade dos acampamentos. Novas propostas, apresentadas no decorrer da assembleia, serão enviadas directamente para os grupos de trabalho.

O jovem espanhol de cabelos longos, um dos membros que dorme todas as noites no Rossio, ressalta que é muito importante que os grupos de trabalho funcionem correctamente e com responsabilidade, seguindo o exemplo de Madrid. Reforça ainda que o grupo responsável pela logística é fundamental para garantir o sustento e a permanência dos acampamentos, através do controlo de alimentos. A voz de outro jovem, português, chega ao microfone e complementa que toda a proposta apresentada, bem como as actividades do grupo, serão divulgadas em público e disponibilizadas para votação popular. Outras intervenções partiram daqueles que ficaram a dormir na praça. Miguel, estudante de 19 anos, solicita ao grupo de trabalho da logística para que haja mais organização na parte da noite e madrugada.

Eu peço para aqueles que chegam ao Rossio apenas na parte da noite e ficam a ouvir música, conversarem até altas horas que continue a fazer suas coisas, mas a pensar também naqueles que estão a dormir e que passaram o dia todo a trabalhar, seja aqui ou nos seus locais de trabalho.

19h - É chegada a hora das intervenções dos grupos de trabalho. O representante de cada grupo intervém comunicando ao público as actividades realizadas e previstas no seu grupo. O grupo de Acção Directa reforça que é preciso a participação de mais pessoas neste grupo para trazer ideias e criatividade. Uma estudante, Zara, intervém afirmando que a maioria dos que estão acampados no Rossio são estudantes e, portanto, seria interessante providenciar um espaço de estudo para que seja também possível partilhar conhecimentos entre si. Ao fim de cada intervenção, a plateia motiva o orador com aplausos.

20h - Chegam ao fim das assembleias quando o soam quase oito horas da noite. Em resumo, ficaram acordados e aprovados pelos presentes os seguintes pontos:

- A criação de uma sala de estudo permanente, no espaço da concentração, que possa servir de base de trabalho a estudantes que desejem permanecer no Rossio durante o dia;
- A criação de um espaço de apoio a crianças e pais que decidam participar na acção e nas actividades do movimento;
- Prosseguimento do trabalho desenvolvido pelos diversos grupos (acção directa e cultura, comunicação e informação, manifestação -28 de Maio), manifesto (sempre em construção), organização formal das Assembleias Populares, logística, assessoria jurídica e de segurança para que as suas conclusões possam ser debatidas e decididas na Assembleia Popular do dia seguinte;
- Reforçar o apelo a todos os que se identifiquem com o manifesto do movimento dos acampados, no sentido de se juntarem no Rossio, trazendo consigo a sua indignação,

as suas ideias, os seus sonhos e a sua voz, bem como outros apoios logísticos básicos: água, azeite, geleiras, sacos térmicos, latas de conserva, pratos, copos e talheres reutilizáveis, corda grossa, lonas de tecido e plástico para protecção do sol e da chuva, cavaletes, etc.

Depois de mais um trabalho concluído, foi servido um jantar popular no espaço da concentração. Foram distribuídos, em pratos descartáveis, salada, pão e massa. Neste momento havia também no local da cozinha a presença de crianças. Falou-se da mãe que havia dormido com a sua filha na noite anterior. A mãe, apresentou-se como solteira e precária. Trabalha a recibos verdes e por isso estava ali a mostrar a sua indignação.

20h40 – Fim das observações

Fig. 30 – A presença de crianças no Rossio



1.5 Multiplicação das cenas

Dia 24 de Maio de 2011

Um progresso bastante notável quanto à organização do movimento, em poucos dias, foi a sua rápida expansão e organização, tanto na esfera on-line quanto off-line. Com os grupos de trabalho definidos, melhor equipamento técnico, cartazes produzidos e o passa a palavra on-line, a cena do Rossio torna-se cada vez mais plural. O tempo dedicado ao microfone aberto dá a possibilidade a qualquer pessoa de poder expressar a sua opinião, relatar um facto, indignar-se. O debate e a pluralidade de vozes ficam mais presentes na praça do Rossio, numa espécie de arena pública, espaço público democrático. Assim, não apenas jovens têm o direito de falar, mas qualquer cidadão que se sinta no direito de fazê-lo e que esteja presente.

18h – Tem início o microfone aberto momentos antes da assembleia oficial. Já vamos no quinto e as regras permanecem. Pouco antes do horário marcado chegam sempre mais pessoas que ficam à espera para a sessão de microfone aberto, que dura em média 20 minutos. Todos podem falar, propor, desabafar. As vozes de idosos reformados, profissionais liberais, desempregados, empregados, solidários, constituem uma miscelânea de perfis que querem fazer sentir as suas vozes. “Democracia verdadeira já” é o nome do movimento que também é reconhecido por “Jovens Indignados” e “Acampada Lisboa” (#democraciaverdadeira - #acampadalisboa, #jovensindignados). O manifesto é lido todos os dias por pessoas diferentes.

Após a intervenção popular durante o tempo de microfone aberto, os grupos de trabalho intervêm com os seus porta-vozes e representantes. Fazem um balanço do que foi discutido durante o dia entre os membros de cada grupo e apresentam as suas propostas. A última fase da assembleia é a votação popular das propostas apresentadas. Todas são votadas de braço no ar. Uma só pessoa, que apresenta um voto contra, tem direito a apresentar os seus argumentos. Em caso de alguma proposta ser rejeitada, a mesma volta a ser debatida e quem a contra-argumentou é convidado a apresentar as suas ideias e alternativas.

O primeiro a intervir nesta quinta assembleia é um professor do ensino secundário de Cascais. Ele relata, em tom emotivo, que está muito satisfeito com o que se está a

passar no Rossio, mas que está decepcionado igualmente com o “boicote” da comunicação social em Portugal, pela não cobertura das assembleias.

Prosseguem as intervenções. Algumas delas são também mais relatos dos que estão a dormir na praça. Há uma cooperação entre os trabalhadores da limpeza e os que dormem no local na limpeza do chão da praça. É assim que se percebe, através deste relato, a existência de uma relação íntima entre o espaço público e os acampados.

O conceito de *cen*as, explorado por Straw (2006), é nesta situação oportuno para cruzar as experiências observadas no Rossio com a proposta deste autor. Como vimos no capítulo 2, *cen*as podem ser entendidas de modo geral como uma congregação de pessoas num espaço, onde estes movimentos acontecem, lugares e atividades que circundam e, ao mesmo tempo, alimentam uma preferência cultural particular (Straw, 2006). Seria, portanto, um espaço de relação entre um grande número de práticas que coexistem e interagem entre si. Segundo o autor, as *cen*as vividas enquanto efervescência proporcionam práticas e espaços organizados contra ou a favor de mudanças. Uma determinada *cena* pode ser usada como artifício para organizar os movimentos de um grupo social e também “realinhar a cartografia da vida urbana” (Straw, 2006:9). Reforçando a discussão sobre *cen*as com as observações em campo, foi anunciado em microfone aberto que outras acampadas estavam a ser realizadas no Porto e em Coimbra, em paralelo ao Rossio, sendo inclusive o mesmo comunicado publicado no Facebook:

No Porto desde 20 de Maio estamos acampados na Praça da Batalha por uma verdadeira democracia, por uma sociedade mais solidária, mais justa e mais feliz. Se também acreditas que a mudança é possível junta-te a nós !Faltas lá tu!

"Se não nos deixam sonhar, não vos deixaremos dormir!"

O jovem responsável pela acampada em Coimbra, e recém-chegado a Lisboa, faz o seu discurso:

Eu cheguei há pouco de Coimbra. Eu tenho estado acampado lá em Coimbra. E...algumas pessoas já me disseram que isto hoje já estive mas cheio, mas bom...Eu não acredito que

tenha havido uma coisa assim nos últimos tempos, com essa quantidade de pessoas que eu estou aqui a ver à minha frente, por isso é que só temos que nos orgulhar, principalmente quem está aqui deste lado...bom isto é um cenário quase inédito nos últimos anos. A mesma coisa tem acontecido em Coimbra não vos vou dizer que é uma coisa gigantesca, mas é um movimento e ainda com essas características é algo que não acontecia há muito tempo. Então, tal como conseguirmos para o 12 de março autocarros da associação académica de Coimbra que tragam toda a gente, não só estudantes, mas toda a gente que queira vir cá ajudar a encher esta praça na próxima manifestação.

A mobilização de novos acampamentos noutras cidades, nomeadamente no Porto e em Coimbra, do ponto de vista das *scenes*, interpretadas por Straw (2006), é o resultado da sua espacialização. Para tal, é preciso haver afinidades e interconexões com outras cenas, numa junção entre pessoas, lugares, ideias e actividades expressivas. O movimento assim tem a capacidade de estender a espacialização da cena, quando as práticas estão fragmentadas, em diversos locais separados geograficamente. Isso significa que se torna importante a circulação entre estes espaços, pois o itinerário da cena demanda que as práticas sejam realizadas em diversos lugares. Assim, uma cena amplia-se e torna-se mais abrangente por ter multiplicado as áreas de actuação das suas práticas, tal como está a acontecer em paralelo com outras cidades em Portugal.

19h- O trabalho dos diversos grupos permanece em contínuo desenvolvimento – Acção Directa e Cultura, Comunicação e Informação, Manifestação (28 de Maio), Manifesto (em construção) e Debates, Organização Formal das Assembleias Populares, Logística, Assessoria Jurídica e de Segurança. Todos os dias faz-se um apelo, por parte dos acampados, a apoio logístico: água, azeite, geleiras, sacos térmicos, latas de conserva, pratos, copos e talheres reutilizáveis, corda grossa, lonas de tecido e plástico para proteger do sol e da chuva, cavaletes, etc. A preparação de panfletos e organização seguem para a manifestação aprovada em Assembleia, marcada para o dia 28 de Maio de 2011.

20h – Fim das observações.

1.6. Cinema e arte no Rossio

Dia 25 de Maio de 2011

No sexto dia de acampamento actividades culturais tomaram conta do Rossio. Por volta das 16 horas foi encenada uma peça de teatro ao ar livre. A intervenção do grupo teatral, em plena praça, simulou um tribunal em que as personagens eram, por um lado, "a mão invisível do senhor agência de rating" e, por outro, "os periféricos", representados pela Islândia, por Portugal, pela Irlanda e pela Grécia. Para representar os países "periféricos", cores das respectivas bandeiras foram pintadas nos rostos dos participantes. Havia um juiz de tribunal que avaliou publicamente como "lixo" cada um dos países, obrigando-os a assumir que a culpa era sua: *Eu determino que a Islândia será "amordaçada", a Irlanda e a Grécia "mortas" e Portugal a seguir o mesmo caminho.*

Chega a ala dos Islandeses com as cores azul, branca e vermelha a gritar: "basta!".

A jovem Raquel explica então o objectivo da actividade lúdica : "antes de pagarmos a dívida externa temos de saber que parte é nossa e que parte é dívida odiosa, causada pela especulação, e para isso temos de fazer uma auditoria". A jovem activista e envolvida com grupos de teatro, é também partidária do Bloco de esquerda, e acredita que basta. "Desde o 25 de Abril de 1974 que Portugal acumula uma dívida que não se sabe de onde vem. Por isso, resolvemos intervir pois também é exercer a cidadania e não apenas nos palácios."

A cena do Rossio fervilha com centenas de jovens a circular todos os dias no local. Com as idas ao Rossio já se reconhecem os rostos dos que se sentem indignados, têm esperança e querem fazer civicamente algo para mudar a situação do país. O Rossio torna-se um lugar-comum, um espaço partilhado.

Fig. 31 - Peça de teatro é encenada no Rossio



18h – Microfone aberto. Às intervenções populares misturam-se as intervenções dos jovens activos. As múltiplas vozes da sociedade portuguesa faziam-se sentir a cada

nova intervenção que aparecia. Uma das intervenções dizia respeito à situação dos deficientes e cegos em Portugal:

Eu passei pela direcção da Associação de Cegos em Portugal (ACAP) e pude-me aperceber de uma realidade muito complicada. Para vocês terem uma noção, este país tem 160 mil cegos e a maioria estão desempregados. O que eu temo nesta altura é que a situação se agrave porque muitos deles têm contratos precários, estão a recibos verdes. Normalmente as pessoas portadoras de deficiência neste país são as pessoas que têm os contratos piores. Com a crise vão-se tornar um alvo mais fácil de serem despedidas. É com bastante preocupação que eu vejo esta situação e gostaria também de ver este tema discutido porque eu falo pelos cegos que sei, 90% estarem desempregados. Nós estamos todos alarmados, e bem, porque é grave, mas eu, dentro de um grupo de pessoas a quem vêm bater à porta todos os dias, eu convivo com 90% de pessoas desempregadas, e isto é brutal.

19h- Após a intervenção popular, com alguns atrasos, tem início a assembleia propriamente dita. A primeira manifestação pública pelas ruas foi o tema principal discutido. Os temas apresentados e deliberados neste dia foram os seguintes:

- . A criação de um “grupo incubador”, responsável pelo aparecimento de novos grupos de debate, que tragam uma maior diversidade aos temas que são diariamente discutidos.
- . A criação de um grupo de cinema encarregado da projecção de um filme escolhido pelos participantes, sendo o primeiro a ser exibido já na presente noite.
- . Reunião de um grupo com a responsabilidade de estudar uma possível re-elaboração e enriquecimento do 1º Manifesto do Rossio.

Reforça-se ainda, através do discurso, a aproximação da manifestação em frente ao cinema S. Jorge. Na acção de Sábado, o grupo espera contar com uma participação ainda mais alargada de todas as cidadãs e cidadãos que, independentemente da sua idade, estrato social, ou situação profissional, não se sintam representados pelo actual sistema e anseiem por uma verdadeira democracia, em que tenham uma palavra a dizer em assuntos que lhes dizem directamente respeito. Próximo de completar uma semana em que estão acampados e a realizar diariamente assembleias, as propostas (e a evolução das mesmas) apresentadas e aprovadas estão ainda muito ligadas à organização e logística do próprio grupo. A preocupação em modificar o espaço e melhorá-lo também é visível no decorrer das intervenções.

20h – Após a assembleia da noite. O dia foi encerrado com mais uma actividade cultural: a projecção de um filme. Estas actividades-extra fazem com que a relação com a cena, o espaço e os participantes, seja contínua, sem impor limites quanto à sua apropriação e ocupação.

Fig. 32 – Projecção de filmes e outros vídeos



20h30m – Fim da observação em campo.

1.7 Apartidário?

Dia 26 de Maio de 2011

O movimento no Rossio torna-se cada dia mais eclético com a aproximação de novos jovens e novas vozes, que todos os dias chegam para expressarem as suas opiniões. A possibilidade de microfone aberto permite também que a população não-jovem participe e deixe alguma mensagem e sugestão durante as assembleias. Desde o primeiro dia de acampamento que passaram pelos microfones do Rossio pessoas reformadas, portadores de deficiência, que deixaram o seu depoimento relativamente à situação precária no país. Relativamente aos mais jovens, a observação do movimento no Rossio, ao longo destes dias, permitiu-me confirmar a pluralidade de uma juventude que neste espaço se encontra com propósito de manifestar a sua insatisfação, propor e deliberar acções. É assim que a Praça D. Pedro IV se transformou num laboratório de ideias, contexto propício para mostrar a potencialidade e representação dos jovens por si próprios, enquanto actores sociais e políticos na esfera pública.

18h - Quem chega ao Rossio apenas minutos antes do início das intervenções, depara-se com uma espécie de ágora cheia de pessoas sentadas ou em pé. A diversidade de vozes no tempo permitido ao microfone traz muitas abordagens interessantes do ponto de vista dos valores da juventude e da sua visão sobre a lógica democrática. A arena do Rossio oferece para muitos deles um fio de esperança que, na concepção de ser jovem e estudante, sem prévia ligação política, encontra na cena do Rossio o seu papel enquanto agência e actor político.

Nas intervenções presentes neste sétimo dia, o tema dos partidos políticos foi levantado publicamente. É pela grande maioria partilhada a opinião que o movimento que se está a construir no Rossio é livre das instituições e partidos políticos. Porém, do mesmo modo que existe no local uma pluralidade de vozes, também existe pluralidade ideológica que pode ter ou não relação com os partidos políticos. No geral, a bandeira

levantada pela maioria das pessoas é a de ser contrário a qualquer tipo de institucionalização e partidarização. Porém, as ideologias que cada um dos jovens traz, fruto do seu percurso individual, levanta alguns pontos de vista diferenciado sobre o mundo, o que provocou algumas discordâncias entre os membros dos grupos de trabalho.

Cristian, um jovem espanhol, conta-me que ainda está a decidir se volta ao Rossio depois de perceber que as ideologias podem sectarizar o rumo e as ideias do movimento. “Não sei. Pelas minhas suspeitas, pode ser que haja dedo político pelo meio deste movimento aqui. O manifesto espanhol deixa clara a ausência de partidos políticos. Aqui parece-me que estamos longe da raiz do problema. O FMI é apenas uma consequência de um sistema errado, não se precisa focar nele a todo momento”. Outras intervenções dão conta do tema "partidos políticos", visto em diversas opiniões:

Eu estou a ver aqui muitas pessoas a criticar partidos...e uma opinião muito sincera é que se estamos a atacar partidos vamos levar a uma coisa que é às divisões. Aqui não existem partidos, não existe nada, existe pessoas, isto é feito por pessoas para pessoas. *(Gonçalo, estudante, 21 anos)*

Relativamente aos partidos, eu acho que quem não votou, quem não negociou com a Troika, tem o direito de aqui estar. Acho que outros grupos que se comportam como partidos, sejam moistas, sejam trosktista ou anarquistas, grupos organizados que estão em hábito de discutir, que se conhecem acho que têm o direito de aqui estar, a construir isto, não a fazer intervenções em catadupa, não a atentar com uma postura “controleira” e sobretudo que não mandem as pessoas para casa. Quando nós formos para a casa, tem que ser depois desta assembleia decidir que vamos para casa. *(Manuel, integrante do grupo de trabalho revoluções árabes)*

O que está a acontecer aqui é um processo de emancipação. Antes de ser um processo politizado é um processo de emancipação. Um processo de emancipação inclui a necessidade de informar, a necessidade de discutir, e a necessidade de desconstruir e desqualificar as terminologias que têm vindo a ser aqui aplicadas. E acho que é importante percorrermos por este caminho, por que de modo, o que teremos não serão mais do que ideologias pregadas

com mais ou menos razão e pessoas que estão submissas ou condicionadas por essas mesmas ideologias. *(Hugo, integrante do grupo de trabalho da dívida)*

19h - Uma pequena mesa à frente e quatro pessoas na função de moderadores. O tema a ser discutido é o confronto dos acampados na praça, em Barcelona, com a polícia. O acto de solidariedade foi realizado em várias cidades da Europa e do mundo. A comissão da assembleia volta a fazer o apelo para que os todos que estejam a fotografar ou a fazer vídeos sobre o que se está a passar na acampada possam também partilhar e enviar para o grupo através do correio electrónico, para que casos semelhantes ao ocorrido em Barcelona possam ser devidamente registados. Como consequência dos actos de violência que sofridos pelos vizinhos espanhóis, os grupos de trabalho intervieram com poucas propostas, dando preferência à discussão do tema "violência nas acampadas". Através do monitor instalado no local, foi transmitido um vídeo com imagens que relatam o incidente ocorrido em Barcelona com a polícia. Todos assistem ao mesmo em silêncio. No fim da projecção das imagens, algumas pessoas ficaram pela praça, enquanto outras se foram embora.

20h – Fim da observação

1.8. Sinais de fraqueza

Dia 27 de Maio de 2011

O protesto marcado para o dia 28 de Maio vem sendo discutido há vários dias durante as assembleias. Com o aproximar do evento, o objectivo do movimento é cada vez mais unir forças, de modo a aumentar a concentração de pessoas no Rossio.

A observação feita no decorrer destes dias permitiu avaliar que, à medida que o movimento cresce, inevitavelmente aparecem divergências de opinião que são sentidas durante as intervenções públicas. “Devemos estar preocupados com a nossa manifestação aqui no Rossio e não a fazer barulho em meio metro de caminhada”, argumenta um jovem rapaz com o microfone nas mãos. “Esse processo não pode limitar-se a discursos agressivos e heróicos. Se quisermos propor algo novo temos então que não apelar para o radicalismo e sim constituir mais estratégias, se quisemos mudar as regras viciadas do jogo, não podemos começar a utilizá-las aqui”, complementa.

Apesar do propósito comum, claro para os jovens que participam neste movimento, a discordância de opiniões leva igualmente a indagar sobre o futuro do próprio movimento. Há aqueles que defendem ser mais importante a criação de uma proposta concreta com objectivos mais claros e definidos, indagando inclusive sobre o que querem afinal os Indignados de Lisboa? Outros defendem que o movimento é embrionário e precisa de se ir moldando paulatinamente com o andar da carruagem.

18h45m- Minutos antes de se iniciar mais um dia de Assembleia, a acampada Lisboa recebeu a visita de Boaventura Santos, sociólogo e professor universitário, catedrático da Universidade de Coimbra, para a sua intervenção contra a actual situação económica de Portugal. Boaventura Sousa Santos esteve na acampada Lisboa, após visitar também a acampada de Coimbra. O sociólogo falou perante a Assembleia Popular durante o tempo permitido aos cidadãos em período de microfone aberto, após o qual expressou o seu desejo de regressar para um debate mais alargado.

Boaventura de Sousa Santos destacou, no seu discurso, que o movimento representa um importante exercício democrático. "Isto é a democracia ao vivo", afirmou. Durante o debate, o sociólogo ressaltou a importância de haver uma mobilização internacional em defesa de outros tipos de democracia e que este movimento tem que vir acompanhado de uma mudança constitucional a nível internacional. "É necessário permitir que os cidadãos possam interferir na vida política. Se os tratados europeus tivessem ido a referendo, provavelmente não seriam aprovados", destacou Boaventura de Sousa Santos. Com o crescimento das acampadas por toda a Europa, intervenções semelhantes sobre a presença de académicos conceituados, com maior aproximação aos movimentos sociais, fez-se ouvir também em Barcelona. O sociólogo Manuel Castells também esteve presente na acampada catalã, proferindo o seu discurso sobre o poder opressivo e o poder popular. Segue o discurso de Boaventura de Sousa Santos:

Quero vos trazer uma saudação dos jovens que estão na praça de Maio em Coimbra. São muito menos que vós, mas estão a fazê-lo com vós. Ontem a polícia tentou movê-los, não usou a violência, mas também não conseguiram que eles saíssem e até eu vir para aqui ainda lá estavam. Eu penso que eles gostarão de ter a vossa solidariedade porque eu penso que isto é, em Portugal, neste momento, um dos melhores exercícios da democracia que podíamos fazer. Isto é democracia ao vivo, não é a democracia morta, digamos assim. E penso que se as portas de alguma concessão da democracia mais estreita vos fecham, estão totalmente legitimados para abrirem outras portas pacíficas que são essas. A rua, a praça foram os grandes génios da criação da democracia, a democracia não se criou em gabinetes, criou-se nas ruas, nas fábricas, nas praças, em todo o lugar onde o povo trabalha ou se diverte.

Portanto, eu penso que estão a reclamar a democracia. Para mim, como sociólogo e como activista, fico muito feliz por ver nos vossos manifestos esse desejo da democracia. É fundamental e extraordinário. Que depois de tanta armadilha e tantas desilusões que a democracia representativa nos tem causado, todos nós (e eu partilho isso convosco) somos realmente amantes da democracia, mas a democracia real, da democracia verdadeira... queremos mais democracia.

A democracia representativa dos partidos, ela não é falsa por ser completamente perversa, não é isso... ela é pouca, não chega, não cobre tudo e portanto por não cobrir precisamos de

outras formas. Chamamos de democracia directa, democracia participativa... eu penso que o que está aqui a se passar possa ter outros caminhos.

Eu encorajo-vos a pensar num movimento constitucional, mudar as nossas constituições para que os cidadãos mais directamente possam intervir na vida política. Se os tratados europeus tivessem ido a referendo provavelmente não estariam aprovadas as cláusulas que lá estão. A outra nota que vos queria dizer é esta. Realmente muita gente fica a falar do 25 de Abril: “Ah mas o 25 de Abril foi uma revolução militar...” e isso não tem nada a ver. Não olhemos para este aspecto superficial, importante que foi a rotura militar do 25 de Abril. Olhemos para a festa do povo, nesta praça e noutras praças que veio realmente para rua para poder efectivamente realizar a verdadeira democracia. Essa é que a energia que continua presente em Portugal. Portanto, este movimento tem que ser internacional.

19h- A assembleia prosseguiu desta vez com o foco na manifestação programada para o dia seguinte. Foi aprovado, durante a assembleia, o acto, prático e profundamente simbólico da acção: “Vamos limpar as ruas.” Este acto relaciona-se com o que aconteceu na cidade espanhola de Barcelona relativamente a uma intervenção policial na acampada. Durante a assembleia, um jovem do grupo de trabalho da comunicação explicou perante todos a situação:

A polícia catalã rodeou a Praça da Catalunha e começou a desalojar, “por motivos de higiene” os indignados de Barcelona, que aí estavam concentrados há 12 dias, foram alvo destes actos. Da operação violenta resultaram 120 feridos. Vamos mostrar que não precisamos que venham limpar as nossas ruas.

Seguido de muitos aplausos, várias foram as interferências e opiniões sobre o assunto, sobre a repressão, inclusive de jovens espanhóis presentes. Muitas foram as palavras de solidariedade: “nuestros hermanos”. Sem muito se prolongarem, divulgaram o cartaz mais uma vez da manifestação:

Fig. 33 – cartaz da manifestação do 28 de Maio

MANIFESTAÇÃO

**DEMOCRACIA
VERDADEIRA** 

**VAMOS ENCHER
O ROSSIO!**

28 Maio 2011 - 15h00

Av. Liberdade [cinema S. Jorge] >>> Rossio

Assembleias Populares Diárias no Rossio às 19h00

20h – Fim das observações.

1.9 Dia de manifestar e varrer o chão

Dia 28 de Maio de 2011

Esticam-se os cartazes "Democracia Verdadeira, JÁ" e "People of Europe Rise-Up".

Estão todos concentrados em frente ao cinema, na Av. da Liberdade. De repente, um Trovão! Os jovens manifestantes gritam animados, começa a chover, mas continuam a chegar mais pessoas. A chuva vai tornando-os ainda mais eufóricos. Alguns ficam inquietos, outros animados com o cenário quase épico. Os jovens não parecem deixar-se intimidar pela tempestade que cai e começam a descer a Av. da Liberdade em direcção ao Rossio. No percurso, gritam palavras de ordem. *"Capitalismo o ano inteiro, esta é a teia do Fundo Monetário", "Quem deve aqui dinheiro é o banqueiro", "Deixa passar, deixa passar. Eu sou precário e o mundo eu vou mudar!"*

No caminho, param à frente ao consulado espanhol, situado próxima do Cinema São Jorge, na mesma avenida, em protesto contra a intervenção policial na acampada de Barcelona e em homenagem a um manifestante catalão que ficou em coma. Em frente ao consulado, páram todos. Mão ao alto, em uníssono: *"Estas são as nossas armas, estas são as nossas armas"*.

Continuam o percurso pela Av. da Liberdade com um novo refrão: *"Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal. A nossa luta é internacional"*

Quase a meio, para o fim do percurso: *"Fora, fora, fora daqui, a fome, a miséria e o FMI", "Com o FMI, andamos para trás"*

Ao chegarem à praça, uma acção simbólica: todos com vassouras na mão para varrer o chão da praça. *"Vamos varrer o FMI daqui para fora"*, ouvia-se enquanto o grupo de tambores tocavam freneticamente. Outra demonstração simbólica. Todos de mãos dadas, contornam a praça do Rossio. Ao fim da manifestação deu-se lugar a mais uma assembleia popular.

Fig. 34 – A passagem pela Av. da Liberdade



Fig. 35 - Limpeza do chão da praça do Rossio



Fig. 36 - Manifestação no Rossio



1.10 Ânimos e desentendimentos

Dia 29 de Maio de 2011

Passada mais de uma semana em que estão acampados no Rossio, o balanço geral da saga de um movimento de jovens a mobilizar-se, a gastar as suas energias no Rossio, dá sinais de enfraquecimento do ponto de vista da própria organização do movimento. A experiência de acampar no espaço público, com o propósito meramente cívico, despertou em muitos jovens o seu papel de actores políticos activos perante a sociedade. Para estes jovens ser activista desta causa pública, que une tanta gente, tantos jovens diferentes, enobrece. Pratica-se o espírito de solidariedade, procura-se o respeito mútuo, que por vezes torna-se complicado, devido ao alto grau de heterogeneidade deste movimento.

18h – No dia posterior à mobilização do dia 28 de Maio, as intervenções públicas que se fizeram ouvir por parte dos jovens envolvidos mais intimamente com o movimento,

não escondia o desconforto e os desentendimentos entre existente por detrás das cortinas. Desentendimento este, na sua grande parte, ideológico, cheio de paixões e irrealismo. Num movimento que se considera aberto, democrático e horizontal, sem líderes aparentes, pareceu inevitável que esta situação viesse à tona.

A minha reflexão é de que estas assembleias, que sempre foram o momento que congregou mais pessoas aqui no Rossio, tornaram-se em comícios dominados pelos mesmos intervenientes que, com a pressa de imporem as suas agendas e os seus discursos panfletários, se esqueceram do principal objectivo desta acampada, que era trazer aqui a pluralidade de visões, indispensável à procura de soluções para a situação complexa em que nos encontramos. Faltou a estes companheiros o discernimento para entender a potencialidade do que aqui se estava a construir, como foi aqui dito pelo prof. Boaventura Sousa Santos
(Álvaro, professor, 50 anos)

Custa-me muito ter que vos dizer isto, mas para mim, o Rossio já deixou de ser esse sítio
(Rapaz, estudante do Ensino secundário)

19h- Apesar de algumas intervenções aparecerem inflamadas e cheias de desilusões, os trabalhos dos grupos foram apresentados e seguiram com normalidade aparente.

Os grupos aprovaram por unanimidade a criação de outros dois novos grupos. O primeiro, responsável por discutir formas de replicar o movimento noutras cidades portuguesas; e outro com o objectivo de discutir a revogabilidade dos mandatos dos políticos e o fim da imunidade política. As propostas pareciam atender a um objectivo concreto e a direccionar o foco para as questões parlamentares, que são do interesse de todos. A assembleia estava a ser transmitida em directo através do *livestream*. Um dos intervenientes da mesa avisa:

Como prova de que não estamos sozinhos e para nos dar mais força, disponibilizamos ligações a streams de video em directo de algumas das acampadas. Sabemos que existem bastante mais a acontecer, caso consigam diferentes ligações video, mandem mail.

Barcelona – <http://www.ustream.tv/channel/acampadavic>

Madrid – <http://www.ustream.tv/channel/enlace33> e <http://www.ustream.tv/channel/live-from-sol>

Cadiz – <http://www.ustream.tv/channel/acampadacadiz>

Paris – <http://www.ustream.tv/channel/democracia-real-paris>

Londres – http://www.camvista.com/england/london/trafalgarsquare_streaming.php

Atenas – http://www.star.gr/ellada_kosmos/93174 e <http://www.zougla.gr/page.ashx?pid=85&playerType=flash>

Thessaloniki - <http://www.ustream.tv/channel/aganaktismenoi-thessalonikis>

Patra – <http://www.ustream.tv/channel/live-patra>

Vienna – <http://www.ustream.tv/channel/revolutionvienna>

Belgrad – <http://www.informatika.com/webkamera/trg-nikole-pasica.htm>

20h- Fim das observações.

1.11 A luta continua?

Dia 30 de Maio de 2011

Acompanhar de perto as actividades dos indignados em Lisboa permitiu-me analisar o movimento por dois ângulos. O primeiro, é o intercâmbio entre o on-line e off-line, a mediação das novas tecnologias na constituição de conexões contínuas e na mobilização. A segunda, diz respeito à questão da orgânica do movimento em si, à tentativa de constituírem, enquanto jovens, um papel activo na sociedade e na esfera pública. A bandeira da diversidade, pluralidade não-partidária, reuniu pessoas de diferentes campos sociais e ideológicos. Devido a estas condições criou-se, de facto, uma tensão natural entre forças e ideologias contrárias, vindas das diferentes trajectórias políticas, culturais e sociais. Ainda assim, as pessoas que frequentaram o Rossio durante estes dias, na qualidade de ouvintes perceberam que, em termos de constituição de movimento, se criou um mal-estar de ideias contrárias, que não foram bem geridas entre os participantes.

Durante as assembleias perdia-se muito tempo com tomadas de decisões entre os grupos de trabalho na gestão das suas propostas, gerando deste modo conflitos e desavenças. Ainda assim, muitos grupos com propostas concretas, como por exemplo, o grupo da dívida externa, que pensou em mobilizar a nível local pequenos protestos em frente aos bancos portugueses, ou, por exemplo, o grupo do meio ambiente e permacultura⁵⁷, que propôs acções locais de plantio e jardins, bem como uma horta no Rossio, além da ocupação de espaços privados desocupados na cidade de Lisboa para fins culturais.

À medida que se propunha, durante as assembleias, que mais pessoas pudessem juntar-se aos grupos de trabalho para sugestão de mais propostas, não se conseguia avançar com as mesmas por falta de apoio ou posições contrárias de outros membros. Portanto, as observações permitiram concluir que ao fim dos 10 dias de acampamento o movimento mostra sinais de fraqueza, pelo desafio que é gerir um modelo horizontal de participação colectiva.

⁵⁷ Permacultura é um método holístico para planejar, actualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiros viáveis. Ver Wikipédia <http://pt.wikipedia.org/wiki/Permacultura>

Assim, naquele que seria o penúltimo dia de acampamento, os ânimos entre os membros do movimento acirram-se com opiniões divergentes que atrapalharam o consenso entre o grupo. As intervenções que se seguiram, tanto na sessão de microfone aberto quanto na assembleia, enfatizarem o tom de descontentamento entre eles.

Eu ontem saí desta acampada triste, cheguei a casa triste e hoje acordei triste. Para mim democracia implica pelo menos 3 coisas. Variedade, tolerância e respeito. Aqui eu sinto respeito, sinto tolerância, mas a cada dia que passa sinto menos variedade. Cada vez que aprovamos um documento por maioria, perdemos pessoas e perdemos unidades. Se por exemplo 100 pessoas estão a votar a favor, no qual 60 delas são à favor e 30 são contra, estas trinta pessoas perdem a vontade, passam a identificar-se menos com esse movimento, e portanto perdem a vontade de cá voltar. Quanto mais passos demos dessa forma, mais pessoas deixamos para trás. Eu não quero deixar ninguém para trás. Temos que pensar naquilo que nos unem, não apenas enquanto acampada, mas enquanto pessoas. Eu acho que aquilo que nos une é o desejo de mudança. Um desejo de uma democracia mais verdadeira, o desejo de melhorar a sociedade, o desejo de ter uma vida melhor. Acho que não podemos ter medo, dá passos atrás, para nos juntarmos e avançarmos juntos. Afinal uma democracia verdadeira, não deve incluir todos? *(Hugo, estudante, 21 anos)*

O que eu acho que o está a acontecer aqui é muito bonito, mas há uma gama de erros, um cocktail de coisas. Há aqui pessoas que estão claramente a achar que estão na revolução bolchevista ou algo assim. Estão aqui com uma agenda meio esquisita. O que está a acontecer é uma mudança de paradigma, isto é óbvio, mas aqui pessoas que estão com agendas comunistas e marxistas. Acho que há aqui uma coisa nova isso é uma revolução do amor claramente, é uma mudança clara para algo novo. Mas temos que dizer aos portugueses para vir para cá as ruas, o ferroviária, o professor, venham falar connosco. Todos irmos a Caixa Geral de depósitos, ao pingo Doce e falar, não vocês não podem praticar essas taxas de juros porque as pessoas precisam de dinheiro para pagar as coisas. Penso que é isso que tem estar no manifesto, dizer as coisas simples e claras.

(Miguel, trabalhador precário)

Há muitas pessoas no Rossio a fazer reivindicações. Eu gostava de vos dizer que isso pra mim é da dimensão do delírio. Eu sinto que somos umas 300 e 400 pessoas aqui, mas ainda não aprendemos a falar. Depois reivindicações para quem e o que? Outro dia falava com alguém do grupo a mencionar sobre a questão da Palestina e me diz. Mas tu não achas que isso é importante? Sim acho, mas o que é muito mais importante que é ter aqui connosco mais pessoas, isso são e não assuntos que podemos solidários ou divergentes. Depois ainda ouço muito a frase de que os media estão a sabotar o que está acontecer aqui. Eu sou jornalista, não exerço, mas isso no começo até fazia sentido, mas agora mais não. Todos os canais de televisão portuguesa já aqui passaram, uma página inteira no Expresso já foi, o jornal francês Le Mond também fez uma reportagem sobre isso, portanto, se isso aqui não cresce é culpa nossa e de mais ninguém se ficarmos só virados cá pra dentro.

(Paulo, jornalista precário)

1.12 Não haverá mais acampamentos

Dia 31 de Maio de 2011

As tendas ainda estavam lá no chão, mas era como se não estivessem. A quantidade de cartazes também não era mais a mesma. Quem estivesse de passagem pelo Rossio, por volta das 15h da tarde, apercebia-se que algo estava a mudar, algo estava a ser desfeito. Foram 12 dias em que o movimento se apropriou da praça, à sombra da estátua D. Pedro IV, para instalar uma democracia feita nas escadarias do monumento. As assembleias foram um foco de integração e dispersão ao mesmo tempo. Alguns integraram-se e contribuíram à sua maneira, outros serviram-se da sua presença nas assembleias para observar com atenção.

Quem passava pelo Rossio parava para ver, quem gostava mais de falar recebeu o microfone e teve três minutos para desabafar, partilhar, reflectir em voz alta ou fazer, às massas, o seu discurso longamente ensaiado. Misto de cenário performativo e órgão de democracia directa, a assembleia tornou-se o pólo catalisador de tudo.

O encontro e a partilha entre pessoas que não se conheciam ou que mal haviam trocado uma palavra, a possibilidade, que muitos nunca tinham imaginado, de produzir

um discurso político próprio sobre o existente sem reproduzir o cânone político-mediático estabelecido, a descoberta da vida quotidiana e da história como um terreno de combate sujeito a inúmeras possibilidades – tudo isso fez dos acontecimentos do Rossio uma ilustração prática do que acontece quando centenas de sujeitos anónimos se juntam para fazer das suas fraquezas forças. As assembleias foram palco de discursos diversos, transformadas numa reunião pública de pessoas das mais diversas sensibilidades.

A decisão de terminar com os acampamentos foi dos integrantes do grupo na noite anterior durante a vigília e acabou por não resistir até o dia 5 de junho, dia das eleições, conforme previsto. No dia seguinte, os acampamentos foram desmontados. Há muitas versões que apontam os motivos que levaram ao fim dos mesmos. A principal delas incide sobre a discordância ideológica entre os jovens filiados em partidos políticos de esquerda. Contudo, o exercício de uma democracia participativa, apropriação do espaço público em relato através da observação participante quis revelar esta experiência e acoplar no conjunto da proposta de análise desta investigação.

1.13 Indignados, dois anos depois

No dia 19 de Maio de 2011, iniciou-se, na praça D. Pedro IV (Rossio), em Lisboa, um acampamento peculiar. Esse acampamento, que ficou conhecido como "Acampada Lisboa", viria a traduzir-se na ocupação política daquele espaço público, de forma continuada, ao longo de cerca de duas semanas, e teria considerável repercussão nas movimentações sociais dos meses e anos seguintes.

A Acampada Lisboa, decorreu sobre influência das Primaveras Árabes, da Geração à Rasca (12M) e do 15M Espanhol. Perante a ameaça da Troika (o original

do Memorando de Entendimento foi assinado a 17 de Maio) e com as eleições Legislativas à porta (5 de Junho), um conjunto de jovens (e menos jovens), de várias nacionalidades e trajectórias políticas, preocupados com a degradação da Democracia, instalaram tendas na praça do Rossio, organizaram e autogeriram um pequeno acampamento e efectuaram assembleias populares e grupos de trabalho onde discutiram política, em contínuo, ao longo de doze dias

A Acampada Lisboa uniu por momentos grupos muito diversos de pessoas e deixou marcas organizacionais, amizades e relações políticas que, de uma forma ou de outra, perduraram até aos dias de hoje⁵⁸. Ao local confluíram activistas de vários quadrantes políticos que se misturaram com elementos recentemente "activados" no pós-12 de Março (manifestação da geração "à rasca" M12M) e a população em geral. Esta combinação deu origem, entre outras coisas, às primeiras manifestações populares contra a *troika* (28 de Maio, 19 de Junho de 2011), a um referendo popular (4 de Junho, interrompido por uma carga policial), e a outros eventos simbólicos (e.g., "Deita-te no Rossio"), para além de reuniões de grupos de trabalho, que acabariam por dar origem a protestos de maior dimensão como a Manifestação Internacional de 15 de Outubro (15O), a Primavera Global (12-15 Maio de 2012) e, até certo ponto – ainda que muito indirectamente – às manifestações "Que se Lixe a Troika" (15 de Setembro de 2012, 2 de Março de 2013).

No Dia 19 de Maio de 2013, decorrem dois anos da Acampada Lisboa. Em Espanha, o 2º aniversário das Acampadas foi assinalado com novas manifestações e ocupações. Nelas estiveram presentes vários colectivos de Auditoria à Dívida Pública do estado espanhol. Em Portugal, o movimento das acampadas tem hoje uma dimensão muito menor e a mobilização, auto-organização, e participação cívica na construção de um quotidiano melhor não possuem a mesma dinâmica de antes. Ainda assim, o espírito de abertura e de diálogo do 15M deixou as suas sementes e mantém-se no grande número de activistas que, de uma forma ou de outra, contactaram com a Acampada e

⁵⁸ Após os acampamentos, muitos membros do grupo deram continuidade às propostas inicialmente lançadas durante as assembleias, reunindo-se em grupos menores em diferentes locais públicos, discutindo uma gama de assuntos que consideram relevantes. Além disso, continuam a manter a comunicação on-line, principalmente através do *Facebook*, onde alguns desses encontros são também divulgados.

o 15M, continuando a promover a irreverência na acção e a abertura na organização e no debate, que caracterizam as acções inspiradas por aquele movimento.

Conclusão

O diário de campo aqui descrito teve o objectivo de compreender como um núcleo local específico de um movimento social com carácter transnacional lida com as diferentes escalas das redes em que se insere, bem como a relação desse movimento com o espaço urbano, neste caso a praça.

O movimento dos IL, na sua relação com as redes de contacto, apresentou-se a níveis de multiescalaridade, local, nacional e internacional. As trocas de informação do movimento deu-se a nível global com outros movimentos e activistas de países cuja situação económica e política é semelhante àquela de Portugal, como a Grécia, a Islândia, a Itália ou a Espanha. As redes criadas entre os IL são, no geral, de cunho solidário: os movimentos que se contactam têm tendência para ser de países com situações político-económicas semelhantes.

A nível nacional, deu-se apoio e suporte a outras acampadas em Coimbra, Porto e Aveiro, o que manteve a relação deste mesmo acontecimento também a nível nacional. A nível local, as assembleias populares contribuíram para consolidar a característica local do movimento. É dessa forma que os IL mantêm relações constantes com estas três dimensões espaciais, conectadas entre si através da mediação on-line.

Vimos que o lugar da praça, geograficamente modificado pelo movimento, tem duas tipologias: convivência social e debate público através das assembleias. A praça do Rossio, transformada em acampamento e assembleias populares, deu lugar à criação de lugares contínuos de protestos, conversação, produção de ideias, aumentando assim a visibilidade dos esforços do movimento. A materialização dos esforços dos IL criou uma “cena” temporal naquele lugar, oferecendo aos cidadãos uma instituição

alternativa para exporem os seus problemas e amplificar a sua voz política. Assim, através de uma nova vivência e de uma nova performance do protesto, foi possível criar espaços efémeros de democracia.

A apropriação e modificação do espaço público, transformando-o posteriormente em ferramenta política, destaca-se pela tentativa de implementar uma democracia mais participativa e deliberativa entre os cidadãos que das assembleias participam. Os princípios dos IL declaram que cada indivíduo é o seu próprio representante. Isto pretende empoderar o cidadão comum, devido ao facto do movimento considerar que a estrutura política existente retira poder ao cidadão comum, dando-lhe apenas um voto esporádico, conferindo aos grandes grupos económicos muito maior preponderância devido às suas ligações aos partidos políticos.

Assim, a democracia participativa apresenta-se como alternativa às vicissitudes encontradas na democracia representativa. Deste modo, a assembleia popular torna-se uma prática dos ideais pretendidos. Relacionado com a ideia de democracia participativa, está o princípio de horizontalidade, que estrutura a realização das assembleias populares. Para garantir a igualdade de todos os participantes, os IL propõem uma estrutura horizontal sem líderes nas assembleias.

Como método de legitimação das decisões é proposto o consenso. O consenso surge como alternativa ao voto e à decisão da maioria, como modo de acolher a posição de todos em cada decreto. O consenso pode surgir espontaneamente através da aceitação de todos ou pode recorrer-se ao consenso de mínimos. Este baseia-se numa solução criada em conjunto através do debate colectivo. O conceito-chave que está aqui em causa é o do pensamento colectivo. Este surge em contraste com o pensamento individualista, que os IL consideram hegemónico na sociedade. O pensamento colectivo é a criação de ideias em conjunto, não simplesmente através da junção da iniciativa de cada um mas como resultado das dinâmicas de conjunto. São valorizadas qualidades como a empatia e o respeito no debate, constituindo desta forma uma cultura cívica entre os participantes.

Através deste diário de campo, conseguiu-se captar como em 12 dias se criaram redes sociais possibilitadas pelas tecnologias de comunicação, a internet, dinamizadas a nível local, nacional e internacional.

Jovens com diferentes trajetórias estiveram unidos por uma causa em comum, o desejo de mudança, demonstrando que através da apropriação do espaço público, se constrói *empowerment*, reforçando a criatividade e pluralidade de uma parcela da juventude portuguesa, que a níveis de participação política procura cada vez mais os seus espaços autónomos de cidadania, refutando o partidarismo e as instituições como forma de ideologia e representação.

Capítulo 7 - Relatos e trajetórias

1. Jovens “à rasca” e Indignados

O primeiro dado a registar na análise das entrevistas e leitura dos relatos pessoais recolhidos é que o sentido do termo geração “à rasca” é entendido por este universo de jovens como sendo um *status* social ao qual se encontram ligadas as suas transições

para a fase adulta (independência financeira, saída da casa dos pais, etc). O sentimento de indignação com o modelo de democracia e o sistema político em Portugal é outro denominador partilhado por estes jovens e aplicado a todos os perfis entrevistados. No entanto, apesar de existir um denominador comum de condição social e sentimentos partilhados, cada percurso é marcado por determinados traços que tornam as motivações e os modos de envolvimento cívico activista distintos entre si.

Para compreender as lógicas, os mecanismos e os processos que conduziram estes jovens às dinâmicas da participação cívica junto do movimento dos *Indignados* em Lisboa, foi necessário centrar a análise nas trajectórias pessoais destes jovens, buscando a compreensão dos factores que os levaram a despertar o interesse por causas políticas e cívicas, até ao momento do seu envolvimento actual com os IL. Assim, optou-se pelas entrevistas abertas, na medida em que se baseiam no reconhecimento do saber individual, constituindo um método privilegiado para aceder às suas experiências e à forma como as interpretam, explicam e enquadram na sua vivência do quotidiano. Por outro lado, referimos que foi dada aos entrevistados, a oportunidade de focarem questões que entendessem ser importantes e que não tivessem sido consideradas no decorrer da entrevista.

A imersão do investigador no quotidiano observado, que se refere à presença diária nos acampamentos, resultou numa maior aproximação à realidade observada, o que tornou o método da entrevista e recolha de relatos mais interactivo. Neste contexto, Rubin & Rubin (2005), na obra *Qualitative Interview: The art of Hearing Data*, afirmam que as entrevistas podem ser enquadradas por uma concepção dos indivíduos entrevistados enquanto “parceiros” e não “objectos” da investigação, o que facilita o processo de proximidade entre os dois interlocutores. Esta estratégia metodológica, que procura construir uma relação de confiança, é fundamental para o desenvolvimento do trabalho empírico.

À medida que se foi explorando o campo empírico de observação, nomeadamente a praça do Rossio durante os primeiros dias, foi-se também procurando identificar os indivíduos cujas vivências e experiências na “cena do Rossio” fossem mais representativas e pertinentes para a exploração dos objectivos pretendidos. Procurou-

se mesclar os perfis do ponto de vista da frequência com que participavam e frequentavam os acampamentos na praça.

Os primeiros relatos constituem diferentes exemplos de como os jovens foram construindo as suas experiências participativas iniciadas em diferentes espaços (na escola ou universidade), resultando num interesse em envolver-se numa dinâmica já existente por via da ligação aos grupos de pares, às associações, às instituições partidárias ou à família. A recolha das informações permitiu organizar os relatos em elementos estruturais passíveis de serem identificados e analisados, em cada uma delas, e a proceder à comparação destes elementos nos vários relatos, explorando os factos, as relações entre os vários aspectos e as interpretações enunciadas por cada entrevistado.

Foram recolhidos 20 relatos, correspondendo a 9 mulheres e 11 homens (M=9, H=11). Relativamente à faixa etária dos entrevistados, esta segmenta-se em dois grupos: um primeiro, entre os 15 e os 23 anos (14) e, um segundo, entre os 24 e os 30 anos (6). Quanto à ocupação, apenas 2 dos entrevistados (Renato e Pedro) haviam terminado as suas licenciaturas e estavam empregados de modo precário, a recibos-verdes. Outros dois entrevistados (Raquel e Gonçalo) inserem-se ambos na categoria trabalhador – estudante, dividindo o seu tempo entre os acampamentos, a universidade e o trabalho. Os restantes entrevistados são estudantes do Ensino Secundário (8) e Universitários (8).

2. Trajectórias e ligação política

Os relatos seguintes constituem diferentes exemplos de como a experiência da participação cívica se inicia na vida destes jovens a partir dos espaços que os circundam, nomeadamente a escola, as associações e a família.

Comecei a militar no partido por influência dos meus pais que fazem parte de um partido de extrema esquerda, o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS). Este partido foi fundado na altura do 25 de Abril e conta com pessoas que foram expulsas do PS e pretendem continuar o caminho da revolução, com medidas populares e assumir o controlo operário, assumir o controlo da terra, promover um sistema socialista não no sentido estalinista, mas no sentido económico, de partilha. E no Rossio acho que estamos nesta fase de partilhas. *(Margarida, 24 anos)*

Há cerca de um ano e meio que estou envolvido com a política. O meu pai já era um activista político, ligado a um partido de extrema esquerda, a UDP. O meu envolvimento é através do partido Bloco de Esquerda quando filiei-me. Ainda não tenho idade para ir a voto, mas sou muito activo na minha escola e na associação de estudante, onde faço parte da direcção da associação de estudantes. *(Daniel, 17 anos)*

Quando ingressei no curso de Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, logo no primeiro ano do curso fundei uma revista chamada RELER, dos estudantes da Faculdade de Letras. Depois fui ajudando a fundar o Ruptura/FER, que resultou da fusão de uma corrente que vinha da antiga FER com o Ruptura, que era um grupo frentista do movimento estudantil que emergiu no marco da luta contra as propinas, do qual eu fazia parte, e foi ganhando outros níveis de consciência política. Com o Ruptura/FER fui co-fundador junto com o Bloco de Esquerda, partido à qual faço parte milito e onde durante seis anos pertenci à direcção da organização dos jovens *(Renato, 24)*

Estes primeiros relatos permitem dar a conhecer a realidade de um contexto de participação cívica desenvolvido na esfera partidária. A filiação em partidos políticos é a primeira ligação formal destes jovens com o contexto político, o que, por sua vez, os direcciona para uma concepção da política de âmbito ideológico. Os relatos de Margarida e Daniel convergem no sentido de a influência da família ter sido decisiva para o ingresso na política pela via partidária. O facto de ambos os pais pertencerem a partidos de esquerda contribuiu para uma aproximação à realidade política familiar, com o ingresso nos respectivos partidos políticos escolhidos pelos pais. Como é

salientado por Calenda & Meijer (2011), a influência da família é ainda um elemento importante no processo de socialização política e na tomada de consciência crítica dos jovens a partir de casa.

No caso do Renato, o vínculo ao Bloco de Esquerda, partido ao qual faz parte, conecta a sua experiência a instituições partidárias, à semelhança de Daniel e Margarida. No entanto, no caso do Renato, o jovem vivencia as suas experiências políticas em diferentes espaços da sua vida social, entre a universidade e o Bloco de Esquerda. A importância da rede de relações interpessoais e o papel activo deste jovem em dinamizar diversas actividades, tanto na universidade quanto junto ao Bloco de Esquerda, garantiu que pudesse desenvolver suas capacidades enquanto activistas e militante. O caso de Daniel aproxima-se ao de Renato quando o jovem também participa de actividades extras de sua escola fazendo parte da direcção da associação de estudantes. Ao mesmo tempo, no relato do Daniel há um aspecto interessante, não afluído nos outros relatos anteriores, que é a sectarização partidária existente dentro do próprio partido através da Ruptura/FER⁵⁹, uma rede à qual também faz parte o Renato. Essa sectarização corresponde a uma corrente contrária dentro do BE, que para os jovens tem o significado de ser um fazer político-activista dentro da própria instituição que frequentam.

Ainda não posso votar e se pudesse votaria, claro no Bloco de Esquerda. Mas também estou muito descontente com os rumos do partido que está aos poucos deixando de representar aquilo que acredito. Eu faço parte de um corrente que é bastante crítica com algumas decisões política que a direcção tem tomado. Somos um subgrupo minoritário dentro do partido, mas formamos uma rede internacional, a Ruptura FER (*Daniel, 17 anos*)

Os relatos de Daniel e Renato ilustram como a experiência de ambos se entrelaça com o vínculo à instituição partidária onde estabeleceram os seus contactos, permitindo-lhes participar e desenvolver diversas actividades. No caso de Margarida, o laço com a

⁵⁹ Os membros do Ruptura/FER pertencentes ao Bloco de Esquerda (BE) em 3 de Dezembro de 2011 oficializaram a criação de um novo partido político e a cisão o BE.

família é bastante forte, no sentido em que junto com os pais ela participa de actividades políticas do Partido Operário de União Socialista – POUS, tais como ir a comícios e reuniões.

Com os meus pais costumamos ir a comícios, reuniões no directório do partido. Em períodos eleitorais também vamos lá para discutir sobre o que poderia ser melhor para Portugal. Enquanto unidade socialista defendemos desde de sempre que a entrada de Portugal na união europeia só viria a afundar o país e hoje vivemos o reflexo desta situação catastrófica em que estamos. *(Margarida, 24 anos)*

No discurso de Margarida nota-se sempre uma construção do pensamento à luz das ideias do partido ao qual pertence, reforçando assim a influência ideológica do seu discurso. Por outro lado, apesar da ideologia partidária que partilha, a motivação que traz para integrar o movimento dos *Indignados* é a solidariedade com outros jovens e o sentimento de esperança na possibilidade de mudar o rumo das coisas.

Estou aqui porque acredito que se as pessoas se unirem podem retomar uma revolução que já começou em Portugal que foi o 25 de Abril. Além do que as pessoas estão a sofrer mais e acho que é preciso fazer alguma coisa. Venho também dar uma palavra de ordem concreta a este movimento que aqui no Rossio teve início. *(Margarida, 24 anos)*

O relato do Daniel, assim como o da Margarida, descreve um sentimento ao mesmo tempo de descrença e esperança, permitindo explicar a motivação de participar no movimento dos *Indignados* por um desejo de mudança.

Venho aqui participar porque sinto que não vivo numa democracia verdadeira, onde as pessoas não têm o poder para participar. Eu sei que para mudar alguma coisa não é pela via eleitoral e o crescimento desta mobilização prova que as pessoas estão descontentes e uma forma de lutar por aquilo que têm direito. *(Daniel, 17anos)*

Apesar destes três jovens convergirem na experiência de pertencerem a partidos políticos, Renato, em relação aos outros dois, destaca-se por acumular mais experiências no campo profissional e por ter frequentado o curso de Jornalismo da Faculdade de Letras de Coimbra. Além disso, teve a experiência de viajar pelo mundo e morar na Bolívia, onde conheceu o presidente daquele país, Evo Morales. Assim, Renato não encontrou em Portugal muito espaço para produzir aquilo que considera jornalismo libertário, optando por direccionar a sua carreira como *freelancer*. É desta forma, que o jovem se confronta com o tema da precariedade, trabalhando a recibos-verdes e, quando consegue bons pagamentos, chega a receber 850 euros por mês, um pouco menos do que dois salários mínimos.

“É que esse é o mesmo valor de salário de pessoas que estão em redacção de jornais há cinco e seis anos ou mais. Como é possível fazer um jornalismo de qualidade com um salário destes? Não é! Vejamos, para estar completamente informado eu devia comprar quase tudo o que sai da grande imprensa internacional, o que significaria 30 ou 40 euros por semana não posso! Menos 150 euros por mês arruinavam-me o orçamento. Eu, por privilégio de classe, não tenho de pagar prestação de casa ou de automóvel, mas há quem tenha esses encargos. Como os pagam? Ou têm uma base de apoio familiar, ou não é possível prover ao dia-a-dia... Já nem falo no campo do desenvolvimento pessoal, como é possível irem ao teatro, ao cinema, comprar livros, discos? Eu não consigo, só raramente... por essas e outras que é preciso estar aqui, lutar contra essa situação não só minha mas de tantos outros”. (*Renato, 24 anos*)

Nos três relatos anteriores, o envolvimento no campo da política e o despertar activista permitem realçar alguns traços gerais, entre o conjunto das experiências conectadas à militância partidária e à influência familiar. A trajectória activista nestes jovens é encetada no contexto escolar, como resultado do seu envolvimento em actividades realizadas por iniciativa própria ou em conjunto com grupos de pares e por um direccionamento ideológico dos partidos políticos dos quais fazem parte, correspondendo, portanto, a um activismo alinhado. Assim, ao chegar ao movimento dos *Indignados* estes já carregam uma bagagem activista vinda destas experiências.

Enquanto que o encetar de uma experiência política pode ter origem no incentivo familiar, conforme as situações encontradas nestes primeiros relatos, os casos seguintes são exemplos de trajetórias que negam ou refutam a partidarização como forma de ligação à política. Nos relatos que se seguem há um claro descontentamento com a estrutura política e o sistema partidário. No caso do Ubaldo, o factor “apartidarismo” defendido pelo movimento dos *Indignados* numa lógica de horizontalidade sem ligações partidárias ou líderes aparentes, foi o factor que o atraiu para este tipo de envolvimento político.

Aderi à causa por ser um movimento apartidário. Como eu não me sinto representado por nenhum dos [partidos do] sistema político, para mim este movimento que se criou aqui no Rossio é o único que faz sentido para mim. Eu estava a perder a fé na sociedade em geral e fui-me desinteressando mais porque nada me cativava. A primeira coisa que me cativou foi o movimento 12 de Março, onde tiveram 200 mil pessoas aqui e agora este. *(João, 21 anos)*

A razão de eu apoiar esta causa, tem a ver com o facto de sentir-me perturbado e por não ter partido político. Nenhum dos partidos que está hoje no poder me representa de alguma maneira, os meus ideais. Então como eu quero intervir na política de uma certa maneira, então estou aqui para demonstrar a minha indignação com o sistema político actual. Eu interessei-me por política já algum tempo, mas principalmente desde quando entrei na escola de teatro. Havia um professor e poeta e foi o grande homem que nos ensinou a pensar. Nunca tive um partido e nunca me senti representado. Dentro de mim há uma vontade de fazer um teatro interventivo, de rua, para as pessoas agregado a estes manifestos. Nunca votei porque senti que nada era feito para mudar a situação do país, não a minha. *(Guilherme, 21anos)*

O relato de João deixa claro que, sem um historial activista definido, interessou-se em fazer parte dos *Indignados* pela razão de durante muito tempo não ter encontrado nada que lhe despertasse interesse. Dalghren (2009) afirma que o envolvimento na política requer uma dose de emoção e confiança. A falta de confiança e “perda de fé” no sistema político, de acordo com o relato de João, desmistifica a argumentação de que os jovens se interessam cada vez menos por política e são apáticos perante o

tema. Ao afirmar que foi cativado pelo protesto da geração “à rasca” e pelos acontecimentos na praça do Rossio, ratifica a argumentação de Coleman (2007) que diz não ser os jovens que desacreditam na política mas sim a cultura política que não está adequada à linguagem, valores e aspirações da cultura jovem.

Da mesma forma, Guilherme fala de apartidarismo como modo de estar na política, razão pela qual apoia a causa dos *Indignados* e nela participa, dormindo todas as noites na praça do Rossio numa tenda. Assim como João, ele menciona a falta de representatividade e insere uma componente importante no seu relato que é a possibilidade de fazer política através de actividades culturais, neste caso, o teatro. A experiência do teatro estimulou-o a ter uma vivência social activa ao longo da sua vida pessoal. Além disso, reforça também que a influência da escola foi importante para o seu despertar cívico e crítico, principalmente depois de ter tido contacto com o seu professor de filosofia. Este ponto relatado por Guilherme é importante, pois conseguimos assim captar a origem da influência que o direcciona para a sua trajectória cívico-activista.

Os relatos seguintes assemelham-se ao de Guilherme, onde a experiência cultural é também o motor do despertar cívico e da atitude política. O primeiro relato é de Gilberto, frequentador assíduo do movimento *punk* em Lisboa, o que significa ir a concertos, ouvir músicas deste género e dedicar-se ao consumo cultural alternativo de *fanzines*.

Enquanto jovem sinto-me talvez um pouco oprimido em alguns aspectos. As nossas opções não são muitas e não são as melhores. Acho que devia haver mais alternativas para podermos questionar o que está a passar à nossa volta e acho que este espaço representa muito bem isto. (...) Eu utilizo a internet, vou a concertos Punks e leio zines, é a forma como faço. Fiquei a saber dos acampados no Rossio pelo Facebook, não que seja um grande utilizador, mas a palavra espalha-se rápido. (*Gilberto, 16 anos*)

No caso de Eunice, ela encontrou na arte, nomeadamente no teatro, uma forma de activismo. No seu relato afirma pertencer a uma associação que realiza trabalhos comunitários em Lisboa. O gosto pela arte, fez com que pudesse ir mais longe e aliar a paixão pelo teatro com a intervenção cívica.

Eu acho que é bom recuperar os velhos hábitos e ir em frente. Ler o manifesto na rua, no metro, ter uma intervenção mais directa. Utilizo a arte como um ponto de partida crítico. Faço parte de uma companhia de teatro (*myskills*) que realiza trabalhos comunitários com jovens do Bairro Alto. (*Eunice, 21anos*)

O próximo relato traz uma trajectória diferente das outras duas, pois engloba a componente familiar, sem no entanto reproduzir as preferências ideológicas e partidárias dos pais, como foi os casos de Margarida e Daniel. No caso de Ricardo, ele conta que preferiu a via cultural como forma de expressão, e apesar dos pais possuírem ligações com partidos políticos, o jovem trilhou o seu próprio caminho no que se refere ao envolvimento político da sua trajectória.

Estou aqui no Rossio para exigir uma democracia já, uma democracia participada por todos os cidadãos e exercer a cidadania, participando das decisões. Achamos que o voto não chega (...) Sou estudante, vivo em Lisboa. Tenho abertura para conversar sobre política com a minha mãe. Meu pai tem um historial de activista político e foi militante mais activo, portanto são temas bastante presentes em casa, mas nem tudo compartilho com o que eles dizem e oriento-me pelas minhas próprias escolhas (...) Estou envolvido com um grupo de tambores onde fazemos musica de intervenção. Começamos o grupo por tocar e batucar, não só para divertir mas com algum despertar de consciência. Temos a nossa agenda, vamos ao Facebook para divulgar eventos e também procurar por eles, porque nos grandes media é difícil encontrar este tipo de informação. Além disso temos também alguns vídeos no Youtube. (*Ricardo, 20 anos*).

Em contraposição ao exemplo de Ricardo, a experiência de Marta mostra-nos que para a jovem a influência da família é bastante relevante, pois ao dependerem do grau de literacia dos pais, os filhos podem aproveitar-se do capital cultural transmitido em casa para começar a pensar e desenhar a sua trajectória activista.

Desde que tomei consciência de que algo não estava bem, comecei a interessar-me mais pela política. Também os meus pais são professores e tive um bocado outra perspectiva, não só na escola, mas em casa e com a convivência com outras pessoas em Lisboa. *(Marta, 25 anos)*

No próximo relato, a experiência da Raquel é bastante intensa do ponto de vista cultural e associativista. Ao longo da sua trajectória, sem a influência familiar, a jovem vai constituindo, através da relação com os amigos e a música, maneiras de se manifestar politicamente. Desenvolve actividades em associações de bairro dirigidas as crianças e jovens, colaborando de forma voluntária. Ao mesmo tempo, adere a outras oportunidades que vão surgindo no âmbito da faculdade, tendo já a experiência de dirigir uma associação de estudantes e, posteriormente, envolver-se com o que chama de “música de intervenção” com propósito activista e lúdico.

Eu faço trabalho comunitário, tenho um grupo de teatro que actua em bairros sociais. Sinto que as pessoas desistiram de acreditar, e através da arte tento libertá-las do silêncio com palavras, de maneira que as pessoas reajam e não se acomodem. Eu, durante o secundário, fui presidente de uma associação de estudante e considero que isso seja já uma forma de se fazer política (...) Não sou de nenhum partido e gosto de me mover por essas causas que são minhas e, no fundo, de toda a gente. Embora esteja a trabalhar com horários fixos, faço um esforço para estar aqui. É bonito de ver as pessoas terem coragem e virem dormir para uma praça se exporem e terem coragem de falarem sobre assuntos que as incomodam.

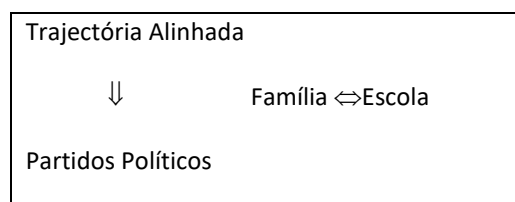
(...) Faço parte de um grupo de percussão, os “Jabuena”, e dentro das artes onde eu me insiro é que tento fazer alguma coisa e acho que é um mecanismo muito forte para se chegar às pessoas. Mais do que amigos, somos um grupo de percussão que faz música para fora, para dar ânimo e apelar à ida às manifestações. Por exemplo, durante a manifestação da geração “à

rasca”, entrámos no metro e começámos a tocar para divulgar a manifestação e também vamos aos *flashmobs* e essas organizações mais pequeninas. (*Raquel, 21anos*)

Os cinco relatos apresentados exemplificam tipos de trajectórias que contemplam vários momentos de um percurso de participação cívica em diferentes escalas, espaços e interesses. Este percurso nem sempre se desenvolve pela influência familiar directa, sendo desenhado ao longo dos anos com a passagem pela escola e universidade e pelas escolhas pessoais que fazem de forma independente. A identidade é um factor-chave para o entendimento da cidadania e dos jovens enquanto agência cívica. O *self*, como projecto reflexivo, aponta para que as identidades de pertença não sejam apenas produtos subjectivos dos indivíduos, pois também devem envolver um colectivo e a relação com mecanismos institucionais da sociedade, ou seja um “Eu”, não como um si mesmo, mas como uma relação de um si para o outro (Rancière, 1995:66).

Estes primeiros relatos, que integram um conjunto de trajectórias alinhadas e não-alinhadas, vão dar lugar à construção de perfis que nos esclarecem sobre a trajectória dos jovens que aderiram ao movimento dos *Indignados* em Lisboa. Assim, parece-nos que estas características proporcionam a compreensão do modo como as trajectórias associativas dos/as participantes se originam, estruturadas em duas macros-divisões, em trajectórias alinhadas e a não-alinhadas, com ligações a instituições (como a escola e a universidade) e a interferência do grupo de pares e do capital social acumulado.

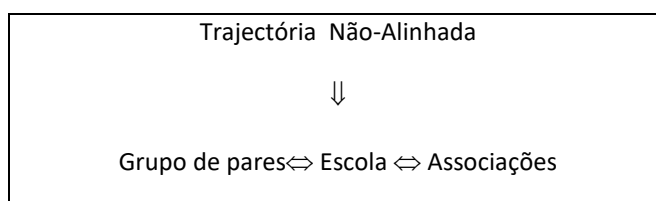
Quadro 1. Trajectória A



A trajectória 'A' revela, através da análise dos percursos dos jovens, uma forma de participar política e civicamente através da ligação a partidos políticos. Neste tipo de trajectória, a influência da família é significativa no que diz respeito às escolhas dos filhos. As razões pelas quais os filhos desenham as suas trajectórias começam a formar-se sob a influência dos pais dentro de casa. No espaço do lar debatem-se assuntos relacionados com a política, transmitindo-se aos filhos a preferência ideológica dos pais (Novaes, 2010). Posteriormente, com o ingresso na escola e na universidade, passam também a envolver-se com outras actividades, onde criam novas relações sociais com os seus grupos de pares. Os mais jovens filiados em instituições partidárias estarão aptos a propagar as ideias ideológicas que adquirem e a exercer influência nos ambientes por onde circulam.

Quanto à trajectória não-alinhada, classificada de trajectória 'B', verificou-se, através dos relatos, que as escolhas pessoais exercem maior importância na vida dos jovens e desenham o rumo das trajectórias. São os jovens que tomam a iniciativa de articularem os mais diversos espaços de intervenção, sendo a escola e a universidade parte deles. A experiência vivida na escola ou na universidade poderá ser significativa, como no caso de Guilherme, que se apoiou no professor de Filosofia para despertar a sua consciência crítica e interesse pela política.

Quadro 2. Trajectória B



Os grupos de pares têm, neste tipo de trajetória, importância reveladora na vida dos jovens circunscritas nas diversas culturas e interesses juvenis encontrados nos relatos de Raquel, Gilberto, Guilherme, Eunice, como o teatro, a música de tambores, o *punk*. A experiência de Gilberto em consumir informação alternativa através dos *fanzines*, conversar com os amigos e ir a concertos de bandas *punk*, permitem que ele tenha uma visão mais crítica da sociedade através da partilha do conhecimento no universo em que está inserido. Eunice, juntamente com o grupo de teatro, participa de iniciativas sociais no Bairro Alto. A experiência de Raquel é traçada por uma trajetória individual desenhada nos espaços associativistas dos bairros onde a jovem faz trabalho voluntário. A influência do grupo de pares na vida desta jovem destaca-se pelas actividades musicais do grupo de tambores do qual faz parte, além de ter acumulado, no decorrer do período da faculdade, o cargo de presidente da associação de estudantes. No caso singular de Raquel, as trajetórias interceptam-se em três espaços diferenciados, entre a universidade, o grupo de pares e as associações.

Portanto, para este grupo de jovens, que revelou o tipo de trajetória 'B' de activismo cívico aqui descrito, este foi-se construindo fora do âmbito familiar, projectando-se nas experiências da escola e universidade, no grupo de pares e nas associações não-partidárias. Como bem afirma Dahlgren (2009), a cultura cívica caracteriza-se também pela capacidade dos sujeitos de interagirem de forma independente e fora do ambiente formal das instituições democráticas.

Ao grupo da trajetória 'B', juntam-se ainda mais dois relatos que revelam igualmente trajetórias que se iniciam à margem da influência dos pais. No entanto, a vivência familiar não pode ser excluída da trajetória cívica, pois trata-se de famílias imigrantes em Portugal. As duas jovens dos relatos que se seguem, vêm no contexto da imigração o impulso para procurarem uma trajetória cívica, baseada no perfil de famílias imigrantes que buscam os seus espaços e direitos no país de acolhimento. No caso da Ana, portuguesa com ascendência em Cabo Verde, o significado do activismo liga-se a questões temáticas do racismo e da imigração. Zara, igualmente descendente de imigrantes da Mauritânia, desperta o seu interesse pelo activismo através do reconhecimento da sua condição de imigrante na sociedade portuguesa.

O relato de Ana traz um modo de expressar em torno da própria identidade, muito marcado pela ligação a África e pelo interesse em assumir uma postura política através do seu perfil e condição social de jovem, negra e imigrante.

A minha família é de Cabo Verde, mas nasci cá. Então senti que tinha mais uma luta enquanto jovem, negra e imigrante. Nunca tive nenhuma formação política por parte dos meus pais e também nunca me senti representada por nenhum partido político. Mas considero-me activa porque estive sempre ligada às causas dos imigrantes e de alguma forma estou a fazer política.
(Ana, 30 anos)

O relato de Ana traz uma componente importante sobre as origens do seu activismo cívico, transparecendo um processo de afirmação identitária em torno das suas origens africanas e negras. Este processo identitário vai desenrolar-se numa busca de se ligar a causas e ao conhecimento da diáspora africana, processo que a jovem toma em mãos mas que é construído no seu percurso. No caso de Zara, a convivência familiar despertou na jovem o desejo de participar em experiências sociais ligadas às causas dos imigrantes da mesma origem.

Tenho ascendência mauritânia. Eu antes já estive envolvida em acções de solidariedade dos povos. Desde pequena que fui criada com os *Sahouri* que neste momento é um povo que me deixa muito orgulhosa por continuar a lutar contra o povo marroquino. (Zara, 20 anos)

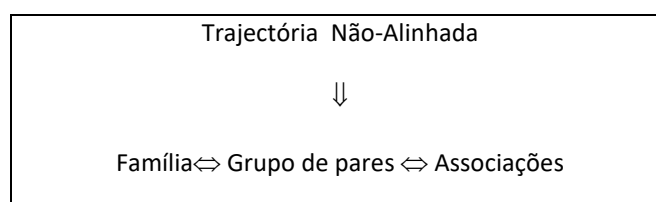
No caso de Zara, diferente da trajectória de Ana, a família da jovem mauritânica tem um papel relevante para que a esta pudesse trilhar o seu caminho até aos *Indignados*. Por causa da influência do seu pai, que é igualmente um activista, a jovem desde cedo participou em encontros sociais onde estivessem presentes os temas da integração, diferenças étnicas e socialização política.

O meu pai é da mauritânia e tem muitos amigos sahraouis. Ele foi um activista e portanto cresci com essas causas, sendo a minha família muito importante para o meu despertar político e social. (Zara, 20 anos)

Assim, chegamos a constatar que o conjunto das histórias aqui reunidas é bastante significativo para reconhecer não só a pluralidade étnica do movimento dos IL, mas também para considerar o papel ainda significativo que a família desempenha no direccionamento cívico e nas preferências políticas dos jovens, transmitindo-lhes o seu capital cultural construído.

Ainda que recebendo alguns *inputs* da família, os jovens são também livres e constróem as suas próprias trajectórias fora do ambiente familiar, conforme ilustrámos na figura 17. Portanto, os três factores juntos, a família, o grupo de pares e as associações interagem entre si, sendo que o factor família gera, atendendo aos relatos, influência primária na trajectória em paralelo com a influência construída com o grupo de pares e as associações. Os relatos de Zara e Marta exemplificam esta situação, onde a família tem influência em primeiro plano. Através dos pais recebem conhecimento crítico que será depois partilhado com o grupo de pares. Por sua vez, o conhecimento que recebe do grupo de pares e das associações que frequentam é igualmente partilhado no ambiente familiar.

Quadro 3. Trajectória B.1



O movimento dos *Indignados* é assim uma colectividade heterogénea, há um “ecossistema de mistura” composto por diferentes classes, estilos, gostos que se resume através de biografias pluralizadas num movimento constituído por jovens que se revoltam contra o futuro, proclamando o bem-estar (Nofre & Feixe, 2013). Neste sentido, retomamos o conceito de *neo-tribes*, ou novas tribos, dos estudos pós-subculturais, que nos leva à interpretação da importância da ideia do individual e colectivo presente neste conceito.

Como foi discutido no capítulo 2, o conceito de neo-tribo, originalmente desenvolvido por Michael Maffesoli (1996), constitui a percepção de uma nova categoria de sociabilidade fora dos padrões comuns de organização. De acordo com Maffesoli (1998:17), a ideia pessoal (*persona*) só existe na relação com o outro. Assim, a metáfora da tribo sugere o processo de identificação com o outro, desenvolvido fora da esfera pessoal. Na concepção do autor, a ideia de *persona* refere-se ao sentido de “máscaras” mutáveis que permitem a integração em diferentes ambientes e tribos, a partir da instabilidade que caracteriza as relações. A interpretação do sujeito colectivo, de acordo com Maffesoli, é a descodificação das formas antigas de tribalização da Idade Média, adaptada pelo autor ao neotribalismo. As “neo-tribos” são, portanto, colectivos de indivíduos próximos em diferentes espaços (Maffesoli, 1998). Não que o movimento dos *Indignados* se resuma ao conceito de neo-tribos, mas a mistura de várias *personas* e suas trajectórias, que relatámos, faz algum sentido nesta discussão.

3. Razões e motivações

A análise transversal das trajectórias traçadas no ponto anterior permitiu revelar uma pluralidade de percursos subjacentes aos diferentes modos como os jovens antes de aderir ao movimento dos IL, se inseriam no campo da política em diversos espaços de socialização. O ponto de convergência para a participação junto aos IL, além do sentimento de indignação, tem origem especialmente na situação de crise económica que enfrenta não apenas Portugal, mas também outros países europeus.

Eu venho aqui intervir, e, apesar da política ser um bocado chata para as pessoas na nossa idade, mas é muito importante aderir a esta causa. Enquanto jovem sinto-me mal, porque toda gente devia de ter uma intervenção maior, porque andamos a ser governados não por políticos, mas por banqueiros corruptos. *(Francisco, 16 anos)*

Na minha opinião a conjuntura económica sem sombra de dúvida é o principal argumento para todas essas manifestações. A crise é internacional. São movimentos acima de tudo contra a austeridade e a favor de uma participação democrática maior. Penso que são os dois pontos essenciais que faz mobilizar a mim de maneira individual e se calhar também às outras pessoas. *(Miguel, 28 anos)*

O relato de Miguel revela que, de facto, tratando-se dos IL nota-se um sentimento de solidariedade presente entre os jovens que se mobilizam por diferentes causas em diferentes países, mas com uma única ligação a uni-los : o sentimento de indignação. Nos próximos relatos percebe-se que os jovens, tomados pelo sentimento de descontentamento, transformam a sua indignação em activismo. Assim, não existindo experiências prévias de activismo, seja este partidarizado ou realizado em associações e espaços de intervenção cultural, as trajectórias de muitos jovens foram moldadas face às oportunidades surgidas com o contexto social dos protestos, iniciado com a Primavera Árabe, e em seguida num contexto nacional com o protesto da geração “ à rasca” e posteriormente os IL.

A experiência de Miguel pareceu-nos paradigmática no sentido em que, não havendo construído anteriormente uma trajectória activista, por influência dos acontecimentos, teve a ideia de criar um evento na rede social Facebook com mais três amigos e nomeou o evento de “Protesto da Geração à Rasca”, utilizando as potencialidades da internet para realizar actos de mobilização activista.

Além de estar solidário com o movimento dos acampados de Lisboa, eu sou um dos responsável pela manifestação do dia 12 de Março de 2011, “Geração à Rasca” que hoje

transformou-se no M12M. Relativamente ao M12M começou com quatro pessoas que se conheceram na licenciatura em Relações Internacionais em Coimbra. Percebemos que a maioria das pessoas em nossa volta eram precários e estavam descontentes. Uma vez resolvemos criar um evento no Facebook, simplesmente e convidámos nossos amigos. Passados dois ou três dias tínhamos milhares de pessoas lá dentro e aquilo começou a crescer. Fomos contactados pela imprensa, por várias pessoas que nos deram força. A partir daí começamos a contar com a participação de outros movimentos para tentar mobilizar o máximo de pessoas possíveis em termos políticos, não-partidários. Foi apartidário, não tivemos nenhum apoio de qualquer um partido e contou com a participação de mais de 200 mil pessoas entre jovens e não jovens. *(Miguel, 28 anos)*

A adesão positiva de milhares de pessoas a este protesto iniciado no Facebook, e contextualizado nas ruas de Lisboa, abriu portas para que outros jovens despertassem individualmente o interesse em se tornar activistas no espaço da colectividade, tal e qual nos revelou João (21 anos). Este jovem afirma, no seu relato, que foi cativado pela iniciativa dos M12M. O relato a seguir ilustra um caso em que o contexto das oportunidades é o elemento principal na decisão em participar e aderir à causa dos *Indignados* em Lisboa.

Eu estou aqui porque me identifico com este movimento, porque é um protesto contra a situação em que chegamos e contra a máxima que as pessoas dizem que isto nunca vai mudar, por mais que a gente se manifeste isso nunca vai mudar nada e eu não acredito nisto, acho que se a gente fizer alguma coisa isso muda e é por isso que estou aqui. *(Joana, 25 anos)*

Estou solidário com o movimento que aconteceu em Espanha na Plaza del Sol e pronto. Resolvi estar aqui solidário também. Acho que não devemos ter medo de expressar as nossas opiniões e acho que é o que está a ser feito nesta praça (Rossio) e sinto-me motivado a participar. *(Gonçalo, 21anos)*

O relato de Paula também segue a mesma direcção do de Gonçalo que, não existindo a

priori um projecto pessoal de trajectórias políticas, a opção em aderir ao movimento dos *Indignados* foi tomada pela influência de amigos, pela eclosão do próprio movimento em várias cidades da Europa e a exposição nos meios de comunicação social, além da repercussão no Facebook.

Por iniciativa própria comecei a participar activamente há pouco tempo, principalmente depois de ver as revoltas que haviam no mundo e comecei a pensar melhor na situação política actual e fui encontrando pessoas pelo caminho e comecei a tornar-me mais activista (...)Eu estou aqui porque me identifico com este movimento, porque é um protesto contra a situação em que chegamos e contra a máxima que as pessoas dizem que isto nunca vai mudar, por mais que a gente se manifeste isso nunca vai mudar nada e eu não acredito nisto, acho que se a gente fizer alguma coisa isso muda e é por isso que estou aqui. *(Paula, 25 anos)*

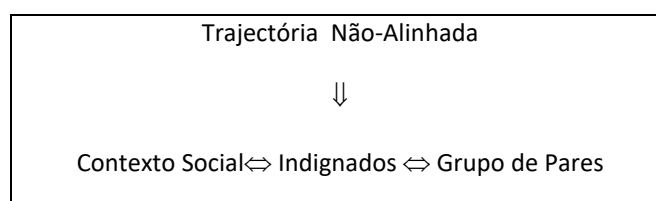
A interpretação destes relatos apresenta-nos um tipo de participação juvenil cada vez menos centrada nas condicionantes da experiência individual (Eu) e mais centrada na experiência colectiva (Nós, o que somos, o que podemos mudar) e das oportunidades um pouco à luz do contexto solidário, conforme Honneth (2003). Este tipo de trajectória, moldada pelas oportunidades, não requer uma experiência prévia ou grau de socialização, conforme Abílio (2006) e Granjon (2001), pois estes vão sendo adquiridos através da formação de novos laços sociais.

Deste modo, o principal factor externo, o contexto de crise económica e política que atravessa Portugal bem como noutros países do sul da Europa, foi fulcral para o despertar de um sentimento colectivo de insatisfação e ao mesmo tempo de união entre os que aderiram ao movimento dos IL. A interligação entre aspectos mais pessoais e condições exteriores ao indivíduo está presente no modelo de participação cívica de Verba, Schlozman e Brady (1995), na medida em que se orienta em torno de duas ordens de factores: a motivação e a capacidade. Se o primeiro aspecto essencial para um indivíduo se envolver em algo é a sua vontade, torna-se necessário que a essa vontade se associem condições que possibilitem a sua respectiva concretização.

Esta análise converge para um tipo de trajectória não-alinhada construída pelo

contexto das oportunidades, conforme a figura 18. Os movimentos sociais mobilizados através da internet criaram oportunidades para uma participação activa por influência de amigos ou iniciativa pessoal. Este tipo de trajectória é moldado pelo contexto social das oportunidades, onde os jovens têm a oportunidade de demonstrar as suas capacidades de participar activamente em iniciativas que se adequem às suas necessidades e interesses. Este tipo de trajectória revela que o contexto social é o principal influenciador para o despertar de uma cultura cívica, como foi o caso de Gonçalo, Paula e Joana e outros que, junto ao movimento dos *Indignados*, construíram gradativamente as suas trajectórias cívicas de maneira colectiva, pelo grupo de pares e as novas redes de amizade, através das quais vão mantendo os seus laços e relações.

Quadro 4. Trajectória B.2



A situação apresentada nos próximos relatos ilustra o problema das oportunidades laborais e a precariedade como principal motivação do seu activismo junto aos IL. A precariedade como modo de vida (Alves *et.al*, 2011) e a falta de expectativas no futuro são factores que incentivam o activismo em muitos jovens que vivem esta realidade dentro de casa com os pais, que também recebem um salário insuficiente e, portanto, estão também “à rasca”. Gonçalo relata que vive esta situação em casa com o seu pai, ganhando à volta de 600 euros por mês.

A situação do país é bastante grave. A própria entrada do FMI não vai ajudar em nada. Mesmo sem o FMI foram cortadas bolsas aos estudantes, apoios, abonos a pessoas que precisavam.

Em casa o meu pai tem uma reformar um pouco mais dos 600 e tal euros e portanto é algo que afecta toda a minha família. (*Gonçalo, 21 anos*)

No caso de António pode-se dizer que a situação é ainda mais grave. O jovem arrasta a sua condição de precário desde os 16 anos. Após a conclusão da sua licenciatura em Arquitetura, o jovem não encontra possibilidades de inserção no mercado de trabalho e já está perto de completar 30 anos. O trabalho que desempenha é considerado precário, pois não trabalha a contrato, somente a recibos-verdes.

A minha mãe está desempregada. Eu trabalho desde os 16 anos para pagar os estudos e passei fome na faculdade. Ganhava €200 num part-time e, na cantina, pedia a colegas para pedirem o segundo prato para me darem. Acabei o curso com a melhor nota da turma, mas passei fome para realizar esse sonho. Estou farto de levar pedradas. (*António, 29 anos*)

Sonho, decepção e indignação, adjectivos presentes no discurso inflamado do António, o jovem adulto de 29 anos que passou a integrar os IL, em virtude da sua situação, e com isto motiva-se a protestar juntamente com os outros. O relato de António é o reflexo da experiência do desemprego e da instabilidade, disritmia entre o idealizado e o realizado (Pais, 2012: 267). A realidade europeia, e especificamente o cenário em Portugal, é vivido pelos jovens como um ambiente de experiências de precariedade laboral, confirmada pelas dificuldades prolongadas de inserção no mercado de trabalho, trabalhos temporários, estágios não-remunerados, para um quadro de jovens qualificados.

O jovem anterior não conta com o apoio financeiro da família, o que agrava ainda mais a sua situação, pois, como demonstraram Alves *et.al* (2011), são os jovens que não podem contar com o apoio da família que se submetem mais rapidamente às condições de precariedade oferecidas pelo mercado laboral.

O relato de Laura também transmite o sentimento de insegurança quando a jovem é

confrontada a pensar no futuro. Apesar de ainda não ter alcançado a maioridade civil, Laura aos 17 anos já enxerga um futuro sem muitas oportunidades para ela e outros jovens e por isso sente-se motivada a estar na praça do Rossio junto aos IL.

Acho que o país está a passar por uma situação muito crítica e é crítica sobretudo para os jovens e não só. Estamos aqui a manifestar porque os empregos são precários, há pessoas que já não podem estudar porque não consegue pagar as propinas. Andamos a viver acima das nossas possibilidades e agora começam a dizer que temos que pagar isso. Para que? Mas a quem? Porque? São as perguntas que se fazem aqui nesta praça. Na medida em que tenho 17 anos, tudo que tenho assistido, acho que para frente não pode vir muito melhor. No entanto acho que as pessoas não podem desistir. E essas atitudes de partidos políticos como PS, PSD, que se juntam para fazer um sistema já não nos interessa. *(Laura, 17 anos)*

Estou muito assustada se não acontecer algo de novo. Porque sendo actriz, acabámos por se encaixar no perfil de jovens trabalhadores precários e é por isso que venho aderindo a todas estas manifestações que vem acontecendo em Portugal. Eu tenho esperança. *(Eunice, 21)*

O relato de Eunice reforça o sentimento de insegurança e incerteza, afirmando está assustada caso não aconteça alguma transformação. Por outro lado, também não quer perder a esperança em acreditar que tudo poderá vir a mudar. A actual crise do desemprego extensivo em alguns países da Europa e a falta de perspectiva no futuro, é o pano de fundo para muitos jovens se sentirem indignados e enxergar a si próprio numa situação de precariedade, como anteriormente discutido. De um problema social avançou-se para uma consequência política contestatária, que mobiliza transnacionalmente uma indignação que pretende ser a voz dos problemas estruturais que os jovens e outros cidadãos enfrentam em cada país.

A convergência de valores entre estes jovens dá-se através do sentimento de insatisfação e ao mesmo tempo de necessidade de mudança. A indignação nasce de um sentimento de “subalternidade” da condição social enfrentada por estes jovens, sentindo-se à margem do sistema económico, que não os inclui na lógica do mercado

produtivo do emprego e das oportunidades qualificadas. Os relatos que aqui se inserem representam uma geração de jovens que se identificam como “indignados”, partilhando estes sentimentos com outros jovens, outras “subculturas”, em cenários que são reproduzidos também através da experiência com o outro. É pertinente confirmar que a subjectivação política se relaciona com a experiência individual, com as vicissitudes do campo de identificação (Rabello, 2009:798). Há um sentimento que é construído colectivamente, partindo da esfera pessoal para o contexto micro-social (Agier, 2003), mesclando as múltiplas identidades dos sujeitos. Novas identidades e representações do “Eu” surgem com a utilização dos novos media.

É entre as motivações do “Eu” e as oportunidades e características do meio onde está inserido socialmente que decorrem diferentes formas de participar. Como já foi referido, a trajectória activista nalguns casos desenrola-se a partir da conjugação de motivações subjectivas com condições “objectivas” exteriores aos jovens que, por sua vez, reforçam a sua motivação. Novos motivos e condições emergem à medida que cada jovem vai fazendo o seu percurso e formando a sua consciência crítica, que consiste em compreender de que modo se podem tornar actores e sujeitos sociais da mudança, no seu papel de agência. O relato de Laura esclarece bem essa argumentação, quando para ela o espaço do Rossio é assim uma nova oportunidade para participar e expressar os seus sentimentos. É assim que a participação se processa naturalmente, no sentido de se entretecer nas relações de amizade que se vão constituindo com a aproximação a outros integrantes dos IL.

Eu tenho estado no acampamento, participado das assembleias populares e estas tem sido muito interessante do ponto de vista de uma cidadania que se começa a formar agora, pela democracia. Porque as pessoas estão aqui para exigir tal como Espanha, uma democracia real já. O apelo que estamos aqui a fazer é juntem-se a nós, vamos procurar algo diferente, por que as alternativas existem, a pesar de nos dizerem que não. E este movimento é uma forma das pessoas conversarem, debaterem para onde podemos ir. É importante que esse espaço exista. Eu estou aqui por que acho que os próximos anos deve ser diferente disto que estamos a viver agora. *(Laura, 17anos)*

O relato seguinte também mostra o sentimento de “actores” da mudança social, o papel que podem ter na sociedade, partindo de um desejo individual que se conecta ao colectivo através das experiências.

Eu sei que a mudança começa em mim e tenho uma vontade muito grande de mudar. E sinto responsável para mudar qualquer coisa. Tenho ido a todas as manifestações e a mais algumas. Tenho estado cá a dormir e acho que esse acampamento é diferente e mostra que está realmente a acontecer qualquer coisa. Também é uma oportunidade de mostrarmos e dizermos que queremos ter um futuro com mais justiça mais digno e que nós, não só jovens mais a população geral temos que ter uma opinião e termos que nos queixar para fora e não para dentro. *(Raquel, 21 anos)*

Voltando a colocar a questão que afluímos no início deste ponto, pode dizer-se que à decisão de participar nos IL subjaz a uma trajectória que se desenrola numa sequência de factores sociais externos. O posterior envolvimento activo e regular que estes jovens vão desempenhar junto dos IL deve-se à conjugação entre condições objectivas e materiais, que jogam como factores facilitadores, e a evidência de condições de natureza mais subjectiva, decorrentes de motivações e de características pessoais marcantes para o activismo. Há, portanto, que considerar que a afectividade e a racionalidade se intersectam nas motivações e razões que os/as jovens entrevistados enunciam como justificações do seu envolvimento inicial e progressivo reforço da participação.

Os objectivos afectivos e racionais foram facilmente identificados entre sentimento de indignação e mudança, situação de precariedade e luta colectiva, transparecendo nas suas narrativas. Nesta perspectiva, a análise das motivações e das razões que conduziram a trajectórias activistas, enquadra-se na análise do papel do sujeito enquanto actor racional e político. Os efeitos combinados entre razões e motivações inerentes aos percursos dos/as jovens entrevistados reflectem uma influência cruzada entre a acção racional orientada por uma avaliação dos benefícios da participação colectiva, fruto das interacções sociais que envolvem o contexto da decisão, e dos significados que os indivíduos atribuem ao contexto onde ocorre a

interacção, bem como às próprias acções, neste caso, entre a praça e a internet.

4. Internet: o artefacto da indignação

Os recentes acontecimentos de cunho contestatário em Portugal e noutras partes do mundo, onde a adesão de muitos jovens se fez sentir, já revelou ser a internet um ambiente mediático potenciador de mobilizações, estando os jovens a desenvolver papéis de agência na formação de redes. A cultura cívica on-line é praticada principalmente no espaço das redes sociais, como o Facebook. As plataformas disponíveis nesta rede social on-line são utilizadas em diversos contextos e por diferentes razões de modo a promover o debate, a discussão e as mobilizações fora da internet. Neste sentido, o termo “cívico” é melhor compreendido quando envolve uma colectividade de indivíduos que juntos dão sentidos às práticas, utilizando-se de ferramentas digitais e da ocupação do espaço público.

Vimos, em capítulos anteriores, que as diversas formas de manifestação da cultura cívica é iniciada on-line e extendida para o off-line. No campo do engajamento juvenil político contemporâneo, a relação entre os jovens e o uso da internet na promoção de acções políticas, cria em torno deste meio redes que formam a base de uma nova cultura cívica on-line reproduzida para outros campos de acção fora da internet.

Os relatos que se seguem mostram a relevância da utilização da internet para muitos jovens que chegam ao movimento dos IL. O relato de Miguel, um dos organizadores do protesto da geração “à rasca”, passou a utilizar frequentemente a internet como artefacto de mobilização política e divulgação das actividades dos M12M, ressaltando a importância que este meio teve na organização do movimento e nas actividades resultantes do êxito do protesto da geração “à rasca”

A internet continua a ser um meio de acção que privilegiamos, até porque é gratuito e nós não temos orçamento, portanto continuamos a nos organizarmos pela internet e mantermos

contacto através desta rede. Estamos com uma proposta de lei que pretendemos apresentar na Assembleia da República sobre a precariedade. Ao mesmo tempo, também estamos a organizar uma campanha sobre auditoria das contas públicas, porque para sabermos o que queremos no futuro, temos que saber os erros do passado, quem os cometeu e perceber que parte da dívida é do Estado, dos bancos e da sociedade e tudo isso é convocado pela internet e redes sociais.

(...) Estamos sempre a organizar eventos e presentes em manifestações as quais divulgamos em nossos meios. Organizámos um ciclo de debate (aprofundamento da Democracia) onde debatemos como podemos melhorar a democracia que temos e apresentar algumas soluções. Lá está, vamos à rua para protestar e depois queremos mostrar soluções e isto é o que neste momento estamos a fazer. Organizámos assembleias através do nosso Fórum das Gerações no Facebook. Enviámos também perguntas aos partidos políticos por emails e mensagens, questionando-os sobre a precariedade laboral. Enviámos um comunicado de imprensa sobre estas acções de maneira que os pressionem para nos responder. *(Miguel, 28 anos)*

O relato de Joana dá conta que a internet é para ela um meio de consumir informação e por meio da qual se vai mantendo informada. Através da internet conectou-se com um grupo de jovens responsáveis pela página “Precários Inflexíveis⁶⁰”, que se transformou posteriormente numa associação de combate à precariedade em Portugal. Posteriormente fez contacto pessoal com este grupo, onde passou a colaborar regularmente.

Informo-me sobre tudo pela internet. Eu pertenço a um grupo que mantém um blogue os precários inflexíveis e nós vamos divulgando algumas notícias. Foi algo espontâneo. Vi que havia este grupo e que faziam reuniões, então fui lá para integrar-me a eles. *(Joana, 25 anos)*

A experiência de Francisco com a internet levou-o para a praça do Rossio, através da informação que obteve nos blogues e nas redes sociais.

⁶⁰ www.precariosinflexiveis.org

Sou muito adepto à internet e acho que é o nosso futuro. Fiquei a saber deste movimento através da internet e blogues. Aliás é através da internet que me informo e tento mais ou menos acompanhar o que se passa em Portugal e no mundo. (*Francisco, 16 anos*)

Assim como Francisco, a internet foi o meio onde Zara encontrou mais informações sobre os IL. Primeiro ficou a conhecer o movimento em Espanha e, motivada com os resultados dos protestos nos países árabes, passou a acreditar que uma mudança é possível.

Soube do movimento que houve em Espanha pela internet, Facebook, além das revoltas que aparecem no mundo todo, no Egipto, deu-me força para acreditar que a mudança é possível. Porque teve uma altura que pensei que se calhar não é assim tão possível, mas a verdade é que um povo que deita um barão abaixo, como aconteceu nos países árabes é uma força para o resto do mundo continuar a lutar. (*Zara, 20 anos*)

No caso de Laura, o meio on-line é utilizado como artefacto de informação e também de activismo, já que integra um grupo de jovens que escrevem regularmente num blogue sobre assuntos relacionados a política, sem o vínculo ideológico dos partidos. Aqui as funcionalidades das plataformas sociais on-line são, conforme Valenzuela (2012), recurso para obter notícias e informações, como espaço de expressão política e ferramentas de mobilização e causas.

Eu faço parte de um blogue (Arsenal dos inválidos) onde participam cerca de 10 pessoas, essencialmente estudantes e é um espaço de escrita de cariz político, apartidário, com ideias e coisas novas que possam a surgir dos jovens. Nós tentamos actualizar o que se passa no Rossio em nosso blogue. (*Laura, 17 anos*)

O relato de Daniel mostra-nos que o jovem faz uso da internet através do Messenger, para conversar com amigos, e do *Facebook*, para recolher informações mais gerais,

mas também acrescenta que utiliza meios tradicionais como os jornais para leitura e divulgação das suas ideias.

Utilizo sobretudo o Messenger e o Facebook, sendo esta rede social onde estou mais activo. É uma boa forma de comunicação e de partilha de informações. Além disso escrevo no jornal da escola e num jornal regional. *(Daniel, 17 anos)*

Outro relato considera que a plataforma *Facebook* é a que especificamente mais se identifica com as mobilizações. No caso de Joana ela utiliza esta plataforma social para se inteirar sobre os protestos e agendas marcados pelos IL e sobre outros eventos de que vai tomando conhecimento nesta rede social on-line.

A internet dá-nos aquele extra de podermos saber das coisas mais rapidamente e não só saber a partir de amigos, por que só a palavra não chega e a *net* tem uma acção um pouco mais alargada. O Facebook serve mais para estar a par das manifestações que acontece, comunicar, passar a palavra, conhecer os eventos. *(Joana, 21 anos)*

Eunice também concorda com a Joana quando diz:

Utilizo a internet como meio de divulgação na área profissional do teatro. E claro que com o Facebook e outras coisas ficamos a saber desses acontecimentos todos e foi assim que vim parar aqui *(Eunice, 21 anos)*

O caso de Gonçalo traz uma trajectória activista criada no curso dos acontecimentos. Primeiro, participou no protesto da geração “à rasca”, em seguida, juntou-se aos IL e passou a acampar na praça do Rossio. Na internet criou um grupo temático com o intuito de discutir questões sobre as situações dos jovens em Portugal, bem como a

crise económica. Além disso, tem o seu próprio blogue, onde escreve as suas impressões e notas pessoais sobre política e precariedade.

Eu opto por estar informado e a participar dos movimentos que vieram a seguir ao protesto da geração à rasca. Dois dias após a manifestação eu criei um grupo no Facebook que está com cerca de 930 pessoas que dei o nome de “Protesto da geração á rasca e o dia seguinte”. É totalmente apartidário, a opinião é livre e as pessoas podem levantar um assunto e seguirmos discutindo sobre eles. Também tenho um blogue. Não muito activo, porque o tempo não é muito. *(Gonçalo, 21 anos)*

Nem todos os jovens entrevistados relataram fazer uso da internet para fins activistas ou que ficaram a conhecer os IL através da internet. Este facto demonstra que continua a haver diferentes usos e consumos da internet e que, apesar de um movimento como o IL se propagar on-line, outros meios de comunicação, como jornais e televisões, são também formas de manter-se informado, já que o mesmo movimento também ganha espaço e visibilidade mediática.

Acho que a política se faz olhos nos olhos. Vou conhecendo as coisas através de jornais, também tenho muitos contactos, mensagens de amigos. Não utilizo quase nada da internet, sou muito activa nas redes pessoas que tenho. *(Margarida, 24 anos)*

Da mesma opinião de Margarida, Guilherme prefere que as relações pessoais sejam construídas face-a-face e valoriza ainda a experiência que contemple outras formas de comunicação tradicional, como as cartas. Por opção pessoal, eliminou o seu perfil no Facebook, o que demonstra, de facto, que não faz uso desta rede social em específico. Por outro lado, continua a utilizar a internet, sendo os blogues as plataformas a que tem mais acesso e que gosta de ler, onde também obtém notícias e informações sobre os IL e protestos pelo mundo.

Não tenho Facebook, mas já tive claro. Só que andava a perder muito tempo a ver o perfil dos outros. Não fazia um uso que tivesse a ver com a política. Mas claro que reconheço a importância em termos de divulgação. Mas o que eu quero marcar com essa posição de não ter mais Facebook é que uma pessoa mesmo que não esteja nesta rede continua viva e a falar das coisas. Temos de certa maneira não nos esquecer daquilo que está para trás. Uma carta tem muita importância. Mas por outro lado, leio muitos blogues. (*Macedo, 21 anos*)

Outro relato, o de João, remete para o *Facebook* como plataforma “viciante” que, assim como Guilherme, acredita que o leva a perder muito tempo e por isso optou por não ter mais o seu perfil activo.

Eu utilizo a internet, mas não tenho Facebook. Porque é viciante. Mas de forma geral utilizo a internet para informar-me. (*João, 22 anos*)

O tipo de uso da internet continua a ser determinante para situar a experiência activista a um nível mais intenso. As ferramentas de publicação disponibilizadas na internet (e a possibilidade de qualquer um poder publicar informações) ampliaram o alcance dos fluxos de informação. São as diferentes relações entre os indivíduos em rede. Neste contexto, é notável o papel desempenhado pelos laços criados entre as redes para a divulgação de uma informação, um protesto ou uma acção, por exemplo.

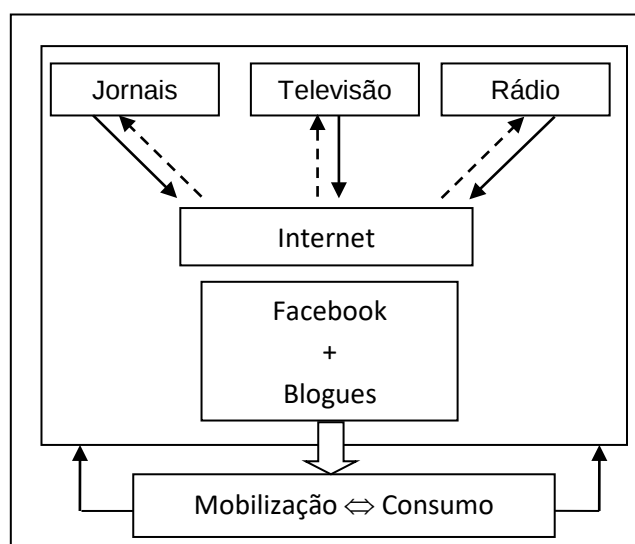
Rigitano (2003), a partir da incorporação da internet, refere que os activistas expandem suas actividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objectivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para acções e protestos on-line e off-line (Rigitano, 2003: 3).

A experiência mais marcante parece ter sido a de Gonçalo que se utilizou da internet para construir o seu próprio artefacto cívico, criando uma comunidade no Facebook para discutir com outras pessoas e o seu próprio blogue. Para além das

actividades desempenhadas on-line, ele participa também off-line nos IL. Em especial para as experiências activistas não-alinhadas e construídas no decorrer dos acontecimentos sociais, a internet teve um papel mais relevante sobretudo no consumo de informações. Igualmente, o meio on-line continua a ser o mais eficaz em termos de logística, pois é gratuito enviar um *e-mail* para várias pessoas, ou conversar num *chat*, ficando mais fácil passar a informação e organizar acções com um grande número de pessoas. Mas, como os casos de Margarida, Guilherme e João nos mostraram, estes jovens não são adeptos ao Facebook, apesar de utilizarem a internet como fonte de informação, sobretudo os blogues.

Contudo, os meios de comunicação tradicional, como os jornais e a televisão e o rádio não deixaram de ser consumidos com o advento da internet, pois, como afirmou Margarida, há outras formas de se manter informado. A partir deste conjunto de relatos é possível identificar uma diversidade de usos e opiniões sobre a internet e a sua importância nos protestos e na comunicação com outros membros, que podem ser sintetizadas na figura 19:

Quadro 5. Internet e o artefacto político



5. Condicionantes da participação: entre factores individuais e estruturais

A análise desenvolvida nos tópicos anteriores, sobre génese das trajectórias dos jovens por trás dos IL, bem como as motivações e as razões que despoletaram o activismo e o desejo de participar, orienta-se no sentido de confirmar a interdependência entre aspectos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade de cada jovem, e as oportunidades resultantes dos contextos sociais generalizados.

A génese das trajectórias encontra-se, assim, na influência recíproca entre factores individuais e factores estruturais. Deste modo, pode afirmar-se que os resultados da pesquisa vão ao encontro das explicações avançadas na análise dos processos de cultura cívica que constituíram os seus alicerces teóricos, nomeadamente ao realçarem o carácter multidimensional e plural deste processo.

Tendo em atenção os factores individuais facilitadores do activismo cívico, os efeitos que exercem no envolvimento cívico não podem ser compreendidos sem os enquadrarmos no contexto social que permite que se manifestem. Assim, abordar as dinâmicas da interacção entre os vários factores que colaboram para um activismo, no caso dos *Indignados*, implica identificar as características intrínsecas aos jovens e as condições externas e internas que funcionam como catalisadores do activismo, ao mesmo tempo que se procura compreender as intersecções entre a acção individual e o contexto económico, social e político.

Por outro lado, o perfil dos jovens que este universo de relatos integra, requer um esclarecimento sobre as condições estruturais para que fique evidente de que forma é possível participar e em que condições. Verba, Schlozman e Brady (1995: 269), incluem os recursos como componente importante da participação. Os recursos abrangem competências cívicas, como o nível de escolaridade e as competências de comunicação, e também a disponibilidade de tempo e de dinheiro dos indivíduos. De facto, a maior parte dos jovens são estudantes do ensino secundário e superior.

As competências comunicativas são centrais na maior parte das práticas. A capacidade de ler, escrever, falar, trabalhar com um computador e navegar na internet são competências fundamentais para a democracia moderna. As práticas cívicas e as

competências ajudam a construir um significado pessoal e social dos ideais da democracia, permitindo agregar diversas formas de identidade cívica.

Outro aspecto que destacamos enquanto recurso é o tempo. As narrativas que os jovens nos transmitiram sublinham relativamente o forte investimento de tempo que é exigido para manter a conexão com o movimento dos *Indignados*. Recorde-se o caso da Raquel, que enquanto estudante trabalhadora investe o tempo nas actividades dos IL, ainda que tenha de a conciliar com outras actividades. Tratando a maioria dos jovens integrantes dos IL de estudantes, a praça do Rossio também se transformou numa sala de estudos, um espaço reservado para que os jovens pudessem conciliar suas actividades com as obrigações escolares (ver diário de campo). Assim, as actividades dos IL entrelaçaram-se com o quotidiano dos jovens que delas participam, cruzando-se todas na praça do Rossio, sugerindo uma convergência entre espaço associativo e momentos individuais. Concluindo-se que a disponibilidade de tempo é um factor decisivo e importante para que as actividades dos IL sejam realizadas, devido à ocupação de estudante da maioria dos jovens, houve um maior compromisso dos mesmos em se empenhar diariamente nas actividades, uma vez que não tinham que conciliar compromissos de participação activista com actividade profissional, salvo em alguns casos.

Quanto ao aspecto da escolaridade associado às biografias dos/as jovens entrevistados, um dado que sobressai é que todos os entrevistados prosseguiram com as suas carreiras escolares, estando alguns a frequentar o secundário e outros a frequentar a universidade. Portanto, o peso da idade escolar, bem como a frequência do ensino superior e secundário pareceu-nos relevante para a motivação da participação cívica.

Por outro lado, considerando que esta parte da análise é de cunho qualitativo, seria arriscado afirmar que existe uma relação directa entre a participação activista e o estatuto socioeconómico. O caso de António ilustra uma situação em que, apesar de ter concluído a sua licenciatura com êxito, provém de um contexto familiar desfavorável. Enquanto que Renato teve mais oportunidades e apoio de sua família, no entanto encontra-se na situação de recibos-verdes. Em comum, ambos partilham a

questão da precariedade laboral.

Sobre a internet como artefacto da mobilização é preciso sublinhar que este meio oferece formas de participação menos dispendiosas em termos do investimento financeiro. Serviços de *e-mail*, criação de páginas e perfis no Facebook são gratuitos. No entanto, para poder usufruir destes serviços é preciso ter acesso a um fornecedor de internet, o que já inclui algum custo, a menos que se utilizem acessos gratuitos através, por exemplo, de redes públicas *wireless* que nem sempre estão disponíveis. Quanto à escolaridade, esta permite não só adquirir uma qualificação para o mercado de trabalho, mas também conhecimentos e competências úteis para a interacção social e a participação cívica, concretamente as competências para comunicar em termos de escrita e de oralidade, assinaladas por Verba e co-autores (1995), bem como o acesso à informação, que se revela um elemento importante no processo de participação política juvenil (Cruz, 1984).

O ambiente on-line oferece um grande potencial cívico, por colocar à disposição uma ampla gama de formas participativas, que podemos definir como práticas cívicas. A internet faz parte de um mundo social, político e cultural mais amplo, integrando o tecido da vida quotidiana dos jovens, entrelaçando-se com a experiência dos IL. A construção de trajetórias cívicas, iniciada com a participação em movimentos sociais e tomando a internet como ferramenta de construção de identidade, demonstra que este meio digital é indispensável na promoção do *empowerment* para o sentido cívico. A perspectiva das culturas cívicas focaliza-se sobre processos através dos quais os indivíduos se tornam cidadãos, sobre como eles se consideram membros e participantes potenciais no desenvolvimento social.

Novas características do “Eu” cívico podem emergir no campo de força que se coloca entre os media digitais e as muitas práticas produzidas. Nesta interface, a cidadania mediada pode ser reforçada e ao mesmo tempo gerar força, em particular sobre seu eixo horizontal (relações entre jovens), quando os jovens procuram empenhar-se civicamente. Para poder prosperar, a participação tem necessidade dos recursos já mencionados para poder também prosperar on-line.

6. Capital Social e novas práticas

Os argumentos que têm vindo a ser expostos neste capítulo permitem esclarecer que a participação no movimento dos Indignados Lisboa permitiu aos jovens apropriar-se dos recursos inerentes às redes a que aderiram e que foram alimentando ao longo do seu percurso cívico, resultando num processo de construção de capital social que acompanha a própria evolução das suas trajectórias. A aquisição de capital social, mediante o envolvimento dos jovens em actividades cívicas, faz salientar que a confiança é um elemento que permite assegurar a concordância com as normas e os valores prosseguidos colectivamente. Ainda que possam emergir divergências e conflitos, estes são ultrapassados na exacta medida em que se confia nas pessoas com quem se trabalha e com quem nos identificamos e em que se acredita nos objectivos a atingir pelo esforço colectivo. Pode então afirmar-se que a confiança que se gera entre pares envolvidos no activismo cívico dos IL está relacionada com a partilha de valores que enfatizam a utilidade da acção política e o papel individual no esforço colectivo pelo desejo de mudança, assim como a valorização das práticas colectivas e do acampamento enquanto instrumentos de promoção destinados à intervenção.

O investimento dos/as jovens activistas na acção colectiva para atingir objectivos que, individualmente, seriam impossíveis de concretizar, vem ao encontro da análise de Coleman (1990) e do seu conceito de capital social, enquanto bem produtivo mobilizado na relação entre actores sociais com vista a realização de objectivos por estes partilhados.

Entender a participação cívica como meio de satisfação de objectivos partilhados colectivamente, poderia conduzir-nos a enfatizar a dimensão pública do capital social, que traduz os benefícios colectivos, em detrimento da sua dimensão privada, que salienta os efeitos colhidos apenas pelo indivíduo que detém este capital (Putnam 2000: 20). Esta interpretação remete para a análise sobre os efeitos do capital social, desenvolvida por Putnam, na obra *Bowling Alone*, e para a sua distinção entre “*bonding capital*” (centrado no grupo) e “*bridging capital*” (orientado para as relações

inter-grupais) (*idem*: 22). Ambas as dimensões se podem observar nas trajectórias dos jovens aqui apresentados.

Por um lado, estas reflectem a mobilização das redes associativas para mudar as condições em que se encontram e o sentimento partilhado de indignação, tendo subjacente um sentido cívico pela promoção do bem público e a mudança do sistema democrático. Por outro lado, as narrativas expressam, de forma clara, a vontade de potenciar os benefícios que as experiências cívicas suscitam individualmente, mobilizando os jovens para a intervenção com outros jovens e criando as suas próprias trajectórias a partir deste ponto. É desta forma que conseguem projectar uma consciência que justifica a intervenção cívica em prol da promoção da auto-estima, da responsabilização individual e da consciencialização social, como ferramentas para demonstrar o papel activo que os jovens podem ter na sociedade.

No relato de Miguel, um dos fundadores do M12M, fica claro que os jovens envolvidos neste movimento nascido de forma espontânea e construído através de redes, visam impor uma maior participação e contacto entre os jovens e as esferas governamentais, como forma de propor uma concretização de uma democracia deliberativa e mais participativa.

Enquanto movimento (M12M), nós falamos com todos os partidos. Antes e depois fomos contactados por todos os partidos da esquerda e direita. Mas não recebemos apoio de nenhum deles. Não temos nada contra os partidos. Sentimos que a nossa democracia é ainda muito jovem e está baseada exclusivamente nos partidos e pensamos que a democracia vai ficar muito melhor quando tiver a participação activa de todos, independentemente de fazerem parte de partidos ou não, mas não temos nada contra os partidos, até mesmo porque os partidos têm a capacidade de implementar mudanças e nós queremos a mudança, e portanto temos todo o gosto de falar com eles. (*Miguel, 28 anos*)

Em suma, o modo como as trajectórias foram evoluindo indica que a apropriação de capital social, mediante as novas redes de contacto, é um caminho que se percorre passo a passo, onde a interacção com os outros permite construir confiança. A

confiança vai sendo adquirida à medida que se tecem e fortalecem laços sociais, sendo das trocas recíprocas entre os membros dos IL que frutificam também as normas e os valores partilhados pelo colectivo. O conhecimento inter-pessoal, advindo das experiências que se desenham na convivialidade quotidiana, cria as oportunidades de partilhar valores, vontades e projectos, conforme o relato de Joana:

Eu estou aqui porque me identifico com este movimento, porque é um protesto contra a situação em que chegamos e contra a máxima que as pessoas dizem que isto nunca vai mudar, por mais que a gente se manifeste isso nunca vai mudar nada e eu não acredito nisto, acho que se a gente fizer alguma coisa isso muda e é por isso que estou aqui. (Joana, 25 anos)

Assim, os relatos anteriores demonstraram que um dos impactos das experiências colectivas foi a socialização para a participação. As aprendizagens e as interacções que se desenvolvem no seio dos IL contribuem para a aquisição de competências instrumentais e expressivas, fundamentais para o exercício de uma cidadania activa, sendo aplicadas nas práticas quotidianas de intervenção cívica (assembleia populares, grupos temáticos). Dessa forma, as experiências que vão sendo adquiridas no trabalho colectivo permitem aprender e ensaiar novas formas de participação cívica.

Conclusão

Os relatos aqui expostos remetem-nos para uma série de experiências e trajetórias vividas pelos participantes desta pesquisa, e que nos leva a um quadro variado de significados sobre os seus perfis e motivações associados ao objectivo de integrar o movimento dos *Indignados*.

O desejo de mudança e o sentimento de indignação são partilhados por todos.

Ambos são elementos fortes na decisão destes jovens em aderirem à causa dos IL, confrontados igualmente com a situação social problemática que enfrentam (trabalhos precários, crise financeira). Portanto, estiveram aliados através da vivência das suas experiências individuais e pela disposição para prosseguir um papel interventivo na vida cívica, em parceria com outros jovens “desconhecidos” vindo de trajectórias diversas.

O perfil sociográfico dos jovens participantes mostrou que a escolarização é um factor determinante na produção do conhecimento e das literacias comunicativas, que os capacitam de algum modo a conviver com outros jovens “desconhecidos”. Pelo facto da maioria dos jovens estarem em idade escolar, ou seja, a frequentar o Ensino Secundário e a Universidade, dispõem igualmente de mais tempo disponível, que é gasto com as actividades do IL.

Através das diferentes trajectórias cívicas verificou-se uma concordância no que concerne à influência da socialização recebida na fase inicial da vida, em casa, através da família. A família, para muitos destes jovens, é fundamental no direccionamento ideológico e nas opções políticas. Esta influência verificou-se através da partidarização e do despertar crítico para assuntos sociopolíticos, mediante o capital cultural absorvido dos pais.

Por outro lado, o papel do grupo de pares é igualmente relevante na construção da trajectória cívica de alguns jovens. Em situações em que os jovens desempenham alguma actividade cultural (como o teatro, o grupo de música), a influência destes contextos sociais tem maior relevância do que a família.

Outro dado de grande relevância para a análise das trajectórias cívicas foi a condicionante externa das oportunidades, que levou muitos jovens a despertar o interesse pela política e a construir a sua própria trajectória activista. Este tipo de trajectória revela que o contexto social é o principal influenciador para o despertar de uma cultura cívica. Ou seja, à custa das oportunidades surgidas com os protestos sociais que ganharam dimensão pública, muitos jovens aderiram a estes eventos e construíram novas relações sociais que se mantiveram (contexto social – Indignados – grupos de pares).

Relativamente à internet, esta é de facto utilizada não apenas para consumir informações, mas para criar novos espaços de debate e interacção através dos blogues e comunidades no *Facebook*. Apesar da maioria dos jovens entrevistados confirmarem fazer um uso da internet de forma direccionada à questões políticas, alguns afirmaram que não deixam de consultar e considerar outros meios de comunicação tradicionais, nomeadamente os jornais e a televisão. Portanto, não se pode descartar a influência dos media tradicionais, quando estes ainda assumem relevância no consumo de informação, bem como na divulgação do próprio movimento dos IL, quando estes são notícia.

Concluimos, assim, que o movimento dos IL, para além dos seus objectivos enquanto movimento, é caracterizado pelo encontro de trajectórias e culturas juvenis diversas, motivadas pelo desejo de mudança e pela capacidade colectiva de organização projectada na esfera pública. A mistura de um sentimento (indignação) com o reconhecimento da sua condição social (precário, “à rasca”) alimenta uma nova forma de participação cívica e política transnacional entre os mais jovens, fortalecendo as suas identidades enquanto actores sociais e políticos. Em suma, as trajectórias dos jovens analisados foram evoluindo e fortalecendo-se através de novos laços sociais construídos on-line e off-line.

CONCLUSÃO

A tese apresentada resulta de uma pesquisa sobre as novas formas de participação política e activismo entre jovens portugueses, tendo como pano de fundo a onda de protestos sociais em Portugal, nos quais participaram na sua maioria cidadãos jovens. Assim, neste trabalho, procurou-se identificar as novas formas de activismo praticadas on-line que têm como base a criação de movimentos sociais transnacionais liderados por jovens que utilizam a internet como ferramenta de mobilização social e para práticas colectivas. Do mesmo modo, procurou-se identificar

os factores individuais que incentivaram os jovens a ingressar neste tipo de activismo colectivo, buscando a compreensão das motivações e trajectórias destes jovens no âmbito da participação cívica e política, bem como o seu papel enquanto actores sociais na esfera pública.

A análise desenvolvida ao longo dos vários capítulos teve subjacente a preocupação de contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre os processos de participação política mediada pelo digital, no sentido de esclarecer e, eventualmente, confirmar as propostas teóricas que têm vindo a ser avançadas na literatura sobre juventude e participação política. Considerando este objectivo geral, partiu-se dos argumentos partilhados por inúmeros autores de que a participação constitui uma dimensão-chave da cultura cívica e da cidadania nas sociedades democráticas contemporâneas.

A interligação entre as diferentes vertentes da participação associada aos conceitos de deliberação e mobilização colectiva mediadas na internet, permitiu salientar a importância das redes sociais construídas em ambientes on-line, o que traduz efeitos positivos para a construção de uma cultura cívica no ambiente digital. Por sua vez, verificou-se que os laços criados on-line se estendem para o off-line, o que faz manter uma dinâmica de retroalimentação das relações sociais em espaços diferenciados (a praça e a internet). Assim, consideramos que esta nova forma de participação e activismo entre os jovens reflecte uma cultura transnacional juvenil, onde os jovens são autores das suas próprias trajectórias cívicas, mantendo laços sociais para além dos seus territórios.

Para esta nova cultura juvenil transnacional, a internet é mais do que um meio onde se obtêm informações, pelo contrário, é uma ferramenta da acção activista, utilizada para mobilizar e convocar acções e protestos projectados para o contexto off-line, retomando as relações novamente no contexto on-line. É desta forma que a internet consegue ser ao mesmo tempo um meio de comunicação, onde se partilha, debate e interage, e um artefacto da acção política. Nos capítulos 3 e 4, vimos como a internet é utilizada enquanto ferramenta de activismo e participação cuja utilização é dinamizada através da criação de espaços individuais e colectivos de debate em blogues e

plataformas de redes sociais on-line. Isto demonstra a influência que a internet tem no quotidiano e na socialização política dos jovens investigados, tendo em conta as oportunidades inerentes a este meio, regulando a participação e mantendo a interacção constante através do *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e dos blogues.

Relativamente ao tema juventude e envolvimento político, neste trabalho, os jovens são considerados enquanto agência e actores sociais, que, sem a mediação institucional ou dos adultos, constroem as suas próprias relações sociais, apresentando-se na esfera pública como sujeitos políticos e autores das suas próprias vozes. O exemplo dos Indignados Lisboa mostrou que muitos conceitos clássicos de geração e estudos culturais podem aqui ser repensados, considerando que os jovens, independentemente das suas trajetórias, classe social, etnia e género, podem unir-se em torno de objectivos comuns, perspectivando melhores condições sociais e uma democracia mais participativa na sociedade em que vivem. As dinâmicas relacionais com outros jovens conduzem ao estabelecimento de laços que se revelam significativos no reforço do compromisso cívico dos jovens activistas e do seu papel na sociedade.

No que concerne às abordagens metodológicas, procurou-se compreender como os diferentes usos das ferramentas on-line confluem para a dinâmica das acções que são materializadas em dois espaços que se intercalam: on-line e off-line. Tendo-se apresentado algumas convergências e divergências dos resultados empíricos, conclui-se que os processos de apropriação dos media digitais para fins político-activistas resultam da intersecção de múltiplos factores ligados aos jovens, às suas trajetórias e ao meio social.

Os dados empíricos recolhidos com base na observação on-line não participante e observação off-line participante, a partir da elaboração de um diário de campo e entrevistas aprofundadas, permitiram desenhar um olhar multidimensional sobre o significado do activismo juvenil na esfera pública, que se apropria dos media digitais para propagar as suas actividades e atribuir-lhes sentidos. A recolha de dados no terreno orientou-se por um conjunto de princípios técnicos e éticos relativos à prática da investigação social, que confluiu numa concepção dos sujeitos entrevistados como

participantes da pesquisa, valorizando-se a reflexividade dos actores enquanto protagonistas dos processos de participação em estudo.

Entre os jovens entrevistados, a motivação emerge das actividades onde participam e se envolvem, sobressaindo o gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis e à necessidade de resolver problemas que afectam directamente o futuro das suas vidas, estimulando uma participação mais activa e regular, voltada para a cooperação com outros jovens como os quais não mantêm qualquer vínculo social prévio. Desta forma, o activismo e a cena do Rossio revelaram-se como um novo projecto de vida político para estes jovens. A análise das trajectórias políticas, desvendada através das entrevistas, coloca em destaque que a participação é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública.

Portanto, no que se refere ao envolvimento e à participação juvenil em questões sociopolíticas, há que considerar, por um lado, a importância das condições estruturais do meio social, a reprodução de trajectórias familiares e a influência que os pais exercem na orientação política dos seus filhos, por outro lado, há que considerar que as trajectórias ligadas à participação sociopolítica poderão ser independentes da família, associações e partidos políticos, desenrolando-se de forma autónoma mediante um processo gradual e cumulativo de experiências com o grupos de pares, com a adesão voluntária a associações socioculturais, a eventos sociais criados on-line (como foi o caso do protesto da geração “à rasca”), novos movimentos sociais que surgem na esfera pública, como o caso dos Indignados, ou a tomada de iniciativa própria para realizar actividades cívicas em contextos informais (onde os jovens podem ser beneficiários ou mentores ou, ainda, assumir ambos os papéis). Observou-se assim que a tomada de iniciativa própria com o objectivo de participar e o desejo de mudança social realizado no contexto da colectividade, constituem elementos importantes da aprendizagem de competências sociais e cívicas que se vão moldando através da interacção com o outro e do uso da internet como ferramenta para disseminar conteúdos, partilhar opiniões, deliberar e convocar acções.

Por outro lado, se na literatura se observa uma maior atenção aos factores

estruturais ligados à participação juvenil, como ir a voto, aderir a associações e a partidos políticos, a pesquisa veio confirmar o carácter multidimensional do activismo e da participação juvenil, e a interdependência dos factores estruturais, onde se destacam aspectos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade e às motivações de cada jovem, assim como às oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos, indicando que a génese do activismo cívico se encontra na influência recíproca entre factores individuais e factores estruturais.

Neste aspecto, a valorização do activismo cívico colectivo, materializado na praça em forma de assembleias populares e acampamentos, contribui para inserir os jovens num processo de definição identitária significativo para as suas vidas. Estes diferentes atributos articulam-se e reforçam-se mutuamente através do contacto com outros jovens, tanto a nível local como global. A conjugação deste factores, mediada através da internet, conduz à sustentabilidade e continuidade dos percursos de participação cívica.

Em relação à discussão teórica apresentada neste trabalho, procurou-se através de linhas argumentativas contemplar os três elementos de base desta investigação que são os jovens, a participação política e a internet. Muitos estudos que agregam participação política e a juventude apontam posições que ora qualificam a experiência juvenil como apática e desconectada da política, ora como essencialmente predisposta à política (Ver cap. 1). Essa discussão dicotomizada pouco acrescenta para o entendimento mais aprofundado das motivações de alguns jovens e o sentido que eles próprios atribuem à participação política.

Em Portugal, há uma carência geral de estudos que adentrem mais profundamente nestas temáticas mediante a observação do quotidiano cívico e das práticas juvenis. As novas práticas e formas de participar estão por sua vez mais pluralizadas e dependentes do ambiente digital. Por isso, consideramos que para se investigar essas novas práticas requiere-se também um direccionamento metodológico plural que capte as experiências em diferentes espaços, o que implica pelo menos a escolha de dois métodos de recolha que possam pluralizar e enriquecer os resultados. A utilização de apenas um método de recolha, como por exemplo os inquéritos que muito são

aplicados nas pesquisas sobre a temática juventude e política em Portugal, dão prioridade apenas aos aspectos quantitativos, deixando de lado, as nuances das experiências quotidianas protagonizada pelos jovens nos ambientes por onde circulam.

Sobre os aspectos mais teóricos, reflectimos sobre os estudos acerca da juventude através de diferentes perspectivas, considerando o contributo da sociologia incluindo o contributo de Mannheim passando pelos estudos culturais *subculturais* e *pós-subculturais* (Ver cap 2). Observando o perfil dos jovens participantes no movimento dos Indignados em Lisboa questionámos em primeiro lugar, o que afinal aproxima diferentes jovens a organizarem-se colectivamente e partilharem os mesmos sentimentos e desejo de mudança social?

A experiência dos Indignados, retratada neste trabalho, mostrou a existência de um novo activismo juvenil contemporâneo globalizado que efectivamente contribui para a construção da esfera pública, interferindo na constituição da mesma. Considerando a pluralidade de etnias, classes sociais, género presentes no movimento dos Indignados estes factores indicam que tais elementos apontam para a heterogeneidade da experiência juvenil na sua relação com a política e para a necessidade de compreensão da participação juvenil com foco na dinâmica dessa relação. A problematização sobre o que se nomeia como político no activismo e na acção dos jovens é necessária. A política não está na experiência simbólica do estilo, tal como preconizava a perspectiva subculturalista, mas no contexto da pluralidade. Dadas as circunstâncias externas, relacionadas com o contexto político e económico causador de incerteza nas trajetórias dos jovens e no seu futuro, estes identificam-se através das dificuldades partilhadas com outros que estão “à rasca” e indignados com a situação política e económica do país. É desta forma que as experiências juvenis se cruzam, formando movimentos activistas que nascem para atender ao descontentamento destes jovens tendo como plataforma principal de acção a internet, meio pelo qual conseguem expandir as suas acções, criando deste modo redes de contactos a nível global.

Tal como o tema da juventude e da participação política, a literatura que versa sobre o uso da internet no melhoramento da democracia política, vista por autores da

ciência política e da sociologia dos movimentos sociais (Ver cap.3), parte de um direccionamento dicotómico que pouco acrescenta às experiências “reais” dos utilizadores. Sem desconsiderar a relevância dos estudos apontados no capítulo 3, que por sua vez revelam elementos importantes sobre a temática internet e democracia, partimos do pressuposto que algumas questões centrais detectadas na problemática da participação da juventude nas sociedades contemporâneas não têm sido consideradas ou têm sido abordadas de forma secundária. A questão é que as especificidades da juventude e a sua relação com a vida pública não têm sido problematizadas como um todo.

Desta forma, as diferentes discussões sobre as potencialidades da internet precisam ser melhor exploradas e contextualizadas com as experiências contemporâneas. A experiência dos *Indignados* mostrou de que forma a internet assume importância na produção de sentidos, quando esta é utilizada como instrumento de mobilização e participação política, permitindo inclusive altos níveis de fluxos de interacção criados no espaço on-line e posteriormente expandidos para o off-line. A dinâmica entre o on-line e off-line tem importância fundamental pois permite a continuidade dos laços sociais criados nestes dois espaços. Após a experiência da praça do Rossio, os integrantes do movimento Indignados Lisboa continuaram a realizar acções off-line em menor escala, no entanto mantêm permanentemente o contacto on-line através da rede social *Facebook*, local onde a partilha de informações permanece de forma continua entre eles.

No que se refere à metodologia, para compreender as lógicas, os mecanismos e os processos que conduziram os jovens às dinâmicas da participação on-line e off-line, foi necessário centrar a análise nas suas trajectórias de participação política individual, bem como nos usos específicos das ferramentas on-line transformadas em artefactos político da acção. Daqui resultou o enfoque qualitativo da pesquisa a partir do cruzamento de diferentes métodos, como a entrevista, o diário de campo e a análise do conteúdo produzido on-line. A abordagem metodológica implementada foi característica da própria dinâmica do objecto de estudo investigado, que nos remeteu igualmente a um dinamismo metodológico que nos permitiu extrair resultados a partir de diferentes perspectivas oriundas das práticas dos IL. Não deixamos de ressaltar os

constrangimentos com os quais nos deparámos ao tomarmos a internet como campo empírico, conforme discutimos no capítulo 4, o que reforça o empenho de cada investigador no melhoramento das suas técnicas de recolha e selecção das plataformas on-line que mais se aproximam das práticas do seu objecto de estudo, bem como o tratamento dos conteúdos on-line. Em relação ao diário de campo, este foi o resultado de uma experiência única, possível apenas à luz dos acontecimentos que tivemos o privilégio de acompanhar, transformando assim o fenómeno dos IL em objecto de estudo, apoiado por referências bibliográficas que julgamos adequadas, juntamente com uma proposta metodológica dinâmica realizada em diferentes espaços e com recurso a várias técnicas. Da observação diária do local dos acampamentos, criou-se uma intimidade entre o observador-pesquisador e o seu objecto de estudo, o que permitiu explorar com mais clareza os objectivos pretendidos e identificar os principais jovens envolvidos na organização dos IL. Assim, a selecção dos jovens entrevistados nesta investigação surge através da observação empírica. As idas à praça do Rossio permitiram que se pudesse distinguir os perfis dos jovens participantes mais activos no movimento. Desta forma, pudemos realizar uma selecção mais aperfeiçoada dos jovens participantes, o que nos permitiu lograr melhores resultados, tanto ao nível do envolvimento, quanto ao nível das respostas obtidas.

Assim, à luz do contexto empírico investigado, este trabalho deixa um contributo de uma experiência metodológica pouco habitual em Portugal, contribuindo para o esclarecimento das novas formas de participação política de jovens na era on-line e propondo igualmente formas de repensar as temáticas clássicas que envolvem os jovens (geração, estudos culturais), a política (participação, apatia, socialização política) e a internet (potencialidades, artefacto). Deixamos portas abertas para outras investigações, reforçando a necessidade de entrar cada vez mais nos espaços das práticas dos jovens e do uso que fazem da internet. Com a velocidade dos fluxos informativos on-line, as práticas tornam-se cada vez mais heterogéneas e dinâmicas, o que vai exigir um esforço maior do investigador que pretenda aprofundar a temática jovem, política e internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, C (2006). Sociedade civil, Democracia Participativa e Poder Político em Portugal. Lisboa: Colibri.

AGIER, Michel (2001). “Distúrbios identitários em tempos de globalização”, MANA - Estudos de Antropologia Social, Vol. 7, nº2 pp- 7-33 .

AGIER, Michel & BOUCHET-SAULNIER, Françoise, (2003). “Espaces humanitaires, espaces d’exception”, in Weissman, F. (org.), *A l’ombre des guerres justes: l’ordre international cannibale et l’action humanitaire*, pp- 303-318, Paris: Flammarion.

ALVES, Nuno de Almeida, FREDERICO, C; BAPTISTA, I; DO CARMO, M. R (2011). Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro. Lisboa: Mundos Sociais.

AOURANG, M & ALEXANDER, A (2011) "The Egyptian experience: sense and non-sense of the Internet revolution" in *International Journal of Communication*, 5, pp. 1344-1358

ARENDT, Hannah (1988). Da revolução. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Rev. Trad. Caio Navarro Toledo, Brasília e São Paulo: Universidade de Brasília e Ática.

ABREU, Alzira Alves de (2000). A imprensa e o engajamento político no final do século XX. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

APPADURAI, A (1996). Modernity at large: cultural dimensions of modernity. London and Minneapolis: University of Minnesota Press.

APPADURAI, Arjun (2004). Dimensões culturais da globalização: A modernidade sem peias. Lisboa: Teorema.

AROLDI, P. & COLOMBO, F. (2003). Le età della TV: Quattro generazioni di spettatori italiani. Milan: Vita e Pensiero.

BALSA, C. SIMÕES, J. A., NUNES, P., CARMO, R., & CAMPOS R. L. (2001). Perfil dos estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e diferenciação. Lisboa: CEOS, Edições Colibri.

BAYM, N (2010). Personal connections in the digital age. Malden, MA: Polity Press.

BRAGA, A (2008). Personas Materno-Electrônicas: Feminilidade e Interação no Blog Mothern. Porto Alegre: Sulina.

BIMBER, B., FLANAGIN, A. J., & STOHL, C. (2005). "Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment" in *Communication Theory*, 15, pp.365-388.

BECK, U. (1997). The reinvention of politics. Cambridge: Polity Press.

BENNETT, W. L (2008) Civic Life On-line. Cambridge, MA: The MIT Press.

BENNETT, Andy; KAHN-HARRIS, Keith (2004). After Subcultures - Critical studies in

Contemporary youth culture. London: Palgrave Macmillan.

BENNETT, A (2000). *Popular Music and Youth Culture: music, identity and place*. London: Macmillan.

BENNETT, A (1999). "Subcultures or neo-tribes?: rethinking the relationship between youth, style and musical taste" in *Sociology*, 33 (3), pp. 599-617.

BENNETT, A (2006). *Punk's not Dead: The Continuing significance of punk rock for an older generation of fans*. London: BSA Publications Ltda.

BENNETT, A (2011): "The post-subcultural turn: some reflections 10 years on", In *Journal of Youth Studies*, 14:5 pp. 493-506.

BONFADELLI, H. (2002). "The Internet and knowledge gaps: A theoretical and empirical investigation" in *European Journal of Communication*, 17, pp. 65–84.

BAUDRILLARD, Jean (1991). *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'Água.

BLACKMAN, Shane (2005). "Youth Subcultural Theory: A critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago School to postmodernism" in *Journal of Youth Studies*, vol 8, nº 1. London: Routledge Taylor & Francis Group.

BLACKMAN, S. (2004). "Chilling Out": the cultural politics of substance consumption, youth and drug policy. Maidenhead: McGrawHill-Open University Press.

CARDOSO, G (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, T.; CASANOVA, J (2010). "Esfera pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal" in *Observatorio (OBS) Journal*, v. 4, nº 2, pp. 91-118.

CALENDA, D; MEIJER, A (2011). "Political Individualization: new media as an escape from family control on political behaviour" in *Information, Communication & Society*, v. 14, nº 5, pp.1-24,.

CARRANO, P (2000). “Jovens e Participação Política: Juventude e escolarização (1980-1998) – estado do conhecimento” in: SPOSITO, Marília Pontes et al. Juventude e escolarização. Estado do conhecimento. São Paulo: Ação Educativa pp. 185-202.

CANCLINI, Néstor García (1997). Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP.

COLEMAN, S (2007): “How democracies have disengaged from young people” in Brian Loader (org) Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media, Routledge, London, pp. 166-184.

COLEMAN, James S. (1990). Foundations of social theory. Cambridge: Harvard University Press.

COHEN, J (1998). “Democracy and liberty” in ELSTER, John (org.) Deliberative democracy. Cambridge: Cambridge University Press.

COHEN (1999). “Deliberation and democratic legitimacy” in: BOHMAN, J; REGH, W. Deliberative democracy: essays on reason and politics. Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology.

CORSTEN, Michael (1999). “The Time of Generations” in Time and Society, 8(2), pp. 249-272.

CLARKE, Gary [1981] (2005). “Defending Ski-Jumpers: A critique of theories of youth cultures” in: GELDER, Ken. The Subcultures Reader. 3ª ed. Londres e Nova York: Routledge.

CHETA, R; CARDOS, G; ESPANHA, R; VIEIRA, J (2008). “Entre o CD e Web 2.0: os consumos digitais de música em Portugal” in Reseach Report nº6. Lisboa: Obercom.

CASTRO, L; MATTOS, R (2009). “O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a acção política a partir da juventude” in *Análise Social* vol.44 nº193 pp.793-823.

CASTRO, L (org.) (2001). Subjetividade e Cidadania. Rio de Janeiro: Editora Lidaador.

CANAVILHAS, J (2005). “Blogues políticos em Portugal: o dispositivo criou novos actores?” in Correia, João (org) Comunicação e Política, pp. 85-113. Covilhã: Ed. UBI

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998) Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta.

CASTELLS, M (2012). Redes de Indignación y Esperanza: Los Movimientos Sociales en La era de Internet. Madrid: Alianza Editorial.

CASTELLS, M (2002). A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS (2001) The internet galaxy. Oxford: University Press.

CASTELLS, M(2009). Communication Power. Oxford: Oxford University Press.

CRITICAL ART ENSEMBLE (2001). Digital Resistance: Exploration in Tactical Media. Nova Iorque: Autonomedia. Online em <http://www.critical-art.net/books/digital/index.html>

CRUZ Braga, Manuel (1984). “A condição social da juventude portuguesa”, in Análise Social, vol. XX, pp.285-307.

CRUZ, Braga, Manuel (1990). “A participação política da juventude em Portugal: as elites políticas juvenis” in Análise Social, vol. XXV, pp.223-249.

COHEN, S (1972). Folk devils and moral panics: The Creation of the Mods and Rockers. Oxford: Martin Robertson.

COHEN, Phil [1972](2005). Subcultural Conflict and Working-Class Community In: GELDER, Ken. The Subcultures Reader. 3ª ed. Londres e Nova York: Routledge, 2005.

CLARKE, J. HALL, S, JEFFERSON (1976) (Org.). Resistance through ritual: youth subcultures in post-war Britain. London: Hutchinson.

CLARKE, John (1975). Style. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Org.). Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain. London: Hutchinson; University of Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies, 1975.

BAACKE, Dieter (1987). Jugend und Jugendkulturen. Darstellung und Deutung. Weinheim/München: Juventa.

BAKARDJIEVA, M. (2010). "The Internet and subactivism: cultivating young citizenship in everyday life" in T. Olsson, & P. Dahlgren (Eds.), *Young people, ICTs and democracy*. (pp. 129-146). Göteborg: Nordicom, Göteborgs universitet.

BENKLER, Y (2006). *The wealth of networks*. New Haven: Yale, University Press.

BOURDIEU, P (1987). *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, P (1994). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

BOHMAN, J. (2000). "La democracia deliberativa y sus críticos" in *Revista Metapolitica*. México, pp.48-57.

BUCHSTEIN, H. (1997). "Bytes that bite: the internet and deliberative democracy" in *Constellations*, v. 4,n. 2, pp. 248-263

BUCKINGHAM, D. (2008). *Introducing Identity*. In: D. BUCKINGHAM, *MacArthur Foundation Series on Digital Learning – Youth, Identity, and Digital* (pp. 1–24). Cambridge, MA: The MIT Press.

BUCKINGHAM, D.(2000) *After the Death of Childhood: Growing Up in the Age of Electronic Media*. Cambridge: Polity Press.

DAHLGREN,P (2011). "As Culturas Cívicas e a Internet: Para uma contextualização da participação política" in *Media & Jornalismo Digital Divide/Fracturas Digitais*, nº 18 Vol. 10 pp. 11-30.

DAHLGREN, P; OLSSON, T (2008). "Facilitating Political Participation: Young Citizens, Internet and Civic Cultures" in *The International Handbook of Children, Media and Culture*: Editora Kirsten .

DAHLGREN, P; OLSSON, T (2010). *Young people, ICTs and democracy: Theories, policies, identities and websites* (eds). Gothenberg: Nordicom.

DAHLGREN, P (2009). *Media and Political Engagement: Citizen, Communications and Democracy*. London: Cambridge.

DEBORD, G. (1991 [1967]). *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Mobilis in Móbile.

DELGADO, D. (1998). *Estado-nación y globalización*. Buenos Aires: Ariel.

DENIS, Benoit (2002). *Literatura e Engajamento: de Pascoal a Sartre*. Tradução: Luiz Dagobert de Aguiarra Roncari. São Paulo: EDUSC.

DIMAGGIO, P., HARGITTAI, E., CELESTE, C., & SHAFER, S. (2004). "Digital inequality: From unequal access to differentiated use" in K. M. Neckerman (Ed.), *Social inequality*, pp. 355–400. New York: Russell Sage Foundation,

EDMUNDS, J. & TURNER, B. (2002). *Generations, Culture and Society*. Buckingham: Open University Press.

EDMUNDS, J. & TURNER, B. (2005). "Global Generations: Social Change in the Twentieth Century" in *The British Journal of Sociology*, 56, pp. 559-577.

ESTEVEES, João Pissarra (2003). *Espaço Público e Democracia*, Lisboa: Co-libri.

ESTEVEES, João Pissara (2011). "Novos Media e Deliberação: Sobre redes, tecnologia, informação e comunicação" in *Media & Jornalismo Digital Divide/Fracturas Digitais*, nº 18 Vol. 10 pp-31-45.

EYERMAN, R; TURNER (1998). "Outline of a Theory of Generations" in *European Journal of Social Theory*, 1(1), pp. 91-106.

EISENSTADT, S. N [1956] (1976). *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos, 41).

Ekman, J. & Amnå, E. (2009). *Political Participation and Civic Engagement: Towards A New Typology in Youth & Society (YeS)*. Örebro: Örebro University

FRIDENBERG, E. Z. (1959). *The vanishing adolescent*. Boston: Beacon

FRASER, Nancy (2007). "Reconhecimento sem ética?". Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga) in Souza, Jessé; Mattos, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume.

FEIXA, C; PEREIRA, I.; JURIS, J. (2009): "Global citizenship and the 'New, New' social movements: Iberian connections" in, *Young*, 17, pp. 421-442

FERREIRA, P, SILVA, P. (2005). Associativismo Juvenil e a Cidadania Política. Coleção Estudos Sobre Juventude. Lisboa: IPJ.

FILHO, João Freire (2005). "Das Subculturas às pós-subculturas juvenis: Música, Estilo e Ativismo político" in *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*, vol. 3 nº1.

FEATHERSTONE, Mike. (1991). Postmodernism and Consumer Culture. Londres: Sage.

FRITH, Simon (1996). Performing Rites: on the value of popular music. Cambridge Massachusett: Harvard University Press.

FUNG, A, GILMAR, H, SHKABATUR, J. (2011) "Six Models for Internet Politics" Transnational Networks Workshop: Brown University, Providence.

YOUNG, J. (1971) 'The Role of the Police as Amplifiers of Deviance', in Cohen, S. (ed) *Images of Deviance*, Harmondsworth: Penguin

TAYLOR, I., WALTON, P. & YOUNG, J. [1973] (1985) *The New Criminology: For a social theory of deviance*. London: Routledge & Kegan Paul.

YOUNG, J. (2009). "Moral Panic: Its Origins in Resistance, resentment and the Translation of Fantasy into Reality" in *British Journal of Criminology*, vol 49, pp. 4-16.

GALLAND, O (1984). *Les jeunes*. Paris: Éditions La Découverte.

GALLOWAY, A (2004). *Protocol: How Control Exists After Decentralization*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press.

GELDER, K & THORTON, S (eds.) (1997). *The Subcultures Reader*. London: Routledge.

- GIDDENS, A (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp.
- GRANJON, F. 2001. L'internet militant – mouvement social et usages des réseaux télématiques Paris : Éditions Apogée
- GRAMSCI, A (2004). Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREEN, J., BURGESS, J (2009) YouTube: Online Video and Participatory Culture. Cambridge. Polity Press.
- GREEN, L (2010). The Internet: an introduction to the new media. Oxford: Berg.
- HABERMAS, J (1984) Mudança Estrutural da Esfera Pública. RJ: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J (1997). Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALL, S; JEFFERSON, T (Eds.) (1976). Resistance Through Rituals, London: Hutchinson.
- HALL, S (1997). A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HAENFLER, Ross (2004) "Rethinking Subcultural Resistance" in *Journal of Contemporary Ethnography*, vol 33, nº 4. London: Sage Publication.
- HINE, C. Virtual Ethnography. London: Sage Publications.
- HEBDIGE, Dick (1976). Subculture: The Meaning of Style. Londres: Methuen.
- HOLLOWAY, J. (2005) Change the world without taking power. Londres: Pluto.
- HARVEY, D (1992). Condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HONNETH, A (2003). Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.

HONNETH, A (2007). “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade” in Souza, Jessé; Mattos, Patrícia (orgs.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume Editora.

HOOGE, M ; STOLLE, D (2004). Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective. New York: Palgrave.

JONES, Q (1997). “Virtual-Communities, Virtual Settlements & Cyber-Archaeology: a theoretical outline” in *Journal of Computer - mediated Communications*, v. 3, nº 3.

JANOTTI JR, J. S.; PIRES, V. A (2011). “Entre os afetos e os mercados culturais: as cenas musicais como formas de mediatização dos consumos musicais” in Janotti, Jr; Lima, T. R. (Orgs.). Dez anos a mil: Mídia e Música Popular Massiva em Tempos de Internet. Porto Alegre: Simplíssimo.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994) Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget.

LÉVY, P (1998) A inteligência colectiva. São Paulo: Edições Loyola.

LÉVY, P (2002) Cybersociété. Paris: Éditions Odile Jacob.

LÉVY, P (2003) “Pela ciberdemocracia” in Moraes D. (ed.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record.

LIVINGSTONE, S , COULDRY, N. and MARKHAM, T. (2007) “Youthful steps towards civic participation: does the internet help?” in Loader, B., (ed.) Young citizens in the digital age: political engagement, young people and new media. Routledge, London, UK, pp. 21-34.

LIVINGSTONE, S (2007). The challenge of engaging youth online: contrasting producers' and teenagers' interpretations of websites in *European journal of communication*, 22 (2), pp.165-184.

LAZARSFELD, PAUL F., BERNARD BERELSON, and HAZEL GAUDET (1944) *The People's Choice*. New York: Columbia University Press.

LOADER, B (2007). *Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media*. Abingdon: Routledge.

MAFFESOLI, M (1988). *O Tempo das Tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

MAFFESOLI, Michel (1996). *No Fundo das Aparências*. Petrópolis: Vozes.

MATTELART, A, NEVEU, É (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.

MANNHEIM, K. (1952). "The problem of Generations", in idem, *Essays on the Sociology of Knowledge* [introdução e organização: Paul Kecskemeti]. Londres: Routledge & Kegan Paul, pp. 276-322.

MALINOWSKI, B (1978). *Os argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.

MARSHALL, G (Ed.) (1994). *The Concise Oxford Dictionary of Sociology*. Oxford: Oxford University Press.

KOZINETS, R. V (2010). *Netnography: doing ethnographic research on-line*. London: Sage Publications.

KOZINETS, R. V (2002) *The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities*.

NOFRE, J (2012): "Geografía(s) de la #SpanishRevolution: elementos de debate acerca de la naturaleza urbana y juvenil del movimiento 15M" in XIII Coloquio Ibérico de Geografía - Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual, http://www.unidixital.com/publicaciones/actas_v2.pdf [consulta: 2013-01-16]

NORRIS P. (2001) *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the*

internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press

MACROBBIE, A; GARBER, J (2005) [1979]. Girls and Subcultures in GELDER, Ken. *The Subcultures Reader*. 3ª ed. Londres e Nova York: Routledge.

MATTOS, A. R. & MESQUITA, M. R. (2013). A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. On-line disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/26.pdf>

MAYORGA, C., CASTRO, L. R., & PRADO, M. A. M. (Eds.). (2012). Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora.

MAYORGA, C (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política - Notas metodológicas in *Estudos de Psicologia*, 18(2) pp.343-350.

MATTELART, A.; MATTELART, M (1999) História das teorias da comunicação, São Paulo: Loyola.

MAGALHÃES, P & MORAL, Sanz Jesus (2008). Os Jovens e a Política. Lisboa: CESOP.

MALBON, Ben (1999). Clubbing: Dancing, Ecstasy and Vitality. London: Routledge.

MASSEY, D (1994). Space, Place, and Gender. Minneapolis: University of Minnesota Press.

MERTON, K. Robert [1949] (1968). Social theory and social structure. New York: Enlarged Edition, The Free Press.

MELECHI, ANTONIO (1993). The Politics of Disappearance. Readhead, S (ed) Rave Off: Politics and Deviance in Contemporary Youth Culture (29-40). Aldershot: Avebury.

MILES, S (1995). "Towards an understanding of the relationship between youth identities and consumer culture" in *Youth and policy*, 51, pp. 35 - 45.

MILES, S (2000). Youth lifestyles in a changing world. Buckingham: Open University Press.

MISCHAUD, E (2007). Twitter, Expressions of the Whole Self, Dissertação de Mestrado, London School of Economics, Department of Media and Communications, Londres.

MOUFFE, C. (1999). "Deliberative democracy or agonistic pluralism?" In *Social Research*, 66, pp.745–758.

MOUFFE, C (2005). On the Political. Abingdon and New York: Routledge.

MOLOTCH, H; LESTER, M (1999). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega.

MORAES, D (2001). O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A.

MUGGLETON, D ; RUPERT W (orgs) (2003). The Post-Subcultures Reader. Nova Iorque: Berg.

MUGGLETON, D (2000). Inside Subculture: the postmodern meaning of style. Oxford, UK:
Berg.

NILAN,P; FEIXA, C (eds) (2006) Global Youth? Hybrid Identities, Plural Worlds. London and New York:Routledge

NORRIS, P. (2001). Digital Divide. Civic Engagement, Information, Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge University Press: Nova Iorque.

NORRIS, P (1999). Critical citizens: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University Press.

NOVAES, R (2010). "Cultura e Juventude: As Palavras têm História" in *Cultura e Pensamento: Juventude e Ativismo*. Belo Horizonte: Contato.

NOVAES, Regina (2005). "A juventude de hoje - (re) invenção da participação social" in Thompson, Andrés A (Org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Periópolis, pp. -107- 147.

WATERS, Malcolm (1999). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

PAIS, José Machado (1993). "A contextualização sociológica pela via do quotidiano" in Actas do II Congresso Português de Sociologia, Fragmentos, II Volume.

PAIS, M (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PAIS, M (2012). "A esperança em gerações de futuro sombrio" In *Estudos Avançados*, vol.26, nº 75.

PALACIOS, M. Cotidiano e Sociabilidade no Cyberespaço: Apontamentos para Discussão.

Ano 1998 Disponível em: <<http://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html>>.

PAPACHARISSI, Z (2002). "The virtual sphere: the internet as a public sphere" in *New Media & Society*, v.4, n. 1, pp. 9–27.

PARSONS, T (1962). "Youth in the context of American Society in youth: change and challenge" in *Daedalus*, v. 91, nº 1, pp. 97-123.

PERROT, Michelle (1998). "La cause du peuple" in *Vingtième siècle*, no. 60, pp.4-13.

PEREIRA, Marcos Abílio (2012). "Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária" in *Opinião Publica* vol.18 no.1, Campinas.

POCHMANN, M (2004). "Juventude em busca de novos caminhos no Brasil" in Novaes, R.; Vannuchi, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p.217-241.

POSTER, Mark (2000) "Cidadãos, media digitais e globalização" in Revista de Comunicação e Linguagens – "A cultura das redes", nº extra , pp. 21-34.

PUTMAN. R. D, (2000) Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon and Schuster.

RANCIÈRE, J (1995). Políticas da Escrita. Editora 34: Rio de Janeiro.

Redhead, S. (Ed.). (1993). "Rave off: Politics and deviance" in *contemporary youth culture*. Aldershot: Avebury.

REDHEAD, S (1990). The end-of-the-century party: youth and pop towards 2000. Manchester: University Press

REDHEAD, S (1995). Unpopular cultures: The birth of law and popular culture. Manchester: Manchester University Press.

REDHEAD, S ; WYNNE; J. O'CONNOR (eds.) (1997). The Clubcultures Reader. Readings in Popular Cultural Studies. Oxford: Blackwell.

RECUERO, R (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.

RECUERO, R.; ZAGO, G (2009) Em busca das "redes que importam": redes sociais e capital social no Twitter in *Líbero*, São Paulo, v.12, n.24, p. 81-94.

RECUERO, R (2006). Redes sociais na Internet: considerações iniciais. Disponível em: <http://www.bocc.ubbi.pt>.

RECUERO, R (2003). Weblogs Webrings e Comunidades Virtuais. Trabalho apresentado no GTde Comunicação e Cultura do VII Seminário Internacional de Comunicação, em Setembro de 2002.

Disponível em <<http://www.pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>> (13/06/2003)

RECUERO, Raquel (2012). A Conversação em Rede: Comunicação Mediada pelo computador e Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina.

RIETVELD, H (1993). "Living th e Dream" in Readhead, S. Rave Off: Politics and

Deviance In *Contemporary Youth Culture*. Aldershot: Averbury.

RIETVELD, H (1998). *This is our House Music, Cultural spaces and Technologies*. Aldershot: Ashgate.

RIGITANO, M. E. C. 2003. "Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente" in Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades: Salvador.

ROBINSON, J.P (1976). "Interpersonal Influence in Election Campaigns: Two Step-Flow Hypothesis" in *The Public Opinion Quarterly*, v.40, n.3, p.304-319. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2748249>, consultado a 23 jul. 2012.

ROCHA, P. J (2003). *Blogs: sentimentos em rede compartilhados na pós-modernidade*. Porto Alegre: PUC- RS.

SARTRE, Jean-Paul (1987) *Questão de método*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 3ª ed.

SARTORI, G (1994). *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática

SIGEL, R; HOSKIN, M (1981). *The political Involvement of Adolescents*. New Jersey: Rutgers University Press.

SRADLEY, J.P., (1980) *Participant Observation*. New York: Holt. Rinehart and Winston.

SOUZA, J; MATTOS, P (orgs.) (2007). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume Editora.

STRAW, W (1991) "Systems of articulation, logics of change: scenes and communities in popular music" in *Cultural Studies*, v. 05, n. 03, pp. 361 – 375.

STRAW, W (2006). "Scenes and Sensibilities" in *E-Compos*, n. 06, p. 1- 16, acessado em ago. 2010. Disponível: em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/viewFile/83/83>.

SANTOS, Boaventura (1991) "Subjectividade, Cidadania e Emancipação" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32.

SANTOS, Boaventura(1999). "Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo" in HELLER, Agnes (org.). *A Crise de Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 33-75.

SIMÕES, José Alberto (2012). "Investigando a rua através da internet (e vice-versa): considerações teórico-metodológicas sobre um itinerário etnográfico" in *Análise Social*, nº 205, XLVII (4.º), pp. 792-817.

SHAW, Clinfford (1966). *The Jack-roller*. Chicago, Ilinois: Ed. University of Chicago Press.

TARROW, S (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press: Cambridge.

TAPSCOTT D., (1998). *Growing Up Digital: the Rise of the Net Generation*. New York: McGraw Hill

THRASHER, F (1927). *The gang: a study of gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.

TREMAYNE, M. (Ed.) (2007). *Blogging, Citizenship, and the Future of Media*. Nova York: Routledge.

TOURAINE, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Petrólis: vozes.

THORTON, Sarah (1996). *Club cultures*. Hanover N. H.: Wesleyan University Press.

THOMPSON, J.B (2009). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes.

THORNTON, Sarah [1995] (2005). "The Social Logic of Subcultural Capital" in Gelder, Ken. *The Subcultures Reader*. 3 ed. Londres e Nova York: Routlegde.

VALENZUELA, S (2012). "The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: The case of Chile. *Journal of Communication* 62(2) pp. 299-314.

VEGH, S (2003). "Classifying forms of online activism – the case of cyberprotests against the World Bank" in Mccaughey, M. And Ayers, M.D (eds.). *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. New York: Routledge.

WHYTE, William Foote [1949] (2005). *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WILLIS, P (1978). *Profane Culture*. London: Routledge

WILLIAMS, P (2011). *Subcultural Theory: Traditions and Concepts*. Malden, MA: Polity Press.

WOLF, M (1999). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

KATZ, E.; LAZARSFELD, P (1955). *Personal Influence*. New York: The Free Press.

KATZ, E (1957). "The Two-Step Flow of Communication: An Up-To-Date Report on an Hypothesis" in *The Public Opinion Quarterly*, v.21, n.1, p. 61-78. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2746790>.

KAYAHARA, J.; WELLMAN, B (2007). "Searching for culture – high and low, *Journal of Computer Mediated Communication*" vol. 12(3). Disponível em <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue3/kayahara.html>, consultado a 23 jul. 2012.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn (1998). *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, New York, Cornell University Press.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. (1995) *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London: Harvard University Press.

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Fig. 1 - Empoderamento dos cidadãos de acordo com Fung <i>et.al</i> (2012)	119
Fig. 2 - Página representativa dos Indignados Lisboa	132
Fig. 3 - Eventos sociais no Facebook	132
Fig. 4- Fluxo de conversação	137
Fig. 5- Blogue Ativismo de Sofá	156
Fig. 6 - Grupo “Protesto geração à rasca e o dia seguinte” no Facebook	175
Fig.7 - Postagem <i>versus</i> interacção	183
Fig. 8 - Tipologia dos conteúdos e interactividade	183
Fig. 9- Tipologias dos <i>links</i> partilhados	184

Fig. 10 – Aumento quantitativo de <i>posts</i>	184
Fig. 11 – Agenda internacional	189
Fig.12 - Comunicado de imprensa	191
Fig. 13 – Mobilização	199
Fig.14- Primeiro evento dos Indignados no Facebook	201
Fig. 15 - Agitação e barulho na chegada ao Rossio	210
Fig. 16 - Afixação de cartazes em volta da praça	211
Fig. 17 – Primeira assembleia popular no Rossio	213
Fig. 20 - Jovens a discutirem o rumo do movimento	214
Fig. 21 – Algumas tendas montadas na praça	214
Fig. 22 – Panelas na cozinha	215
Fig. 23 – Zona da confecção de cartazes	216
Fig. 24- Vigília na praça	220
Fig. 25 - Cartaz de convocação para a Assembleia popular	221
Fig. 26 – Assembleia em actividade	225
Fig. 27 – Extensão das acampadas on-line	226
Fig. 28 – Panfleto de divulgação do movimento	229
Fig. 29 – Internet chega ao Rossio	230
Fig. 30 – A presença de crianças no Rossio	232
Fig. 31 - Peça de teatro é encenada no Rossio	238
Fig. 32 – Projecção de filmes e outros vídeos	241
Fig. 33 – cartaz da manifestação do 28 de Maio	248
Fig. 34 – A passagem pela Av. da Liberdade	250
Fig. 35 - Limpeza do chão da praça do Rossio	250
Fig. 36 - Manifestação no Rossio	251

QUADROS

Quadro 1. Trajectória A	273
Quadro 2. Trajectória B	274
Quadro 3. Trajectória B.1	277
Quadro 4. Trajectória B.2	282
Quadro 5. Internet e o artefacto político	293

ANEXO

INQUÉRITO ON-LINE APLICADO

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Sociografia

1 – Idade : _____

2 – Género

Masculino

Feminino

3 - Nacionalidade: _____

4 - Concelho de Residência : _____

3 – Com quem é que vive habitualmente?

Pai ou padrasto
Mãe ou madrastra
Irmão(s).

Quantos _____

Esposo(a) ou parceiro(a)
Filho(s).

Quantos? _____

Vivo sozinho
Outros : _____

4 – Habilitações académicas?

Nunca frequentou a escola

Frequentou, mas não completou o 1º ciclo do ensino básico ou equivalente (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)

2º ciclo do ensino básico ou equivalente (5º e 6º ano de escolaridade, antigo 1º e 2º anos do ciclo preparatório ou do liceu)

3º ciclo do ensino básico ou equivalente (7º ao 9º ano de escolaridade, antigo ensino secundário, antigo 3º ao 5º ano do liceu)

Ensino secundário ou equivalente (10º ao 12º ano de escolaridade, antigo ensino complementar, antigo 6º e 7º ano do liceu, antigo ano propedêutico)

Ensino médio (Bacharelato)

Ensino Superior (licenciatura ou pós-graduação)

Não Sabe

Não responde

Situação profissional

5 - Actualmente está a exercer alguma actividade profissional?

Sim: _____ (questão 5a)

Não

5a - Quantas horas semanais?

Internet e redes sociais

6 - Com que frequência costumas utilizar a Internet?

Todos os dias

Quase todos os dias

De 1 a 3 vezes por semana

De 1 a 3 vezes por mês

Raramente

7- Em qual (s) lugares costumas aceder à Internet?

Em casa

Em casa de amigos ou familiares

Na escola/Universidade/Trabalho

Num espaço pago

Num espaço gratuito

Numa biblioteca

Em quiosques

Em pontos Wi-fi

Outros: _____

8 – Tem perfil em redes sociais?

Sim

Não

8b - Se sim, em qual (s) delas:

Facebook

Hi5

Orkut

Outras: _____

8b - Com que frequência utiliza esta (s) rede (s)?

1 vez por dia
2 ou mais vezes por dia
1 vez por semana
15 em 15 dias
Menos frequentemente
Nunca
Não Sabe
Não Responde

9 - Por favor, descreva cinco utilização que faz das redes sociais quando está conectado a ela (s).

10 - Além das redes sociais que outras utilizações faz da Internet?

Participação - Net activismo

11 - Em relação a comunidade X há quanto tempo és membro?

1 mês
1 -2 meses
3 - 6 meses
Mais de 6 meses

12- Qual a principal razão que o/a leva a participar desta comunidade?

13 - Costumas participar activamente da comunidade?

Sim, com muita regularidade (Questão 11)
Com alguma regularidade (Questão 11)
Raramente
Nunca

12 – Com que frequência costumas participar da comunidade?

1 vez por dia
2 ou mais vezes por dia
1 vez por semana
15 em 15 dias
Menos frequentemente
Nunca
Não Sabe

Não Responde

13 - Costumas responder aos tópicos da comunidade?

Sim, com muita regularidade (Questão 13b)

Com alguma regularidade (Questão 13b)

Raramente

Nunca

13b: A que tipo de tópicos costumas responder (Mural, Discussão, Fóruns etc)?

14- Costumas a frequentar os eventos organizado pela comunidade?

Sim, com muita regularidade (Questão 14b)

Com alguma regularidade (Questão 14b)

Raramente

Nunca

14b - Em quais eventos costumas participar?

15 - Além de participar on-line na comunidade, também está inscrito off-line?

Sim

Não

16 - Se sim, há quanto tempo?

1 mês

1- 2 meses

2-6 meses

Mais de 6 meses

Jovens, Política e participação em rede

17 - Sobre a forma como a democracia política funciona em Portugal, está...?

Muito satisfeito

Mais ou menos satisfeito

Pouco satisfeito

Nada satisfeito

Não sabe

Não responde

17b- Por qual ou qual (s) razões não sente-se satisfeito com a política em Portugal?

18 - Com que frequência diria que discute política ou assuntos de interesse público com a sua família e amigos?

País:

Nunca Raramente Algumas vezes Muitas vezes Não sabe

Avós

Nunca Raramente Algumas vezes Muitas vezes Não sabe

Tios

Nunca Raramente Algumas vezes Muitas vezes Não sabe

Amigos

Nunca Raramente Algumas vezes Muitas vezes Não sabe

Colegas de trabalho

Nunca Raramente Algumas vezes Muitas vezes Não sabe

19 - Costumas pesquisar sobre temáticas ligadas à política na Internet?

Sim, com muita regularidade (Questão 22)

Com alguma regularidade (Questão 22)

Raramente

Nunca

20 - Mencione 5 locais na Internet onde costumas pesquisar temáticas sobre política?

21- Fazes uso da Internet para divulgar tuas ideias políticas?

Sim, com muita regularidade (Questão 22)

Com alguma regularidade (Questão 22)

Raramente

Nunca

22- Qual (s) ferramentas e/ou espaços virtuais utilizas na divulgação destas ideias?

23 - Acreditas que a Internet pode ter alguma utilização nas questões de assuntos políticos para os jovens? Como?